

SUJEITOS EM CONFLITO E ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO:

Reflexões Interdisciplinares sobre
Ciência, Educação e Sociedade




EDITORA
ALFREDO
NASSER

UNIFAN
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER

Vol. I



CORPO GESTOR

Reitor

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Vice-Reitor

Prof. Me. José Carlos Barbosa Soares

Pró-Reitor Acadêmico

Prof. *PhD.* Carlos Alberto Vicchiatti

Pró-Reitor de Relações Institucionais

Prof. Msd. Luiz Antonio de Faria

Pró-Reitor de Desenvolvimento

Prof. Msd. Divino Eterno de Paula Gustavo

Pró-Reitor Financeiro

Prof. Esp. Leandro Júlio dos Santos Faria

Pró-Reitor de Controladoria

Marcello Oliveira Ferreira

Pró-Reitor de Apoio Estudantil

Prof. Me. Claudio Everson da Silva e Souza

**SUJEITOS EM CONFLITO E ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO:
reflexões interdisciplinaridades sobre ciência, educação e sociedade**

© Editora Alfredo Nasser, 2023
© Centro Universitário Alfredo Nasser, 2023

EXPEDIENTE

Editora-chefe

Prof^a. Dr^a. Michele Giacomet

Editor-adjunto

Peterson Daniel Vieira

Bibliotecárias

Ana Márcia Santana Lima Eliana Batista Pires e
Silva Francisca Rodrigues da Silva

Layout e diagramação

Peterson Daniel Vieira

Capa

Pedro Davi Oliveira Fleuri

Foi de total responsabilidade dos(as) autores(as) a revisão de formatação, ortográfica e textual/gramatical final dos trabalhos, antes da publicação, incluindo referências bibliográficas.

Sujeitos em conflito e espaços em transformação: reflexões interdisciplinaridades sobre ciência, educação e sociedade [Recurso eletrônico] / Organizadoras: Márcia Cristina Hizim Pelá e Michele Giacomet. – Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo Nasser, 2023. (Volume 1).

ISBN: 978-65-89165-16-3

Inclui bibliografia. 202 páginas.

1. Sujeitos em conflito e espaços em transformação. Reflexões interdisciplinaridades sobre ciência, educação e sociedade. 2. Grupo Poli(S)íntese. 3. Ciências Sociais. 3. Geografia. 4. Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. 5. Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade DISH FIOCRUZ-RJ. 6. Grupo de pesquisa/orientação Dona Alzira-Espaço Sujeito e Existência. 7. Centro Universitário UNIFAN. 8. Márcia Cristina Hizim Pelá. 9. Michele Giacomet. I. Título. II. Centro Universitário UNIFAN.

CDU: 316.7:911.375+37.015.4(817.3)

PREFÁCIO

Esta obra tem origem nas atividades de pesquisa e discussão colaborativas acerca de ciência, universidade e intervenções sociais. É produto originário da parceria e do diálogo com o grupo Poli(S)íntese – grupo transdisciplinar de estudos e pesquisas em educação e cidades, do Centro Universitário Alfredo Nasser; Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS-FIOCRUZ-RJ), da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP); e, grupo de pesquisa/estudo/orientação Dona Alzira – Espaço, Sujeito e Existência.

O grupo de pesquisa é composto por profissionais pesquisadores de diversas áreas. Isto explica o fato de que as produções textuais, neste livro, destoam da estrutura de outras obras acadêmicas, quanto à forma. Não houve cerceamento da escrita. A proposta do “Dedo de prosa”, por exemplo, designa linguagem verbal de natureza oral: conversa agradável, um pouquinho de papo, um instante de troca de ideias, diálogo. Então, teremos, nesta produção, textos com características de formas diferentes para profissionais diversos, com atividades exclusivas e que adaptam seus textos, tanto a contextos, quanto a gêneros.

Muitos dos textos estão em notação oral, como uma entrevista, por exemplo. Outros dialogam, imediatamente, por meio da escrita, com a temática do texto anterior. Como se o jogo elocucional fosse o fio condutor. Um complementa, comenta e dá continuidade à prosa de um com o outro. Discursos e sujeitos partilhantes em interação com o espaço crítico: da pesquisa e da investigação.

Sempre os sujeitos. Quase sempre sujeitos. Mais uma obra de Márcia Cristina Hizim Pelá escrita e estruturada pelo viés do espaço crítico – Pesquisas, relatórios, análises, reflexões e construções metafóricas são todos espaços redimensionados pela narrativa, o discurso de um indivíduo, ou de muitos e que expressa cosmovisões, pontos de vista, apresenta fatos seletivos, ficcionais ou não.

Este texto apresenta sujeitos e espaços em tensão, em embate, por meio de relações conflituosas. Márcia (sideral e terrena) acolhe na narrativa tantos e múltiplos espaços, quanto sujeitos. A obra está dividida em duas partes. A primeira chamamos de “Espaço de enfrentamento” e a segunda parte nomeamos “Espaço da plasticidade”. “Espaço de enfrentamento” é composto por seis narrativas que, de certa forma, apresentam uma sucessão de conflitos recorrentes na história do País. “Espaço da plasticidade” é composto por nove textos e instaura uma possibilidade de adequação ou de solução possível por meio da investigação, do levantamento de dados, do campo e recorrência ao material teórico atinente.

**SUJEITOS EM CONFLITO E ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO:
reflexões interdisciplinaridades sobre ciência, educação e sociedade**

A primeira parte, Espaço de enfrentamento, conta com seis textos. O primeiro deles “Ciência e universidade sob a mediação ética: reflexões e desafio” de Eguimar Felício Chaveiro. E, por ser um texto exemplar, recorro a um trecho do próprio autor, neste livro.

Quando a ciência, em geral, e a universidade, se descomprometem com a interpretação da realidade e com o engajamento ético na luta por justiça, elas também promovem a violência. Convém, por isso, fazer outra interrogação: como têm sido as ações da ciência e da universidade na constituição ética da sociedade brasileira?

Eguimar Felício coloca em questão a ética em várias instâncias, sobretudo em um espaço considerado de reflexão e de justiça – a Universidade. O segundo texto, de Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, médico, nomeado “Peru de fora não se manifesta”, como partilhante do “Dedo de prosa” faz um comentário-reflexão, aliás, muitos, acerca de ética, temática apresentada no primeiro texto. Esta escrita está cheia de resquícios da oralidade, com muitas perguntas e tom elocucional. Ele verticaliza o tema para a saúde, curso de medicina e formação médica sob um olhar (visto de dentro) de um contexto aético.

Júlio César Borges aborda em “Os povos indígenas e a pandemia: entre a violência e o corona vírus” a condição de violência sob a qual vivem os povos indígenas no Brasil. Não há garantias de acesso à saúde, educação e direitos mínimos para as comunidades indígenas. Conflitos por terra e vírus, como o corona, só evidenciam esse contexto, já bastante grave.

Em “Escritas deste mundo: a educação do olhar pela produção de crônicas”, Ana Carolina de Oliveira Marques, em um texto autobiográfico, fala sobre suas próprias crônicas. Segundo ela, seus textos adquiriram identidade e são pertinentes a espaços educativos. Faz um elogio à escrita, enquanto possibilidade de refletir sobre a prática, bem como também está imbuída de componentes culturais, políticos e ideológicos.

Alisson Barboza Azevedo e Rodrigo Emídio Silva exploram os sentidos no texto “As cidades e a escrita: a crônica e a poética do ordinário”. O olhar sobre as cidades é conduzido pela “poética de olhar”. Tanto de escritores, que fazem da crônica o gênero aliado, como por suas características, sobretudo, a de “educar o olhar”. Por meio do gênero crônica, os leitores transitam por entre os elementos narrativos, percorrendo os espaços péticos e sociais.

“Pandemia: luto e luta” de Ernani Costa Mendes e Ana Paula Menezes Bragança dos Santos é o último texto da primeira parte e como os trabalhos pertinentes a ela, são espaços de luta. Os autores, na linha de combate, propuseram-se a levar conforto para aqueles que perderam seus familiares e não puderam se despedir, para doentes com diferentes acessos a tratamentos, com a saúde mental abalada e pouca esperança. A experiência de ação e

enfrentamento é relatada neste texto que propõe os cuidados paliativos que poderiam amenizar as dores dos que ficaram. Para os profissionais da saúde seria um exercício de reflexão e medidas extremamente solidárias trariam, de alguma forma, a ideia de que os pacientes têm acesso aos direitos humanos.

“Gênero e educação: em busca de novas metodologias de ensino-aprendizado”, de Analice Souza Rezende e Márcia Cristina Hizim Pelá, é um artigo resultante das atividades do Grupo Poli(S)íntese. Partindo de entrevistas diagnósticas, as atividades de intervenção são realizadas a partir das demandas do próprio grupo, de determinada escola da comunidade. A metodologia é personalizada, o que possibilita aos alunos do Ensino Básico o seu próprio reconhecimento, a compreensão de si mesmo e do espaço em que está inserido, promovendo a inserção social. Tal metodologia propicia, a todos os envolvidos, reflexões críticas, autoavaliação e novas intervenções, a partir de novas demandas.

Artigo que expõe pressupostos teóricos e práticos da oficina ‘Entre Centros e Tempos’ e nomeado “A reinvenção dos corpos na cidade a partir da educação cartográfica”, dos autores Marcia Cristina, Dalmo Gomes, Francispaula Luciano e Marijara de Lima explora a transformação das paisagens das cidades, no contexto escolar. A proposta tem sua efetivação válida quando os estudantes tomam ciência de que são agentes transformadores desses espaços e a medida que são transformadores, também são transformados. O texto ainda acrescenta a necessidade de reflexão dos professores, bem como propor conteúdos e atividades com valor social e cultural.

O artigo “A etnia na escola: o reconhecimento do sujeito e da sua identidade”, das autoras Lidianne Rodrigues, Marijara de Lima e Márcia Cristina Hizim Pelá, também é parte das reflexões do Grupo de Pesquisa Poli(S)íntese. Aborda a educação, nos mais diversos aspectos, mas principalmente a relação ensinar/aprender. Segundo as autoras, tais relações são conflituosas e, por isso mesmo são contraditórias e geram reações e, conseqüentemente, também, conhecimentos e transformações. Educar é uma escolha consciente que reflete a mediação, a escolha dos materiais, a atividade que será feita em torno do conhecimento apresentado e a assimilação que o estudante fará.

“Conjunto Cruzeiro do Sul: uma proposta habitacional no contexto de formação e desenvolvimento do território aparecidense” é o texto que Francispaula Luciano e Jéssica Martins Piani Ribeiro nos apresentam. Proposta densa e de fôlego, com estudo de campo e aparato teórico pertinente para a análise. Ao par disso encontramos uma temática muito atual e próxima dos leitores da região. Apresenta aspecto modelar que pode ser utilizado em outros textos que tenham objeto similar. Considerado subcentro, em detrimento do restante do

município de Aparecida de Goiânia, o Conjunto Cruzeiro do Sul, de certo modo, supre suas necessidades e as do entorno, ocupando lugar de centralidade.

A pesquisa “Um olhar multiterritorial do Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira” dos autores Dalmo Gomes Silva e Márcia Cristina Hizim Pelá tem como escopo o Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira, localizado entre as cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia. O estudo objetiva analisar e compreender as relações humanas estabelecidas com o Jardim Botânico, já que são díspares, produzidas pelas diferentes formas de percepção e apropriação do espaço.

O artigo “Prospecção do panorama da saúde e saneamento ofertados em Aparecida de Goiânia, Brasil” de Daniel Rodrigues Silva Filho, Márcia Cristina Hizim Pelá e Francispaula Luciana é resultante do Projeto de Pesquisa - PIVIC (2020/2021), intitulado ‘Saneamento Básico e sua relação com a Saúde Pública em Aparecida de Goiânia’. pelo Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). A pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre o percentual de pessoas atendidas com os serviços básicos de saneamento em Aparecida de Goiânia e os impactos sobre a saúde pública municipal. O saneamento, como forma de promoção da saúde, ou a ausência dele, tem relação estrita com possíveis doenças. Logo, o saneamento oferece um dos melhores custos-benefícios, tanto para o Brasil, como para municípios como o de Aparecida de Goiânia.

“Caracterização epidemiológica dos casos de Covid-19 no município de aparecida de Goiânia, Goiás”, trabalho de Savianny Gonçalves Rodrigues, analisa, por meio de dados da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, como a pandemia influencia diferentes camadas da população e quais seriam os grupos mais vulneráveis. Por meio de pesquisa exploratória, o intuito é também fornecer dados válidos para discussão da saúde pública e que por sua vez, sirvam para elaborar medidas de atuação, assim como colocá-las em prática.

A segunda parte aborda os textos da obra que, ao invés de confronto absoluto, apresentam certa conciliação. Na primeira parte, o enfrentamento se dá pela discussão, pela reflexão ou pelo “Dedo de Prosa”. Sujeitos são moldados aos espaços com os quais peleiam. Pois estão amalgamados. Acabam, após confronto, conhecimento e crítica, por encontrar formas de resolução. É o “espaço de plasticidade”. Sujeitos, neste caso, padecem dos mesmos males e, quando é possível, recebem as mesmas benesses.

PhD. Carlos Alberto Vicchiatti
Dr^a. Michele Giacomet

SUMÁRIO

PARTE 1 - ESPAÇO DE ENFRENTAMENTO	9
CIÊNCIA E UNIVERSIDADE SOB A MEDIAÇÃO ÉTICA: reflexões e desafios - <i>Eguimar Felício Chaveiro</i>	10
PERU DE FORA NÃO SE MANIFESTA - <i>Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos</i>	23
OS POVOS INDÍGENAS E A PANDEMIA: entre a violência e o coronavírus - <i>Júlio César Borges</i>	32
ESCRITAS DESTE MUNDO: a educação do olhar pela produção de crônicas - <i>Ana Carolina de Oliveira Marques</i>	54
AS CIDADES E A ESCRITA: a crônica e a poética do ordinário - <i>Alisson Barboza Azevedo; Rodrigo Emídio Silva</i>	66
PANDEMIA: Luto e Luta! - <i>Ernani Costa Mendes; Ana Paula Menezes Bragança dos Santos</i>	80
PARTE 2 - ESPAÇO DE PLASTICIDADE	92
GÊNERO E EDUCAÇÃO: em busca de novas metodologias de ensino- aprendizado - <i>Analice Souza Rezende; Márcia Cristina Hizim Pelá</i>	93
A REINVENÇÃO DOS CORPOS NA CIDADE A PARTIR DA EDUCAÇÃO CARTOGRÁFICA - <i>Márcia Cristina Hizim Pelá; Dalmo Gomes da Silva; Francispaula Luciano; Marijara de Lima</i>	104
A ETNIA NA ESCOLA: o reconhecimento do sujeito e da sua identidade - <i>Lidianne Rodrigues; Marijara de Lima; Márcia Cristina Hizim Pelá</i>	121
CONJUNTO CRUZEIRO DO SUL: uma proposta habitacional no contexto de formação e desenvolvimento do território aparecidense - <i>Francispaula Luciano; Jéssica Martins Piani Ribeiro</i>	130
UM OLHAR MULTITERRITORIAL DO JARDIM BOTÂNICO AMÁLIA HERMANO TEIXEIRA - <i>Dalmo Gomes Silva; Márcia Cristina Hizim Pelá</i>	146
PROSPECÇÃO DO PANORAMA DA SAÚDE E SANEAMENTO OFERTADOS EM APARECIDA DE GOIÂNIA, BRASIL - <i>Daniel Rodrigues Silva Filho; Márcia Cristina Hizim Pelá; Francispaula Luciano</i>	167
CARACTERIZAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA, GOIÁS - <i>Savianny Gonçalves Rodrigues</i>	189

**SUJEITOS EM CONFLITO E ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO:
reflexões interdisciplinaridades sobre ciência, educação e sociedade**

PARTE 1

ESPAÇO DE ENFRENTAMENTO

CIÊNCIA E UNIVERSIDADE SOB A MEDIAÇÃO ÉTICA: reflexões e desafios

*Eguimar Felício Chaveiro*¹

INTRODUÇÃO

A conjuntura brasileira atual brutaliza a violência e estende-a no seio de várias instituições, assim como nas diferentes práticas sociais que ocorrem nas ruas; nos estádios de futebol; no trabalho; nos bares e em qualquer aglomeração humana. O lema avesso – usar armas para acabar com a violência –, proclamado pelo governo federal vigente, tem ajudado a criar uma sociabilidade cega, intolerante, magoada e raivosa.

Como se sabe, em qualquer ato violento há duas pontas: o que a comete e o que a sofre. Ou seja, quem violenta e quem é violentado. Mas o problema é maior: uma das características do ato violento é ultrapassar o acontecimento trágico em que investe atingindo a moral social, o escopo coletivo, a segurança das pessoas nos seus espaços de vida. Pode-se afirmar: a violência desmantela a ética.

Por isso, a violência espalhada no tecido social recomenda a reflexão ética; recomenda igualmente a práxis honesta dos sujeitos interessados na justiça; recomenda essa interrogação filosófica e política: por que, no Brasil, a violência se faz necessária ao Estado, à classe dominante e se enovela nas classes sociais subalternas?

Essa interrogação interpela o compromisso e a práxis da ciência e da universidade no sentido de que são essas instituições, ligadas ao pensamento autônomo e livre, movidas pelo raciocínio crítico, assentadas no que procede na circunstância histórica-cultural, que, em sua configuração, cabe pensar o real com independência. Contudo, o problema se agrava quando ciência e universidade se rendem ao mecanismo de violência social. E elas mesmas são alvos da crítica ética.

Quando a ciência, em geral, e a universidade, se descomprometem com a interpretação da realidade e com o engajamento ético na luta por justiça, elas também promovem a violência. Convém, por isso, fazer outra interrogação: como têm sido as ações da ciência e da universidade na constituição ética da sociedade brasileira?

¹ Possui graduação em Geografia, mestrado em Educação e doutorado em Geografia. É professor titular da Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira). E-mail: eguimar@hotmail.com.

Esse texto decorre de um conjunto de diálogos, intersecções, parcerias e projetos de trabalho coletivo envolvendo ciência e universidade. Diretamente é originário da parceria e do diálogo com o grupo Poli(S)intese - grupo transdisciplinar de estudos e pesquisas em educação e cidades, do centro universitário Alfredo Nasser; DIHS-FIOCRUZ-RJ – Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural, da ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública e grupo de pesquisa/estudo/orientação Dona Alzira – Espaço, Sujeito e Existência.

Convém explicitar que a forma e o estilo textuais seguem o modelo de explanação oral do qual este trabalho se origina.

1 A DEGRADAÇÃO ÉTICA NO BRASIL

O tema da ética é antigo e também é recente. Ele é necessário e urgente e depende de uma reflexão teórica que monta, por exemplo, à origem do pensamento filosófico. Ele requisita observar também as diferentes culturas incluindo países, seus eventos fundadores, seus fatos seminais ou consolidadores. Diz respeito às etnias, seus hábitos, suas cosmologias e o trato com os pares. Refere-se às experiências humanas e sociais, e de cada sujeito na sua trama diária.

Poder-se-ia dizer: toda ação humana e social é investida de uma proposta ética: da mãe com o filho ainda no útero; dos pais na educação dos filhos; entre irmãos quando brincam ou quando desenvolvem juntos tarefas de casa; nos ambientes do trabalho; no modo como se dirige o veículo numa metrópole; na maneira que se comporta diante de um idoso ou de uma criança. Não atoa é que se diz: a ética é total e do ser humano não se separa, mesmo depois de sua morte quando se refere à sua memória, ou aos seus espólios simbólicos.

Por conseguinte, vale enfatizar: a ética interpela todas as pessoas, inclusive as crianças recém-nascidas; interpela todos os grupos étnicos, como povos indígenas e quilombolas e as várias identidades sociais. Por ser assim, é um componente vital, existencial e social.

O fato de o Brasil atualmente sofrer de uma degradação ética possui alguns significados, entre os quais se situam a necessidade da violência e a sua implicação no tecido social; a desconfiança da população nas relações sociais; a fragilização cidadã dos sujeitos e o empobrecimento das referências coletivas. Diante disso, há de perceber que, quando a estrutura de um país se funda na violência e ela se torna necessária para manter um elo com o

passado, a tendência é as suas instituições operarem na pressão ou sob uma ameaça funesta. Essa ameaça se resolve num estranho tipo de conduta. Nessa conjuntura, parece estranho ser honesto, digno, lutar por justiça e se importar com a ética.

Ora, ao observar a ética pelo viés da totalidade social que remonta, no caso do Brasil, aos componentes de sua formação, vê-se a relação entre ética e cultura. Quando o psicanalista Jurandir Freire Costa escreveu o livro “Ética e o espelho da cultura (1994)”, observando a infecção da degradação ética no Brasil, o autor avalia que atos simples, como cortar a fila; apropriar-se do lugar de idosos, fazer pequenos golpes como a pirataria de CDs, ou de marcas de roupas, ou, noutra escala, malversar os cofres públicos; ludibriar as licitações públicas; estabelecer tráfico de influência, embora haja diferenças de proporções, o que está sendo proclamado é a cultura da delinquência de um país inteiro.

O autor diz que,

Quatro atributos, todos detestáveis, compõem o perfil da cultura brasileira hoje: o cinismo, a delinquência, a violência e o narcisismo. Não é fácil, antes é muito doloroso, admitir que eles se tornaram confusa a imagem de nosso país. O cotidiano brasileiro nos leva, sempre, com cínicos, delinquentes, homens violentos e lamentáveis narcisistas com pose de homens de bens. Heróis de tempos obscuros, eles estão por boa parte – e um pouco dentro de nós mesmos. Não é fácil defrontar com essa imagem no espelho. Guardamos uma ponta de desconfiança, tentamos nos proteger, mas preferimos não pensar muito, e ver apenas o indispensável para seguir em frente (COSTA, 1994, p. 9).

Embora fazendo referência à década de 1990, momento de disseminação das práticas neoliberais no Brasil, as quatro características da degradação ética no Brasil sinalizadas pelo autor, a saber, o cinismo, a delinquência, a violência e o narcisismo, possuem origens atávicas. E estabelecem relações diárias com as instituições, como a universidade, os hospitais, o aparato jurídico.

É comum, por exemplo, médicos, agentes e militantes da Saúde do Trabalhador, ao questionarem o modelo hospitalocêntrico, explanarem o cinismo investido neste conhecimento científico que, ao invés de curar o doente, ouvi-lo com atenção, sensibilizar-se com o seu sofrimento, opera decisivamente como um banco de negócio. A mercantilização da doença e a subjugação do doente ao regime hospitalocêntrico pervertem a ética da ciência.

O mesmo ocorre com setores do jornalismo que usufruem do mecanismo das redes moduláveis na elaboração de fake News. Procedimento semelhante ocorre com candidatos aos pleitos eleitorais que desenvolvem os fake News para, com mentira, usufruírem da pouca capacidade crítica de setores da população, e gerar um clima de demonização mirado a quem luta por justiça.

As próprias cadeias de TVs, tal como ocorre com a guerra Rússia-Ucrânia, desenvolvem narrativas comovedoras, seccionam partes do evento escondendo a complexidade geopolítica dessa guerra e de outras ocorridas no passado próximo. Mas a degradação ética se instala também nas igrejas. Recorrentemente vê-se líderes religiosos sendo acusados de corrupções, aliciamentos sexuais, malversações de dinheiro, abuso de autoridade.

Pode-se dizer que a degradação ética, de fato, tem um alcance cultural, permeia as várias instituições, inclusive a universidade, que, às vezes de maneira dissimulada por meio de vários estrategismos burocráticos, silencia diante da desigualdade social ou se fecha em sua redoma. Em muitos casos, o requinte da dissimulação opera uma confusão entre ética e normatização.

Aliás, uma visão rasteira da ética é considerá-la como lei. Embora o desrespeito à constituição federal, como ocorre no Brasil, seja um problema ético grave, o problema ainda mais grave é o desrespeito aos direitos humanos desenhados na letra constitucional. À medida que a constituição é desrespeitada pelo próprio Estado que a configura, o que sobra é a desconfiança coletiva. Essa desconfiança faz afirmar a delinquência como recurso para quem, dentro do país, se vê obrigado a se relacionar com as instituições.

No caso do Brasil atual, a degradação ética, além de atingir o tecido social inteiro, ajuda a desenvolver um imaginário fascista. Seguindo o espelho do Estado, esse tipo de imaginário cultua, cultiva e dissemina o ódio. Esse ódio é aplacado no peito, às vezes de sujeitos simples, contra um inimigo imaginário.

Conforme explica Adorno (1951), esse processo ocorre com a veiculação de pulsões agressivas contra minorias étnicas e contra grupos tidos como vulneráveis, dos quais fazem parte as mulheres, os pobres, os povos indígenas, os negros, os moradores de rua, e os trabalhadores, em geral. No alavancamento do ódio contra um inimigo imaginário inscreve-se a ação de um líder que se coloca no lugar de um pai primitivo. Esse líder desenvolve a personalidade autoritária gerando estratégias para estigmatizar qualquer diferença ao seu conteúdo, estilo e personalidade. Daí que, contra qualquer diferença do líder torna-se motivo de aniquilamento ao que concebe a política ou a cultura de outra maneira.

De forma que a personalidade autoritária desse “pai primitivo”, concebida pela massa, reproduz o autoritarismo no trabalho, nas relações com colegas; nas ruas e no seio familiar. Convém, assim, demonizar o diálogo, a interrogação, a reflexão, a troca de ideias e o debate. Todos esses mecanismos de uma cognição democrática são coibidos pelo fetiche paranoico do

líder que, no fundo, quer tolher a massa do pensamento crítico. Nessa passagem, esmaece-se a razão por uma emoção brutal cega.

Adorno (1951) vê que para a paranoia se tornar realidade é necessária a mobilização de processos coletivos inconscientes. São esses processos que desenvolvem o fascismo. Convém elucidar que o sadismo do fascista se implanta por meio de uma libido agressiva.

O líder não cansa de mostrar força, culpar o inimigo, rir da desgraça dos pobres. Frente a isso, quase sempre usufrui, em suas estratégias, de componentes do imaginário da massa, como, exemplo, a moral religiosa. Em nome de Deus faz desfilar a violência, as ameaças, as punições e, inclusive, o ressentimento. Legitimar a violência por meio da moral religiosa se põe como tática de garantia de segurança, daí o apelo à ditadura e ações que breçam a manifestação popular.

A fetichização do líder se mistura às figuras religiosas, como à figura de Deus. A defesa da violência em nome de Deus e a culpa dos que querem debater, dialogar, organizar projetos coletivos, exercer a democracia, esmagam a ética. Nesta circunstância, não se aceita a autonomia da escola, da ciência ou de qualquer pedagogia que põem no centro a reflexão histórica da realidade. A própria violência é ideologizada, escondida, apagada, subtraída da razão. Ou negociada como uma mercadoria simbólica justificadora de negócios de armas, de castrações da opinião pública e, inclusive, de criminalização de agentes de movimentos sociais. Transformada em visão de mundo ideologicamente constituída, a violência é positivada como na defesa do armamento ou da beligerância contra os supostos “bandidos”.

Ganhar a opinião pública no sentido de liberar o comércio de armas se junta, por exemplo, às atividades midiáticas que expõem a dor de mães que viram seus filhos serem assassinados conforme a espetacularização de suas lágrimas; se junta também ao comércio de mortes sob encomenda de grileiros e de latifundiários; e em ações econômicas desenvolvidas pelas companhias de seguro.

De tal sorte, a atividade econômica de positivação da violência ocorre pelo comércio de habitação em condomínios fechados a partir da rubrica da segurança e ainda pela vigilância tecnológica de rastreadores por satélites. Observa-se que funcionários militares, agentes de polícia e outros similares, passam a ocupar cadeiras de deputados, senadores ou cargos em comissão mediante o discurso da força. O que se vê é a expansão do paradigma da militarização da vida centrada na positivação da violência.

A violência transformada em aspecto positivo ajuda nas campanhas de privatismo da saúde pública; nas ações que golpeiam a degeneração do SUS – Sistema Único de Saúde; na liberação de agrotóxicos para garantir a prevalência da concentração de capital e de terras à

custa do adoecimento da população. Mas o próprio adoecimento se transforma num aspecto positivo conforme os intentos comerciais do complexo hospitalocêntrico.

O processo ideológico que positiva a violência e a transforma no principal componente da degradação ética gera um silêncio substantivo às causas, aos fundamentos, aos fatores e aos efeitos da desigualdade social. Produzir uma surdez coletiva consoante ao aumento da fome do Brasil, ou sobre o crescimento do latifúndio, não estabelecendo relações com a formação de bancadas que dominam o Estado nos bastidores, é também uma estratégia ideológica.

Posto assim, percebe-se não haver separação entre ética e política. Daí, poder enxergar que o grande problema é quando a política se separa da ética, e esta se separa das ações sociais, como das instituições ou na vida cotidiana. E o problema é maior quando a feição moralista substitui a interrogação ética operando um silêncio sobre os problemas sociais estruturais. Desse ponto de vista, poder-se-ia dizer que a ética é um modo de ver abrangente, por exemplo, o aumento recorde do feminicídio; da precarização do trabalho; da violência militar; do desmatamento; das brigas em bares.

Quando se observa o que tem ocorrido no Brasil atual percebe-se que é o país que mais mata líderes de movimentos sociais; é o país que tem mais violência no campo e que perpetua o latifúndio. Observa-se também que em torno de 70% das pessoas que são presas no Brasil são negras; e 70% das empregadas domésticas são também negras, assim como os serventes de pedreiros são, na maioria, negros.

Ao interpretar esta situação, como foi assinalado anteriormente, percebe-se que a ética não se desvincula do tecido social que, por sua vez, como a palavra “ethos” indica, não se desvincula dos gestos e das ações humanas que ocorrem em todos os lugares.

A mediação ética ocorre na relação do pai com os filhos; do professor na sala de aula e relativa aos seus propósitos pedagógicos; no fazer científico e nos efeitos dos produtos da ciência. Ocorre também na relação entre o esposo e a esposa, entre os namorados; no modo como se lida com os ambientes, com a natureza, com os trabalhadores.

Contudo, quando uma sociedade é violenta, ou quando a violência é fetichizada, há a degradação ética, estimulando o adoecimento moral do tecido social inteiro. A fragilidade da federação e do Estado brasileiro; o controle que a elite fez das instituições públicas e privadas; o clima de disputa no trabalho e os mecanismos simbólicos assentados no preconceito, geram uma insegurança ética, logo, fundam a privatização da solução, motivam à prática do “jeitinho”.

A instabilidade ética do país tem origem dramática e trágica. Alfredo Bosi (1992), ao citar Marx, assinala que,

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista e o saqueio das índias Orientais, a conversão do continente africano em zona de caça de escravos negros, são todos fatos que assinalam os albores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação originária. Atrás deles, pisando em suas pegadas, vem a guerra comercial das nações européias, cujo cenário foi o planeta inteiro (BOSI, 1992, p. 21).

A chamada acumulação primitiva presente no fundamento da sociedade burguesa contou com um conjunto de violências, de pilhagens e, inclusive, de extermínio de povos indígenas; trouxe também línguas, modos de vida e formas de sociabilidades. O mesmo autor explica, referindo-se à colonização do Brasil, o que desdobrou desse processo. Ele diz que,

A barbarização ecológica e populacional acompanhou as marchas colonizadoras entre nós, tanto na zona canavieira quanto no sertão bandeirante; daí as queimadas, a morte ou a preação dos nativos. Diz Gilberto Freyre, insuspeito no caso porque apologista da colonização portuguesa no Brasil e no mundo: "O açúcar eliminou o índio". Hoje poderíamos dizer: o gado expulsa o posseiro; a soja, o sitiante; a cana, o morador. O projeto expansionista dos anos 70 e 80 foi e continua sendo uma reatualização em nada menos cruenta do que foram as incursões militares e econômicas dos tempos coloniais. Carl Siger, autor de um Essai sur la colonisation (Paris, 1907), fez uma curiosa defesa dos métodos coloniais, que considerava autênticas "válvulas de segurança" {soupapes de sûreté} das metrópoles (BOSI, 1992, p. 25).

Conforme explicita Bosi, as raízes da colonização estão presentes nas instituições e na sociabilidade brasileiras. Aliás, conforme o autor sintetizou, essas raízes são atualizadas, recolocadas e mescladas aos diferentes contextos históricos. Mesmo a modernização do território e da agricultura, a urbanização e a industrialização mantiveram “os métodos coloniais”, assim como o latifúndio, a *política das mercês (baseada no tráfico de influência, no puxa-saquismo, nas cassações brancas)*, o patrimonialismo, o populismo e o coronelismo, ora insidioso, ora direto e ameaçador.

Isso tudo rebate na vida social inteira. Cria o que Takeuti (2004) denomina “referências simbólicas vulneráveis”, gerando a desconfiança que se dissemina no espírito coletivo. É comum haver desconfiança nos hospitais e em sua ética; nos aparatos jurídicos; na polícia; no congresso e na assembleia legislativa; nos prefeitos, assim como nos concursos de contratações de professores nas universidades; nas licitações; no empresariado em sua relação

com o erário público; na previdência social, assim como nos guardas de trânsito; nos jornais etc. Por isso, esse tipo de interpretação não permite separar povo, mídia, Estado.

Mesmo um evento trágico, mundialmente estabelecido como a disseminação da covid-19, se torna objeto de oportunismo financeiro; de negociatas políticas e de corrupção. O efeito deletério do vírus COVID-19 não é suficiente para sensibilizar órgãos dirigentes consoante às pessoas idosas; aos sujeitos que possuem comorbidades, aos desempregados e aos moradores de rua. Em alguns casos, a negação da ciência pelo obscurantismo oportunista se efetiva como bandeira política e ideológica enquanto a morte se espalha e se converte na dor de boa parte da população.

Ao enfatizarmos a ideia que a violência é a antinomia da ética devemos reconhecer que todo ato violento não é apenas ação; é também uma representação, pois o ato deixa cicatrizes no invisível, ou no modo de ser de uma cultura. Quando, por exemplo, um jovem é assassinado, além do desígnio extremo, a morte, os afetos da mãe, dos parentes, dos irmãos e dos amigos agem depois que o ato ocorreu.

Por isso, a ideia de Costa (1994) parece salutar, uma vez que demonstra que cada ato de violência sangra a moral social inteira. Ao se portar assim, torna-se o espelho de uma certa ética, geralmente da ética cínica. Com efeito, resolver o problema da violência incide em sanear a moral social. Incide em retocar os códigos culturais que formam a consciência coletiva.

O sociólogo Nildo Viana (2002), estudioso do assunto, ao analisar a violência pelo mecanismo de imposição, ou seja, do poder, esclarece que,

A partir disto podemos desenvolver nossa definição de violência. Em primeiro lugar, violência é uma relação. A violência é uma relação onde algo é atingido por outra coisa. Neste sentido, a modificação interna ou endógena de um ser não constitui violência. A destruição de um ser a partir de seu próprio desenvolvimento interno não é um ato de violência. A violência pressupõe uma ação exógena. Toda ação sobre algo é uma relação, ou seja, pressupõe a existência do agente e daquele que é o “objeto” da ação. De um lado existe o agente da violência e de outro existe a vítima da violência. Esta relação é uma relação social, pois tal conceito é destituído de valor explicativo para os fenômenos da natureza e por isso limitaremos seu uso ao mundo animal, embora aqui deixemos de lado sua manifestação fora do mundo humano. Podemos então definir a violência como relação social caracterizada pela imposição realizada por um indivíduo ou grupo social a outro indivíduo ou grupo social contra sua vontade ou natureza (VIANA, 2002, p. 18).

De acordo com as palavras do autor, há na violência uma ação de poder geralmente autoritária que impõe sobre a vontade de outrem. No caso específico da violência brasileira, conforme foi aludido anteriormente, os mecanismos da gênese da sociedade brasileira, ou

seja, os alicerces sociais de sua formação, provam o que Viana (2002) interpretou. Percebe-se que a violência é constituída – e se constitui – nas relações sociais. Vejamos alguns apontamentos em cifras revelados a partir da pesquisa do núcleo de estudos de violência da USP (2017).

A pesquisa revela que:

- do total de vítimas, **89% são homens**;
- os **jovens – especialmente os de 18 a 25 anos** – são a faixa etária mais vulnerável à violência (33% do total);
- **os negros correspondem a 2/3 das vítimas** em que a etnia é informada;
- a maior parte dos crimes ocorre **à noite** (35%);
- No **fim de semana** concentra um grande percentual dos casos (36%);
- **81% morrem vítimas de arma de fogo** (quando a arma é informada);
- em 15% dos casos, **o autor do crime conhece a vítima**;
- são **89 suicídios** no período.

Marcadores de gênero; de raça; de tempo e espaço e de relações sociais diversas aparecem na radiografia da violência. Todos esses marcadores se reprisam em pesquisas feitas em âmbitos diferenciados, provando que a estrutura social brasileira, ou os efeitos da colonização do Brasil e seus aportes, como o escravismo; o monopólio das terras; o domínio das instituições públicas; a diferença de classe e a desigualdade social, estão presentes e ativos na prática da violência e, portanto, na degradação ética.

Diante desses aspectos cabe interrogar o papel da universidade e, especialmente, o modo como a ciência, em geral, intervém ou deve intervir nesse quadro.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS: os desafios da universidade e da ciência frente a ética

Os estudos oriundos do rico debate do pensamento pedagógico brasileiro nas últimas décadas têm ensinado uma lição de método: não se pode pensar a universidade e a ciência destituídas das determinações sócio-históricas em que são constituídas. Pensar a universidade e a ciência por esse prisma exige fazer um jogo entre a totalidade e a particularidade numa relação de afirmação e negação constantes. Isso quer dizer que, conforme se vê em vários números e reflexões, o Brasil avançou na produção científica certamente correspondente ao crescimento de sua economia em nível de mundo.

Na leitura geopolítica da produção científica há a hegemonia dos EUA – Estados Unidos da América; do mesmo modo que há a força dos países capitalistas da Europa ocidental. Mas uma novidade se nos apresenta: o crescimento da China e da Índia. Especificamente esses dois países, em termos relativos, apresentam crescimentos maiores que o dos EUA na década anterior. Mesmo com o crescimento, os EUA ainda mantêm, em nível de mundo, o alcance da produção em cerca de 30%. E o nível de defasagem do Brasil ainda se mostra absurdo, pois apesar de seu crescimento, o país contribui apenas em 0,92% de pesquisadores para 1000 trabalhadores.

Ao observar o quadro da geopolítica da produção científica há que se compreender a relação entre ciência e economia. Isso revela o sentido economicista da ciência moderna e atual. Percebe-se que os países industrializados, proporcionais à sua economia, são os que mais produzem conhecimento científico, bem como inovação tecnológica. Daí que, de fato, pode-se considerar a ciência como força produtiva.

No Brasil, há algo interessante que não destoaria de outros países: as pesquisas direcionadas às atividades agrícolas juntando-se às que promovem alterações nos componentes naturais, são as que revelam maiores crescimentos. Quando se observa o rumo para qual direciona a produção científica logo compreende que investimento para sanear a desigualdade social; o problema do transporte público; da moradia popular; da fome e do desemprego não constam.

De maneira que, inicialmente, a produção científica brasileira e mundial é claramente atravessada pela atividade econômica, pela diferença de classe e pela divisão internacional do trabalho. Posteriormente, enxerga-se o papel do Estado em alavancar a ciência para os fins economicistas. Conforme se vê, os saberes, a sua publicização, a sua disseminação ou a sua democratização depende de lutas, enfrentamentos, organizações.

Desde o século XIX, o investimento na ciência acompanhou a hegemonia do poder dos países que, no mesmo pleito, intentavam a hegemonia econômica. A invenção da luz elétrica; do automóvel; do computador, das armas inteligentes; dos satélites e da manipulação de genes de plantas, animais e pessoas são exemplos demonstrativos que os saberes são disputados.

Por isso, o campo das humanidades, ou das ciências sociais, sempre teve um lugar inferior na plataforma de valor das ciências. A reflexão da ética, da violência, da subjetividade, da organização dos territórios, das etnias, das classes e dos gêneros sempre teve menos financiamento relativo, por exemplo, aos saberes, técnicas e práticas coadjuvantes do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico na esfera do capitalismo.

Por ser assim, as recentes descobertas que incluem satélites, informática, genética, algoritmos, redes, elementos da agricultura química e da produção de fármacos, assim como de sondas espaciais, armamentos, transplantes, cirurgias plásticas – e outras – demonstram a separação entre ciência e ética. Mais que separá-los revela a ética perversa da ciência se colocando como um braço importante na constituição dos monopólios das riquezas. Implicada nessa trama social, a universidade brasileira se vê desafiada e disputada.

A ligação entre o neoliberalismo, a partir de 1990, e a efusão da sociedade mundializada, gerou vários deslocamentos de sentido na universidade e aos professores e pesquisadores. No Brasil, a ponta dessa mudança foi o controle promovido pela Pós-graduação. Como um lugar que Hollanda (2019) denomina “espaço de notáveis”, controlada por agências avaliadoras e funcionando pelos supostos mecanismos meritocráticos, uma de suas maiores características é a aceleração.

Sob o ritmo dos cassinos globais de bolsas e da hipermobilidade de informações, mediante a aceleração na produção de textos, e pressionada a apresentar resultados de pesquisas e publicizá-los, a universidade se curvou ao clima do estrategismo institucional. Esse clima edificou um ethos: o academicismo que, por sua vez, secundarizou as reflexões teóricas e de sentido,

A submissão da universidade ao academicismo, ao jogo competitivo rastreado em currículos; à montagem de grupelhos para controlar o poder burocrático e ao esquema fetichizante do prestígio intelectual, consagraram uma situação aparentemente paradoxal: professores de grande poder institucional, mas intelectualmente frágeis.

O formalismo academicista e a burocratização institucional transformaram a reflexão da ética nos comitês de ética. Lógico que sempre houve e há resistências. Há intelectuais que focam o seu trabalho na elaboração do pensar crítico; na integridade das relações; na priorização do ensino-aprendizagem; na efetivação de propostas didático-pedagógicas sensíveis aos alunos empobrecidos das periferias urbanas.

Há também professores, pesquisadores e intelectuais que no interior da universidade neoliberal tentam aproveitar as possibilidades de publicação; de troca de experiências; de conexão de saberes; de formação de grupos para desenvolver pesquisas; na organização de redes; na formatação de intercâmbios e parcerias nacionais e internacionais. Ou seja, não se entregam à ética do controle e ao burocratismo academicista.

Convém explicitar que as chamadas novas tecnológicas, nas quais incluem o sistema de rede de informação; a disposição de textos pela via do Google, e também os bancos de dados eletrônicos, os sites, os blogs, podem facilitar a aceleração e os disfarces de erudição. O

regime de citação e o fetiche da ABNT – () são expedientes da forma textual ao modo do formalismo.

Há de considerar que a figura do livro, que, num passado próximo tinha uma aura sagrada, ou expressava o esquema de valor árduo de uma reflexão demorada, tem cedido lugar ao modelo de resenhas, artigos e ensaios. No caso do Brasil, esse modelo quase sempre copia as fórmulas das ciências hegemônicas dos países hegemônicos. Desta feita, o debate filosófico do valor dos discursos e das pesquisas, a leitura de clássicos e a interlocução teórica, aos poucos, vão sendo rebaixados pelo esquema da produção acelerada.

Tem ocorrido, inclusive, de o pensamento crítico também ser manietado pelo esquema dos slogans, das repetições e do apressamento. E ser cindido entre a forma discursiva em aulas, palestras, colóquios e as práticas de poder dentro das instituições burocráticas. Disso resulta o adoecimento de professores, a tristeza coletiva, a desesperança.

E, conforme pontua Arroyo (2012), pouca importância se dá ao que está na circunstância dos alunos empobrecidos, aos seus dramas familiares, às suas emoções. O mesmo procedimento ocorre consoante ao adoecimento de professores. De forma que a universidade não escuta vozes de outros saberes - e não se vê, pois atolado na pressa torna-se sintomática à degradação ética que impera nas relações sociais e no Estado. Daí, ser um dos seus desafios enfrentar essa degradação que é sua, mas principalmente do país.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Teoria Freudiana e modelo de propaganda**, publicado originalmente em 1951. Tradução de Francisco Rudiger. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda_1951_.htm?134956803. Acesso em: 15 jul. 2022.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2012.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COSTA, Jurandyr Freire. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Onde é que estou?**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

TAKEUTI, Norma. Subjetividades e Vínculos Sociais, *In*: SOUSA, I. M. (Org.). **Café Filosófico: Filosofia, Cultura E Subjetividade**. Natal - RN: Ed. UFRN, 2004. p. 262-273.

USP – Universidade de São Paulo. **Relatório de Violência**. Disponível em:
<https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/>. Acesso em: 20 jul.
2022.

VIANA, Nildo. **Violência urbana**: a cidade como espaço gerador de violência. Goiânia:
Edições Germinal, 2002.

PERU DE FORA NÃO SE MANIFESTA

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

Esse texto é uma provocação sobre a ética. Imaginemos o tema de tantos filósofos, pensadores e sábios que tentaram definir com propriedade, ao longo da história, essa palavra mágica que pode justificar o que se faz e o que não se faz nas relações sociais. E ainda, justificar o bem, o mal e o mais ou menos.

Claro que esse texto só poderia ter um salvo-conduto se fosse debatido num botequim, com a sua ética própria. Somente os eflúvios graduais dos líquidos que habitam os botecos podem nos auxiliar. Eguimar o desafiador, e Maria Alice, obrigado. Você aqui é colega junto com a Rafaela e o Daniel, também estudantes de medicina. Agradeço também à Márcia, amiga e companheira do exercício da ética do Botequim.

A ética do Botequim é uma ética em que a gente discute muito do que o Eguimar colocou anteriormente. P'ra gente tomar cachaça junto tem que haver uma ética do discurso - uma ética da amizade.

O Eguimar preparou a minha fala. Só não sei se ele colocou a bola na marca do pênalti ou se ele jogou a bola p'ra fora do estádio. Talvez eu descubra no debate. Eguimar coloca questões muito importantes. Uma visão mais geral.

Ética é uma palavra que serve para tudo e a gente tem que ter certo cuidado porque a palavra que serve para tudo pode servir para nada também. Quando a gente utiliza a palavra ética a utiliza a partir dos nossos lugares de fala. E eu vou tentar falar aqui, especialmente sobre a ética acadêmica, porque aqui temos estudantes e professores. Mas eu tenho outros lugares de fala. Tenho, por exemplo, uma família, e dentro da família, enquanto meu lugar de fala, tenho também uma visão crítica do que seria uma ética intrafamiliar. A melhor forma de a gente fazer a crítica a qualquer coisa é quando a gente está dentro dessa coisa.

E é engraçado que hoje a gente tem o lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade” que está sendo utilizado de forma absolutamente antiética pelo governo federal e pelos seus seguidores em que colocam a família como um reduto angelical da ética. Não é bem assim. Por exemplo: na família a gente tem uma disputa de narrativas éticas e eu faço essa crítica por dentro da minha família.

Eu também sou médico e por ser médico eu faço uma crítica da Medicina por dentro da Medicina. Se eu for médico e seguir a cartilha de uma ética médica que a gente não sabe quem inventou e de que forma, sob que circunstâncias e com pressões é difícil a gente ter uma

visão crítica. Então o melhor lugar para fazer a crítica da medicina é estar dentro dela, por isso eu faço uma crítica à medicina. E já adianta que a ética médica, hoje, é uma cartilha que foi rasgada e está sendo rasgada em vários sentidos: desde a formação médica, feita por um estado ocupado pelo poder econômico. Os estudantes de medicina são formados hoje para enriquecerem ou para se colocarem dentro de uma ética individualista suspeita. Perdemos o sentido da relação médico-paciente há muito tempo e os médicos hoje não tocam mais nos pacientes. Sabemos disso porque a telemedicina hoje, com todo o respeito aos avanços na área da comunicação, separa o médico do paciente.

O médico tem como sua missão maior a cura do paciente, conforme o Juramento de Hipócrates e que, aliás, descobrimos há algum tempo atrás que nem todas as faculdades de medicina fazem o juramento. Somente algumas fazem e isso também tem sua razão de ser.

E também sou servidor público e por isso o meu lugar de fala é, também, um lugar de crítica. Um servidor público é servidor do Estado brasileiro, seja no nível municipal, estadual ou federal, que é o meu caso. Seja na área militar, seja na civil, o servidor público tem uma responsabilidade ética com aquilo que o Estado nos ensina em termos de ética. E o nosso ensinamento maior, em termos de ética do Estado brasileiro nesses vários níveis, é dado pela Constituição Federal que nos rege. Atualmente a Constituição está sendo completamente manipulada, modificada, mas ainda tem direitos fundamentais que não foram mexidos.

Então, quem quiser saber o que significa ética do servidor público tem que fazer duas coisas: primeiro ler a Constituição Federal nos seus artigos dos direitos fundamentais e depois olhar para o governo federal, que tem um presidente da república chamado Jair Messias Bolsonaro, que é o infrator cotidiano da ética. Por isso, é importante sabermos que cada um dos governos que ocupam o Estado: municipais, estaduais e federal, possui uma determinada ética no seu lugar de fala.

O lugar de fala hoje de muitos municípios é o lugar de fala do prefeito e não o lugar de fala da ética do Estado. E assim por diante. No governo federal mais ainda. Por isso é importante a gente estar no lugar de fala para poder fazer a nossa crítica por dentro e não por fora. Um ditado antigo, de quando eu era garoto e jogava pelada de futebol, dizia, quando o pessoal de fora ficava dando palpite, que “peru de fora não se manifesta”.

Eu acho que todos os cidadãos brasileiros têm que se manifestar em relação a todos os assuntos que dizem respeito à sua vida - a vida e relações sociais. São os perus de dentro, evidentemente. Por isso, num nível mais próximo, é preciso exercer a crítica à ética por dentro da família, do serviço público, da Medicina, como é o meu caso específico e, num nível não tão próximo, por dentro da relação estado-sociedade, como é o caso de todos nós.

E aí quero colocar como ponto de interesse para o nosso debate: o que é a academia hoje no Brasil, na perspectiva da ética? Quando se fala em academia, falamos das universidades privadas ou públicas que formam as pessoas que vão constituir os próprios quadros formadores – os que têm acesso à mesma academia. Então, quando se está dentro da academia já começamos com um problema. O acesso à universidade é um acesso aético. Vou usar duas palavras aqui: o aético que é a falta de ética e o antiético que é aquele contrário à ética. Então, o próprio acesso à universidade já é aético, por exemplo, hoje numa faculdade de medicina dentro de uma universidade privada só quem tem acesso é quem tem condições de pagar uma mensalidade de 10, 12, 14, 15 mil reais. Isso, em si, já é uma questão profundamente aética porque exclui a maior parte da população brasileira desse acesso. A política de cotas é uma política de tentativa de resgate da ética, mas ela é insuficiente por várias razões: primeiro pela demanda muito grande frente à quantidade de oferta disponível, a gente sabe disso. E ela também tem um problema, que eu diria aético, que é o fato de que a política de cotas e os programas de inserção dos Estudantes sem condição econômica de ingressarem nas universidades privadas é uma política de financiamento – a priori antiética. Agora estou usando a palavra antiética, porque ao invés do Estado brasileiro investir na universidade pública ele investe na Universidade particular. Desde que foi instituído o FIES e a política de cotas, ou seja, não é coisa recente, embora a política de cotas seja fundamental e o financiamento também - o investimento que se fez na universidade privada é antiético porque deixou de favorecer a universidade pública para utilizar o recurso orçamentário na universidade privada.

Então a gente tem, falando da universidade hoje no Brasil, o favorecimento claríssimo da privatização do ensino público. Isto é antiético. Isso vai contra a ideia da ética que a gente colocou no início dos direitos fundamentais de que todo cidadão brasileiro deveria ter acesso à educação plena e isso não acontece. Hoje um dos grandes dilemas éticos, talvez um dos principais, é esse crescimento exponencial do ensino privado com financiamento público. Quando a gente está dentro da academia podemos fazer essa crítica por sentir na carne o que está acontecendo.

Por exemplo, eu trabalho na Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, onde tem uma instituição acadêmica – a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – onde tem cursos de pós-graduação em saúde pública. Esta pós-graduação é de dois tipos principais: o chamado *lato sensu*, com as especializações e os cursos de aperfeiçoamento; e o *stricto sensu* com mestrado e doutorado. Estas são as vertentes da pós-graduação dentro das universidades públicas e privadas. Para isso é preciso que essas universidades sejam credenciadas a ter esses

cursos e existe todo um regramento de cumprimento de critérios, de notas, enfim. Mas, de qualquer maneira, a gente tem vários cursos e centenas, dezenas, talvez milhares de cursos de pós-graduação no Brasil em todas as áreas.

Pois bem, o filtro que a gente já tem no acesso à universidade enquanto graduação vai se afunilando cada vez mais, dentro de uma lógica de demanda - aquilo que a sociedade gostaria de usufruir - e da oferta - aquilo que o Estado não oferece. Essa divergência entre oferta e demanda no acesso vai colocando um funil cada vez maior dentro das universidades. Vou falar das públicas, porque embora a Escola Nacional da Fiocruz não seja uma universidade, ela oferece o ensino de pós-graduação similar, por exemplo, ao da Universidade Federal de Goiás. O Eguimar também trabalha com a pós-graduação na UFG. Para quem é estudante universitário é importante a ideia: de que na pós-graduação, após o curso de graduação, vem a especialização. Esta tem um acesso um pouco mais facilitado porque há um equilíbrio maior entre oferta e demanda.

Contudo, no momento em que o estudante requer entrar numa pós-graduação de mestrado ou doutorado a gente começa a ter outro problema grave de uma ética acadêmica, que é o assunto a que me propus falar aqui junto com o Eguimar.

Bom, a recepção de alunos candidatos a fazerem mestrado e doutorado é, muitas vezes, um festival de antiética. Não só porque, por exemplo, podemos ter cem alunos querendo fazer mestrado e cem alunos querendo fazer doutorado, mas o mestrado oferece dez vagas e o doutorado cinco vagas. Enfim, até aí tudo bem. Tudo bem não, porque a oferta e a demanda tem uma defasagem muito grande, ou seja a demanda social não é atendida pela oferta dada pela universidade. E o que ocorre? Os alunos chegam e fazem a prova para ter acesso a essa pós-graduação, passam na prova cem alunos, eles vão para entrevista e nesta entrevista então escolhem-se 5 ou 10.

Essa escolha é um mecanismo gravíssimo de exclusão (aética) daqueles que não são selecionados Por que é grave? Eu, falando de dentro, de meu lugar de fala, senti na pele o problema. Na primeira vez que eu participei de uma banca na Fiocruz, há alguns anos atrás, para a seleção de concurso para o mestrado e doutorado fiquei impressionado porque tem vários candidatos e pouquíssimos são aprovados na entrevista. Normalmente é a entrevista que aprova o candidato. E aí vem o festival de infrações éticas, primeiro porque alguns dos entrevistados aprovados já são cartas marcadas de professores, ou são apaniguados, ou tem algum clientelismo, sei lá. Embora não seja a regra geral, isso acontece. Outra coisa é que todos os que são reprovados pela instituição, no caso a minha instituição, são colocados no limbo total e no lugar dos excluídos.

Esses alunos que tentam fazer o mestrado e o doutorado são absolutamente rejeitados pela instituição que não faz nada em relação a eles. Nessa primeira banca que participei, fiquei tão espantado que disse: vem cá esse pessoal que não foi aprovado na entrevista vai para onde? Disseram: não passou não passou. Aquilo me incomodou profundamente que naquele momento eu propus para a própria banca que a Fiocruz fizesse uma carta para cada aluno que fosse reprovado - eu diria que isso seria uma ética do acolhimento - dizendo que ele não foi aprovado naquele momento por qualquer razão, mas que a instituição estava aberta e que ele não se afastasse, que ele voltasse. Eu cheguei a escrever o protótipo dessa carta ... ninguém deu bola.

Essa preocupação vem da seguinte questão: muitas vezes os alunos reprovados no mestrado e doutorado perdem o seu desejo de seguir a vida acadêmica porque apostam tudo para serem professores, pesquisadores.

Assim, quem é reprovado a gente não sabe mais o que foi feito da pessoa, talvez pense em suicídio, por exemplo, ao tentar muitas vezes sem conseguir. Talvez tenha desistido definitivamente. Talvez venha a se rebelar contra um Estado que poderia ser provedor e acolhedor. Essa seria uma ética mais acolhedora.

E aí tem outra questão. Os professores que vão para uma banca têm um grau especial: são os doutores da instituição. A instituição tem vários doutores, mas não são todos iguais porque existe uma estrutura militarizada dentro das universidades. Tem o doutor general, o doutor coronel, o doutor capitão e o doutor sargento. O doutor sargento é aquele que não tem produção acadêmica, por exemplo. Ele não produz artigos “ditos científicos”. Os artigos científicos são a moeda de troca para o cara sair do posto de doutor sargento para o de doutor capitão e assim por diante. Isso gera uma elitização dentro da universidade e isso é também uma questão profundamente antiética da parte de doutores que se acham melhores do que outros doutores. Vocês vão ver isso! Vocês estão na graduação ainda, mas provavelmente já devem ter visto um pouco disso. Mas vocês vão ver e sentir isso de forma muito mais visível daqui a pouco quando entrarem para a especialização e para o mestrado e doutorado. Principalmente no chamado *stricto-sensu*. Aqui o nome já diz: é um *sensu* restrito só para aqueles iluminados ali. De modo que isso é profundamente antiético. Eu chamaria essa ética de uma ética epistemológica. Uma produção de conhecimento que é enviesada em que a maioria das pessoas que quer entrar na universidade é excluída e abandonada por não ter nenhum tipo de acolhimento posterior. E porque epistemológica? Porque quando a gente fala em epistemologia a gente está falando na produção de conhecimento, principalmente, dentro da academia. Epistemologia é tudo aquilo que diz respeito a qualquer forma de produção de

conhecimento, como é na academia. Os pouquíssimos alunos que entram no mestrado e doutorado - os escolhidos - ungidos pela graça, sei lá, de que nossa senhora e tal, vão fazer as disciplinas de formação. Essas, que são fundamentais para a formação de um mestre e um doutor, têm outro problema que eu considero muito grave: o aluno tem que cumprir várias disciplinas ao mesmo tempo em um tempo de mestrado que é cada vez mais curto. Quando eu fiz meu mestrado eram 4 anos e há muito tempo são dois anos de mestrado e de doutorado quatro anos. E a tendência é diminuir! A gente agora já tem mestrado e doutorado, também, profissional e à distância.

Isso prospecta um cenário que a gente vai ter mestres e doutores com um ano de formação, enfim, sei lá, seis meses de repente.

Mas o problema não é esse. O problema é que os alunos são forçados a cursar várias disciplinas simultaneamente e cada disciplina tem um responsável doutor general ou doutor coronel. Alguns doutores o acompanham - o doutor sargento, o doutor capitão -. Mas o doutor general ou doutor coronel quer mostrar serviço, que ele é o bambambam, então ele põe na ementa da disciplina (aquela coisa que vocês recebem com a programação) 40 livros em inglês. E o garoto e a garota que estão fazendo cinco disciplinas ao mesmo tempo enfrentam uma delas com 40 livros, outra só com 15 artigos traduzidos do japonês e as outras sabe-se lá com o quê.

É fundamental que a gente leia; que se aprofunde em alguns temas; que tenhamos embasamento teórico de algumas questões; mas é absolutamente aéutico você trabalhar com literatura internacional nas universidades de uma maneira geral, nos mestrados e doutorados principalmente, que em momento algum faz menção às mazelas sociais do nosso país. Qual é a leitura que vocês, enquanto estudantes de medicina, têm feito sobre a fome, a miséria, a saúde dos moradores em situação de rua, a população LGBTQIA+, o racismo estrutural, as pessoas com deficiência?

Vocês devem estar lendo aí os caras da fisiologia médica da Inglaterra, tudo bem, mas seria bom de vez em quando um professor diferenciado, que queira pensar de forma socialmente ética, colocar o aluno para ler alguns textos, algumas coisas acessíveis que tragam à tona a realidade brasileira.

O que a gente tem hoje também é uma costura completamente aéutica dentro da academia que não prepara os estudantes de qualquer curso (eu estou falando na medicina porque vocês são da medicina), seja na geografia, seja na antropologia, especialmente nas chamadas Ciências Sociais, para enfrentarem a aéutica ou antiética do estado brasileiro no trato

com essas questões. Então isso é o que a gente também pode chamar de uma ética ou de uma aética epistemológica.

Depois, tem-se outro problema dentro da academia (eu já falei da ética do abandono dos alunos que não passam, que não tem acesso - ética do acolhimento -), é que cada aluno que faz o seu mestrado e o doutorado tem um orientador ou uma orientadora. E aí a gente tem os alunos que sofrem assédio moral. Isso pode até não ser a regra, mas eu tenho dúvida se a regra não é a regra. Seria preciso fazer um trabalho sobre isso - que eu penso que não seria aceito pelos chamados comitês de ética das Universidades - para saber quantos alunos sofrem assédio moral e eventualmente assédio sexual com as orientações de mestrado e doutorado.

Não sei quantos são. Pode ser um por cento, é possível, mas a gente sabe que tem! Eu mesmo já tive alunos que me procuraram porque estavam sendo assediados. Alunos que desejam sair do mestrado e do doutorado por questão de relacionamento com os orientadores. Então isso é uma ética relacional que a gente também encontra dentro da academia.

Isso fica à boca miúda, como a gente chama, porque como a gente tem os doutores gerais, se você tiver um doutor sargento que resolva denunciar uma situação assim vai ser um problema sério.

Então a gente hoje tem na universidade também uma ética interrelacional entre professores e alunos. Não é possível que a gente continue trabalhando dentro das diretrizes pedagógicas e dos currículos com aulas que Paulo Freire chamava de modelo bancário, e que não se relacione profundamente o tempo todo com a sociedade brasileira. Que de alguma forma não esteja muito mais ligado às questões sociais do que com as questões teóricas que são trazidas na academia. Embora estas sejam importantes, é muito mais importante, ao invés de você ler três livros e achar que é o bambambam, que já sabe tudo de uma determinada teoria, que para a academia é muito mais importante você fazer isso, do que, por exemplo, fazer uma pesquisa com morador de rua, ou com pessoas com deficiência, ou numa comunidade favelada ou de meninas indígenas que estão sendo estupradas. É claro que existem exceções, como esse grupo da Federal e da Estadual de Goiás. Esse é um grupo diferenciado porque ele tem essa preocupação, assim como o nosso grupo e as pessoas que estão aqui acompanhando. Não que a gente seja melhor. É uma questão de posicionamento, de postura. Você escolhe. Ética é comportamento. Um dos significados da palavra Ethos, da palavra ética, é a disposição de ser Nobre. Essa é uma das traduções que a gente pode fazer da palavra ética.

Então, essa disposição de ser nobre você escolhe. Como é que você quer ser nobre? Você quer ser nobre porque vai comprar um fuzil e vai receber a carteirinha do clube de

caçador, como o ministro da educação que deu um tiro no aeroporto porque foi mexer na pistola que ele carrega porque tem uma carteira do clube? O cara, um pastor evangélico, ministro, ex-ministro da Educação, que abre uma mala no aeroporto, vocês devem ter lido, uma arma dispara e uma funcionária recebe estilhaço da bala que poderia tê-la matado. Então, qual é a nobreza que a gente vai escolher?

Quando a gente faz uma escolha ética, falando do nosso lugar de fala, fazendo a crítica da sociedade, fazendo a crítica do Estado, como dever de todo cidadão, a nobreza é exatamente se contrapor a essa ética que o Eguimar já colocou como ética fascista.

O fascismo tem uma ética que é a defesa da morte; é armar a população; é defender milicianos; é fazer passeatas de motocicletas. Essa ética fascista, para eles, é defender pastores evangélicos que cobram uma barra de ouro para distribuir a grana do Ministério da Educação. E quem não está do lado desses da ética fascista é comunista ou sei lá o que; quem está contra eles é ladrão, é corrupto. Então, esse é um discurso que tem uma ética, uma chamada ética fascista ou nazista. E a gente, infelizmente, encontra isso dentro da academia também. Estou falando da academia porque foi o tema que me coube aqui. E para fechar, p'ra gente fazer algum debate, a academia tem também certa ética organizacional e administrativa. As pessoas perdem tempo, muito tempo, cumprindo rituais administrativos e burocráticos: é preencher documentos; é fazer não sei o que; é ir de um lado para outro para procurar falar com alguém que não está disponível. Então, você tem toda uma estrutura burocrática administrativa que esconde, na verdade, a total incapacidade administrativa e organizacional da universidade pública. Isso não é culpa propriamente da Universidade, nem das pessoas que estão nesse papel. Isso é decorrente do desmonte feito por um Estado que não investe na educação: seja a educação primária, ou seja até o nível universitário.

Temos um país hoje em que a educação, nem vou falar da saúde, está completamente ao deus-dará. Não esperem nada de bom proximamente. E não é só agora, neste ano não, porque nesse ano o desmonte está sendo radical. Mas, no próximo ano, independentemente de quem for o presidente, (a gente espera que não seja o atual presidente, claro) não esperem que isso vá ser resolvido porque a gente tem um desmonte do Estado brasileiro que vem sendo feito nas universidades há tempos.

Então, além da gente ter comportamentos éticos e antiéticos, temos também o desmonte proposital do Estado brasileiro no ensino público. E isso tem o nome: chama-se favorecimento do ensino privado! Está sendo feito com a saúde, não vou falar do SUS porque não é o caso aqui, mas, especialmente, nas universidades estamos vendo isso de forma latente.

E eu não tenho dúvidas, essa coisa da escola a domicílio, que eles estão querendo implantar, isso aí é a pá de cal para a gente acabar com o ensino público primário no Brasil.

Enfim, acho que a gente já pode abrir o debate (já vi uma perguntinha aqui), e aprofundar essas questões e, de preferência, trazer discordâncias para a gente poder dialogar mais.

OS POVOS INDÍGENAS E A PANDEMIA: entre a violência e o coronavírus¹

Júlio César Borges²

Resumo: O presente capítulo pretende abordar a luta dos indígenas para se manterem vivos, particularmente perante a Covid-19 e a violência do cerco colonial. O ponto de partida é a categoria “índio”, analisada antropológicamente para revelar, sob aparente homogeneidade, a multiplicidade de grupos sociais nativos do território do que hoje é o Brasil. Em seguida, o conceito de vulnerabilidade é trabalhado em suas diferentes dimensões, para, em seguida, demonstrar a persistência de padrões coloniais de poder. Na sua terceira parte, o capítulo problematiza a história dos Povos Indígenas na sua relação indissociável com a expansão colonial do capitalismo mercantil como pano de fundo histórico da importante conquista de direitos, a partir da Constituição Federal de 1988, tema da quarta parte; em seguida, pontua-se como a produção colonial da violência fragiliza a institucionalidade legislativa. A conclusão é que os direitos dos Povos Indígenas, particularmente o direito à vida, seguem ameaçados e violados em nosso país. O texto é baseado em revisão bibliográfica e na leitura e análise de dados disponíveis em relatórios.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Covid-19. Vulnerabilidade. Poder colonial. Direitos.

INTRODUÇÃO

“Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) e propostas para combatê-lo”. Com esse título, a Hutukara Associação Yanomami divulgou, no dia 11 de abril de 2022, um relatório que traça o panorama da destruição garimpeira na maior terra indígena do país³. Os dados demonstram que o garimpo ilegal avançou 46% entre 2020 e 2021: “o crescimento se acentuou principalmente a partir do segundo semestre de 2020, coincidindo perigosamente com o recrudescimento da pandemia de Covid-19”. Entre 2016 e 2020, o garimpo ilegal na área cresceu 3.350%, com efeitos nefastos para a saúde e as vidas de cerca de 16.000 pessoas, ou seja, 56% da população total. “A extração ilegal de ouro [e cassiterita] no território Yanomami trouxe uma explosão nos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas, com sérias consequências para a saúde e para a economia das

¹ Texto baseado na fala proferida pelo autor no programa “Dedo de Prosa com o Poli(S)íntese”, realizado pelo Grupo Polissíntese de estudos e pesquisas em educação e cidades, do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan), no dia 30 de abril de 2021, sobre o tema “Populações vulneráveis e a pandemia: entre a fome, a violência e a Covid-19”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tHD0rp0jQWU>. Acesso em: 11 maio 2022.

² Graduado em Ciências Sociais; Mestre e Doutor em Antropologia Social. É professor do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Coordenador do Núcleo de Estudos e Ações para Diversidade (Nestadi) e membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito (Nupex) – ambos da Unifan. E-mail: juliocesar@unifan.edu.br

³ Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-sob-ataque>. Acesso em: 11 maio 2022.

famílias”, pontua o relatório da Hutukara, que ainda ressalta “um recrudescimento assustador da violência contra os indígenas”. Insegurança alimentar, devastação ambiental, doenças, violência e exploração sexual articulam-se para conformar um cenário de afronta à dignidade indígena. ‘Vocês não peçam nossa comida à toa! É evidente que você não trouxe sua filha! Somente depois de deitar com tua filha eu irei te dar comida!’. ‘Se você tiver uma filha e a der para mim, eu vou fazer aterrizar uma grande quantidade de comida que você irá comer! Você se alimentará!’. Essas falas, de garimpeiros ilegais na TYI, dão o tom vulnerabilidade que cerca os Povos Indígenas do Brasil – tema do presente capítulo.

Pretendo abordar a luta dos indígenas para se manterem vivos, particularmente perante a Covid-19. O ponto de partida é a problematização da categoria “índio” para revelar, sob aparente homogeneidade, a multiplicidade de grupos sociais nativos do território do que hoje é o Brasil. Em seguida, o conceito de vulnerabilidade é trabalhado em suas diferentes dimensões, cujo rendimento analítico aplicado a situações concretas de risco social e pessoal permite compreender fatores históricos e sociopolíticos. Após desnaturalizar as noções de “vulnerável” e vulnerabilidade, sob a iminente desumanização dos indígenas, procura-se demonstrar a persistência de padrões coloniais de poder. A terceira seção aborda a história dos Povos Nativos na sua relação indissociável com a expansão colonial do capitalismo mercantil, que vem provocando, desde o início da colonização, grande mortandade entre eles. Os principais marcos legais dos direitos indígenas, na atualidade, são o tema central da quarta seção para, na seguinte, pontuar como a produção colonial da violência fragiliza a institucionalidade legislativa. Como conclusão em aberto, a partir das vozes indígenas, é demonstrado que, apesar do robusto arcabouço legal e institucional, os direitos dos Povos Indígenas seguem ameaçados e violados em nosso país, especialmente após a vitória eleitoral do atual Presidente da República.

I. ÍNDIOS – OS POVOS NATIVOS DO BRASIL

A expressão “Povos Indígenas” é utilizada para se referir a uma multiplicidade de grupos sociais nativos do território do que hoje é o Brasil. Trata-se de populações remanescentes daquelas que aqui viviam quando da chegada dos europeus, no início do século XVI. Por este motivo, também são referidos como “povos originários” ou “autóctones” porque habitavam esta parte do mundo antes da invasão europeia. A palavra “índio” resulta do equívoco dos primeiros colonizadores, que acreditavam ter desembarcado na Índia em virtude

das semelhanças fenotípicas (cabelo, cor de pele) entre nossos nativos e os habitantes daquele país asiático.

Podemos afirmar que “indígenas” são aqueles que assim se identificam porque reconhecem uma ligação com os grupos originários, constituem coletividades específicas e se distinguem da sociedade nacional dentro da qual estão inseridos. O critério mais acertado para definir se uma pessoa é ou não indígena deve ser sua própria auto-identificação, que frequentemente aciona recursos culturais do seu povo (formas de expressão e práticas) associados à noção de indianidade genérica para particularizar sua forma de existência social. Não são traços tidos como característicos que os definem: cocares de penas, maracá, corpos nus sob pinturas de urucum e jenipapo, bordunas, zarabatanas, arco e flechas. Por isso, os antropólogos costumam dizer que indígena é mais um “modo de ser” do que de aparecer.

A comparação entre “nossa” sociedade e as sociedades indígenas através da oposição entre “civilizados”, “modernos”, “avançados” vs. “primitivos”, “simples”, “atrasados” é equivocada. Aqui repousa muitos dos preconceitos que pesam contra os índios: que eles estariam num estágio anterior de civilização em relação a nós (brancos, ocidentais) e suas culturas, por isso, seriam bem mais simples do que a nossa e, assim, precisariam de nossa ajuda para avançar. Na realidade, os vários Povos Indígenas desenvolveram elaboradas formas de conhecimento, fazem experimentações genéticas, têm teorias avançadas sobre a constituição do Universo e artes refinadas com densos significados socialmente estabelecidos. Suas culturas são tão ou mais complexas do que a nossa. E não é porque usam relógios, celulares e computadores que deixam de ser índios, pois suas culturas, assim como a nossa, não estão paradas e congeladas no tempo.

Igualmente equivocada é a noção de que os índios vivem “de acordo com a natureza”; como quaisquer seres humanos, eles vivem conforme suas culturas. O conceito antropológico de cultura é o guia mais seguro para compreensão dos modos de vida indígenas. Segundo Geertz (1989), a cultura é um fenômeno semiótico público, ou seja, é uma teia de significados à qual os seres humanos estão presos. Ela constitui uma hierarquia estratificada de estruturas significantes nas quais os sentidos são produzidos, percebidos e interpretados. Como discurso social, é o que possibilita que as pessoas se comuniquem entre si de acordo com um código socialmente estabelecido. “O ponto global da abordagem semiótica da cultura é auxiliar-nos a ganhar acesso ao mundo conceitual no qual vivem nossos sujeitos, de forma a podermos, num sentido um tanto mais amplo, conversar com eles” (*Idem*, p. 35). Cultura, assim, pode ser vista como a forma (variável de lugar a lugar) como uma determinada coletividade atribui significado ao mundo, às ações e relações sociais; organiza o relacionamento entre as pessoas,

conta o tempo e concebe sua história e a do Universo. Todas as pessoas – indígenas ou não – são dotadas de tais capacidades porque foram educadas no seio das suas sociedades. Nessa direção, Wagner assinala que cada cultura, em particular, constitui um universo de pensamento e ação semiótica (carregada de sentido) cuja equivalência estrutural possibilita a comunicação entre pontos de vista diferentes (WAGNER, 2020).

No caso das sociedades indígenas, para além da comunicabilidade humana, "natureza" e "cultura" não são províncias ontológicas separadas (DESCOLA, 1992, 1996, 2000; HVALKOF E ESCOBAR, 2001; VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 2002; CAYÓN, 2010). Ao invés de dimensões descontínuas, os mundos biofísico, humano e espiritual são interligados por um rico repertório de práticas socioculturais. Processos discursivos e performativos atribuem intencionalidade e consciência diferenciadas às entidades que povoam o Cosmos, fazendo com que a “cultura”, o domínio do espírito, seja a forma do universal e a “natureza”, o domínio dos corpos, a forma do particular (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 116). A agencialidade, portanto, configura um universo povoado por “seres cuja forma, nome e comportamento misturam inextricavelmente atributos humanos e não-humanos em um contexto comum de intercomunicabilidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 354).

Por outro lado, cumpre ressaltar que as culturas indígenas, assim como a brasileira e as de quaisquer povos sobre a Terra, são altamente dinâmicas e abertas a transformações. Como código simbólico dinâmico, a cultura vai atribuindo significados diferentes às coisas e aos seres conforme o mundo vai mudando, no espaço e no tempo. São dois tipos de mudança cultural: uma interna resultante do próprio sistema social (descobertas e invenções); outra externa, decorrente do contato com outros sistemas sociais. “Cada sistema cultural está sempre em mudança (...); é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir” (LARAIA, 2003, p. 101).

A noção disseminada de que os índios constituem um bloco único (“o índio”) é outro erro conceitual a ser evitado. Os Povos Indígenas compartilham muitos traços sociais e culturais, herdeiros que são de uma mesma civilização ancestral que começou a povoar as Américas entre 15 e 50 mil anos atrás. Mas essa longa história foi responsável por uma incrível diferenciação interna, apagada do horizonte da grande maioria das pessoas pela falsa noção de “índio genérico”. Espalhadas em todas as Unidades da Federação, vivem centenas de sociedades indígenas com histórias próprias e modos particulares de conhecer a natureza, constituir famílias e subgrupos, de cuidar dos recém-nascidos, das crianças, dos velhos, dos mortos e de se relacionar com a espiritualidade. São os Tukano, Krahô, Desana, Guarani,

Tikuna, Pankararu, Tembé, Xokleng, Paiter, Waiãpi, dentre tantos outros que merecem ter suas especificidades culturais conhecidas e respeitadas.

Os Povos Indígenas gozam de autonomia reconhecida pela legislação nacional e internacional. Suas comunidades têm liberdade para recrutar e incluir seus membros, definir seus negócios internos (intercâmbios com outros grupos, regimes políticos, ocupação do território) e suas formas de reprodução simbólica e material (línguas, organização social, vida cerimonial, distribuição das riquezas). Elas não são necessariamente contínuas ou concentradas, podendo estar dispersas e descontínuas no espaço, conquanto a ligação temporal com o passado pré-colombiano lhes faculta o direito constitucional sobre dada porção do território nacional.

A colonização europeia poderia ter resultado numa catástrofe demográfica incontornável para os Povos Indígenas. “O impacto quantitativo e qualitativo da invasão e colonização, portanto, foi incomparavelmente maior que o já admitido pela má consciência ocidental”, assevera Viveiros de Castro (1993, p. 30). De fato, o resultado das guerras se somou às doenças na sua depopulação: de aproximadamente 5 milhões de pessoas, vivendo em mais de 1.500 sociedades, falantes de 1.300 línguas indígenas restaram, segundo o Censo 2010, cerca de 900 mil indivíduos indígenas distribuídos em 305 etnias no Brasil de hoje, falantes de 274 línguas indígenas no território nacional⁴. (IBGE, 2012; TEIXEIRA, 1995).

Apesar da dizimação colonial, ainda hoje permanecem operantes modos de vida, formas de organização política, saberes e visões de mundo diversos que precisam ser conhecidos e respeitados. Resistem povos que souberam defender seus interesses ante a violenta expansão capitalista em nosso país e, hoje, afirmam suas identidades étnicas num contexto jurídico favorável ao reconhecimento dos seus direitos coletivos. Há grupos em relativo isolamento e outros vivendo em contextos urbanos de grandes metrópoles (cerca de 36% dos indígenas brasileiros vivem na zona urbana, embora dentre estes que estão nas cidades apenas 8% vivem em Terras Indígenas demarcadas)⁵.

⁴ As línguas indígenas podem ser subdivididas em troncos e famílias. Os troncos são grandes blocos que agrupam diversas famílias linguísticas interligadas por uma língua ancestral comum. No Brasil, os dois troncos são o Tupi e o Macro-Jê; existem ainda algumas famílias que não apresentam quaisquer semelhanças entre si e, portanto, não podem ser aglutinadas num mesmo tronco. As famílias linguísticas que não podem ser agrupadas em troncos estão localizadas em diferentes regiões do país. São elas: Karib, Aruak (ou Arawak), Arawá, Guaikuru, Nambikwara, Txapakura, Mura, Pano, Yanomami, Maku, Tukano e Katukina. As seguintes famílias comportam uma única língua cada: Aikaná, Jabuti/Arikapú, Irantxe, Kanoê, Kwaza, Trumai, Mynky e Tikuna. (TEIXEIRA, 1995, p. 300).

⁵ As regiões Norte e Nordeste são as que concentram maior parcela da população indígena brasileira, respectivamente com 38,2% do total e 25,9%. Sudeste (11,1%) e Sul (8,8%) são as regiões com menor número de indígenas, decorrência de fatores históricos de ocupação e colonização do território nacional. Para maiores informações sobre a sociodiversidade indígena, ver: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 11 maio 2022.

II. VULNERABILIDADE COMO PRODUÇÃO SOCIAL

A vulnerabilidade não pode ser naturalizada como condição ou estado intrínseco de certas pessoas e comunidades. A não ser que reconheçamos que todos os seres vivos, indistintamente são vulneráveis, em sentido amplo e abstrato, à doença, ao sofrimento, à decrepitude e à morte. Em si tratando dos Povos Indígenas, é particularmente importante enxergar a vulnerabilidade em suas múltiplas dimensões neste momento de pandemia da Covid-19. Como aponta Capiberibe (2020, p. 315),

[O] contexto indígena no Brasil é complexo. Se num extremo estão os povos em isolamento voluntário, no outro, estão aqueles que vivem em centros urbanos e, no meio disso, os que vivem um trânsito, maior ou menor, entre aldeias e cidades. O que reúne essa complexidade é certamente a enorme vulnerabilidade em que todos se encontram.

A análise deve ir além da pobreza - conceito que em si é questionável quando aplicado à realidade indígena e de outros povos tradicionais. Requer que se reconheça que a vulnerabilidade diz respeito a uma heterogeneidade de situações que limitam o acesso a direitos: por exemplo, discriminações e preconceitos étnicos, precário ou nulo acesso a serviços e políticas públicas, violência do cerco colonial e fragilização ou rompimento das relações familiares e comunitárias, exposição a doenças exógenas. Nessa direção, é importante compreender a vulnerabilidade em suas dimensões programática e social.

A vulnerabilidade programática a que estão sujeitas parcelas da população se materializa na falta de investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), no seu sucateamento ou nas diferentes formas de privatização da saúde. A resposta à epidemia depende essencialmente da garantia de uma rede com leitos nos hospitais, equipamentos, materiais e, fundamentalmente, profissionais de saúde para o atendimento das pessoas doentes. A situação de vulnerabilidade programática poderá ser reduzida com políticas de proteção social, principalmente aquelas mais diretamente ligadas ao papel do Estado como mediador das relações sociais e não de defesa dos interesses do capital, a exemplo dos programas urgentes de garantia de renda, segurança alimentar, continuidade do trabalho formal, com implementação de trabalho remoto, adiantamento de férias etc. Uma segunda dimensão da vulnerabilidade que merece destaque é a dimensão social, pois grupos populacionais que já enfrentam historicamente uma trajetória de violação de direitos sentirão os efeitos da infecção pelo novo coronavírus e do adoecimento pela Covid-19 de forma mais devastadora. Assim, gênero, raça e geração configuram-se em elementos centrais para entender a situação complexa das vulnerabilidades de grupos particulares quanto à possibilidade, ou não, de manter a quarentena, e às consequências relativas ao acesso aos serviços de saúde, a leitos e à progressão do adoecimento. Nos EUA e no Brasil, já se evidenciam o efeito letal da pandemia junto à população negra. Todos os países terão que enfrentar o aumento da violência de gênero como efeito das medidas de contenção da epidemia. A morte de jovens e crianças tem colocado em questão a ideia de esta ser uma doença de idosos (NAKAMURA; SILVA, 2020, p. 163-4).

Nesse sentido, o conceito de vulnerabilidade é mais produtivo quando aplicado a situações concretas de risco social e pessoal decorrentes de fatores históricos e sociopolíticos. Ela pode estar relacionada – por vezes de forma concomitante - à existência de conflitos fundiários, vivência de discriminação e racismo, ausência de serviços e políticas públicas nos territórios, fraca ou nula capacidade de produção da vida material de forma autônoma e de acordo com os modos e estilos coletivos de vida.

Necessário ressaltar a vulnerabilidade imunológica. Famílias e comunidades de povos isolados ou de recente contato (com sociedade ocidental) estão expostos a um risco maior de contágio e agravamento de doenças para as quais ainda não desenvolveram imunidade, tal como a Covid-19. Como observa Capiberibe, “o contato com invasores (estes sim imunes às doenças e às ideologias de dominação que carregam) pode disparar a aniquilação de populações indígenas inteiras” (2020, p. 314). Além disso, os indígenas estão entre os mais vulneráveis da população brasileira sob certos aspectos que repercutem em uma maior exposição ao coronavírus:

Via de regra, esses segmentos residem/ocupam áreas de difícil acesso, ou favelas e palafitas (os chamados “aglomerados urbanos subnormais”), não alcançados pelos serviços e equipamentos públicos de saúde, saneamento e educação, por exemplo, de seus respectivos municípios e estados; frequentemente são vítimas de racismo institucional por parte, justamente, dos gestores desses serviços e/ou por seus operadores (o que também repercute diretamente no agravamento da condição acima descrita). (VARGA *et. al.* 2020, p. 325).

Cabe enfatizar o imperativo da desnaturalização da categoria “vulnerável” sob a iminente desumanização dos indígenas. Se, por um lado, é preciso focar as capacidades que as pessoas, famílias e comunidades têm para resistir às situações de eminente risco, por outro, o pertencimento étnico e as identidades sociais minoritárias não podem ser, automaticamente, sinônimo de vulnerabilidade. Cabe aqui a sensibilidade requerida por Sposati para o devido e respeitoso uso dessa categoria:

do mesmo modo que se pode aplicar o conceito de pobre, carente, excluído como estigmas, também se pode aplicar os conceitos de vulnerabilidade e vulnerável. Trata-se de uma categoria como designativo de alguém e, por isso, esse alguém abre mão de ser sujeito para ser sujeito, perdendo a categoria de cidadão (SPOSATI, 2009, p. 33).

Considerar a vulnerabilidade dos indígenas à violência e à fome (forma mais grave de insegurança alimentar) requer ponderação sobre: em que grau ainda exercem controle sobre suas terras e territórios? Qual é a qualidade do ambiente natural onde vivem? Há o

reconhecimento e respeito intercultural à identidade e culturas indígenas permeando as políticas públicas? Ocorre (e como) a participação indígena em decisões políticas que afetam suas famílias, comunidades e territórios?

O pressuposto teórico aqui é o de que muitas das vulnerabilidades que afetam os indígenas advêm do relacionamento desigual, por vezes violento, que as frentes de expansão econômica – primeiramente europeia e depois brasileiras - lhes impuseram desde o século XVI até os dias atuais. O que sobressai e deve ser enfrentado é a persistência de padrões coloniais de poder, que excluem e dominam os povos nativos a partir da definição preconceituosa do que são os “índios” para inseri-los em regimes de exploração econômica que não dispensam o aparato do Estado. Nesse sentido, segundo Anibal Quijano, a categoria “índio” é produto histórico do colonialismo; ou, noutros termos, desde a origem uma identidade racial, colonial e negativa. Seu substrato cognitivo é a ideia de raça, forjada como forma de legitimar as relações de dominação impostas pela conquista e empenhada na naturalização das relações coloniais desiguais entre europeus e nativos das Américas:

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, isto é, uma suposta estrutura biológica diferente que colocava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundador das relações de dominação que a conquista impôs. Com base nisso, conseqüentemente, a população da América, e mais tarde do mundo, foi classificada neste novo padrão de poder (QUIJANO, 2014, p. 778).

Nesse sentido, houve (e vem se mantendo) uma colonização cognitiva. O padrão de poder fundado na colonialidade implica uma perspectiva de conhecimento em que os não europeus (ou os nativos das Américas) são vistos e pensados como o passado e, portanto, inferiores, sempre primitivos em face dos europeus, auto concebidos como o ápice da trajetória civilizatória, os mais avançados da espécie humana (QUIJANO, 2014).

III. A PRODUÇÃO COLONIAL DA VULNERABILIDADE

A história dos Povos Indígenas do Brasil é indissociável da expansão colonial do capitalismo mercantil. Movidos por ganância e ambição, os europeus aqui desembarcaram no início do século XVI e provocaram, desde o início da colonização, grande mortandade entre os nativos. Antes mesmo da instalação do Governo Geral, na Bahia, em 1549, os portugueses tentaram implantar capitânicas hereditárias para povoamento e exploração do novo território, o

que só foi possível graças ao extermínio, expulsão ou apresamento dos seus habitantes originários.

Ao término do primeiro século de contato dos europeus, a população indígena do país - que ali começava a ser construído - foi drasticamente reduzida. Dois fatores devem ser destacados: as epidemias e as guerras contra os nativos. Varíola, sarampo, coqueluche, catapora, tifo, difteria, gripe, peste bubônica, malária provocaram um verdadeiro cataclismo biológico nos territórios recém-invadidos.

[...] vírus e bactérias são aliados, há séculos, da ganância da exploração econômica, agindo junto com esta na mortandade das populações indígenas. Coqueluche, varíola, catapora, sarampo, malária, peste bubônica, tifo, difteria, conjuntivite e gripe são doenças cujos agentes patológicos exterminaram ou reduziram substancialmente povos que não possuíam barreira imunológica para os males trazidos com a suposta civilização. Mudam os microrganismos, mas os massacres permanecem (CAPIBERIBE, 2020, p. 313).

Particularmente nefasta era a política de concentração da população indígena em aldeamentos forçados pelos missionários e órgãos oficiais, que favorecia a rápida disseminação dos agentes patogênicos. Carneiro da Cunha menciona o efeito avassalador do sarampo e varíola – associadas à fome - nos aldeamentos da Bahia cujos sobreviventes, entre 1562 e 1564, “preferiam vender-se como escravos do que morrer à míngua” (2012, p. 15). Grandes epidemias tiveram sua força avassaladora associada a fatores sociopolíticos, como a violência dos invasores perpetrada em diversas regiões do país e a escassez de alimentos devida ao cerco colonial. Não raro, o contágio foi deliberadamente provocado pelos colonizadores com a distribuição de roupas e objetos virulentos aos índios: como exemplo, podem ser mencionadas as mortes de vários Canelas que visitaram Caxias, no Maranhão, em 1815, e as dos índios do Paraná e Santa Catarina contaminados com cobertores infectados deixados pelos “bugreiros” em pontos de troca de presentes previamente acordados com os nativos.

Ao longo do século XX, a violência contra os Povos Indígenas persistiu, apesar da criação de um órgão indigenista oficial, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, posteriormente substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Darcy Ribeiro estima que, entre 1900 e 1950, mais de 80 povos desapareceram por completo (1996). Outros foram violentamente atacados, mas sobreviveram: em 1913, por exemplo, os Kenkatajê (uma das nações Timbira) foram atacados no Maranhão após serem embriagados pelos algozes; seus sobreviventes se refugiaram entre os Krahô, que viviam no norte do então estado de Goiás e também foram vítimas de ataque semelhante, ocorrido em 1940. É nesse período que o

presidente Getúlio Vargas deflagrou a Marcha para Oeste, visando à ocupação dos chamados “vazios territoriais” do país. Tais eram, mais uma vez, as terras indígenas se tornando alvo de novas ondas de ocupação vindas do sul e sudeste. Assim, foram empreendidos projetos de colonização tais como aquele que penetrou os vales dos rios Araguaia e Xingu, onde viviam (e ainda vivem) os Xavante, Xerente, Karajá e xinguanos. Outro projeto da época foi a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no atual estado de Mato Grosso do Sul, com a doação de terras a famílias nordestinas que se dirigiam a São Paulo e Rio de Janeiro no final dos anos de 1930 devido a uma grande seca. Este projeto foi implantado no coração do território dos índios Guarani, que foram deixados à margem e sequer foram consultados. Violência, pobreza e doença são os resultados que persistem até os dias de hoje, agravados pela venda das pequenas propriedades, desde a década de 1970, para fazendeiros que impõe à força latifúndios de grãos destinados à exportação.

Os anos seguintes à criação da FUNAI (em 1968) testemunharam o “milagre” brasileiro na forma de investimentos em infraestrutura e prospecção mineral. Durante a ditadura militar, surgiram então diversas grandes obras de infraestrutura - a Transamazônica, as barragens de Tucuruí e Balbina, o Projeto Carajás – tudo em nome do “progresso” e do “desenvolvimento” diante dos quais os índios eram empecilhos. Como salienta Carneiro da Cunha (2012, p. 21): “forçava-se o contato com grupos isolados para que os tratores pudessem abrir estradas e realocavam-se os índios mais de uma vez, primeiro para afastá-los da estrada, depois para afastá-los do lago da barragem que inundava suas terras”. Tal é o caso dos Parakanã, do Pará. Já os Cinta-Larga, no ano de 1963, tiveram suas aldeias bombardeadas e posteriormente atacadas por pistoleiros em razão da presença de diamantes em seu subsolo. O Texto 5 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade apresenta uma série de violações dos direitos humanos dos Povos Indígenas, nesse período, em nosso país, com a alarmante estimativa de, ao menos, 8.350 indígenas mortos em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão:

Os Povos Indígenas no Brasil sofreram graves violações de seus direitos humanos no período entre 1946 e 1988. Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões. Omissão e violência direta do Estado sempre conviveram na política indigenista, mas seus pesos respectivos sofreram variações. Poder-se-ia assim distinguir dois períodos entre 1946 e 1988, o primeiro em que a União estabeleceu condições propícias ao esbulho de terras indígenas e se caracterizou majoritariamente (mas não exclusivamente) pela omissão, acobertando o poder local, interesses privados e deixando de fiscalizar a corrupção em seus quadros; no segundo período, o protagonismo da União nas graves violações de direitos dos índios fica patente, sem que omissões letais, particularmente na área de saúde e no

controle da corrupção, deixem de existir. Na esteira do Plano de Integração Nacional, grandes interesses privados são favorecidos diretamente pela União, atropelando direitos dos índios. A transição entre os dois períodos pode ser datada: é aquela que se inicia em dezembro de 1968, com o AI-5 [Ato Institucional nº 5] (BRASIL, 2014, p. 204-5).

A esse respeito, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos cobra do Estado brasileiro a garantia, aos povos indígenas, do direito à memória e à verdade.

A CIDH observa que a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) foi propulsora do paradigma assimilacionista e de tutela em nome de um alegado “interesse nacional” (ocupação de terras, construção de estradas, etc.), que causou diversas violações de direitos às populações indígenas. A esse respeito, a Comissão recebeu com beneplácito a informação de que o Ministério Público Federal (MPF) tem diligenciado, em sedes administrativa e judicial, visando a obtenção de reparações para diversas etnias; no entanto, tais iniciativas têm sido pouco frutíferas. A Comissão chama a atenção para a importância de tais reparações não apenas como reconhecimento das violações no passado, mas também como sinal de compromisso com a não-repetição (CIDH/OEA, 2021, p. 39).

Na segunda metade do século XX, megaempreendimentos conduzidos pelo Estado continuaram usurpando dos índios sua autonomia, segurança alimentar e bem-estar – o exemplo emblemático é a Usina de Belo Monte. E o capitalismo revitalizou o interesse sobre os territórios indígenas: empresas agropecuárias e de celulose e mineradoras são as principais ameaças, ao lado da indústria farmacêutica responsável por vários casos de biopirataria, que ocorre quando recursos biológicos são extraídos e comercializados sem autorização dos seus detentores de direito. Além de conhecimentos tradicionais e partes de animais e plantas situados em áreas indígenas, até mesmo o sangue humano (ex. Suruí Paiter e Yanomami) foi comercializado.

A defesa dos territórios é, hoje, o principal tópico da luta pelos direitos indígenas em todos os quadrantes do país, sendo mais crítica a situação dos Povos Indígenas das regiões sul e sudeste, provocando mortes (assassinatos e suicídios) especialmente entre os Guarani, nas regiões Sul e Sudeste, e entre as comunidades do Nordeste. Luta tanto mais difícil ante as recentes tentativas do governo federal de reverter as conquistas trazidas pela Constituição Federal de 1988.

IV. POVOS INDÍGENAS E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A atual Constituição Federal, em seu Título I (Princípios Fundamentais), define nosso país como Estado Democrático de Direito, dentre cujos fundamentos está a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, Constituição Federal). Como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, temos obrigação de construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º). Principal marco legal dos direitos indígenas, ela inaugurou uma nova era de cidadania porque firmou na legislação nacional o respeito às coletividades indígenas como sujeitos culturalmente diferenciados, não como o estágio primitivo de um processo evolutivo da humanidade a ser tutelado pela sociedade nacional⁶.

A aprovação dos direitos indígenas na Constituição Federal foi resultado da mobilização do movimento indígena brasileiro, que ganhou força e respaldo no país devido às suas articulações, no final da década de 1970, com o movimento indígena internacional, com a sociedade civil organizada e com a opinião pública nacional e internacional. Apoiados por advogados, antropólogos e outros atores sociais, os grupos indígenas foram um dos protagonistas do processo de democratização por que passou o Brasil nos anos 80 e cujo marco fundamental foi a nova Constituição.

Nossa Carta Magna de 1988 é importante na legislação sobre Povos Indígenas, no Brasil, justamente porque eliminou o preceito da tutela e da assimilação. Nos artigos 231 e 232 – que tratam “Dos Índios” -, é assegurado o direito à diferença, voz própria e usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos existentes nas terras tradicionalmente ocupadas. O artigo 231 diz que “aos índios são reconhecidos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”. Para garantir a legitimidade da representação política autônoma dos Povos Indígenas, o artigo 232 assevera que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. O novo Código Civil, aprovado em 2002, na esteira da Constituição Federal, retirou os índios da categoria de “relativamente incapazes”. Dotados de capacidade processual, eles podem inclusive entrar em juízo contra o próprio Estado.

⁶ Ela é um avanço em relação ao Estatuto do Índio (Lei nº 6001), em vigor desde 19 de dezembro de 1973 e que, embora estabeleça regras claras para proteção da pessoa e dos patrimônios material e imaterial indígenas, prevê a tutela e a transformação progressiva dos índios em “civilizados”.

O Ministério Público Federal (MPF) é definido como instância do poder jurídico a quem os Povos Indígenas devem recorrer. O MPF tem uma câmara específica para “Povos Indígenas e minorias”. Trata-se da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, que é orientada pelos princípios constitucionais da diversidade sociocultural, defesa da autonomia e dos direitos dos Povos Indígenas⁷.

No plano internacional, os dois principais documentos normativos que garantem direitos aos Povos Indígenas são: Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Em reforço aos dispositivos dos artigos 231 e 232, o Estado brasileiro incorporou à nossa legislação, no ano de 2004, a Convenção nº 169 (“Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes”), da OIT, aprovada em Genebra, no dia 27 de junho de 1989⁸. Acompanhando as mudanças nas perspectivas sobre Povos Indígenas forçadas pelo movimento da sociedade civil organizada, ela substituiu o preceito legal da integração, que constava na Convenção 107, em vigor desde 1957, pelo princípio da *autodeterminação* dos Povos Indígenas. Além disso, firmou o reconhecimento do *direito à terra*, vista como essencial para a afirmação e perpetuação dos Povos Indígenas enquanto sociedades culturalmente diferenciadas, à *consulta prévia* “mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente” (Artigo 6º, Convenção 169 – OIT) e à *participação livre* na “adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes”.

No dia 13 de setembro de 2007, a 107ª Sessão Plenária da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em consonância com a Convenção nº 169 da OIT. Após afirmar que “os Povos Indígenas são iguais a todos os demais povos” e reconhecer ao mesmo tempo “o direito de todos os povos a serem diferentes, a se considerarem diferentes e a serem respeitados como tais”, a Declaração apresenta 46 artigos nos quais as Nações Unidas afirmam os direitos universais dos Povos Indígenas, cujo teor contempla *todos os direitos humanos e liberdades*

⁷ Direitos indígenas e a atuação da 6ª Câmara do MPF. Disponível em: <http://mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6>. Acesso em: 11 maio 2022.

⁸ Incorporada à legislação nacional através do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm.

*fundamentais, o direito de não serem submetidos a nenhuma forma de discriminação e direito à autodeterminação*⁹.

Tal como apregoam a Convenção nº 169/OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, é preciso ter em mente que os índios gozam de cidadania plena, embora diferenciada. Antes de ser “índio” (estatuto étnico), as pessoas que assim se identificam são cidadãs e, enquanto tal, possuem os mesmos direitos de todas as demais pessoas, previstos na Constituição e na legislação infraconstitucional: podem votar, se candidatar a cargos políticos e ser funcionários públicos; têm direito à moradia, educação, assistência e previdência social, têm direito à saúde e à vida.

V. CERCO COLONIAL, GANÂNCIA CAPITALISTA E VIOLÊNCIA

Em que pesem os avanços legislativos das últimas décadas, a violência contra os povos originários persiste. E agrava-se com discursos e práticas de um governo que se empenha em abrir os territórios indígenas à exploração predatória, em disponibiliza-las para a apropriação privada e em favorecer grandes empresas do agronegócio, da mineração e de outros interesses econômicos.

O relatório *Violência contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020*, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dá a dimensão da grave situação vivenciada pelos povos originários. Segundo o órgão,

A grave crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus, ao contrário do que se poderia esperar, não impediu que grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros invasores intensificassem ainda mais suas investidas sobre as terras indígenas. O segundo ano do governo de Jair Bolsonaro representou, para os povos originários, a continuidade e o aprofundamento de um cenário extremamente preocupante em relação aos seus direitos, territórios e vidas, particularmente afetadas pela pandemia da Covid-19 – e pela omissão do governo federal em estabelecer um plano coordenado de proteção às comunidades indígenas. [...] Em muitos casos, o vírus que chegou às aldeias e provocou mortes foi levado para dentro dos territórios indígenas por invasores que seguiram atuando ilegalmente nestas áreas em plena pandemia, livres das ações de fiscalização e proteção que são atribuição constitucional e deveriam ter sido efetivadas pelo poder Executivo (CIMI, 2021, p. 8).

Os dados apontam que as invasões dos territórios indígenas, exploração ilegal dos seus recursos e danos ao patrimônio coletivo atingiram mais de 200 Terras Indígenas, de 145

⁹ A íntegra da declaração pode ser acessada na página eletrônica do Centro de Informação das Nações Unidas: http://unicrio.org.br/docs/declaracao_direitos_povos_indigenas.pdf.

povos, em 19 estados. No total, são 263 casos do tipo, o que representa um acréscimo de 141% em relação a 2018, primeiro ano de governo do atual presidente. Nessa direção, os conflitos relativos a direitos territoriais passaram de 35 (em 2019) para 96 casos registrados em 2020 – um aumento de 174%. Além de vetores do coronavírus, os invasores destroem os territórios, estimulam conflitos e agem com violência contra os indígenas.

Os invasores, em geral, são madeireiros, garimpeiros, caçadores e pescadores ilegais, fazendeiros e grileiros, que invadem as terras indígenas para se apropriar ilegalmente da madeira, devastar rios inteiros em busca de ouro e outros minérios, além de desmatar e queimar largas áreas para a abertura de pastagens. (*Idem*)

Quanto aos tipos de violência contra o patrimônio, o CIMI computou 1.191 casos de violências contra os povos indígenas em 2020. São eles: omissão e morosidade na regularização de terras (832 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (96 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (263 casos registrados) (CIMI, 2021, p. 9).

A violência contra pessoas indígenas passou de 300 casos em 2020 (CIMI, 2021, p. 9). Além do abuso de poder (14 casos), ameaças de morte (17), ameaças várias (34), assassinatos (182), homicídio culposo (16), lesões corporais dolosas (8), racismo e discriminação étnico-culturais (15), tentativa de assassinato (13) e violência sexual (5), o CIMI também chama atenção para o considerável aumento dos assassinatos de indígenas no Brasil: 182 indígenas foram assassinados no ano de 2020, ou seja, um número 61% maior do que o registrado em 2019 (113 assassinatos).

Nesse sentido, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos, reforça o alerta do CIMI. Intimidações, ameaças e ataques contra defensores, líderes e comunidades indígenas, que defendem seus territórios, ocorrem no contexto de inúmeras denúncias de conflitos entre povos indígenas, madeireiros e agricultores que revelam uma tendência de violência e obstrução dos direitos dos povos indígenas. Em seu relatório de 2021, a CIDH “vê como grave e preocupante a situação dos povos e comunidades indígenas do Brasil”.

Aos registros de ameaça de invasão aos seus territórios por não indígenas, somam-se profundos desafios quanto à titulação e proteção de suas terras e, em inúmeros casos, os povos e comunidades indígenas se veem sem a necessária proteção do Estado. Nesse âmbito, a Comissão manifesta sua grande preocupação a respeito do processo de revisão das políticas indigenistas e ambientais do país, o que tem favorecido as ocupações ilegais das terras ancestrais, encorajado atos de violência contra suas lideranças e comunidades indígenas, e autorizado a destruição ambiental de seus territórios (CIDH/OEA, 2021, p. 30).

A CIDH afirma que a grave situação humanitária sofrida pelos povos indígenas no Brasil - cujo exemplo emblemático é dos Guarani e Kaiowá - decorre, em boa medida, da violação de seus direitos territoriais.

Em visita à terra indígena Dourados-Amambaieguá, recebeu-se abundante informação sobre as vítimas do chamado “Massacre de Caarapó”, em que Clodiodi de Souza foi morto outros seis indígenas ficaram feridos, incluindo um menino de 12 anos. Também foi se tomou conhecimento dos frequentes ataques realizados por milícias armadas que causaram várias mortes e desaparecimentos. Adicionalmente, informações dão conta que as forças policiais frequentemente realizam operações, como a denominada operação Caarapó I, ocorrida em 25 de abril de 2017, que contou com mais de 200 policiais e um helicóptero, que não observaram os padrões internacionais e direitos humanos dos povos indígenas. Igualmente, a CIDH recebeu denúncia sobre a situação de confinamento territorial vivida pelos povos Guarani e Kaiowá que, apesar de corresponder à segunda maior população indígena do país, 80% de sua população vive em menos de 27 mil hectares há mais de 100 anos. A Comissão também foi informada sobre diversos casos de homicídios e suicídios entre membros desses povos indígenas (CIDH/OEA, 2021, p. 33-34).

Tomando, como estudo de caso, a pressão sobre as terras indígenas no Mato Grosso do Sul, Santos (2021) demonstra como a dominação ruralista vem se tornando mais e mais opressiva. Segundo o autor, na medida em que o conflito por terras tem permanecido sem uma resolução definitiva, o sistema social engendrou outros tipos de conflitos, além de especializar, cada vez mais, as violências físicas – contra indígenas e antropólogos que trabalham ao seu lado.

A incitação pública ao ódio e ao preconceito, a formação de milícias armadas, a perseguição e outras formas de violência contra indígenas e antropólogos no Brasil e, em especial no Mato Grosso do Sul, são também parte das técnicas de deslegitimação das formas sociais de saber e de agir, enquanto o conflito central pelo território persiste e aumenta. Sucodem em articulação uma cadeia de eventos diretamente relacionados e com consequências na realidade do Mato Grosso do Sul e dos Guarani-Kaiowá, que ilustram as agressivas estratégias da guinada ruralista, indissociável do agronegócio, ao poder (SANTOS, 2021, p. 166).

Outro tipo de violência apurado, pelo CIMI, é devido à omissão do poder público. Em 2020, foram registrados 110 suicídios de indígenas em todo o país; 776 óbitos de crianças de 0 a 5 anos, aos quais somam-se a desassistência geral (51 casos), desassistência na área de educação escolar indígena (23), desassistência na área de saúde (82), disseminação de bebida alcoólica e outras drogas (11) e morte por desassistência à saúde (10). Segundo o CIMI, “grande parte dos casos relatados possui relação direta com o contexto da pandemia e a falta de assistência do poder público, especialmente na área de saúde” (2021, p. 10).

VI. COVID-19 ENTRE OS POVOS INDÍGENAS E A VIOLAÇÃO DO DIREITO BÁSICO À SAÚDE E À VIDA: uma conclusão em aberto

Como se vê, os direitos básicos dos Povos Indígenas seguem ameaçados e violados no Brasil, especialmente após a vitória eleitoral do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro. Nesse sentido, é importante mencionar o balanço da política indigenista implementada pelo Estado brasileiro no último ano (Abril de 2020 – Abril de 2021) feito pela 6ª Câmara do Ministério Público Federal. Em Nota Pública divulgada no último Dia do Índio (19 de abril), os Procuradores desta 6ª Câmara observam que:

No cenário atual acumulam-se diversos retrocessos nos direitos conquistados pelas lutas dos Povos Indígenas nas últimas décadas. A omissão na concretização da demarcação de terras indígenas, a desestruturação da Fundação Nacional do Índio e a não adoção de políticas públicas em tempos de pandemia compõem um quadro de violações sem precedentes na atual ordem constitucional (BRASIL, 2021, p. 1).

Dentre as ações (ou melhor, omissões) do Governo Federal, registram-se:

Em julho de 2020, o Presidente da República vetou dispositivos importantes do Projeto de Lei nº 1.142/2020, aprovado pelo Congresso Nacional, que estabelecia o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas. Dentre os vetos: acesso das aldeias à água potável, materiais de higiene, leitos hospitalares e respiradores mecânicos. Tal PL resultou na Lei nº 14.021/2020, que trouxe em seu texto o artigo 13, §1º (dispositivo não vetado), que permite a permanência de missões religiosas nos territórios indígenas, inclusive naqueles em que há presença ou registro de povos de recente contato ou em isolamento voluntário (BRASIL, 2021, p. 2).

Para além desse quadro tenebroso decorrente da pandemia, outras ameaças legislativas pairam no horizonte mantendo-lhe sombrio. Merecem destaque: o Projeto de Lei (PL) nº 490/2007, em tramitação na Câmara dos Deputados. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), esse PL, emanado da bancada ruralista, pretende inviabilizar a demarcação de terras indígenas, “abrindo terras demarcadas para os mais diversos empreendimentos econômicos, como agronegócio, mineração e construção de hidrelétricas, entre outras medidas”¹⁰.

Além da Constituição Federal de 1988, o PL nº 490/2007 também afronta decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e a Convenção nº 169/OIT. Justamente, a adesão do Brasil a este acordo internacional está ameaçada pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 177/2021,

¹⁰ Fonte: <https://cimi.org.br/2021/05/pl-490-ataca-direitos-territoriais-indigenas-inconstitucional-analisa-assessoria-juridica-cimi/>. Acesso em: 11 maio 2022.

também de autoria da bancada ruralista. Outra ameaça é a Proposta de Emenda Constitucional nº 187, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que autoriza a exploração econômica de terras indígenas para atividades agropecuárias e florestais.

Acrescentam-se a perseguição e a tentativa de criminalização de lideranças indígenas em virtude de críticas feitas ao governo Bolsonaro: Sonia Guajajara e Almir Naramayoga Suruí foram intimados pela Polícia Federal, acionada pela FUNAI – órgão oficial que deveria promover os direitos indígenas¹¹.

Ante postura governamental abertamente anti-indígena, não surpreende, antes indigna, o panorama geral da Covid-19 entre os Povos Indígenas. Dados de 11 de maio de 2022 apontam para 71.499 indígenas infectados, 163 povos afetados e 1.305 mortos. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) elaborou um plano emergencial indígena de enfrentamento da Covid-19 no Brasil para lidar com essa que é tida como uma “tragédia humanitária sem precedentes”. Esse plano foi elaborado de forma participativa por inúmeras lideranças indígenas de todo país, além de especialistas em saúde indígena de diversas organizações da sociedade civil: quais sejam, o Acampamento Terra Livre e a Assembleia Nacional de Resistência Indígena, ambos realizados de modo virtual em 2020 em função da pandemia¹².

O diagnóstico é de que o próprio Estado brasileiro é o responsável pela contaminação dos indígenas pela Covid-19, em flagrante exercício colonial de um poder necrófilo. Segundo Achille Mbembe (2016), necropolítica é a política de morte implementada pelo Estado contra as populações pobres, estigmatizadas e oprimidas. Política esta que, para ser incrementada, passa necessariamente pela negação da cidadania e do direito à vida humana digna desta parcela da população. Com este argumento, Nakamura e Silva (2020) demonstram como, no Brasil, as ideias de isolamento e quarentena seguem uma lógica higienista presente, desde as primeiras décadas do século 20, para separar as classes mais ricas e as classes populares,

¹¹ “Na realidade, tanto Sônia como Almir estão sendo criminalizados devido à incansável atuação para denunciar as crescentes violações de direitos sofridas pelos povos originários do Brasil [...]”. Fonte: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/nao-podemos-aceitar-a-criminalizacao-de-liderancas-indigenas/>. Acesso em 11 de maio de 2022. No dia 5 de maio, “por entender que as denúncias remetidas à Polícia Federal não trouxeram quaisquer indícios da existência de abuso de exercício de direito ou cometimento de crime, a 10ª Vara Federal de Brasília determinou, em liminar, o trancamento do inquérito policial contra a líder indígena Sonia Guajajara”. Fonte: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-05/justica-manda-trancar-inquerito-lider-indigena-sonia-guajajara>. Acesso em: 22 jun. 2021. Pelo mesmo motivo, ou seja, falta de argumentos sólidos, um dia depois do arquivamento do processo contra Sônia Guajajara (6 de maio), o mesmo se deu com relação a Almir Suruí. Fonte: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/policia-federal-arquiva-inquerito-contra-almir-surui-lider-indigena-que-luta-pelas-florestas-de-rondonia>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹² Fonte: <https://apiboficial.org/>. Acesso em: 11 maio 2022. Sobre a APIB e ações de defesa dos Povos Indígenas, ver: <https://apiboficial.org/atl2021/>.

como “parte de dispositivos de controle necrobiopolítico da população” (PRECIADO, 2020 *apud.* NAKAMURA; SILVA, 2020, p. 161). Acerca da realidade indígena, percebemos que:

O número de pessoas impactadas pela pandemia da Covid-19 está aumentando a cada dia no Brasil. Os Povos Indígenas estão em uma situação de grande vulnerabilidade com risco real deste novo vírus causar outro genocídio em comunidades indígenas dentro dos territórios tradicionais. Na nossa história, milhões de indígenas foram dizimados pela livre circulação de doenças, como na época da invasão portuguesa ou durante a ditadura militar, em que vírus foram usados como armas biológicas para exterminar boa parte dos mais de 8 mil indígenas, naquele período, segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade. Agora em meio a uma pandemia global, o isolamento social recomendado pela Organização Mundial de Saúde como principal remédio para Covid-19, tem virado incentivo para o governo Bolsonaro ‘passar a boiada’ e agravar a situação de violência vivida pelos Povos Indígenas. As invasões aos territórios estão mais intensas, o desmatamento aumentou, missionários fundamentalistas continuam sendo incentivados a cometer crimes e a mineração ilegal avança dentro das terras indígenas. Diante de um governo omissivo em relação a proteção dos povos, não nos calaremos diante das ameaças que a Covid-19 representa para nossa sobrevivência¹³.

Além disso,

Dentre os fenômenos que incrementam a vulnerabilidade socioeconômica e sanitária dos povos indígenas contemporâneos estão os agravos situados no campo da saúde psicossocial e espiritual dos povos indígenas, tais como, as violências em suas múltiplas manifestações, os problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas e a morte autoinfligida (suicídio). Se tais agravos já existiam entre os povos indígenas, a pandemia do novo coronavírus além de intensificar tais fenômenos no contexto de muitas aldeias, também instituiu novas formas de sofrimento psíquico no âmbito das comunidades já traumatizadas pelo violento processo de colonização a que foram submetidas (PEREIRA; FERREIRA; LACERDA, 2021, p. 25).

Devem ser citados como exemplos de descaso para com a saúde indígena, as seguintes regiões e agentes contaminantes: Alto Rio Solimões (AM) - médicos da SESAI que levaram o vírus; Parque Indígena do Tumucumaque - o Exército foi o vetor; Vale do Javari (AM) e Alto Rio Purus (AC) - equipes da SESAI contaminadas carregaram e disseminaram o vírus na região com maior número de indígenas em isolamento voluntário e de recente contato do mundo. Além disso, a APIB registra que:

Falta atendimento da SESAI aos indígenas que vivem em contexto urbano e fora de territórios que não são homologados. Hospitais querem registrar indígenas que vivem em contexto urbano como pardos. Postura do governo tem aumentado os crimes de racismo contra comunidades indígenas em pequenas cidades. Muitos indígenas se negam a fazer teste ou a realizar tratamento devido ao racismo, que também tem aumentado os conflitos internos nas comunidades¹⁴.

¹³ Fonte: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/relatorio/>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁴ Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/relatorio/>. Acesso em: 11 maio 2022.

Na mesma direção, o CIMI chama atenção para os obstáculos do racismo ao atendimento em saúde e à garantia da vida dos indígenas.

Cabe ressaltar que muitos dos casos de abuso de poder, ameaças várias e racismo e discriminação étnico-culturais ocorreram quando os indígenas buscavam atendimento ou assistência em meio à pandemia. Além das mortes e da fome, que atingiu muitas comunidades em situação de vulnerabilidade extrema, o preconceito e o racismo foram agravantes do sofrimento vivenciado pelos povos indígenas durante a crise sanitária (CIMI, 2021, p. 9).

Diante desse quadro, os Povos Indígenas exigem que o Estado Brasileiro cumpra o seu papel na garantia dos direitos humanos à vida, à saúde e seu cuidado integral e diferenciado, cumprindo preceitos constitucionais e acordos internacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Texto 5 – Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Procuradoria Geral da República. Ministério Público Federal – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. **Nota Pública** (em atenção ao Abril Indígena). Brasília, 14 de abril de 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CAPIBERIBE, Artionka. Covid-19: um novo velho conhecido dos indígenas. *In*: GROSSI, Miriam Pilar; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Cientistas sociais e o coronavírus**. Florianópolis: ANPOCS e Tribo da Ilha, 2020.

CAYÓN, Luis. **Penso, logo crio**. A teoria makuna do mundo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2010.

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Situação dos direitos humanos no Brasil**. Brasília: CIDH/OEA, 2021.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil - Dados de 2020**. Brasília: CIMI, 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DESCOLA, P. *Societies of nature and the nature of society*. *In*: KUPER, A. (Ed.). **Conceptualizing Society**. Londres: Routledge, 1992.

DESCOLA, P. *Constructing Natures: Symbolic Ecology and Social Practice*. *In*: DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. (Eds.). **Nature and Society**. London: Routledge, 1996.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.).

Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume; HUCITEC, 2000.

DIEHL, E. E.; LAGNDON, E. J.; DIAS-SCOPEL, R. P. Contribuição dos agentes indígenas de saúde na atenção diferenciada à saúde dos Povos Indígenas brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 5, p. 819-831, maio 2012.

GARNELO, L. Aspectos socioculturais de vacinação em área indígena. **Revista História, Ciências, Saúde**, v. 18, n. 1, jan.-mar. 2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HVALKOF, Soren; ESCOBAR, Arturo. *Nature, Political Ecology, and social practice: toward an academic and political agenda*. *In*: GOODMAN, A.; LEATHERMAN, T. (Eds.). **Building a new biocultural synthesis**. Ann Arbor: The University Michigan Press, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais dos indígenas. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LARAIA, R. **Cultura** – um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, estado de exceção e política de morte. Rio de Janeiro, **Revista do PPGAV**, UFRJ, n. 32, dez. de 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 26 abr. 2021.

NAKAMURA, Eunice; SILVA, Cristiane G. da. O contexto da pandemia da Covid-19: desigualdades sociais, vulnerabilidade e caminhos possíveis. *In*: GROSSI, Miriam Pilar; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Cientistas sociais e o coronavírus**. Florianópolis: ANPOCS e Tribo da Ilha, 2020.

NOVO, Marina Pereira. **Os agentes indígenas de saúde do Alto Xingu**. Brasília: Paralelo 15, 2010.

PEREIRA, Alessandra dos Santos; FERREIRA, Luciane Ouriques; LACERDA, Luiz Felipe Barboza. Populações indígenas no contexto da pandemia Covid-19. *In*: KADRI, Michele Rocha El *et. al.* (Orgs.). **Bem viver**: saúde mental indígena. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade del poder, eurocentrismo y America Latina*. *In*: QUIJANO, Anibal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires, CLACSO, 2014.

SANTOS, Vinicius José Ribeiro da Fonseca. **Os Guarani-Kaiowá e a elite ruralista em Mato Grosso do Sul**: as múltiplas faces de um processo de territorialização. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 285 p. 2021.

SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C. E. A. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos Povos Indígenas no Brasil. *In*: COIMBRA JR., C. E. A.; SANTOS, R. V.; ESCOBAR, A.

L. **Epidemiologia e saúde dos Povos Indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MDS e UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS e UNESCO, 2009.

TEIXEIRA, Raquel. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GUPRIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VARGA, István van Deursen *et. al.* Vulnerabilidade em comunidades rurais, negras, quilombolas e indígenas frente à Covid-19. In: GROSSI, Miriam Pilar; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Cientistas sociais e o coronavírus**. Florianópolis: ANPOCS e Tribo da Ilha, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naif, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Araweté, os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Histórias indígenas. **Novos Estudos** (CEBRAP), n. 36, jul. 1993.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ESCRITAS DESTE MUNDO: a educação do olhar pela produção de crônicas

Ana Carolina de Oliveira Marques¹

Resumo: Defendo a escritura no sentido barthesiano, aquela em que o sujeito que escreve o faz objetiva e subjetivamente imerso neste ato de criação. Assim, cada sujeito tem uma história singular a narrar acerca de seu processo de escrita. É essa história que narro neste artigo, composto por fragmentos de crônicas publicadas no blog *Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador*, de 2019 a 2022. Desde os temas, o estilo narrativo às condições de produção, interpelo o ato de escrever como um movimento de implosão do olhar racionalista. Espero que o movimento que aqui realizo desperte o desejo pela escrita naqueles que não o têm, e teça conexões com trajetórias de outros sujeitos e modos de se lançar no mundo.

Palavras-chave: escritura, produção de texto, crônicas.

INTRODUÇÃO

Apresento, nas páginas que se seguem, uma cartografia do meu processo de escrita de crônicas. Menos que uma pretensão narcísica de afirmação e divulgação dos meus textos, aproveitei a ocasião para pensar, avaliar e reconduzir a minha própria escritura. Espero que o movimento que aqui realizo desperte o desejo pela escrita naqueles que não o têm, e teça conexões com trajetórias de outros sujeitos e modos de se lançar no mundo.

Defendo a escritura no sentido barthesiano, aquela em que o sujeito que escreve o faz objetiva e subjetivamente imerso neste ato de criação. Alinho-me à compreensão de pensadores que concebem a escritura para além de uma operação mecânica – dedos que dirigem o lápis, a caneta ou as teclas do computador, reunindo letras-palavras-frases-orações-períodos que, ao final, transmitirão uma mensagem. Entendo a escritura enquanto um movimento, quase mágico, de criação e inscrição do sujeito no mundo.

Antes, porém, relembro leitores e leitoras que vivemos em um país que convive, há séculos, com o analfabetismo. São abundantes escolas sem bibliotecas, casas sem livros. A escrita e a leitura não figuram entre as habilidades estimuladas na educação das classes populares. Segundo Jessé de Souza (2019), começam aí, na socialização infantil, as bases de uma diferenciação de classes incansavelmente reproduzidas. Diferenciação que segue na educação básica e superior.

¹ Doutora em Geografia. Professora na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: carol.geografia@hotmail.com.

Como eternizado na frase de Darcy Ribeiro, a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto. Quão difícil seria governar uma sociedade de leitores!

Entretanto, para escrever bem não basta ser um bom leitor. De nada serve um leitor exilado do mundo, pobre em experiências. Os deslocamentos que realizamos, os encontros com outros corpos, os lugares que frequentamos, compõem – junto à leitura – o combustível da escritura.

Para Clarice Lispector, escrever é uma forma de extravasar o desamparo irremediável da existência. Para Eguimar Chaveiro, “é uma viagem nos próprios recônditos do sujeito” (2015, p. 45). Para Frei Betto, “é uma oferenda narcísica de quem busca superar a devastação da morte” (2017 p. 13). Para mim, a escrita é um foguete que parte do campo da experiência em direção à alma. A partir dela, organizo o que digo, o que sinto, o que vejo, o que vivo.

Sempre me fascinou a criatividade com a qual alguns escritores descrevem cenas, lugares, pessoas, ao ponto de alterar substancialmente a percepção de seus leitores. A imagem que faço da rã nunca mais foi a mesma após a leitura do poema de Manoel de Barros. Nem o rato, após Clarice. Nem a caixa de ferramentas, após Rubem Alves.

Escrita e leitura, especialmente no campo da literatura, operam uma transmutação do olhar. Diante disso, o projeto de escrita que esboço nessas páginas exprime uma nova educação do olhar à qual, paulatinamente, embrenho-me.

A consciência deste novo olhar é recente, remete ao ano de 2019, quando iniciei como colunista do blog “Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador”, coordenado por professores e estudantes da Fiocruz-RJ. Desde então, sem a disciplina que gostaria, escrevo crônicas que se juntam ao vastíssimo repertório do blog. É essa história recente que vasculho nestas páginas.

1 O ROMPIMENTO DO OLHAR RACIONALISTA

Em *A fenomenologia do olhar* (1989), Alfredo Bosi diferencia o olhar sensível e profundo proposto por Goethe, do olhar racionalista:

O olhar do racionalismo clássico examina, compara, esquadrinha, mede, analisa, separa... mas nunca *exprime*. É um olho só capaz de perceber, no objeto, a sua objetualidade; logo, tudo tratar como objeto, não-sujeito. O contexto que o rodeia é um conjunto de coisas; não é uma situação em que um sujeito reconhece outro sujeito, ou reconhece – no outro – um sujeito. Goethe, reclamando para os seres animados *outro modo de ver*, estava, a rigor, propondo uma epistemologia das

ciências biológicas e uma epistemologia das ciências humanas. Em outras palavras: estava exigindo um olhar que não se confundisse com a percepção físico-matemática de Descartes, Galileu e Newton. Esse novo olhar é o que, desde sempre, exprime e reconhece forças e estados internos, tanto no próprio sujeito, que deste modo se revela, quanto no outro, com o qual o sujeito entretém uma relação compreensiva. A percepção do outro depende da leitura dos seus fenômenos expressivos dos quais o olhar é o mais prenhe de significações (BOSI, 1989 p. 77).

Reconhecer, ao olhar o outro, expressões de sentimentos, dores, angústias, expectativas, cargas emocionais foi condição para a escrita da minha primeira crônica, em julho de 2019. Segue um fragmento:

Paulo Freire no canteiro de obras

Ontem (13/07/2019) recebi uma ligação do professor Fadel de Vasconcellos convidando-me para ser colunista do Multiplicadores de VISAT. Segundos antes da ligação, eu fazia a releitura de “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire (1987). Fadel falou-me das “colunas de opinião” e disse que a última havia sido escrita pelo professor Ricardo Gonçalves da Universidade Estadual de Goiás. Ricardo é amigo e colega de trabalho. O seu nome, pronunciado por Fadel ao telefone, subsequente à leitura de Paulo Freire, remeteu-me ao poema “Canção para os fonemas da alegria”, de autoria do poeta amazonense Thiago de Mello. Este poema, dedicado a Paulo Freire, é com frequência declamado por Ricardo numa espécie de rito de finalização de suas falas públicas. Paulo Freire - Fadel de Vasconcellos - Ricardo Gonçalves - Thiago de Mello. Dormi. Acordei muito cedo ao som estrondoso de uma betoneira. Da janela do quarto, avistei um canteiro de obras do outro lado da rua, no lote que durante a minha infância era território das “peladas” de futebol. Estou em Arraias (Tocantins), município interiorano em que cresci e que há anos esbarra no teto dos 10 mil habitantes. Mais precisamente estou na “rua sem saída” que leva o nome de um coronel e o sobrenome de um educador: Rua Coronel Diolindo dos Santos Freire. O município de Arraias faz fronteira com o território Kalunga (Nordeste Goiano), maior remanescente quilombola do país. A emergência do “arraial” que viria a se tornar vila e depois a cidade de Arraias, se deu por volta dos anos 1740, no período aurífero. A cidade foi construída com mão de obra escrava das minas de ouro. A resistência negra implicou a existência de quatro quilombos reconhecidos no município e a influência da cultura africana nos costumes dos habitantes do campo e da cidade. Também no canteiro de obras, avistado da minha janela, a negritude se fazia presente. A paisagem me era familiar frente à realidade da construção civil: homens negros de meia idade, de baixa escolaridade ou analfabetos, completamente expostos aos ruídos das máquinas e à poeira tóxica do cimento, vítimas da impiedade do sol nos trópicos, da informalidade dos contratos de trabalho, desinformados quanto aos seus direitos e com baixos salários. Entre estes aspectos gerais do mundo precário do trabalho, é sobre o “bicho de quatrocentos anos” chamado analfabetismo que pretendo me demorar [...].

O olhar racionalista veria indivíduos exercendo funções específicas para a produção de um objeto: a casa. O olhar sensível e profundo possibilitou-me a “admiração” dos sujeitos e da situação. Conforme Paulo Freire (1983), admirar significa “mirar por dentro”, apreender processos, estabelecer conexões entre os fenômenos. Logo, a condição e situação daqueles trabalhadores avistados da janela exigiam a compreensão de processos que os extrapolavam: precarização do trabalho, analfabetismo etc.

Não tardou para que a segunda crônica brotasse desse olhar atento que, cotidianamente, passei a exercitar. Naquele momento eu já tinha a mínima consciência das condições favoráveis à minha escrita: diferente do texto acadêmico, as crônicas me exigem ininterrupto do processo. Dado o *start* no texto, sigo a despeito dos compromissos rotineiros. Escrevo no computador, com a página maximizada, recorro à internet para conferir datas, nomes, lugares. Compartilho com amigos próximos a primeira versão do texto e, só depois, encaminho aos diagramadores.

Não há, como dizia Albert Manguel, receitas para se escrever um bom texto. Há normas linguísticas, estratégias narrativas, inspirações, conselhos tais como o de Frei Betto (2019 p. 19):

[...] tenho o hábito de ler e reler inúmeras vezes. Procuo cortar verbos auxiliares em expressões como “estava pensando”, “ficou imaginando”, “era feliz”. Prefiro “pensava”, “imaginava”, “feliz” (João, feliz, exclamou... Feliz, Maria partiu). Caço literalmente todos os gerúndios do texto, tudo que termina em *ando*, *endo*, *indo* etc. pois acredito que isso “amolece” a escritura. E dou preferência ao verbo no infinitivo, quando ele guarda toda a sua força semântica: olhar, amanhecer, falar, agir etc. e leio, leio muito, atento ao modo como os clássicos constroem suas orações.

Todo escritor é desafiado a pensar sobre a própria prática. Compor a sua escritura ao passo que compõe o seu estilo narrativo. Na minha segunda crônica, publicada um mês após a primeira, os contornos do meu estilo se mostravam com um pouco mais de nitidez:

Olha Brasília, está florida! É o querer, é o querer das margaridas

“Agosto, mês das vacas magras no sertão brasileiro. Cerrado. Por aqui, não se corta o cabelo, nem se pronuncia certas palavras: já não basta a maldição da seca, agosto é um mês em que a morte e a loucura ficam na “espreita”. O calor, a baixa umidade do ar, a nudez das árvores, a poeira fazem do Cerrado um ambiente hostil nesse mês entregue, pelos sertanejos, aos imperativos divinos: a gosto de Deus. Mas, por desobediência das deusas ou subversão da natureza, habitam agosto o poente e as flores mais reluzentes. Os ipês – rosa, amarelo e branco se levantam nas paisagens como quem diz: “não me curvo a essa vida cinza!”. Contra um Cerrado hostil e monocromático, um Cerrado florido. Também Brasília floresceu nesta quarta-feira (14 de agosto). Ao invés de ipês, margaridas. No centro político da Federação que há muito se mostra hostil aos interesses do povo, mais de 100 mil margaridas – mulheres trabalhadoras que habitam os campos, as águas e as florestas do Brasil – marcharam em defesa de um projeto de nação, de ser humano e de sociabilidade livre de violência (física, sistêmica, simbólica). A 6ª edição da Marcha das Margaridas trouxe como lema: “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”. Marcharam em denúncia aos grandes projetos predatórios da sociobiodiversidade brasileira: a mineração, a agricultura capitalista, as barragens e usinas hidrelétricas, a indústria do turismo, a privatização dos bens comuns etc. Em suas narrativas, as margaridas teciam nós entre os grandes projetos econômicos e a estrutura social, familiar e subjetiva herdada de um “passado presente” colonial, escravocrata e patriarcal. “Mulher, água e energia não são mercadoria!”; “Meu corpo, meu território!”; “Margaridas que resistem na lama [vítimas do desastre

criminoso da Samarco em Mariana-MG]”; “Não ao desmonte da FUNAI! [mulheres indígenas do Amazonas]”; “Território, Saúde e Respeito!”; “Trabalhadoras agricultoras, professoras, comerciárias, metalúrgicas contra o capital!”. “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres..[...].”.

Assim como as estratégias narrativas apreendidas da literatura se apresentavam em meu texto com menos timidez, os temas e experiências da militância assumiam a centralidade, confirmada nas demais crônicas do ano de 2019. Destas, destaco aquela que fora premiada entre as crônicas mais lidas do ano:

“Di Menor”, direitos humanos e a fábrica de robôs

“Escrevo para dilatar minha experiência e compartilhar a carga dos acontecimentos que me atravessam. Este texto nasceu da avalanche de emoções de que fui tomada na reunião do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino. Primeiro ponto de pauta: relato dos casos de violação dos direitos humanos no Estado de Goiás. O advogado popular atualizou os presentes sobre o andamento da ação judicial que trata da chacina Solar Bougainville, na periferia de Goiânia, que resultou na morte e desaparecimento de quatro jovens negros, em abril de 2018. Contam as famílias que os amigos estavam reunidos em casa, jogando videogame, quando outro rapaz pediu-lhes que deixasse um carro (não sabiam da suspeita de roubo) por algumas horas na garagem da residência. Os jovens foram então surpreendidos por policiais que invadiram a casa sem autorização judicial, tirando-lhes a vida. Poucos detalhes do trágico episódio foram suficientes para que minha concentração descolasse dos assuntos seguintes da pauta. Durante a reunião, eu folheava o livro que trazia na capa os rostos dos meninos assassinados, escrito por Maria Ramos, avó de um deles. [...] Aleatoriamente, abri na página em que a escritora descreve “Di Menor”, o garoto de 14 anos que segue desaparecido. Aspirante a cientista, Di Menor se diferenciava pela vaidade e astúcia: tinha o sonho de, um dia, fabricar robôs. [...] Semanas após a reunião do Comitê, convidei Maria Ramos para lançar seu livro na Universidade Estadual de Goiás. Ela chegou acompanhada de Kelma, mulher negra com um olhar semelhante àquele retratado na gravura de Albrecht Dürer: Melancolia I3, de 1514. Kelma é mulher de uma pauta só: seu filho de 14 anos há um ano e seis meses desaparecido. Dissera-me que desde o desaparecimento de João Vitor dorme em média duas horas por noite. Passa as madrugadas imaginando onde e como estaria seu filho, vivo ou morto. [...] As horas junto à mãe e avó dos garotos do Solar Bougainville deram-me uma noção - ainda muito tímida - dos limites impostos à reprodução social das famílias vítimas dos massacres. Suponho que os responsáveis e realizadores desses atos também são incapazes de imaginar que, por trás daqueles corpos juvenis há, sobretudo, mães e avós que nunca mais dormirão. Crianças que crescerão em lares habitados pela depressão. Casas abandonadas porque decoradas de violência. Pratos nunca mais preparados porque, antes, especiais. Roupas doadas. Apelidos nunca mais pronunciados porque cortantes. Não, eles não imaginam... Agem como robôs. Certamente, não eram esses os robôs que Di Menor sonhava, um dia, fabricar”.

Mais uma crônica que emergiu do olhar profundo, do qual nos fala Bosi. A começar pela apreciação do livro de Maria Ramos e a foto dos jovens negros brutalmente assassinados, até o encontro com Kelma e seu olhar vazio, desolado.

Para Cristóvão Tezza (2002), o autor está implicado em cada frase que escreve. Seus medos, aspirações e símbolos culturais que compartilha invadem o texto. Justamente o que

aconteceu na produção da crônica mencionada. Escrevi-a em meio a lágrimas. Escrevi-a para expressar o mal estar que, internamente, desorganizava-me.

Todavia, não escrevo para curar o meu desamparo ou conter minhas pulsões mais insanas. Pelo contrário, assim como Frei Betto (2017, p. 21), “tenho ânsias de confessar que, no fundo, é para impedir que se cure a loucura que, por trás dessa aparente normalidade, faz de mim um homem [uma mulher] embriagadamente alucinado”.

2 DENÚNCIA E ANÚNCIO

Início da pandemia do COVID-19 e uma avalanche de violações dos direitos humanos de todas as ordens. No ano de 2020, produzi 7 crônicas, nas quais mobilizei distintos temas. Minhas crônicas assumiram um tom de denúncia, aproximando-se da linguagem jornalística. Matérias de jornais, fotografias, frases de *outdoors*, leis, medidas provisórias passaram a povoar o meu texto.

Destaco, deste ano, a quinta crônica. Por meio dela, angariei recursos para contribuir com a construção da casa de Kelma: a mulher-melancolia mencionada em “Di Menor, direitos humanos e a fábrica de robôs”. Início a crônica com um balanço dos meus escritos até ali, como se os textos – já descolados da autora após a publicação – me implicassem eticamente nos acontecimentos que relatei. Kelma, as Mães pela Paz e o Di Menor reivindicavam, silenciosamente, a minha intervenção.

“Vende-se uma rifa” ou “Dom Pedro Casaldáliga no canteiro de obras”

[...]Os meus leitores assíduos (dois ou três dos amigos mais íntimos) se lembrarão: relatei a chacina “Solar Bougainville” (abril de 2018) que resultou na morte brutal de 4 jovens negros da periferia de Goiânia e o desaparecimento do João Vitor, o “Di Menor” de 14 anos. Relatei também o meu encontro com a mãe do menino que segue desaparecido, e as palavras “cortantes” que saíam de sua boca já seca. Escrevi outras e outras crônicas. Hoje percebo o protagonismo, na minha narrativa, das mulheres violentadas. Apesar do tema indigesto, a abordagem nem sempre foi melancólica. Lembro-me da crônica na qual homenageei Maria Margarida Alves, líder sindical paraibana assassinada em frente ao filho, em 12 agosto de 1983. O texto celebrava a marcha de mulheres camponesas que leva o nome da mártir: Marcha das Margaridas. E agora aqui estou, em mais um agosto. Desta vez, vendendo o meu texto, ou melhor, minha rifa. Por favor não entendam o retrospecto que fiz da minha trajetória no blog como manobra de “engabelar” o cliente. Vou direto ao assunto para que não se cansem, e minhas vendas não sejam comprometidas. A rifa que lhes vendo é extensão do que escrevi e senti até agora. Foi a solução que encontrei diante de mais uma realidade que me dilacera: a mãe do João Vitor, o “Di Menor”, mulher negra, com baixa escolaridade, diarista desempregada, está construindo um “barraco de PVC e papelão” para sair do aluguel já insustentável. Com o “acerto” do marido (agora os dois desempregados), compraram um lote. Não é difícil imaginar a insegurança e o

desconforto térmico deste tipo de construção em Goiás: terra abundante de sol, vento, grãos, desigualdades e bispos progressistas. Com o dinheiro arrecadado, contribuiremos – falo em nome da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Goiânia – com a aquisição de materiais de melhor qualidade, segurança e conforto. O prêmio da rifa provém de terras não menos quentes, ventosas, desiguais e amadas: Moçambique/África. O “batique” (tecido tingido artesanalmente) foi adquirido no mercado municipal da cidade de Inhambane (significado: terra de boa gente), na qual vivi metade do ano de 2014. Pechinchei como legítima filha de mineiro. Mantive-o em lugar privilegiado em minha casa, no Brasil, nos últimos 6 anos. A cada três meses, desenrolava-o com cuidado para me certificar de que as cores, texturas e lembranças moçambicanas não haviam me abandonado. Planejei emoldurá-lo e fixá-lo na parede do meu apartamento, como quem diz aos visitantes: “aqui mora alguém que se orgulha de suas origens”. Não hesitei em rifá-lo para uma causa-casa tão importante. Ainda mais neste mês de agosto, em que se juntou a Paulo Freire, no canteiro de obras celestial, o Dom Pedro Casaldáliga (1928-2020). Proclamador da teologia da libertação, o “bispo do povo” foi um grande defensor das causas populares. Esta rifa é, de alguma forma, fruto de seu legado. [...]”

Teci ali o cordão entre as crônicas passadas, ajustando-lhes ilusoriamente o sentido, já que não mais me pertenciam. Ali, tive a mais nítida compreensão de que escrevo para lapidar minha experiência e, meus textos, remodelam as minhas práticas. Minha escritura é condição de minha práxis.

Mas a denúncia me parecia insuficiente. Precisava avançar, anunciar novos projetos, novos encontros, brechas – ainda que sutis – de oxigenação da vida. Dessa necessidade decorreu a última crônica de 2020, na qual mencionei a criação de um grupo internacional de estudos feministas que, desde o primeiro encontro, revelou-se um ciberespaço de leitura, aprendizagem e afeto.

Bruxas do mundo, uni-vos!

Iniciamos, no dia 12 de novembro, o grupo internacional de estudos feministas do livro CALIBÃ E A BRUXA: MULHERES, CORPO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, de Silvia Federici. Participam feministas de variados gêneros, cor/raça, idade, nacionalidade, escolaridade. O projeto idealizado pela mestrandia Ádila Bringel sela a parceria do departamento de “Gênero e Diversidade” da Friedrich Alexander Universität (Alemanha) com a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) da Seção Goiânia, e o núcleo de pesquisa “Espaço, Sujeito e Existência” (Dona Alzira – UFG/CNPq). Compartilho, nesta coluna, fragmentos do texto de animação do nosso primeiro encontro, no qual nos amparamos nas reflexões de Federici para pensar acontecimentos recentes no Brasil, em especial o caso Mariana Ferrer, de grande repercussão na mídia. [...] Silvia Federici, em seu livro, nos conta como a descriminalização do estupro, na Europa no final do séc. XV, foi um importante mecanismo de pacificação de revoltas populares, desarticulação da classe trabalhadora e fundação de uma nova ordem patriarcal, misógina, forjando um imaginário social favorável às atrocidades que logo viriam: a caça às bruxas. Escolhemos o caso Mari Ferrer como chave de entrada neste texto que nos (re)apresenta um passado presente. Resultado de uma rigorosa revisão bibliográfica e documental, a autora destaca os deslocamentos dos marcos identitários, do valor do trabalho, do lugar social das mulheres, compreendidos por um capitalismo nascente. Silva remonta às relações comunitárias nas sociedades medievais, de forma não romantizada (é bom destacar isto), reconstruindo em sua narrativa um esqueleto social destruído pelo projeto societário capitalista. Nesse

empreendimento, localiza as mulheres camponesas como guardiãs do conhecimento medicinal, âncoras de uma rede de sociabilidade e solidariedade, senhoras de sua reprodução, e de papel reconhecido na subsistência do campesinato feudal. Ao enfatizar a divisão sexual do trabalho - acentuada pelo capitalismo - como ferramenta de opressão das mulheres, ocultamento da reprodução da força de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora, Federici defende a legitimidade da categoria "mulher" e a necessidade de transcendermos a dicotomia entre o patriarcado e a classe.

Em suma, 2020 foi o ano em que os direitos humanos dominaram a pauta das minhas produções. Em especial, a situação das mulheres. Percebi o potencial das crônicas não só na denúncia das perversidades produzidas via tríade capitalismo-racismo-patriarco, mas na divulgação do pensamento feminista.

3 A INFLEXÃO NO DEBATE EDUCACIONAL

O ano de 2021 simboliza uma inflexão temática em minhas crônicas. Desde a imersão no grupo de estudos críticos das reformas curriculares neoliberais na educação brasileira, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), a educação, sobretudo a educação geográfica, assumiu a centralidade.

Compartilho um trecho da primeira crônica desta série, na qual avaliei a minha prática docente e defendi a escuta como um princípio educativo:

Educação para a escuta: o desafio da desaprendizagem

Elaborei um texto para o meu primeiro dia de trabalho, em 2016, na Universidade Estadual de Goiás. Narrei aos alunos a saga da nomeação no concurso público para docente daquela instituição. Entre reuniões no Palácio das Esmeraldas, queimas de pneus na Avenida Anhanguera e ocupações da reitoria em Anápolis, aprendi que nenhum direito no Brasil decorre do altruísmo de governantes, sejam eles de esquerda ou direita. Ao transformar em palavras minhas noites de insônia, crises de bruxismo e enxaquecas, dei o primeiro recado à turma: sou, antes de tudo, corpo situado geográfico-historicamente, poroso ao som das betoneiras e maritacas, ao sopro dos escapamentos e ventos de agosto, ao ácido das primeiras chuvas e dos olhares inquisitórios. E a palavra me é instrumento de inscrição no mundo, elaboração e compartilhamento de experiências – inclusive, das malogradas. Cá estou, 5 anos depois, escrevendo um texto para a minha estreia na Pós-Graduação (PPGEO-UEG), enquanto professora – junto ao mestre Douglas Santos – da disciplina “Educação Geográfica nos territórios do Cerrado”. [...] Extraí a máxima “Educação para a escuta” do livro “Paixão da Ignorância” de Christian Dunker (2020). Tendo como interlocutores Jaques Lacan e Paulo Freire, o psicanalista tece críticas à “lógica condominial” que organiza boa parte das nossas escolas, cercadas de muros, gestores-síndicos, atomizadas social e territorialmente. “Escolas com mais alunos que sofrem de uma nova maneira. Mais silenciosa, mais disruptiva, mais apática, mais violenta, com sintomas que se desdobraram em medicalização, criminalização e indução artificial de desemprego em escala de massa” (2020, p. 20). Sofrimento que, sem narrativa e sem escuta, se torna o combustível da corrente de violência retroalimentada pela mídia. Depois de

anos de educação para a fala, chega o momento em que a escuta se faz urgente. Escutar, entretanto, é diferente de ouvir. Escutar supõe a implicação daquele que escuta no drama daquele que fala. Afetação, deslocamento, abertura. Supõe a “paixão pela ignorância” ou o reconhecimento do valor daquilo que não se sabe. Escutar e (se)educar por vezes são tarefas de desconstrução e auto mutilação.

Minhas crônicas, desde então, ganharam um caráter pragmático, uma identidade: são textos voltados a situações educativas. Esta primeira traduz-se num convite à escuta profunda, direcionado a estudantes de pós-graduação, dado o crescente estilhaçamento da atenção e da concentração.

Duas outras crônicas do mesmo ano (2021) romperam com o estilo narrativo adotado até então. Pela primeira vez, utilizei do expediente da ficção: cenários, personagens, situações imaginadas. Criei a personagem Sônia, uma professora-uber do Rio de Janeiro, contratada para substituir professores de escolas periféricas. Nas favelas, a professora se depara com os limites de uma formação burocratizada e de documentos curriculares alheios à identidade das instituições escolares, incluindo os conflitos territoriais e subjetivos que a singulariza. Seguem alguns fragmentos das duas crônicas ficcionais (2021; 2022):

Aula de geografia na comunidade do Jacarezinho

Bom dia a todos e a todas! Meu nome é Sônia, sou a nova professora de Geografia de vocês. [...] Começaremos com o conceito de identidade, que tem relação direta com a “compreensão perceptiva da paisagem”. Percurso em que exploraremos as experiências de vocês nos “lugares vividos”, faremos associações em diferentes escalas e comparações com outras partes do planeta. Vamos lá?! Quem pode compartilhar com a turma a sua rotina, seus deslocamentos diários, alguns de seus lugares vividos? [...] Luiza - “Mataram meu irmão. É sobre isso que eu quero falar. Desde o dia 06 de maio, estou proibida de sair de casa a não ser para a escola, sempre acompanhada do meu pai. Passo as tardes cuidando da minha mãe, ela não quer mais levantar da cama. Finais de tarde costumava ajudar o pessoal do restaurante comunitário com a montagem das refeições a serem doadas. Nem isso posso fazer mais... As únicas paisagens que vejo são a da escola e da minha casa. Na parede do meu quarto, tem cinco marcas de tiro. [...] Alguém pode citar algumas diferenças entre lugares? - Posso tentar, professora. Sou o Carlos, estou aqui atrás da Luiza. Meu pai é motorista de Uber. Ele passa dia e noite rodando na zona sul, transportando turistas. As casas, as lojas, as praças, as luzes, os cheiros, os sons, a língua que se fala. Parecem dois mundos dentro de uma só cidade. Assim como o meu pai, muita gente daqui vai trabalhar lá. [...] Meu avô veio do Ceará, trabalhou a vida inteira no Rio e só conseguiu comprar um carrinho de água de coco. Só de ouvir a história de vida dele eu já me canso! Morreu de tanto trabalhar. As vezes penso que trabalhar e estudar não dá futuro. Ao invés disso, eu poderia... [...] Mais uma vez nos desviamos do essencial: o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular! Aliás, preciso sair um minutinho e conversar com a diretora sobre o trabalho que a professora Catarina desempenhava. É inaceitável! Certamente essa professora não cumpria o conteúdo e ainda permitia que o “drama” de vocês atropelassem toda a aula! Como vou desenvolver meus conceitos dessa forma? Como ficarão nos testes? Sinceramente, vocês não têm a mínima ideia do que é Geografia. Assim não dá!!

Aula de geografia na Vila Cruzeiro (RJ)

[...] Nossa aula de hoje é sobre recursos hídricos. Iremos relembrar conceitos como o de bacia hidrográfica, afluentes e efluentes, fontes e ciclos da água, interflúvio, lençol freático entre outros. O que vocês sabem sobre esse assunto? - Boa noite, professora Sônia. Seja bem vinda à nossa escola! Me chamo Zuri, nome dado pela minha bisavó, já falecida. Ela foi uma das primeiras moradoras da comunidade. Veio pra cá na época do quilombo. A senhora sabia que o Complexo da Penha surgiu como quilombo, né? Aliás, basta a senhora olhar pra essa turma e verá como a maioria é negra. [...] Sou o Simião, primo da Zuri, moro na segunda rua abaixo do Campo da Ordem, onde o Imperador Adriano treinava. Aliás, a senhora sabe que nesta comunidade se formaram muitos artistas, ativistas, jogadores, capoeiristas? Mestre Touro, Mestre Dentinho, Marcelo Dias, Dj Renan da Penha e muitos outros. - Simião, acho que você também não entendeu o propósito desta aula. O que tem a ver recursos hídricos com o mestre Boi, Touro sei lá...? - Olha professora, desculpa, mas quem não entendeu foi a senhora. A professora Laís Rufino nos ensinou a história de resistência dessa comunidade. E é a partir dela que abordamos os demais conteúdos. Nossos antepassados se libertaram da escravidão, mas não receberam nenhuma ajuda para reconstruírem suas vidas. Muitos se perderam na marginalidade, outros se organizaram e conseguiram, com muita dificuldade, sobreviver. Somos uma das maiores comunidades negras do Rio. Sobre os recursos hídricos, sabemos perfeitamente a importância de políticas públicas que garantissem que nossas águas não fossem contaminadas e aterradas. Tal do racismo ambiental, né... Somos cientes do abandono do Estado. E lutamos por melhorias para a nossa comunidade. [...] - Olha, já vi que a aula saiu do trilho de vez. Pra piorar, só me falta alguém esbravejar sobre a operação policial do dia 23 de maio. - A chacina?! Fique tranquila, professora. Já entendemos que a sua Geografia não cabe na quebrada.

Além da incompatibilidade entre as prescrições curriculares e as realidades comunitárias, a saga da professora Sônia expressa os limites de uma educação para o olhar racionalista. Ela jamais será capaz de compreender os equívocos de sua prática docente enquanto não questionar o seu olhar para o mundo, ampliando-o não só para o caráter político da relação sociedade-natureza, também afetivo.

Remetendo à minha trajetória pessoal e profissional, a inflexão das crônicas ao debate educacional responde a um anseio de escapar e denunciar a condição de alienação cada vez mais grave entre a categoria de professores.

Tais crônicas têm me ajuda a rever algumas de minhas posturas e valores. Ao produzi-las, ainda que no terreno da ficção, vasculho na memória minhas experiências docentes, e as ressignifico. Produzo crônicas ao passo que me recomponho, afinal “narrar é compor a vida; e a vida é substância de toda narração” (CHAVEIRO, 2015, p. 45).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos o mundo pelos diversos sentidos (audição, visão etc.). Entretanto, os dados do mundo nos chegam de forma caótica. Organizá-los mentalmente permite à espécie

humana agir sobre este mundo, humanizá-lo. Nesse processo, escapamos do determinismo biológico ao qual os demais seres vivos estão subjugados e nos tornamos parcialmente responsáveis pelo que nos acontece. Fazer esta passagem da percepção do mundo para sua idealização é, portanto, uma das condições para a libertação humana. Escrever qualifica, pois, esta passagem da experiência sensorial que caracteriza a cotidianidade à generalização que se opera na linguagem escolar ou acadêmica.

Os atos de ler e escrever estão intimamente conectados aos atos de pensar, de perceber e nomear o mundo. Por outro lado, já dizia Paulo Freire, a leitura de mundo precede a palavra, e nosso objeto desta leitura é a nossa prática. Estamos, pois, lançados num complexo jogo em que as narrativas estão sempre defasadas de nossa experiência de mundo, mas são condição para que estas assumam um sentido. Escrever nos ajuda a repensar a própria prática.

Escrevemos com o corpo inteiro. As condições concretas, o espaço físico, a posição, o nosso lugar de enunciação compõem a escritura. Escrever jamais é um ato neutro, mas cultural, político e ideológico. Na própria relação com a língua, com o idioma, o escritor assume uma postura de submissão ou transgressão.

Escrever é lutar pelo pela imaginação, pela atenção e olhar profundos, pelo engajamento no mundo, pela dilatação das experiências. Enfim, por uma vida autêntica, no sentido freireano.

Ao rever a minha trajetória enquanto colunista do blog *Multiplicadores de Visat*, percebi o quanto os acontecimentos e espaços que frequentei moldaram a forma e conteúdo do meu texto. Direitos humanos, Feminismo e Educação formaram o eixo temático de uma produção que lentamente se deslocou de uma linguagem jornalística para a ficção.

Minhas crônicas cada vez mais despedem do desabafo e assumem um caráter pragmático: tornam-se recursos pedagógicos, cujo valor não se encontra apenas na utilização em sala de aula, mas na própria produção. Ao produzi-las, repenso a minha prática docente. Escrever é hoje parte fundamental do meu ofício de ensinar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**: seguido de novos ensaios críticos. Tradução de Mario Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

BETTO, Frei. **Ofício de escrever**. Editora Rocco, 2017.

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. *In*: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Dizibilidades literárias: a dramaticidade da existência nos espaços contemporâneos. **Geograficidade**, v. 5, n. 1, p. 40-51, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DUNKER, Christian. **Paixão da ignorância**: a escuta entre Psicanálise e Educação – Coleção Educação e Psicanálise. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa** – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. Tradução Coletiva Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MULTIPLICADORES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR. **Blog**. Disponível: <https://www.multiplicadoresdevisat.com/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

RAMOS, Maria. Por que não me sinto segura dentro da minha própria casa? **Grupo Mães pela Pais**. Goiânia: 2019.

TEZZA, Cristovão. **O espírito da prosa**: uma autobiografia literária. Rio de Janeiro: Recorde, 2002.

AS CIDADES E A ESCRITA: a crônica e a poética do ordinário

*Alisson Barboza Azevedo*¹

*Rodrigo Emídio Silva*²

A CIDADE DE NELSON RODRIGUES: uma menina sem estrela

As cidades, sobretudo as metrópoles, são verdadeiras miscelâneas de cenas. Conexas ou desconexas, elas configuram as diversas tensões que pulsam em suas gentes. E a crônica percebe a cidade na escala do ordinário. Isso se entendermos que toda crônica é uma obra de ficção, um gênero que transforma lugares geográficos em locais narrativos. Pode-se, por extensão, afirmar que o olhar do cronista transforma casas, ruas, portas de bares, esquinas e bueiros em texto.

Aqui, como modelo dessa representação, toma-se a crônica de abertura da obra memorialística “a menina sem estrela”, de Nelson Rodrigues (1994). A primeira crônica de “A menina Sem Estrela”, sem título como todas as demais, é um elegante, contundente manifesto político. Nela, o cronista deixa o leitor entrever os caminhos estreitos e as gretas que a cidade esconde. Um arguto narrador oscila entre a atenção e a desatenção, e é esse jogo que lhe permite apreciar o detalhe – ou cometer, a bem da crônica, um providencial engano dos sentidos.

Em 1967, quando decidiu escrever suas memórias para o jornal Correio da Manhã, o pernambucano de nascimento e carioca de infância Nelson Rodrigues tinha 54 anos e sofria a censura do governo do general Castello Branco ao seu romance “o casamento”. Como afirma Castro (1997) reincidentemente acusado de pornográfico por ditadores por quem nutria simpatia, o “anjo pornográfico”. Nelson Rodrigues abriu suas memórias colocando na boca de um camelô, que vendia jornais no centro do Rio de Janeiro, o seguinte impropério político, com o qual satirizava o regime e sua constituição em gestação: “- A nova Prostituição do Brasil! A nova Prostituição do Brasil! ”

Antes da elucidação do enigma deste impropério político com o qual o reacionário e subversivo Nelson Rodrigues constrangia o regime, vale a pena reproduzir o magnífico

¹ Possui graduação em Direito (PUC-Goiás). Especialista em Direito Constitucional (Anhanguera-Uniderp). Mestrando em Geografia (IESA-UFG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira). E-mail: alissonbazevedo@gmail.com.

² Possui graduação em Geografia (UEG-Unidade de Itapuranga). Mestre em Geografia (IESA-UFG). Doutorando em Geografia (IESA-UFG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira). E-mail: rodrigo.emidio02@gmail.com.

primeiro parágrafo de sua crônica-manifesto, no qual ele, magistralmente, dá conta do tempo em que nasceu e se apresenta ao mundo. Rodrigues (1994, p. 6) escreve:

Nasci a 23 de agosto de 1912, no Recife, Pernambuco. Vejam vocês: eu nascia na rua Dr. João Ramos (Capunga) e, ao mesmo tempo, Mata-Hari ateava paixões e suicídios nas esquinas e botecos de Paris. Era a espiã de um seio só e não sabia que ia ser fuzilada. Que fazia ela, e que fazia o marechal Joffre, então apenas general, enquanto eu nascia? A belle époque já trazia no ventre a primeira batalha do Marne. Mas por que "espiã de um seio só"? Não ponho minha mão no fogo por uma mutilação que talvez seja uma doce, uma compassiva fantasia. Seja como for, o seio solitário é, a um só tempo, absurdamente triste e altamente promocional.

Para quem andava às voltas com a reincidente acusação de pornográfico, esse primeiro parágrafo da crônica, longe de uma capitulação, soa como provocação aos moralistas. Afinal, o retrato da *belle époque* é a “espiã de um seio só, (...) Absurdamente triste e altamente promocional”, (RODRIGUES, 1994, p. 7). Não seria esse, também, o retrato do cronista?

Mas essa digressão marota, como se dizia no rio, serve ao cronista, além do charmoso prólogo de sua existência e de suas memórias, é o gancho inicial que o aproxima do rés-do-chão do cotidiano. E foi desde esse rés-do-chão que ele ouviu, enquanto flanava pelo centro do Rio de Janeiro, um “camelô, feliz e paupérrimo, berrando a manchete do jornal do dia: “- A nova Prostituição do Brasil! A nova Prostituição do Brasil! ” (RODRIGUES, 1994, p. 7).

Mas seria possível aquele pornográfico pregão sem que ninguém, sequer o cronista, se espantasse? Continuamos com Rodrigues (1994, p. 8), “O que eu reclamava de mim mesmo era todo o espanto que não sentia.” Ante o espanto, embora inconfesso (“o que me põe doente é a falta de espanto. Preciso me espantar com a maior urgência”), o cronista hesitou, e retrocedeu alguns passos para ouvir novamente o infame reclame do camelô: “A nova Constituição do Brasil! A nova Constituição do Brasil! ”. (RODRIGUES, 1994, p. 7).

Foi com esse ardiloso estratagema que Nelson Rodrigues converteu a pornografia de que era acusado e por isso sofria com a censura da recém-instaurada ditadura militar – em manifesto político. E converteu a “Nova Constituição Brasileira”, tão cara para o regime que se estabelecia, em “Nova Prostituição Brasileira”, uma infâmia que troçava, aliás, da acusação que reincidentemente lhe faziam os poderosos: a de pornográfico.

Note-se o irônico espanto do cronista Rodrigues (1994, p. 8): “Só então percebo o monstruoso engano auditivo. Onde é que meus ouvidos estavam com a cabeça? Ah, uma incorreção acústica pode levar o sujeito a sair por aí derrubando bastilhas e decapitando Marias Antonietas”.

Castelo (2006, p. 138-139), num ensaio biográfico sobre Nelson Rodrigues, afirma que o cronista

[...] gostava de satanizar o mundo, de ridicularizá-lo, o que era outra forma de se conservar sozinho. Em suas crônicas na imprensa, seus inimigos eram ou vítimas de zombaria, ou até transformados em demônios, o que no fundo era a mesma coisa, pois o levava à mesma solidão. Ele ficava acompanhado depois desses personagens, vultos tomados dos outros e transformados em sua propriedade particular, e isso parecia consolá-lo, o que, em se tratando de um escritor, não era novidade. Nelson dividia entre eles suas aflições, desassossegos, seu desconforto de homem inadaptado ao presente e preso a um passado que na verdade nunca existiu, um tempo que era mais parte de sua imaginação.

O que o revoltado ordinário Nelson Rodrigues carnavalizava, na crônica de abertura de suas memórias era a apatia geral ante a imposição ao país de uma constituição que reduziria às cinzas o estado democrático de direito. Contra a letargia da pátria ante o arbítrio, Rodrigues (1994, p. 9) protestou: “O que nos falta é o que chamaria de ‘espanto político’. Aqui, as coisas espantosas deixaram de espantar. Se um camelô brotasse de uma alucinação, invadissem a vida real e berrasse a “nova Prostituição do Brasil - ninguém cairia ferido de assombro”.

Ninguém precisava ser um “padre de passeata”, manjado chiste de Nelson para satirizar a esquerda e a igreja progressista, para saber que uma constituição outorgada, como foi a de 1967, era o péssimo sinal para o futuro do Brasil, como mais tarde se veria e ainda agora se vê. Com sua pena sagaz e sua afiada afronta, o cronista logrou deslocar sua propalada pornografia para o regime que o assolava. Rodrigues (1994, p. 09) foi assertivo:

Se baixassem um decreto mandando a gente andar de quatro - qual seria a nossa reação? Nenhuma. Exatamente: - nenhuma. E ninguém se lembraria de perguntar, simplesmente perguntar. – “Por que andar de quatro?”. Muito pelo contrário. Cada um de nós trataria de espichar as orelhas, de alongar a cauda e ferrar o sapato. No primeiro desfile cívico, o brasileiro estaria trotando na Presidente Vargas, [...] e seria lindo toda uma nação a modular sentidos relinchos e a escoucear em todas as direções.

Segundo sua alentada biografia, Castro (1997) descreve as penas que o regime militar imporá a Nelson Rodrigues e à sua família ultrapassariam em muito a censura. Mas aqui nos interessa o cronista, esse imaginativo transeunte que extraiu do cotidiano um impropério político que enfureceu os generais. E, ao mesmo tempo, entrar para os anais do gênero menor, que é como os detratores e os amantes referem-se à crônica.

É na pausa da caminhada observadora e distraída pelas cidades que olhamos o pó do tempo que cortina nas sombras de vãos e cantos.

Grandes ou pequenas; calmas ou nervosas; inocentes ou perversas; as cidades são multifacetadas e detêm diversos signos e tensões políticas, econômicas e culturais. Seja nos mares de rostos de anônimos, que em si carregam a imensidão do humano, seja na política, que permeia o espaço público, na fofoca, que invade a privacidade dos sujeitos, as cidades têm ecos polifônicos. São elos que ligam os lugares a partir de escalas regionais, nacionais e globais. As conquistas da racionalidade aglutinam-se nas metrópoles e os flagelos do progresso capitalista são escancarados nas suas esquinas mendicantes.

As pequenas cidades, que muitas vezes não existem nos mapas, esperam o chegante com uma gentil placa “Bem-vindo”, soa como um “Boa tarde, pode entrar”. Se estiver procurando alguém, pare no bar e pergunte, oriente-se pelos gestos dos braços e conselhos cartográficos das vozes. Os olhares das ruas espiam as casas, penetram a privacidade das famílias. O ar inocente das pequenas cidades camufla o moralismo machista que reprime os corpos com o olhar julgador.

As pequenas cidades têm suas faces impressas nas casas, e os vãos do habitar espiam as ruas. O mundo, de fora ou de dentro, pode ser precipitado pelas escadas da dor, das perdas, enfim, das múltiplas violências, grandes e pequenas. O habitar carrega em si a insígnia da ambivalência. Pode se constituir em elo de cura, afeto, amor e proteção, mas também abarca em si o luto, a violência, a exclusão, a produção de angústias e fobias. Pode-se experienciar tanto a sensação de abrigo-proteção, como outra, de prisão.

A casa-moradia enquanto um sonho, um devir, um campo de luta, ao mesmo tempo íntima e política, representa uma das facetas basilares da dignidade da vida humana, mas também, abarca as contradições das relações interpessoais e sociais. É nesta esfera que podemos ver eclodir, mas não somente, os efeitos da sociedade colonizada como a herança patriarcal.

Para Bourdieu (2002, p. 63), a ordem social que se estrutura com valores patriarcais é segregadora, hierarquizante e perversa em vários aspectos. O patriarcado perpetua violências como um sistema opressor com mecanismos simbólicos muito eficientes. Enquanto forma de dominação, se estende não apenas às mulheres, sempre em condições de inferioridade, mas também aos homens. Assim:

Se as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio, os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante.

As grandes cidades emaranham-se em liberdade e violência. O mundo da rua é organizado por variadas possibilidades de relações nas metrópoles. O trabalho e o entretenimento são os grandes produtores de subjetividades que entrelaçam o pulsar arterial urbano. Os bares invadem as calçadas, o trabalho invade a noite, e a miséria invade os semáforos. Como na crônica de Rodrigues (1994), realidade e alucinação se mesclam, se intercalam e se mimetizam.

A luta diária da metrópole é a rua. A casa, de modo geral, ficou à mercê, perdeu espaço na construção socio subjetiva da densidade existencial. A redução das funções da casa traduziu-se e materializou-se nos portentosos interesses do capital imobiliário especulativo. Algumas cidades são velhas, mas a fome insaciável de futuro não as deixa envelhecer, a propaganda anuncia a novidade.

As vozes da cidade sussurram e encantam os viajantes por outros caminhos. Elas são sagradamente profanas. A metrópole estende a mão, olha-nos com os seus intraváveis olhos e diz “Bom dia. Seja bem-vindo”. Entramos no seu corpo, ela nos invade. As cidades são sistemas alegóricos. Elas evocam os sujeitos, seus olhos brilham, é deserto, mas as miragens sensualizam curvas. Perdidos e rastejantes, vemos o oceano e a praia. Assim são os *shoppings*, cinemas, museus e igrejas, são essas miragens evocativas que nos convencem, sossegam e enfurecem.

Tal qual Nelson Rodrigues, que fez troça da censura e converteu em nova prostituição uma nova constituição que reproduzia as velhas práticas do mando e do arbítrio.

AS METRÓPOLES: as paisagens, as cenas e o olhar

A cena vista é, de alguma forma, vida revista e revivida. Ela não se prende a tela, salta do quadro e invade as retinas. Gomes (2013) entende que o regime de visibilidade compõe as múltiplas experiências de observação, o nosso olhar é orientado pelos discursos, que, por sua vez, trabalham para situar os sujeitos no mundo. Os caminhos para compreender uma cena perpassam pelos níveis da descrição, tensão e chegam aos valores culturais e simbólicos.

A cena e a paisagem são indissociáveis na plástica das fisionomias espaciais. Para Besse (2014), a paisagem é a categoria imediata para o trabalho do geógrafo, pois paisagem e a vivência tornam-se lugar; paisagem e poder: território; paisagem e taxonomia: região. A paisagem é tudo que envolve os sujeitos, são os contornos que desembocam em novas margens e capturadas pelos olhares.

A paisagem não existe apenas para olhar, ela é a intersecção do ser no mundo e do mundo no ser. As formas físicas são percorridas pelas lembranças, medos e desejos. Nesta chave, afirma Dardel (2015, p. 30) que “a paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante [...]. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra”. O ser carrega suas paisagens na alma, as paisagens têm as marcas dos sujeitos no presente e nos resquícios do passado. As cidades modernas são amarrações sólidas de paisagens fragmentadas, um labirinto de signos e sombras. Uma massa de rostos disforme que vaga por ruas, esquinas e becos. Corpos que reproduzem em seu caminhar o mesmo movimento frenético das máquinas. O observador prende-se às frestas, um sentido marcado pelo entreaberto. E, claro, o olhar esbarra na próxima sólida parede. Gomes (2013, p. 230) sublinha que “[...] não há um ponto de observação que nos separe inteiramente do espetáculo, o olhar do observador é parte dele”.

Todos os nossos sentidos trabalham em concomitância para sentirmos o peso da existência. O mundo só faz sentido pela nossa consciência: vê-lo é olhá-lo pelas janelas da consciência. Existimos e temos certeza da nossa transitoriedade e finitude. O nosso captar o mundo não se dissocia dos poderes imagéticos desejantes aos quais o corpo está situado. O olho age, busca e, frontalmente, é movido pelo desejo de compreensão. Nessa explosão cósmica nasce o olhar - um exercício da consciência -, a qual Sartre (2009), afirma ser fluxo contínuo de experiência, pensamento, lembrança, memória e linguagem.

Sáimos de nós, permanecendo em nós, a vastidão do mundo que se descortina é abraçada no olhar. O olhar urbano percorre, corre, frena, por uns instantes, mas jamais fina-se. As imagens criam cenas movidas na tensão. Não há um referencial fixo no olhar a cidade. Em concordância com Gomes (2013, p. 31), observamos que “Vemos somente aquilo que retiramos do fluxo contínuo do olhar. O ato físico do olhar é pouco criterioso e se nutre de um homogêneo e generalizado interesse. O olhar percorre e não fixa”.

Invadimos o outro e também somos alvejados por olhares, que gozam de uma liberdade estarrecedora. Alfredo Bosi (1988, p.78) ajeitou os óculos da sensibilidade e escreveu “Olhar não é apenas dirigir os olhos para perceber ‘o real’ fora de nós. É, tantas vezes, sinônimo de cuidar, zelar, guardar, ações que trazem o outro para a esfera dos cuidados do sujeito”. O humano abraça, domestica, cuida, afaga, impõe força na ação de olhar.

O olhar do cronista é o que interessa a captura do inesperado. O leitor e o escritor são viajantes que criam uma cartografia semiótica associada aos labirintos da cidade texto. O romance *Se Um Viajante na Noite de Inverno* (1999), de Ítalo Calvino, abre-se aos olhos do leitor com uma ferrovia, um trem, uns desconhecidos, a fumaça e uma mala. Não sabemos, os

leitores, onde estamos descendo e nem para onde estamos indo. Tudo foge ao olhar doméstico. A estranheza transforma o sólido em fugaz etéreo. O escritor anuncia em silêncio: Bem-vindo ao mundo da viagem. O espectador é um viajante que navega no oceano das imagens e palavras.

CRÔNICA E CRONISTAS: a cidade esfacelada

Na mitologia grega, Cronos, o jovem titã, na barriga da mãe Gaia, revoltou-se contra as opressões do pai Urano. A revolta é o grande movimento do tempo. A revolta é força libertária do tempo humano. Rasga-se o cosmos do eterno e imprimimos o caos do transitório. Metrôpoles são caóticas, suas paisagens são a síntese do tempo histórico. A palavra é uma forma afiada de opressão e de revolução. A crônica é a filha caçula de Cronos, é birrenta e esperneia no chão. Revolta besta de menina temporã. Diante dos outros gêneros ela é um tipo travesso que se vale do rangido das portas e da poeira que se assenta nos cantos. Contudo, o cronista é sujeito que se lambuzava dos outros gêneros e de outras artes, entre eles: o romancista, o poeta e o pintor.

O romancista usa as palavras domésticas. Cativas, elas criam um enredo sem surpresa. Cristalizadas nas fórmulas abstratas do planejamento. O romance inaugura a passagem do narrador oral para o narrador da palavra escrita, que é onisciente. O romance realista transborda o excesso de palavras, que se tornam entes anônimos na floresta do texto. A crônica é impaciente demais para ser romance. É o olhar tornando-se texto. A mancha tomando contorno de palavras, ou palavra manchando-se de mundo.

Se o romancista se apropria do excesso de palavras, o poeta é tomado pela ausência das mesmas. A palavra no poema é selvagem. Diz mais do que está escrito. Ela não se cala para os pontos. O poema não narra. A poesia é a ausência da narração. É caos. As palavras rebeldes nascem no mundo. Não nomeiam, rolam entre versos. Poema declama-se. É um interim de caos e sentido, declamado é palavra feita de corpo. Grita silêncio. Entretanto, a palavra no poema é solitária. O cronista ama a frase. Sendo, portanto, a medida certa para o texto. Cronistas são frasistas.

Castro (1997) descreve Nelson Rodrigues como um apreciador de frases. Amava-as tanto que as roubava de seus amigos escritores, um menino roubador de rosas do vizinho. Mas era também generoso: muitas vezes atribuía suas frases aos amigos, não sem algum constrangimento para aqueles.

É pela frase que o leitor se debruça em imagens. Se para Sartre (2019), o pintor é um narrador mudo, o cronista seria um tipo pintor que colore a cena com palavras. Pintar é ato demorado, preferimos acreditar que o cronista é um fotógrafo das imagens falantes. A palavra pensa a imagem, mesmo que em silêncio. Pela fugacidade das cenas, a crônica revela a cidade para a cidade. As metrópoles são os negativos da modernidade; imagens das utopias e as respectivas fantasmagorias rastejam-se por elas. O fotógrafo do instante revela a cidade no reticulado da palavra.

A fotografia é, para Barthes (2017), a paisagem colada na vidraça da janela. A tridimensionalidade da experiência cria-se entre o olhar e a imagem. A imagem fotográfica compõe-se de dois elementos: o *studium* e o *punctum*. O primeiro constitui-se um campo vasto da fotografia, carrega a familiaridade da cultura, o olhar consciente e dormente sobre as imagens. Investigamos o ângulo do fotógrafo, o olhar judicioso da moral nos faz gostar ou repugnar a imagem. Esta decorre da mediação da máquina fotográfica e o mundo, sendo a ordem do *Operator*. O segundo é a invasão, uma pequena ferida, um pequeno buraco que estimula e incita. Ele revela o que está oculto na inscrição visual. Apreende-se pelo detalhe, rouba a atenção. Suponhamos, a foto de uma face velha, chama a atenção pela infância do personagem ou como seriam as rugas da mão que não foi fotografada. O oculto sombreado arvorece imaginação, sendo a ordem do *Spectador*.

Os cronistas são os fotógrafos das cidades invisíveis; capturam o choro da criança, a cerveja gelada, o suspiro cansado do trabalhador e o vira-lata esperando a sobra de comida no bar da esquina. Narramos as surpresas que se escondem no reles do comum. Nossa matéria-prima é o absurdo do comum: a falha não vista, a fratura não exposta, a beleza oculta em meio à fealdade – e também seu contrário.

A crônica constitui-se dos instantes, não necessariamente os instantes da Paris de Baudelaire, mas uma dimensão concreta e histórica de mundo no instante. Borges (1986, p.133), no conto O Aleph, viu o cosmos na abertura no portal e intermináveis olhos que perscrutavam como espelho, e concluiu “compreendi que esse movimento era uma ilusão produzida pelos vertiginosos espetáculos que encerrava [...] vi todos os espelhos do planeta e nenhum me refletiu”. O Aleph tem uns dois ou três centímetros de profundidade, uma fina espessura que levaria para uma infundável viagem do ver. Perguntamo-nos se Borges escreve sobre palavras ou imagens, ou uma mistura plástica de texto e imagem.

A crônica é um portal mágico que se abre no ordinário; e dele vemos as fissuras criadas pelos ventos da modernidade. O acaso do real levado ao absurdo da loucura, assim

medem-se as escalas de alcance de uma boa crônica. Outra frase de efeito: Toda palavra é uma metáfora. O singular exagera-se.

O leitor apaixona-se pela cidade imaginária dos cronistas. Os pontos de vista, do observador que escreve e do observador que lê, se dissolvem no mundo. Toda arte, nessa perspectiva, é um ato de intervenção. Pensar é agir, transformar pensamento em texto é uma enigmática força revolucionária. Há um coletivo de forças que participam e intervêm nas mudanças e, principalmente, nas derivas transformadoras que aí se dão.

Como afirmou Sartre (2019), a arte engajada busca a inegociável liberdade. O texto é, sobretudo, um ponto de ruptura e não meramente representação, carrega a vontade. Engravida o leitor com desejo da liberdade. Escritor, leitor e texto situam-se no tempo e no espaço. Portanto, a liberdade não é uma ideia abstrata, é pensamento encarnado.

Dotar de palavras ou vestir de linguagem as paisagens é um movimento interseccional. A escrita, como campo de força, é agente semiotizador do ato de cartografar o caos do cotidiano. O texto organiza a loucura, constrói o olhar.

Palavras são entidades diaspóricas, vagam. Invadimos o outro com os nossos sons. Saímos e repousamos no ninho alheio. A emoção e a surpresa roubam os lúcidos vocábulos, gaguejamos com as surpresas e peças pregadas pelo outro.

Os escritores andam distraídos pelas ruas, pois a observação atenta está no texto que está sendo gestado. Naquilo que ainda não vive perambulando livre pelas esquinas e bancas de jornais: a crônica. É nesse gênero que há a revolta do ordinário.

A CIDADE E A CRÔNICA: leitores e escritores dissolvidos

A cartografia é uma palavra valiosa para os dicionários geográficos e os mapas são inventivos, misturam o traço livre da imaginação e o rigor da técnica. De figuras homéricas aos dados, quase sempre, precisos do Geoprocessamento e do Sensoriamento Remoto revelam a cartografia entranhada com a geografia e vice-versa. Ao longo da história da ciência moderna, juntamente com sua grande advogada, a técnica, a imaginação cartográfica tornou-se rigorosa com linhas invisíveis e esquemas lógicos. Desde o renascimento, somos relegados à crença das figuras míticas, mas adoradores de linhas invisíveis e imaginárias, que existem apenas nos mapas.

O traçado estático de meridianos e paralelos engaiolou a terra. Imensas porções continentais espalhadas em traçados conformes, ângulos retos e estáticos que prefiguram um

mundo vazio de tensões e movimentos. A ciência moderna, com seus modelos e sistemas de compressão, acabou cristalizando o pensamento em esferas de conceituação e representação. A cartografia é um exemplo fiel aos modelos lógico-matemáticos de técnica e ciência moderna. O pensamento que sedentariza e cristaliza-se é o cadinho de arcabouços que tangenciam o desejo de colocar o caos em sentido de ordem, o cosmo.

A ciência moderna recebe duras críticas após a segunda metade do século XX, a dita corrente pós-estruturalista perfaz questionamentos aos modelos totalizantes de compreensão, entendidos como meta-narrativas. Opondo aos modelos sistêmicos e estáticos da cartografia, Gilles Deleuze e Félix Guatari desdobram, juntamente com a esquizoanálise, a cartografia existencial. Um mapear feito das emoções, essas manchas pulsantes que constituem nossos desejos, afetos e traumas.

A palavra pensa a palavra. O humano fala de si e do outro na teia de desejo e memória da linguagem. Há peso no que se diz, há espinhos no que se ouve. A profana pescaria escriturística é uma trança pertinente. Os bons pescadores afirmam que ela é uma construção séria. Os mais sisudos cravaram leis universais para o seu surgimento, prendem-na numa estrutura organizacional. Estruturas que, de tão estruturadas, se endureceram em estruturalismo – e perderam a ternura. Esses pescadores jogam redes ou tarrafas e pescam a linguagem em classes, porções e taxonomias.

As palavras são seres misteriosos, mágicos, por vezes, fantasmagóricos e, por tantas outras, encenadores de si.

Colher palavras é um retirar do solo semântico frutos de diversos sentidos, cores e tamanhos. Alimentos comíveis que se voltam ao chão como sementes. Elas são colhidas pelos ouvidos, olhos, mãos e jogadas ao mundo pelo paladar da vida: pela fala, plantamos e colhemos signos. Os significantes são adubados com novos sentidos – significados-, estes que amolecem a dureza da forma e criam novas palavras e outros sentidos. A linguagem é uma permanente colheita laboral da alma. Bosi (2010) concebe que a palavra é o leite materno da consciência. Por incrível que pareça, essa afirmação não é uma metáfora, os primeiros fonemas são produzidos numa abertura labial idêntica ao momento em que a bebê mama. Fonemas como *ma*, *ta*, *pa* são evocados na ausência do peito lactante, e repete-se *mama*, *tata* e *papa* na ação involuntária da sucção. A linguagem nasce no interim de gente e alimento.

A ciência engrossou a voz com palavras portentosas e grandes narrativas que abraçam o mundo. Poucas vezes ouvimos palavras desconfiadas, miúdas ou tímidas. O amor pouco aparece nessas grandes expedições. Este tornou-se assunto *démodé* da revolução, sendo um empecilho às ideias planejadoras. Ela, a ciência, desde o seu primeiro choro, roubou o lugar

dos poetas e começou a nomear as coisas. Abstraiu a compreensão, prendeu-a nas grades das teorias essencialistas.

Os poetas, que rolavam versos livres, também foram capturados por uma geometrização estética. Parnasianos e árcades foram engenheiros da *mimésis*, a arte que copiava com régua e compasso. Tudo era tão harmônico, claro, exceto o mundo. A poesia é o passear livre do ser poético. O verso é uma confecção do espírito da dúvida, os sentidos das palavras rolam por imagens, que se deformam em outras e multiplicam-se ao infinito. Somente a poesia pinta o invisível e esvanece a solidez sóbria do concreto.

A palavra encena o mundo. E quando o encena teatraliza-se no palco da vida. Os declamadores clamam por mãos e voz. As mãos tão silenciosas na escrita, quando usadas na fala movem-se com alegria, euforia e dor. As palavras doloridas encrustadas precisam das mãos singelas para serem retiradas da alma e entregues ao mundo-outro. Entregar a dor calcificada é caminho de voz embargada e mão trêmula.

A linguagem cartografa o mundo, tateia sentido consciente à matéria da vida. Reveste o presente com lembranças. Os rizomas que nos constituem são marcas discursivas que orientam a permanente construção da nossa subjetividade. As vozes do passado perambulam sons e imagens, vagueiam tato, olfato e pensamento. Todos os sentidos trabalham concomitantemente para dar sentido consciente. A experiência humana invade o mundo em palavras, especializando nômades e sedentários. Signos, alegorias e símbolos intermediam o encontro de mundo e sua gente.

O mapa, na cartografia existencial, é substancialmente constituído de palavras, portanto é linguagem viva e com peso de gente. A linguagem pescada no rio de signos, um caudaloso rio que carrega o fluxo da vida. Olhar é invadir o mundo com a linguagem; um exercício da consciência. Os signos agem como peixes, eles nos ligam ao rio-mundo. Elas, as palavras, podem ser miúdas ou graúdas: o valor não está no tamanho do significante, mas no peso do significado. A constituição da linguagem é uma teia que arvorece entre nós e o mundo outro. Somos feitos de palavras, pausa, pontos e silêncio.

O ponto de vista de observador se dissolve no objeto. O ato de tomar consciência do objeto mistura-se a atenção e a dispersão, na presença visual e na evocação do passado. Toda pesquisa, nessa perspectiva, é um ato de intervenção. Pensar é agir, transformar pensamento em texto é uma enigmática força revolucionária. Há um coletivo de forças que participam e intervêm nas mudanças e, principalmente, nas derivas transformadoras que aí se dão.

Dotar de palavras ou vestir de linguagem um objeto de pesquisa é um movimento interseccional. Nesse jogo de afecção e tomada de consciência misturam-se sujeito e mundo,

noite e dia, id e superego, forças totalizantes e resistências individuais. A escrita, no campo de força e desejo, é o resultado semiotizador do ato de cartografar o caos que nos envolve. O texto organiza a loucura, constrói o olhar. A linguagem tenta colocar o mundo nas grafias alfabéticas, organiza o entendimento no poder da linguagem. Palavras são entidades diaspóricas, vagas e continuamente atribuímos novos sentidos aos seus respectivos significantes.

Invadimos o outro com os nossos sons. Saímos e repousamos no ninho alheio. A emoção e a surpresa roubam os lúcidos vocábulos, gaguejamos com as surpresas e peças pregadas pelo mundo-outro. As linhas humanas não são paralelos e meridianos retilíneos. Essas linhas (in)visíveis dizem pouco dos moradores da casa-terra. Gente carrega as linhas da vida nas suas cicatrizes e as nossas águas salgadas nascem de fonte rasa e escorrem pelas maçãs do rosto. As linhas vincam a pele, o curso da vida é visto na hidrografia das mãos, marcas bibliográficas que constituem o texto-sujeito.

Um texto literário enrica-se na imaginação, a palavra narrada cria o movimento nas lembranças evocadas. O geógrafo, quando escreve, faz a palavra criar imagens ou paisagens no território do texto. A escrita e a leitura ligam-se, a experiência-paisagem do escritor ecoa na experiência-paisagem do leitor. A escrita e a leitura resultam-se de digestão cognitiva no campo da consciência.

No imbricado jogo da linguagem, somos territorializados por discursos e nos desterritorializamos pelo desejo. Palavra também é vontade. O fluxo da existência não prefigura um monolítico sólido, mas os fragmentos das experiências constituem-se pela infinidade rizomas. Sobre o espaço e o corpo, Guatari (1993, p. 153) afirma:

A abordagem fenomenológica do espaço e do corpo vivido mostra-nos seu caráter de inseparabilidade. Por exemplo, no sono e no sonho, o corpo fantasmado coincide com diferentes modalidades de semiotização espacial que ponto em funcionamento. A dobra do corpo sobre si mesmo é acompanhada por um desdobramento de espaços imaginários.

Após essa pequena apresentação sobre a cartografia existencial e a linguagem, compreende-se que o texto é marca indelével da existência do Eu escritor. São suas observações, estranhamentos e afecções que constituem a matéria viva da linguagem. Nas palavras de Kastrup (2020, p. 39),

As experiências vão então ocorrendo muitas fragmentadas e sem sentido imediato. Pontas de presente, movimentos emergentes, signos que indicam que algo acontece, que há uma processualidade em curso. Algumas concorrem para modular o próprio

problema, tornando-o mais concreto e bem colocado. Assim, surge um encaminhamento de solução ou uma resposta ao problema; outras experiências se desdobram em microproblemas que exigirão tratamento em separado.

A experiência da escrita é um complexo jogo de cartografar o mundo e conceber sentido ao caos que nos rodeia. A palavra mapeia o mundo na ação e na imagem. A observação e a captura consciente de um fenômeno perpassam pela dimensão do único.

CONCLUSÃO

A experiência da escrita é um complexo jogo de cartografar o mundo e conceber sentido ao caos que nos rodeia. A palavra mapeia o mundo na ação e na imagem. A observação e a captura consciente de um fenômeno perpassam pela dimensão do único.

A crônica, produto mais ordinário da escrita, no sentido de captar o cotidiano e dar-lhe uma forma breve e fugaz, não é ponto de partida da escrita, como o é a poesia, nem tampouco ponto de chegada, como pretendem ser o romance, o drama e o conto: a crônica é o ponto de passagem da escrita. E, de ordinário, há nisso uma revolta envolvida, e é essa revolta que dá impulso ao cronista e envolve o leitor. O releu comum que espanta Nelson Rodrigues. A ditadura incrustada na palavra que oprime e o silêncio era gemido na calada da noite. A arte literária é a permanente luta contra as noites caladas.

Essa revolta se parece muito mais com o movimento de ordinário inofensivo das marés do que com uma rebelião política ou estética: é uma revolta do ordinário, que deseja apenas virar palavra para não morrer de tédio.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A câmera clara**: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014a.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014b.

BOSI, Alfredo. **O ser e tempo da poesia**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CALVINO, Italo. **Se um viajante na noite de inverno**. Tradução de Nilson Moulin. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CASTELO, José. **Inventário das sombras**. Record, 2006.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico** – a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DARDEL, Eric. **O homem e terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werter Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

KASTRUP, Virgínia. Funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da Cartografia**: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 32-45.

RODRIGUES, Nelson. **A menina sem estrela**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. Petrópolis: Vozes, 2019.

PANDEMIA: Luto e Luta!

Ernani Costa Mendes¹

Ana Paula Menezes Bragança dos Santos²

Resumo: A pandemia do vírus SARS CoV-2 nos forçou a encontrar um caminho de organização e de luta pela vida, seja no âmbito individual, por meio das recomendações sanitárias ou no coletivo, por meio de organizações populares, comunitárias e sociais. Ao mesmo tempo em que testemunhamos as mortes acontecerem de forma tão rápida e assustadoramente, experienciamos sentimentos de tristeza e de indignação pelas vidas que se foram; pelo descaso das autoridades; pelo aumento das expressões das desigualdades sociais; pela banalização da vida e pela violação dos direitos humanos. Todos esses sentimentos amalgamaram-se na experiência tão singular que é e foi vivenciar o luto pela separação compulsória dos entes queridos. As consequências psicossociais que a pandemia de Covid-19 nos legaram precisará de solidariedade, pontes estendidas de fraternidade e responsabilidade de todos para que possamos seguir na luta pela permanência na vida.

Palavras-chave: Luto. Pandemia. Luta pela vida.

INTRODUÇÃO

Nós trabalhamos com perdas, lutos e lutas de pacientes e familiares diariamente. As perdas estão relacionadas às vidas, às esperanças e às biografias; às lutas se referem à preservação das vidas, das esperanças e das biografias e os lutos estão atrelados ao desaparecimento das vidas, das esperanças e das biografias. Ou seja, trabalhamos com pessoas gravemente enfermas na esperança de ressignificar suas lutas pela vida e legitimar seus lutos e de seus familiares quando o desaparecimento da vida teima em vencer. Principalmente nesse contexto pandêmico em que vivemos, no qual, observamos um total descuido e descaso em relação às permanências das vidas, numa atitude reformada de neofascismo, na qual, o totalitarismo ordena e orquestra a dizimação, parafraseando Hanna Arendt, numa verdadeira banalização da vida.

No epicentro da pandemia, recebi mensagem de uma colega da turma do doutorado me pedindo artigos e indicações de fontes bibliográficas sobre cuidados paliativos e Covid-19. Ao receber essa mensagem lembrei que o mundo ficou estarecido com a decisão tomada

¹ Doutor em Ciências da Saúde ENSP/FIOCRUZ. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Cuidados Paliativos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ). Fisioterapeuta INCA/HCIIV. E-mail: ernanicmendes@gmail.com.

² Mestre em Saúde Pública. Coordenadora adjunta do Grupo de Estudo e Pesquisa em Cuidados Paliativos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ). Pesquisadora colaboradora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS/ENSP/FIOCRUZ) E-mail: apmbsantos@gmail.com.

pelas autoridades médicas italianas, guardando as devidas proporções, em limitar tratamento intensivo aos idosos acima de 80 anos infectados com o novo coronavírus! Abrindo um parêntese, aqui no Brasil, todos nós presenciamos a atuação macabra de uma dita operadora de saúde realizando e atuando em prol da eutanásia de idosos infectados pelo novo coronavírus. Numa espécie de combinação genocida entre ausência de cuidados com milhares de vidas acometidas pelo vírus letal e a intenção de matar das autoridades sanitárias de um governo incauto e criminoso. Fechando o parêntese, aí eu pensei, e agora? Esses idosos morrerão ao léu, sem pena e sem dó? Eis que surge um grande gênio e após muitas súplicas ele nos brinda com a possibilidade de oferecermos cuidados paliativos como tratamento alternativo para os desafortunados anciões!

Então, qual seria a relação entre cuidados paliativos e Covid-19? O grande objetivo seria cuidar da pessoa de uma forma totalizante, na qual sua dignidade fosse respeitada mediante a gravidade da doença, sem medidas invasivas fúteis e/ou desnecessárias e manejar a dor e o sofrimento dos familiares condenados a perderem seus entes queridos, sem ter o direito da despedida.

Por que falar de cuidados paliativos como via alternativa e complementar para às pessoas vitimadas pelo novo coronavírus, e de como é uma indicação acertada para os parentes enlutados? Como já se sabe hoje, a infecção pelo vírus SARS-CoV-2, por sua patogenicidade e pelos seus efeitos sistêmicos concorre, na maioria dos casos, para o desenvolvimento de manifestações clínicas tardias (Covid longa), pode até deixar sequelas crônicas nos pacientes. Portanto, por assim dizer, o acompanhamento paliativo se justifica. E, por outro lado, estamos vivenciando uma das crises humanitárias mais contundente da história da civilização moderna, na qual, o fato de não poder se despedir do ente querido, nos tradicionais “Ritos de Passagem”, confere para os que ficam um grande risco de desenvolver lutos complicados (BRAZ; FRANCO, 2017).

E, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), os cuidados paliativos funcionam como uma resposta benevolente ao sofrimento e às necessidades das pessoas, principalmente em crises humanitárias com grande comoção humana, como visto na pandemia da Covid-19. Na estimativa da OMS, 57 milhões de pessoas no mundo necessitam anualmente de cuidados paliativos. A necessidade de cuidados paliativos nunca foi tão grande e está aumentando rapidamente devido ao envelhecimento da população mundial, ao aumento dos números de câncer e de outras doenças não transmissíveis e ao recente surgimento do Covid-19. Em 2060, a necessidade de cuidados paliativos nos sistemas de saúde para pessoas

no fim da vida deverá duplicar (WORLD WIDE PALLIATIVE CARE ALLIANCE; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

Implementar cuidados paliativos nos sistemas de saúde universais é uma luta que a sociedade civil e acadêmica vem travando para garantir uma abordagem digna para quem sofre de uma doença crônica, progressiva e até terminal, e para aqueles que ficam, parentes que sofrem e desenvolvem lutos complicados pela perda repentina da pessoa amada em situações de crises ou emergências humanitárias, como a exemplo, da crise sanitária mundial que nos atravessa (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018). Defender os cuidados paliativos é lutar pela garantia da dignidade da pessoa humana, é uma questão de direitos humanos (MENDES; VASCONCELLOS, 2020).

Começaremos com a transcrição de dois artigos publicados na Coluna Opinião do Blog Multiplicadores de Visat sobre a Pandemia da Covid-19. E sobre luto e suas fases, desenvolveremos uma abordagem na segunda sessão desse capítulo.

QUANDO O CONTÁGIO VIRA EXTERMÍNIO!³

Estamos vivendo realmente tempos difíceis, seja na esfera social, econômica, política e especialmente na saúde, considerando a crise epidemiológica que atravessamos. Uma crise que desnuda o sistema de saúde brasileiro com todas as suas mazelas - e o pior - desnuda a natureza amadora e malévola de seus gestores em todas as camadas do poder executivo.

A crise vem deflagrando um cruel desfecho para a população idosa, que nunca foi vista com prioridade nas políticas públicas e que sempre recebeu pouca atenção do judiciário, do executivo, das estruturas do sistema de saúde, das estruturas da engenharia e da arquitetura – basta olhar a falta de planejamento arquitetônico das cidades – no tocante a implementação de estratégias resolutivas para abarcar todas as necessidades advindas do envelhecimento.

E o pior cenário surge no cume da epidemia, quando se observa o número de mortes indignas que vêm aniquilando a cidadania dessa parcela da população no Brasil. Dito de outra forma, o direito ao “morrer digno” foi usurpado pela necropolítica vigente. A fala da filha de um senhor de 91 anos acometido pelo novo coronavírus internado num hospital particular dimensiona essa realidade...

³ Artigo apresentado à Coluna Opinião em 09-06-2020. Disponível em: www.multiplicadoresdevisat.com.

Ele tem problemas de consciência, mas se relaciona com a gente, conversa. Neste país, estamos vivendo um utilitarismo da vida humana. O que é uma pessoa? É alguém que produz ou alguém que tem uma rede de afetos, que o ama e com quem ele se relaciona. Estamos no país do ‘e daí’? (COLLUCCI, 2020, n.p.).

Quando o contágio pelo vírus vira extermínio impune e legitimado, temos que nos perguntar de que valeu a pena viver, qual foi o seu real sentido, serviu para quê? Para que tantos anos de serviços prestados, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da nação? Tanto tempo dedicado em criar e educar os filhos, tanto suor e tanta energia empregada para cuidar e resguardar uma biografia! Para quê? Para no final da vida virar “massa indistinta de mortos e moribundos”, como bem definiu Paul Ricoeur, eminente filósofo francês.

Para Ricoeur, na “massa indistinta de mortos”, moribundos e cadáveres são confundidos em sua potência de contágio pestilencial e é nesse momento que surge o problema de identificação, de discernimento, ou seja, quando a morte ordinária (natural) é contaminada pela morte-limite, pela morte horrível (epidemias, guerras, catástrofes). Daí naturaliza-se as perversas escolhas de Sofia, as escabrosas mistanásias e as permissões nefastas para os genocídios. Vejamos os exemplos:

A Recomendação nº 042, de 22 de maio de 2020 do Conselho Nacional de Saúde em relação à suspensão imediata das Orientações do Ministério da Saúde (MS) para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19, como ação de enfrentamento relacionada à pandemia do novo coronavírus, em um dos seus considerandos assevera:

[...] a adoção da cloroquina/hidroxicloroquina é uma decisão política tomada por não especialistas em saúde e que, segundo dados do próprio MS, as hospitalizações de pretos e pardos com síndrome respiratória aguda grave representam 23,1% do total, mas as mortes dessas parcelas da população somam 32,8%, o que reforça os processos de extermínio promovidos pelo Estado brasileiro contra a população negra e outros grupos vulnerabilizados, como indígenas, ciganos, quilombolas, moradores de favelas, bairros periféricos, terreiros, assentamentos, populações do campo, em situação de rua etc. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020, n.p.).

Aqui nos defrontamos com a força obscura e a face mais horrenda do contágio quando é transformado em extermínio!!!

Na visão de uma advogada pesquisadora de temas ligados ao direito médico e bioética, salta aos olhos a tão propalada escolha de Sofia:

Por outro lado, segundo a advogada Luciana Dadalto, a escassez de leitos e respiradores durante a pandemia tem levado muitos hospitais a adotarem a idade do

paciente como critério de não intubação... Estamos vendo isso com 90, 80, 70 anos. Isso é absurdo e inconstitucional, ilegal. Mas uma coisa é não investir no paciente porque a condição clínica mostra que a utilização de um suporte de vida é maléfica e a outra é decidir dar preferência para uma outra pessoa [mais jovem, por exemplo] a despeito do mais velho também ter indicação [de intubação]. (COLLUCCI, 2020, n.p.).

A crise sanitária advinda pelo novo coronavírus desnuda o sistema de saúde expondo uma de suas mazelas - que é o total desconhecimento por parte da população sobre os cuidados paliativos -. Uma abordagem da saúde que a maioria dos pacientes idosos deveria receber para o manejo das recorrentes crises de necessidades provocadas por complicações clínicas de suas doenças crônicas. Muitos familiares foram e estão sendo surpreendidos pela não indicação de intubação orotraqueal aos seus septuagenários, octogenários, nonagenários no momento que apresentam síndromes respiratórias agudas graves provocadas pelo vírus letal. Por outro lado, acusamos a fragilidade da estruturação dos cuidados paliativos na rede de atenção à saúde, assim como, o despreparo das equipes de saúde para esse cuidado.

Estamos em maus lençóis, no mato sem cachorro, no mar que não está para peixe e com a pipa no alto com a linha sem cerol... O nosso amadorismo e a nossa animosidade não podem compactuar com o extermínio de milhares de pessoas, principalmente quando falamos de populações vulneradas, como os queridos vovôs e vovós (RICOEUR, 2012, p. 15).

É preciso transgredir o olhar para o processo de morte das pessoas. Porque o olhar que estamos direcionando para a morte em massa dos nossos anciãos é um olhar frio e indiferente. Segundo ainda Paul Ricoeur (2012, p. 15), em seu desafiador livro “Vivo até a morte – seguido de fragmentos”, quem está morrendo não quer ser visto como já-morto e sim como um vivo-ainda, por isso a transgressão do olhar se torna um imperativo:

[...], mas é um outro olhar que não vê o agonizante como moribundo, que logo terá cessado de viver. O olhar que vê o agonizante ainda vivo, como carregado pela emergência do Essencial em sua vivência de vivo-ainda, é outro olhar. É o olhar da compaixão, e não do espectador que se antecipa ao já-morto.

Para era pós-pandemia, tão conjecturada e sonhada, para além da técnica, de protocolos A, B ou C e da concorrida e esperada vacina, precisaremos não exterminar a esperança de um Brasil mais justo e igualitário! Precisaremos de outro olhar, de um olhar imunizador para todas as ameaças que vêm de fora, de um olhar que seja contagioso de amor e virulento de compaixão!

CORONA E COVID²

Dentre as miríades de notícias que nos chega sobre a pandemia, achei uma da Índia muito curiosa! ...

Os pais de um casal de gêmeos, nascidos em meio a pandemia do novo coronavírus, decidiram batizar os filhos de Corona (a menina) e Covid (o menino). O caso ocorreu em Raipur, na Índia. Segundo os pais, a escolha inusitada é para que os filhos se lembrem das dificuldades que superaram para nascerem (ISTO É, 2020, n.p.).

Bom, respeito à decisão dos pais e entendo suas expectativas em relação ao registro. Mas, só penso nas crianças quando descobrirem que seus nomes de batismo foram dados em homenagem a uma forte e, também, inusitada pandemia que ceifou uma quantidade enorme de vidas! Que interpretações terão e quais serão suas possíveis elucubrações com essa homenagem? Será que se contentaram com a singela homenagem e se regozijaram com a mais pura e intencionada escolha dos pais? Ou será que se revoltaram com a possibilidade de ligação dos seus nomes com a face mais perversa da crise sanitária que se abateu no mundo na época dos seus nascimentos? Nossa como eu gostaria de saber o fim dessa história...

Por outro lado, nos meandros da crise sanitária, sabemos dos descabros, injustiças e desrespeitos aos Direitos Humanos dos acometidos pela Covid-19, mormente àqueles classificados como grupos de riscos, como idosos com doenças crônicas não transmissíveis (DNCT). Sabemos que nesse grupo de doenças taxadas como “sem cura” numa determinada fase do percurso de suas cronicidades, seus portadores deveriam ser acompanhados por uma equipe de Cuidados Paliativos (CP), e em alguns casos, desde o diagnóstico da DCNT.

Vamos analisar a dimensão da catástrofe da pandemia no Estado do Rio de Janeiro, vejamos a declaração do secretário de saúde:

A gente hoje, considerando a subnotificação, deve ter no estado do Rio de Janeiro algo como 140 mil infectados, 15 a 20 vezes mais que o número oficial de quase 9 mil. Com essa quantidade de infectados, o mundo precisa de leito hospitalar, ou seja, a gente vai precisar de 21 mil leitos para internação de enfermaria e desses, 1/3, cerca de 7 mil, vão precisar de UTI. É humanamente impossível para qualquer sistema de saúde do mundo. A Itália não conseguiu, a Espanha não conseguiu, os Estados Unidos não conseguiram (BOM DIA RIO, 2020, n.p.).

Segundo o secretário “[...] é humanamente impossível para qualquer sistema de saúde do mundo [...]” (BOM DIA RIO, 2020, n.p.). Para nós brasileiros, a Covid-19 vem mostrando e

² Artigo apresentado à Coluna Opinião em 07-05-2020. Disponível em: www.multiplicadoresdevisat.com.

denunciando as falhas e os incipientes investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo de sua história, talvez o mais conhecido e perverso seja o seu subfinanciamento crônico. A analogia do secretário com os países europeus é impertinente e não justifica o abandono do SUS. A Covid-19 é uma lente de aumento que amplia vertiginosamente esse abandono...

Abandono! Esse é ponto incandescente dessa pandemia! Abandono dos profissionais de saúde que estão adoecendo na linha de frente, abandono dos doentes por falta de leitos hospitalares, especialmente de terapia intensiva (vide a reportagem com o secretário), abandono daqueles que adoecem e quando internados são isolados dos seus entes queridos morrendo sozinhos sem o direito a velórios e sepultamentos dignos, abandono dos familiares que são suprimidos do momento da despedida, gerando com isso lutos complicados e talvez insondáveis do ponto de vista da saúde mental. E o mais cruel abandono é direcionado aos idosos classificados como grupo de risco!

Referenciando a afirmativa anterior, trago uma notícia que saiu no jornal “O Globo” no dia 1º de maio de 2020... 'Escolha de Sofia' oficial: No Rio, mais jovens terão maior chance de obter vaga em UTI para tratar coronavírus - Estado já estuda critérios para escolher quais doentes terão direito a uma vaga (GRINBERG, 2020).

Citando o exemplo da Itália, onde idosos acima de 80 anos infectados com o novo coronavírus não eram eleitos ao tratamento intensivo, essa notícia alarda e preocupa com o ponto de corte para a idade pretendida para o Rio de Janeiro... É claro que entendo que estamos lidando com uma doença desconhecida com uma patogenicidade grande e uma força letal surpreendente! Tanto jovens quanto idosos têm chances reais de morrer quando acometidos, o que se discute aqui é a qualidade desse morrer! Para ser digno, deverá ser acolhido, respeitado e velado!

Eis o ponto que eu gostaria de frisar. Se for idoso com DCNT deverá ser acompanhado em uma abordagem paliativa, assim como, uma criança com uma doença que ameace ou limita à sua vida. A Covid-19 é uma infecção aguda, de incógnita resolução, de manifestação sistêmica, com grande lastro de distúrbios, sequelas e incapacidades para seus sobreviventes. Todas essas alterações vêm sendo testemunhadas por diversas especialidades médicas, como a pneumologia, neurologia, a psiquiatria, a nefrologia etc. Para, além disso, Covid-19 tem potencial para cronificação e acende o farol para indicação de CP a esse grupo de pessoas.

Com o objetivo de manejar sofrimentos e o luto, principalmente dos familiares condenados a perderem seus entes queridos, sem ter o direito da despedida, os CP poderão mudar drasticamente esses fins de vida. Entendo suas indicações e limitações, reconheço que

não estamos falando de uma panaceia no melhor estilo mitológico grego. Estamos falando de um cuidado ético num momento crucial e definitivo onde a dignidade humana deverá ser respeitada.

Segue o posicionamento da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (2020, n.p.) em relação à Covid-19:

Cuidado Paliativo é uma abordagem voltada para o controle de sintomas, conforto e qualidade de vida. Deve ser oferecido em conjunto com o tratamento padrão de qualquer doença que ameace a continuidade da vida, não devendo jamais ser associado com a omissão ou exclusão (abandono terapêutico), mesmo durante uma pandemia.

Finalizo desejando sorte para todos e principalmente para Corona e Covid!

LUTO

O luto é um processo natural e desencadeado pela perda ou rompimento com alguém ou algo significativo em nossa vida. É muito comum a relação do luto apenas com a morte física de um ente querido, mas o luto pode ser desencadeado por outros tipos de perda, de rompimento de laços, como: desemprego, término de uma relação, desaparecimento de um animal de estimação, aposentadoria etc. (FIOCRUZ, 2020).

A forma de vivenciar o luto é singular e, no caso de luto por morte, pode variar de acordo com o tipo de relação com o falecido; as circunstâncias em que ocorreu a morte; a sociedade em que se vive e suas diferenças culturais, sociológicas e religiosas.

Muitos são os estudiosos da temática do luto (FRANCO, 2021), mas aqui abordaremos as discussões levantadas por Elisabeth Kübler-Ross⁵ (1996) que ao trabalhar com pacientes terminais observou alguns processos desencadeados pelo luto, conhecidos como os cinco estágios do luto:

- Negação e isolamento: é uma recusa ao confrontar-se com a situação, uma forma comum de defesa que precisa de tempo para lidar, “funciona como um para-choque depois de notícias inesperadas e chocantes” (ROSS, 1997, p. 52). Sendo comum, a pessoa enlutada isola-se socialmente na tentativa de fingir que o fato não seja real.

- Raiva: este estágio pode vir seguido de outros sentimentos como a angústia, o desespero, o medo, a culpa e a frustração, o que pode tornar o enlutado mais propício a ter

⁵ Pioneira no movimento dos estudos sobre a morte e o morrer, o luto, a tanatologia e os cuidados paliativos.

atitudes impulsivas, ríspidas e desagradáveis que podem ser extrapoladas em diversas relações. Neste caso, faz-se necessário ter tolerância à raiva, seja ela racional ou não.

- Barganha: é um estágio conhecido pelos acordos, que podem ser feitos internamente ou com um Deus ou divindades, de acordo com a crença da pessoa enlutada, como intuito de substituir o momento que está vivenciando por ações que promete empreender.

- Depressão: é o estágio em que a pessoa enlutada está imersa à dor causada rompimento e, pode ser acompanhado de choro copioso, isolamento, crises de ansiedade e dificuldade para retomar as atividades cotidianas.

- Aceitação: é o estágio que a pessoa enlutada entende e aceita, ainda que minimamente, a nova realidade constituída pela separação, seja do ente querido, ou seja, de algo significativo. É o momento em que a perda é ressignificada. A saudade seguirá, mas dando espaço a uma nova forma de viver com a ausência.

Cabe ressaltar que os estágios do luto não são lineares, não têm uma ordem prescrita, e nem todas as pessoas passam por todos eles, mas são importantes para auxiliar a compreender e vivenciar o luto.

As perdas fazem parte da vida, por isso, é importante que elas sejam elaboradas, ressignificadas para o andar da vida. Há alguns fatores que podem ajudar a vivenciar o luto tais como: a participação nos rituais de despedida para fechamento de um ciclo; despedida dos objetos do ente querido entendendo que eles não substituirão a pessoa, e que a memória dela permanecerá viva de várias outras formas; permitir-se sofrer, sentir tristeza e chorar, mas é necessário também buscar as oportunidades de dividir as emoções e poder contar com o apoio e o carinho de outras pessoas (FIOCRUZ, 2020). Vivenciar o luto não apagará da memória o que se viveu, mas permitirá olhar para trás sem intenso sofrimento.

Contudo, cabe lembrar que as pessoas são únicas e que suas reações também são singulares. Sendo assim, podem ter reações muito diferentes quando se deparam, com a perda de um ente querido. É importante considerar seus sentimentos individuais e evitar forçar alguém a falar do luto, da perda, caso não queira.

Com o advento da pandemia da Covid-19 várias mudanças da ordem psicossocial, econômica, sanitária etc. foram sofridas e, com elas, a luta pela vida teve que se reestruturar para administrar as diversas perdas que foram experienciadas com a pandemia, seja no âmbito individual, seja no âmbito coletivo. Apesar do cenário pandêmico, as perdas que lidamos ao longo da vida são qualitativamente diferentes.

As ausências de ritos de despedida, de ver o processo de morte, o distanciamento físico, somado ao novo modo de andar e encarar a vida dificultou sobremaneira a vivência do luto, como observado na crise pandêmica do Covid-19.

Segundo Cicely Saunders “a forma como as pessoas morrem permanece na memória daqueles que vivem” (*THE DETROITTE CENTER FOR HEALTH SOLUTIONS*, 2013, p. 1). Sendo assim,

Uma dimensão importante a ser considerada é que as mortes causadas pelo novo coronavírus trazem algumas características particulares que, assim como, em outros contextos de crise, podem interferir no luto das pessoas envolvidas. Devido ao contexto de pandemia e suas especificidades de contágio, as mortes podem ser mais frequentes do que aquelas com as quais estamos acostumados a lidar, podendo ocorrer abruptamente e demandando rituais díspares, totalmente diferentes daqueles com os quais as dinâmicas culturais das sociedades estão familiarizadas a lidar (FIOCRUZ, 2020, n.p.).

Com as restrições sanitárias, no cenário atual, lidar com o processo de luto pode ser ainda mais difícil, pois as várias perdas decorrentes da pandemia manifestam-se também em outros níveis: perdas financeiras, perda de apoio prático e emocional pelo distanciamento social, perda da rotina, dos papéis sociais e atividades que estruturam o cotidiano dos enlutados, pelos sonhos adiados etc.

Nesse contexto, o processo de luto pode se dar de forma mais intensa e duradoura do que o esperado, por não ter conseguido processar a situação nem se despedir de forma que lhe permita ter um senso de concretude, essas ações integrantes do processo de luto, são consideradas fundamentais para a finalização de um ciclo.

Chimamanda Adichie (2021, p. 23), escritora nigeriana, no livro *Notas sobre o luto*, descreve a vivência singular do luto pela morte de seu pai durante a pandemia da Covid-19: “Já estive em luto antes, mas agora toquei sua essência mais pura”.

A relação com o ente querido, a intensidade das perdas e complexidade da dor do luto em um momento individual e coletivo, frente às peculiaridades impostas pela pandemia, precisou de novas estratégias para vivenciar o luto; como os rituais alternativos, o apoio social por meio da tecnologia e as despedidas virtuais. Alternativas essas, que podem ajudar a lidar com os aspectos inusitados em relação às perdas, redesenhando e ressignificando esse momento, de modo que as novas formas de despedida façam sentido ao enlutado, observando e respeitando o tempo de organização psíquica de cada indivíduo.

O tempo de duração do luto é particular, ou seja, individual. No contexto pandêmico, será necessário um tempo maior para entender os impactos das diversas perdas provocadas

pela virose mortal. E, deve-se entender as “diversas formas do luto complicado, não mais entendido como patológico, uma vez que pode ser vivido de maneiras mais particulares e sutis, que requerem detalhamento da experiência subjetiva e contextualizada.” (FRANCO, 2021, p. 191). As redes de apoio familiar, social, comunitárias e até mesmo do estado são fundamentais para o suporte em encontrar forças, readequar a rotina ao mesmo tempo em que se lida com a saudade de quem se foi.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS. **Posicionamento da Academia Nacional de Cuidados Paliativos sobre COVID-19**. São Paulo: ANCP, 2020. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/g77qi6xk2jc8rky/FINAL_ANCP_Ebook_cuidados_COVID-19.pdf?dl=0 dl=0. Acesso em: 15 jun. 2020.

ADICHIE, C. N. **Notas sobre o luto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BOM DIA RIO. Secretário diz que o RJ e Brasil vão viver 'o mesmo colapso que viveu Itália, Espanha e EUA' nas próximas semanas. **G1**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/30/secretario-de-saude-do-rj-diz-que-o-brasil-vai-viver-o-mesmo-colapso-que-viveu-italia-espanha-e-eua-nas-proximas-semanas.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRAZ, M. S.; FRANCO, M. H. P. Profissionais Paliativistas e suas Contribuições na Prevenção de Luto Complicado. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 1, p. 90-105, Jan./Mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001702016>. Acesso em: 16 jun. 2022.

COLLUCCI, C. Indicar cuidados paliativos a idosos em vez de intubá-los gera embate entre médicos e famílias. **Banda B**. Disponível em: <https://www.bandab.com.br/saude/indicar-cuidados-paliativos-a-idosos-em-vez-de-intuba-los-gera-embate-entre-medicos-e-familias/>. Acesso em: 25 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Recomendação nº 042, de 22 de maio de 2020**. Recomenda a suspensão imediata das Orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da COVID-19, como ação de enfrentamento relacionada à pandemia do novo coronavírus. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1193-recomendacao-n-042-de-22-de-maio-de-2020#:~:text=Recomenda%20a%20suspens%C3%A3o%20imediate%20das,%C3%A0%20pandemia%20do%20novo%20coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 30 maio 2020.

DA REDAÇÃO. Gêmeos nascem durante pandemia e são batizados de Corona e Covid. **Isto é**, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/gemeos-nascem-durante-pandemia-e-sao-batizados-de-corona-e-covid/>. Acesso em: 03 abr. 2020.

FIOCRUZ. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19** – processo de luto no contexto da Covid-19. 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-processo-de-luto-no-contexto-da-Covid-19.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

FRANCO, M. H. P. **O luto no século 21**: uma compreensão abrangente do fenômeno. São Paulo: Summus, 2021.

GRINBERG, F. 'Escolha de Sofia' oficial: No Rio, mais jovens terão maior chance de obter vaga em UTI para tratar coronavírus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/escolha-de-sofia-oficial-no-rio-mais-jovens-terao-maior-chance-de-obter-vaga-em-uti-para-tratar-coronavirus-24404895>. Acesso em: 01 maio 2020.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MENDES, E. C.; VASCONCELLOS, L. C. F. **Cuidados paliativos**: uma questão de direitos humanos, saúde e cidadania. Curitiba: Appris, 2020.

MENDES, E. C.; VASCONCELLOS, L. C. F. Corona e COVID: filhos de uma pandemia. **Multiplicadores de Visat**. Disponível em: https://15557d4b-846d-4ca4-a9f7-0518a88199e2.usrfiles.com/ugd/15557d_90323420aa144d06bb9dd10354546752.pdf. Acesso em: 07 maio 2020.

MENDES, E. C.; VASCONCELLOS, L. C. F. Quando o contágio vira extermínio. **Multiplicadores de Visat**. Disponível em: https://15557d4b-846d-4ca4-a9f7-0518a88199e2.usrfiles.com/ugd/15557d_221cb36e5bce4f54a4ade51828a68b57.pdf. Acesso em: 09 jun. 2020.

RICOEUR, P. **Vivo até a morte**: seguido de fragmentos. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

THE DETROITTE CENTER FOR HEALTH SOLUTIONS. Transforming care at the en-of-life. Dying well matter, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Integrating palliative care and symptom relief into responses to humanitarian emergencies and crises: a WHO guide [internet]. Genebra: WHO, 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/274565>. Acesso em: 19 dez. 2019.

WORLD WIDE PALLIATIVE CARE ALLIANCE; WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global atlas of palliative care at the end of life. 2. ed. London: WHPCA; WHO, 2020. Disponível em: <https://www.thewhpc.org/resources/global-atlas-on-end-of-life-care>. Acesso em: 05 maio 2021.

**SUJEITOS EM CONFLITO E ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO:
reflexões interdisciplinaridades sobre ciência, educação e sociedade**

PARTE 2

ESPAÇO DE PLASTICIDADE

GÊNERO E EDUCAÇÃO: em busca de novas metodologias de ensino-aprendizado

*Analice Souza Rezende*¹
*Márcia Cristina Hizim Pelá*²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse artigo foi escrito a partir de uma pesquisa de campo qualitativa realizada em dois colégios no município de Aparecida de Goiânia - GO, com o objetivo de perceber como esses alunos se enxergam dentro das suas realidades e como se relacionam com a cidade e com a escola. Posteriormente, após a análise dos resultados obtidos por meio de aplicação do questionário socioeconômico realizado pelo grupo de estudos e pesquisa Poli(S)íntese, foram identificados pontos-chaves a serem trabalhados com esses alunos.

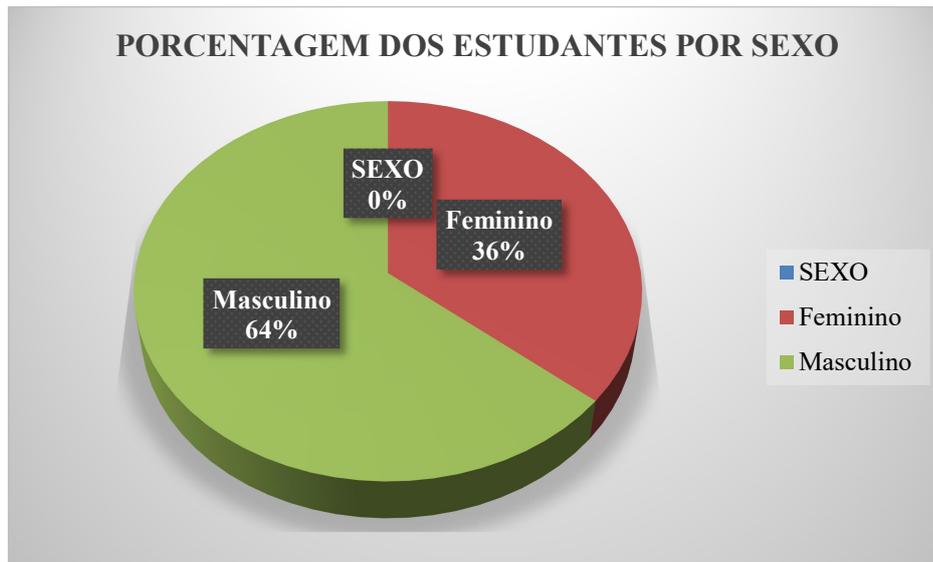
O Grupo de Estudos e Pesquisas Poli(S)íntese surgiu da necessidade de unir a pesquisa ao contexto Universidade-Escola, bem como possibilitar um múltiplo encontro entre professores em formação, atuantes e não atuantes, com os alunos da Educação Básica, e por meio dessas relações construir metodologias que abranjam esse público, com a criação de diálogos e maiores possibilidades de interação com esses alunos, com a utilização da arte, da cultura e de atividades elaboradas para suprir as diversas lacunas existentes, e assim relacionar os conhecimentos prévios dos alunos e os conteúdos trabalhados na escola.

Após o tratamento dos dados da pesquisa, aplicada em outros dois colégios da Rede Estadual, localizados em setores também periféricos e com as mesmas características sociais, essa pesquisa serviu como parâmetro para a elaboração de estratégias metodológicas, e com base na análise dos gráficos gerados, vislumbrou-se a dimensão da estrutura em que esses alunos estão inseridos,

¹ Graduada em História. Professora da rede estadual de ensino do Goiás e pesquisadora do PoliSíntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: prof.analicehistoria@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia e Geografia; Mestra e Doutora em Geografia. Professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Coordenadora do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: marciapela@unifan.edu.br.

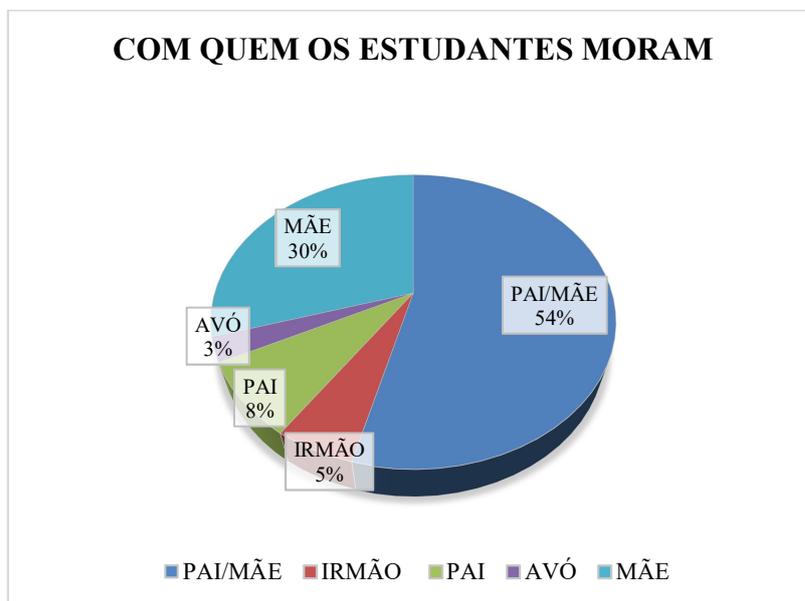
Gráfico 1 – Porcentagem dos estudantes por sexo



Fonte: Arquivo de pesquisas Poli(S)íntese, 2016.

Embora a entrevista tenha ocorrido com uma maior quantidade de meninos, não há relação com a quantidade de meninas e meninos na escola, apenas os meninos se mostraram mais interessados em participar da pesquisa enquanto as meninas se mostraram mais tímidas.

Gráfico 2 – Com quem os estudantes moram

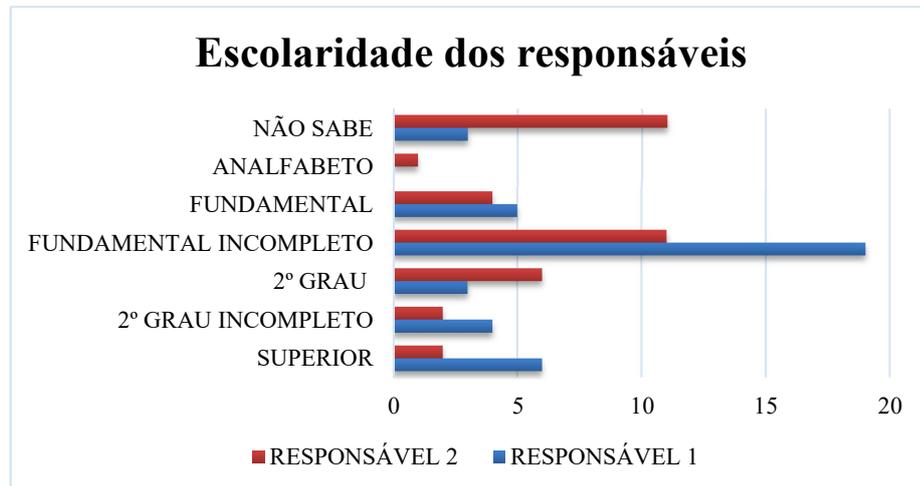


Fonte: Arquivo de pesquisas Poli(S)íntese, 2016.

Nota-se que a grande maioria das crianças e adolescentes, participantes da pesquisa, moram com a família e as tem como referências, embora o quesito pai-mãe também represente mãe-padrasto, madrasta-pai, muito embora alguns não aceitassem o uso do termo

padrasto-madrasta, pois consideravam os mesmos como autênticos pais e mães. Porém nota-se que 30% dessas crianças moram somente com a mãe e 3% com os avós, o que sugere uma maior carga feminina em relação aos cuidados com as crianças.

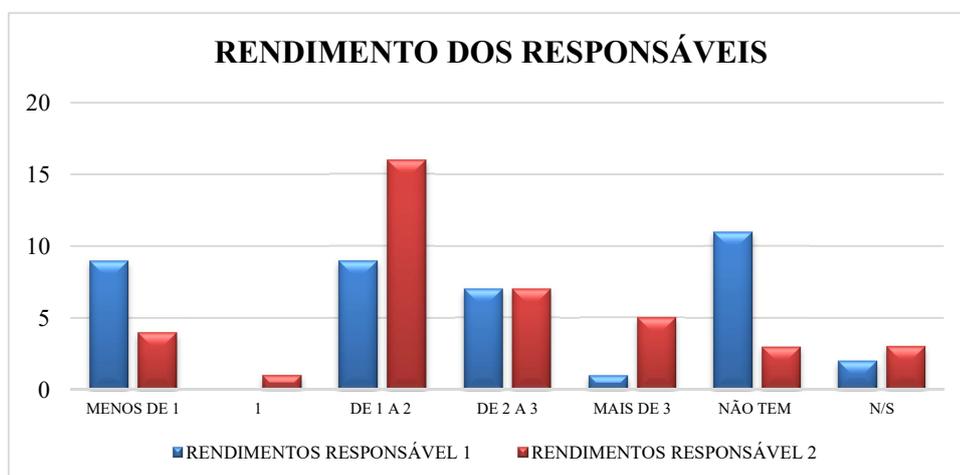
Gráfico 3 - Escolaridade dos responsáveis



Fonte: Arquivo de pesquisas do Poli(S)íntese, 2016.

O responsável 1 se caracteriza como mãe e o responsável 2 se caracteriza como pai, embora haja casos em que não é nem o pai nem a mãe os responsáveis por essas crianças e sim outro adulto como avó, avô, irmão, madrasta ou padrasto. O que se observa em relação à continuidade de estudo dos responsáveis é que há uma maior taxa de analfabetismo entre os homens da família assim como há uma maior ascensão ao Ensino Superior por parte das mulheres, e em contrapartida também se pode notar que há uma maior desistência por parte das mulheres na altura do Ensino Médio.

Gráfico 4 – Rendimento dos Responsáveis



Fonte: Arquivos de pesquisas Poli(S)íntese, 2016.

Neste gráfico o responsável 1 se caracteriza como as mães, e o responsável 2 se caracterizam como os pais, e embora se possa perceber que as mulheres avançaram mais em seus estudos, não ocorre o mesmo em relação aos salários das mesmas, há uma quantidade alta de mães/madrastas que não possuem nem um tipo de renda sequer, pois os alunos definiram suas mães, madrastas e avós como donas de casa. Os representantes masculinos parecem sempre ganhar mais que suas parceiras, observem que há um número alto, em relação ao número de responsáveis femininos, de responsáveis masculinos que obtém ganhos de dois a três salários.

Com a leitura dos gráficos foi possível perceber quais pontos seriam necessários trabalhar, em relação ao quesito Gênero, como por exemplo, a disparidade entre os cuidados relacionados às crianças e em relação aos estudos e trabalhos. O gênero feminino continua atrás em relação aos seus salários mesmo tendo estudado um pouco mais, e é também o que mais recai as responsabilidades com as crianças, sem auxílio de seus parceiros.

Pensar essas questões é importante para a formação desses meninos e meninas para que no futuro haja mais igualdade entre esses papéis, deixando assim de gerar uma sobrecarga sobre o gênero feminino, possibilitando uma maior igualdade entre as tarefas, responsabilidades e salários iguais para todos.

Diagnosticou-se também que a maioria desses jovens em formação, na segunda etapa do Ensino Fundamental, não tem uma visão clara de quem são e não se veem representados socialmente, e por apresentarem um certo grau de dificuldade para se reconhecerem negros, brancos ou pardos, grande parte dos entrevistados não se relaciona tão bem, tanto com a escola como com a cidade onde habitam. A respeito disso, Arroyo (2014) afirma:

Esse é um dos atrevimentos mais desestabilizadores que vem dos trabalhadores, dos povos indígenas, negros, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, favelados e de seus filhos ao chegarem às escolas: resistir a se reconhecer subalternos, inferiores, irracionais, incultos. Logo se afirmar capazes de produzir saberes valores, culturas, modos de pensar. Saberes do Trabalho das resistências. Produtores de experiências humanizadoras, educativas. Pedagógicas.

Essas crianças e adolescentes oriundos de periferia estão enquadrados dentro de sistemas pedagógicos que infelizmente não dialogam com suas realidades, e ao perceber esses abismos o Grupo Interdisciplinar Poli(S)íntese atua nessa lacuna existente entre conhecimentos os prévios dos alunos e os conteúdos trabalhados em sala de aula, ou seja, se trabalha a partir do que o aluno já sabe de acordo com sua realidade, usando um tipo de

linguagem que possibilite a compreensão dos temas propostos, com uma linguagem mais próxima da realidade dos educando.

Para os pós-estruturalistas a linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita. Pois, sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido (SCOTT, 1989).

Com os respectivos resultados percebeu-se que dentre as lacunas havia uma grande dificuldade em relação à Etnia, Gênero, e Mobilidade e Acesso dentro da cidade, e a partir daí cada integrante se posicionou com uma temática, de acordo com sua área de conhecimento, para trabalhar com esses alunos em forma de oficinas e palestras.

Assim, foi realizada, dentre outras, uma oficina cuja temática é “Gênero: entre centros, tempos, e gêneros”, com um grupo de alunos da segunda etapa do Ensino Fundamental (7º ano no 1º semestre de 2017) no Colégio Estadual João Barbosa Reis. Esta Unidade de Ensino atende cerca de 1558 alunos, é mantida com recursos do governo Estadual e Federal, e está localizado no setor Madre Germana I em Aparecida de Goiânia-GO, um setor de classe baixa. Atende também a clientela de bairros vizinhos, o que proporciona o atendimento a pessoas de baixo poder aquisitivo, o que justifica, ali, o alto índice de violência, drogas e prostituição. É uma região de grande migração, praticamente sem local para lazer, com exceção um campo de futebol sem gramado, e sem acesso aos demais tipos de cultura e prática esportiva.

GÊNERO: um olhar sobre as diferenças

“Gênero: categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro” (Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, 2010).

A epígrafe acima, que traz uma das definições que se tem sobre o que é gênero, auxilia para que se possa compreender que o conceito de gênero vem se transformando ao longo do tempo, bem como é pertinente às relações socioculturais que são estabelecidas e vividas pelos sujeitos sociais. Em outras palavras, partimos do pressuposto que o conceito gênero é uma construção social.

Scott (1989) vale deste entendimento ao dizer que o gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais”, uma criação inteiramente social das ideias sobre os papéis

próprios aos homens e às mulheres. Assim, o processo de construção da identidade e imagem do feminino e masculino vem, ao longo da história, sendo construído por meio da distribuição de papéis e cargos, e deste modo, cria-se estereótipos que são perpetuados com a reprodução de comportamentos de uma geração para a seguinte.

Essa visão distorcida, ou seja, pré-estabelecida desses papéis “masculinos” e “femininos” dentro do contrato social vigente na mentalidade social gera comportamentos destrutivos principalmente em relação aos gêneros feminino e neutro, pois estes são os gêneros que são ligados à fragilidade e a emoção, e também é esse o gênero feminino que constantemente é objetificado, enquanto o masculino é denominado como forte e capaz, e essa construção da imagem feminina é tida como frágil ou como objeto servil, o que reforça a ideia de que o papel da mulher seja reduzido em comparação ao dos homens.

A partir dessas indagações foram desenvolvidas atividades reflexivas para que os alunos confrontassem a si mesmos e fosse possível a desconstrução desses papéis pré-determinados sobre o que é “ser feminino” ou “ser masculino”. Nesse contexto, foi bastante esclarecedor o vídeo trabalhado, pois em forma de animação foram feitas várias indagações, como “Ser mulher é ser frágil?”, “Ser homem é ser forte o tempo todo?”, “Até onde devemos ir para não sair desses papéis?”, “E quando alguém não se encaixa nesses papéis?”. Os alunos se interessaram por essa temática e levantaram questões e também preconceitos, em determinados eles mesmos rebatiam conceitos e preconceitos uns dos outros, possibilitando assim novos diálogos.

Segundo o autor Leandro Konder (2004) o educador é o sujeito que precisa passar conhecimento e também convicções para seus alunos com uma pedagogia reflexiva/crítica que objetiva mostrar para os educandos o que é sua opinião e o que não é. Este deve, ainda, ensinar os alunos a duvidarem de tudo aquilo que lhe está sendo ensinado, pois somente a dúvida e a curiosidade constante são capazes de fazer com que o conhecimento se liberte da ideologia, e faça com que os indivíduos saiam da alienação e tomem consciência de classes, diferenças sociais e da diversidade de gêneros e etnias. A escola pode ser um lugar interessante e propício para essa tomada de consciência.

Conscientizar os alunos sobre questões de gênero é essencial para o desenvolvimento social dos educandos, pois a alta taxa de mortalidade do gênero feminino e/ou do gênero neutro evidencia uma realidade de supressão de um gênero em relação aos outros, ou seja, é preciso que se desenvolva uma ressignificação de valores no processo de aprendizagem escolar, de modo que se trabalhe o conteúdo, mas também faça uma relação entre a escola, o

meio social, a economia e o mercado de trabalho, com vistas a analisar as oportunidades que são oferecidas a ambos os sexos em todos esses quesitos.

AÇÕES PEDAGÓGICAS: em busca de novas metodologias

A partir da realização da oficina “Gênero: entre centros, tempos e gêneros”, no Projeto “SBPC vai à Escola”, 2017”³, procurou-se desenvolver um tipo de metodologia pedagógica no sentido de ampliar a percepção criativa e empática em relação ao tema. No primeiro momento da ação pedagógica foi trabalhado um vídeo de curta duração, que evidenciou como esses papéis são distribuídos desde o nascimento, com a separação do universo feminino e do universo masculino, que começa pela escolha das cores das roupas, que normalmente são “azul” para menino, e “rosa” para menina. Daí para frente começa toda uma construção definidora dos respectivos papéis, pois meninos brincam em atividades práticas que desenvolvem mais o corpo, enquanto meninas ganham bonecas e casinhas e aprendem a desejar um “príncipe encantado”.

Foto 1 – Desenvolvimento da Oficina “Gênero: entre centros, tempos e gêneros”



Fonte: Arquivo Poli(S)inteses, 2017.

³ O projeto **SBPC vai à Escola** é uma iniciativa da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência é foi desenhado a partir de um diagnóstico sobre a percepção de ciência do jovem brasileiro. O projeto visa estimular a interação entre cientistas e estudantes do ensino público (níveis fundamental e médio) através de palestras e atividades nas escolas.

No segundo momento cada aluno ganhou um balão, roxo para os meninos e verde para as meninas, e notou-se que alguns meninos tiveram resistência ao receberem, pois não se identificaram com a cor roxa, por ser uma cor geralmente associada ao gênero feminino. Então foi pedido que cada um escrevesse uma profissão e colocasse dentro do balão, amarrasse e o jogasse para o ar. Quando cada discente pegou seu novo balão e o estourou foi lhe dado uma revista e pedido que procurasse nela a profissão respectiva aliada ao sexo que seria denominado pela cor do balão, exemplo:

- (Balão verde) + (Profissão Médico) = procurar imagem de uma mulher que representa essa prática/profissão.
- (Balão roxo) + (Profissão Professor) = procurar imagem de um homem que representa essa prática/profissão.

Quase que imediatamente os alunos perceberam a dificuldade para se encontrar imagens de mulheres associadas a profissões como: empresárias, médicas, advogadas, contadoras, policiais, bombeiras, dentre outras. A partir dessa percepção que eles mesmos apresentaram, foi realizado um debate sobre os papéis de cada um, e um aluno perguntou “Por que havia tantas mulheres modelos de biquíni e roupas íntimas e não médicas e advogadas?”. Nesse quesito os meninos ficaram eufóricos com a visão de várias modelos bem torneadas, exibindo seus corpos com poucas roupas, e as meninas não quiseram usa-las para representar nenhuma profissão.

Foto 2 – Desenvolvimento da Oficina “Gênero: entre centros, tempos e gêneros”



Fonte: Arquivo Poli(S)inteses, 2017.

Após todo esse processo, foi pedido aos discentes que montassem um painel de profissões com recortes, colagens, e as imagens selecionadas, de modo que demonstrassem a desigualdade de papéis. Assim, por meio de toda ação pedagógica foi possível desconstruir certas opiniões formadas tidas como certas e unilaterais. Uma aluna bem incomodada, depois das reflexões ali desenvolvidas disse: “Tudo bem, são mulheres bem sucedidas em um dia de folga tomando sol ou experimentando suas roupas novas”.

Fotos 3 e 4 – Desenvolvimento da Oficina “Gênero: entre centros, tempos e gêneros”



Fonte: Arquivo Poli(S)ínteses, 2017.

Outro impacto positivo ocorrido durante o desenvolvimento da atividade pedagógica foi quando um aluno levantou e disse que ia pegar uma vassoura e limpar o local, pois o mesmo estava coberto dos recortes das revistas, ao mesmo tempo ele testemunhou “que em casa ele ajuda a mãe juntamente com suas irmãs e não achava que esses serviços eram somente tarefas femininas, pois todos sujavam todos deveriam limpar suas próprias bagunças” e ao fazer essa fala foi logo contestado por outros meninos o que proporcionou um momento de reflexão e associação de suas vidas com o tema ali tratado.

Segundo Brandão (2013), a “educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes

que em conjunto constroem tipos de sociedades”. Visto que esses sujeitos estão inseridos em uma sociedade patrilinear e desde a mais tenra idade recebem tipos diferenciados de educações baseados em fundamentalismos, senso comum e crenças arraigadas muitas vezes no seio familiar, a escola nesse processo possibilita a desconstrução de conceitos e estimula o exercício do pensamento crítico de seus atores, podendo fazer uma dialética entre conteúdos e vivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo esse processo de pesquisa possibilitou uma maior reflexão sobre a prática docente, e possibilitou indagações como: “Quem são meus alunos?”, “Onde estão inseridos?”, “Quais são os processos históricos que levaram à formação dessas pessoas, e também a minha própria formação?”, “Como usar linguagens condizentes com as várias realidades existentes?” “Como aproximar a realidade desses alunos com a realidade que a escola procura propor?” Entender essas questões é uma das propostas do “Grupo Poli(S)íntese”, pois, procura-se a todo momento estabelecer diálogos possíveis entres professores, alunos e a cidade em que todos vivem, para que haja uma melhor compreensão e inserção social.

A partir das indagações suscitadas, acredita-se na possibilidade de um melhor desenvolvimento dentro de cada área de estudo, seja ela História, Geografia, Matemática, Português, Inglês, dentre outras. Para tanto, o grupo possibilita o crescimento pessoal e profissional de cada integrante, tornando-os professores-pesquisadores, mas também com a preocupação de desenvolver ações pedagógicas por meio da arte, cultura, esporte, e inclusão social de todos os alunos. Neste contexto, há também um aprimoramento das didáticas, pois, ocorre aí a práxis educativa, permeada por diálogos e reflexões críticas sobre os vários temas propostos pelo o Grupo de Pesquisa Poli(S)íntese.

REFERÊNCIAS

ARROYO. Miguel Gonzáles. **Outros sujeitos outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

KONDER, Leandro. Marx e a Sociologia da Educação. *In*: TURA, Maria de Lourdes Rangel (Org.). **Sociologia para educadores**. 3. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2004.

SCOTT, J. **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history**. Tradução de Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. *New York: Columbia University Press*, 1989.

**A REINVENÇÃO DOS CORPOS NA CIDADE A
PARTIR DA EDUCAÇÃO CARTOGRÁFICA**

Márcia Cristina Hizim Pelá¹

Dalmo Gomes Silva²

Francispaula Luciano³

Marijara de Lima⁴

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada pelo Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades – Unifan e tem como objetivo apresentar a concepção e o resultado de uma oficina de cartografia idealizada pelo referido grupo, e intitulada “Entre Centros e Tempos”. A oficina foi desenvolvida com os estudantes do Colégio Estadual Jesus Conceição Leal em Aparecida de Goiânia-Goiás em 2017, por meio do projeto “Poli(S)íntese vai à Escola⁵”. O intuito era, principalmente, demonstrar de que forma a utilização da cartografia, como instrumento metodológico e transdisciplinar de ensino-aprendizagem contribui para o entendimento das transformações socioespaciais ocorridas nas cidades em detrimento das necessidades socioeconômicas e políticas e do uso e ocupação do solo pela população.

O Poli(S)íntese, há mais de cinco anos, desenvolve pesquisas em escolas públicas de Goiânia e Aparecida de Goiânia e tem como um dos seus propósitos possibilitar a conexão entre a produção do conhecimento científico e o saber escolar, por meio de pesquisas, cursos, oficinas e ações de extensão, direcionadas aos professores e estudantes da rede estadual de

¹ Possui graduação em Pedagogia e Geografia, mestrado e doutorado em Geografia. É professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Coordena o Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail:marciapela@unifan.edu.br

² Possui graduação em Geografia. É professor da rede estadual de educação de Goiás. Membro do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: dalmo_007@outlook.com.

³ Possui graduação em Geografia e mestrado em Ciências Sociais e Humanidades: Território e Expressões Culturais no Cerrado. É pesquisadora do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: paula.cart@hotmail.com.

⁴ Possui graduação em Pedagogia e Mestranda em Administração Educacional e Regulação da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa. É professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Pesquisadora do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: marijaradelima2015@gmail.com.

⁵ Projeto com o objetivo principal de atuar em escolas públicas da região metropolitana de Goiânia e Aparecida de Goiânia, e possibilitar uma maior integração entre os pesquisadores, professores e acadêmicos com educadores e estudantes das redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas - como debates, palestras, oficinas, apresentações artísticas dentre outras ações - e assim contribuir para a melhoria da vida nas cidades.

ensino de Goiás. Assim, em suas ações, prioriza a relação entre a teoria e a prática como o seu principal aporte didático-metodológico.

A sua criação deve-se, principalmente, à constatação de que uma parcela considerável das escolas localizadas nas regiões periféricas desses municípios e que têm o seu corpo docente composto prioritariamente por professores temporários que, em sua grande maioria, não concluíram o Ensino Superior. São, comumente, estudantes de licenciatura que estão ainda em fase de formação superior e que, além de estudar, trabalham dois períodos em mais de uma escola e ministram aulas em diferentes disciplinas, algumas sem ter nenhuma conexão com as que estão cursando.

Outra característica a ser destacada é que uma parte considerável desses professores temporários ainda está no segundo período de seus cursos de licenciatura e, por conseguinte, não cursou nenhuma disciplina com abordagem de didática, estágio/ou específica da sua área de formação. A falta de embasamento teórico e conhecimento didático-pedagógico, aliado à complexidade do cotidiano escolar são, na maioria das vezes, os principais responsáveis por deixá-los fragilizados e até mesmo impossibilitados de solucionar e/ou dar respostas aos enfrentamentos cotidianos evidenciados no exercício de suas profissões. Isso não quer dizer que esses professores não “tentam” criar mecanismos didático-pedagógicos que os levem a cumprir o seu papel de formação.

Contudo, conforme explicita Pimenta e Lima (2006), para a prática pedagógica faz-se necessário o conhecimento epistemológico disciplinar e prático. Compreender a conexão existente entre esses saberes é imprescindível para o exercício da carreira docente. Essa conexão é que instrumentaliza os docentes para o enfrentamento diário dos desafios frente aos processos de ensino-aprendizagem, bem como, possibilita o exercício da práxis.

Práxis esta que promoverá o rompimento, ou pelo menos diminuirá, o abismo que há entre o conhecimento produzido e o conhecimento aplicado, uma vez que o seu exercício, ao permitir a reflexão da teoria a partir da prática, viabiliza a instrumentalização profissional desses professores e a compreensão de que a ciência é um conhecimento produzido para dar respostas aos problemas cotidianos. Este entendimento, aliado ao conhecimento da realidade e das particularidades da escola, é determinante para que o conhecimento científico faça, de fato, parte do processo de formação.

Contudo, para que a práxis ocorra é necessário que aconteça a reflexão conceitual no processo da prática educativa. A partir da relação entre teoria, prática e reflexão teórico-metodológica é possível a produção de conhecimento, bem como compreender que a

educação não é algo pronto e acabado, mas uma prática social em constante movimento e construção. E é sobre este assunto que o próximo tópico abordará.

A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL

Para iniciar este tópico partir-se-á do seguinte pressuposto: toda ação humana, mesmo não sendo consciente para alguns, para outros, com certeza, é intencional e determinante para o atendimento das nossas necessidades, sejam elas políticas, sociais, econômicas, culturais, sentimentais, religiosas e educacionais. Isto quer dizer que nenhuma ação humana é inócua, e essa lógica se aplica à Educação.

A educação faz parte da história da humanidade muito antes do advento da escola, e é por meio dela que desde tempos bastante remotos, muito antes da existência da escrita, que o ser humano aprende e ensina geração após geração os costumes, as formas de organizações sociais, os conhecimentos, as crenças e a cultura. Mesmo que as formas de organizações sociais e os objetivos educacionais de cada sociedade sejam os mais diversificados e diferentes possíveis, “ninguém escapa da educação” como afirma Brandão (1994).

Dessa forma é preciso compreender que existem múltiplas forças que levaram e levam à criação das diferentes concepções teóricas e práticas de educação e que as formas de apropriações, seu uso e desuso, representam diferentes ideologias. Nesse sentido, a educação e suas práticas educativas revelam ser mais que uma singela e inocente prática sociocultural. Ela se transforma em um instrumento constantemente disputado por diversos grupos sociais que misturam suas ideologias na estrutura do espaço, e constituem elementos sociais que se cristalizam no tempo e no espaço.

Sendo assim, conforme explica Bittar (2010) é imprescindível à desmistificação da ideia tradicional de que tudo o que tem a ver com educação e racionalização tem a ver com integração, desenvolvimento e melhoria. O mito da educação como, apenas, integradora, redentora e formativa, deve ser desconstruído, uma vez que depende do objetivo e do alcance do ato de educar, que pode ser o de formação ou o de treinamento.

A educação, quando utilizada apenas como treinamento, pode ser um instrumento de alienação, dominação e de atrofiamento de dados importantes da personalidade humana, haja vista que esta forma de “educar” não se preocupa com o desenvolvimento integral das qualidades, habilidades e competências humanas.

Por isso é fundamental a compreensão por parte do educador que todo o projeto educacional carrega e induz valores sociais, culturais e individuais que são construídos e modificados a partir das necessidades, embates e transformações históricas e sociais. A educação é um processo dialético que transforma a sociedade e é transformada por ela. É um movimento constante e ininterrupto engendrado por diferentes e diversos atores, sujeitos e agentes. Essas premissas possibilitam compreender o porquê das diferentes e diversas transformações no processo educativo.

Historicamente, a educação nos moldes atuais inicia seu processo de institucionalização, como produto da escola, a partir da Revolução Francesa, no século XIX. Período histórico do final da transição da Idade Média à Idade Moderna que é caracterizado pela primeira Revolução Industrial, pela ascensão da burguesia, pelas transformações dos modos de produção socioeconômicos, pela reconfiguração do arranjo espacial campo-cidade e agrário-urbano.

Esta nova (re) configuração econômica, política, cultural e socioespacial, embasada pelo pensamento racionalista do ideário iluminista, exigiu a legitimação de uma instituição: a escola, que conjuntamente com o estado, foi responsável pela formação de uma “nova” consciência sociocultural, por conseguinte de um “novo” cidadão: o sujeito moderno.

A escola torna-se assim a instituição responsável pelo ensino, pesquisa e extensão do conhecimento, e caracterizada pelo discurso de universalidade, laicidade e obrigatoriedade. Fruto das necessidades oriundas da Revolução Industrial e concomitantemente do novo modo de produção, a escola passa a ter a função de formar um sujeito apto a atender as necessidades econômicas, políticas, culturais, sociais, científicas e tecnológicas da nova sociedade em curso.

Nesse prisma, pode-se dizer que, pelo menos legalmente e no discurso oficial, inicia-se um projeto educacional que atende a todas as classes sociais sem distinção de etnia, credo ou situação econômica. O projeto de uma educação escolar igualitária, universal, obrigatória, laica e pública, ou seja, “para todos”, passa a ser dever do Estado e direito incondicional de cada cidadão. Atende assim à nova ordem social, econômica e política da sociedade em curso e ao mesmo tempo institui um consciente coletivo de que as oportunidades educacionais são iguais para todos, e que o sucesso ou fracasso escolar de cada indivíduo depende exclusivamente do seu desempenho e esforço pessoal.

Glória (2001), ao fazer uma análise do discurso igualitário da escola, afirma que desde a sua origem a escola assume o papel de possibilitar o acesso às novas posições sociais, ao mesmo tempo em que permite a manutenção do sistema social, na medida em que define o

acesso conforme a capacidade de cada um. Neste contexto, o discurso da igualdade de oportunidades e das diferenças individuais isenta a escola e/ou do sistema político-econômico e histórico-social do fracasso ou sucesso escolar e, por conseguinte, transfere de forma natural a responsabilidade para a capacidade de cada sujeito.

A partir deste contexto pode-se afirmar que a escola, enquanto legitimadora do conhecimento, passa a ser sinônimo de ascensão social e de autonomia. Os anos de escolaridade de cada sujeito determinam o nível de conhecimento adquirido e conseqüentemente definem a capacidade profissional e de desempenho dentro do mercado de trabalho. Assim, estabelece, conforme afirma Glória (2001), uma hierarquia entre os indivíduos segundo essa capacidade e desempenho, o que, teoricamente, definirá o lugar social a ser ocupado por esses indivíduos.

Mais de um século se passou e ainda não se conseguiu implantar este projeto de escola igualitária, pois as contradições entre teoria e prática, discurso e realidade educacional, interesses privados e públicos, ainda geram diferenças e desigualdades nos sistemas educacionais. Contudo, não se pode negar as transformações sociais e culturais que se tem no processo de escolarização. Com certeza ela é desigual, mas, por outro lado, cria um mecanismo de instrumentalização que permite aos sujeitos sociais enxergarem além desta “cortina de fumaça” que se instala na sociedade e que nos leva, a todo instante, a confundir o real com o imaginário.

Assim, a dialética da/na educação possibilita analisar e entender o movimento que há no processo de construção da escola. A escola como qualquer instituição criada a partir das ações e relações humanas, tem contradições e, por conseguinte, sofre transformações. Outra questão é que o ser humano não é passível de alienação total. Ele reage, resiste, se reinventa e (re) existe. E nesse movimento, ao se deparar com as contradições que são próprias do processo do ensinar/apreender, ele consegue transformar, captar as possibilidades que o conhecimento pode propiciar na sua vida e na vida da sociedade.

Como já dito, a educação não é inócua, mas é uma ação consciente, intencional e determinante para a constituição do “humano” que consegue mediar o conhecimento adquirido e/ou concebido à prática humana. Um instrumento capaz de libertar e/ou alienar, transformar e/ou conservar, adestrar e/ou ensinar que ao (re) transmitir, (re) produzir e/ou transformar os conhecimentos acumulados e a cultura, assegura a existência humana e garante a sua evolução.

É exatamente essa compreensão do “poder” da educação e da função social da escola que o professor deve dominar, pois é a partir dela que se compreende que o ato de educar é

antes de tudo, um ato político. O (a) professor (a) tem uma função social que lhe permite ser (re) produtor (a) de conhecimentos e/ou agente de transformação social.

Mas, o que tem a ver estas questões, com os temas abordados na oficina ministrada: “Entre Centros e Tempos”? Elucidar esta indagação é o objetivo do próximo tópico.

A (RE) EDUCAÇÃO E A (RE) INVENÇÃO DOS CORPOS NA CIDADE

A cidade é, por excelência, a expressão da complexidade vivenciada na sociedade contemporânea. Alguns pesquisadores e estudiosos tendem a defender como caos, descontrolado total, ingovernabilidade espacial, territorial, fim das utopias, dentre outras definições. E a noção de sujeito fragmentado, defendido por Rolnik (1989), assegura essa idéia ao afirmar que “os tempos do mundo ao atravessarem os sujeitos mediante símbolos espúrios distanciam o indivíduo de si mesmo, fraturam-no e os colocam numa defasagem de existência. Promovem um desenraizamento”.

E a cidade toda como espaço trânsfugo, caótico, transbordante, alucinante, delirante, sofre, na perspectiva dessa leitura, uma representação de que apenas “é um nome sem forma”, ou um nome com mil formas em movimento. O bordado das paisagens de sua gente e de sujeitos de fora, a luta renhida e absurda pela vida, a aglomeração de tantos objetos, signos e símbolos não formam unidades de significação. É, de fato, uma geografia disparatada (CHAVEIRO, 2001).

Outra leitura, num viés oposto, tem dado conta de que a cidade cumpre um papel: o de atualizar no lugar o tempo do mundo; apresentar para o mundo, a partir de seu lugar, o que é do local. Sendo assim, a cidade medeia a inovação com as coisas do lugar, e o faz ao expressar os problemas do modo de produção, como o desemprego estrutural, os problemas ambientais, a fome, a violência etc. Por isso, não há caos, há contradições que fazem parte de um ordenamento social (LEFEBRVE, 1991).

Acrescenta-se aqui a conjuntura vivenciada neste início do século XXI, que é a atual fase espacial do Brasil, que, como bem denomina Moreira (2005), é um momento ímpar, visto que vivenciamos a privatização da gestão do território e que gera uma “formação espacial complexa” – por meio da eliminação das separações setoriais (primário, terciário etc) e espaciais (cidade-campo, cidade-região) – e está proporcionando, principalmente, aos grupos sociais menos favorecidos o soltar das amarras que prendiam a criatividade do trabalho.

Tal criatividade, segundo Pelbart (2003, p. 23), “não é prerrogativa dos gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum” capaz de promover a criação de novas alternativas de cooperação, associação e relação que lhes permite driblar os mecanismos e as normas estabelecidas pelo poder hegemônico que, de maneira subliminar, alienam a subjetividade, o trabalho e o desejo dos sujeitos sociais, bem como os excluem econômica e socioespacialmente.

E é exatamente essa inventividade, aliada às capacidades de re(adaptação), de enfrentamento, de (re)existência e resistência, que outorga aos habitantes da cidade a possibilidade de romper com uma pedagogia que tende à normatização da vida, por meio da institucionalização de uma disciplina do “andar correto”, do controle dos habitantes, embasada nos discursos de segurança, de produtividade, de civilidade e cidadania.

Importante ainda, ao falar desta normatização, será o entendimento quanto à massificação das relações dos sujeitos, pois agora o sujeito tem que se acostumar com sua nova condição de anônimo nas ruas da cidade. O que ditará sua vida, seus passos e percursos na cidade, seu lazer, a informação, será um tempo acelerado ao encontro do consumo. Um novo modo de existir como mercadoria que implicará na adequação dos gestos e comportamentos dos seres humanos, daí a normatização de seus corpos para atenderem a demanda do mercado: consumir e ser consumido. Uma racionalização do acaso que é proposta pela economia mercantil, e que dá curso livre simultaneamente ao instinto gregário e ao comportamento automático (BENJAMIN, 1995).

O habitante da urbe⁶ é educado por meio de caminhos pré-determinados, repetidos, tediosos, sinalizados por corredores e faixas de pedestre, conduzidos pelo encanto da mercadoria exposta em ruas com “funções” específicas, com objetivos definidos. É nestas ruas que podem encontrar, na paisagem, vestígios de um tempo industrial que impõe o ritmo aos seres, como o exemplo do relógio no alto, numa torre, numa cúpula a ditar os ritmos do cotidiano.

Entretanto, os corpos que obedecem e fragmentam são os mesmos que quebram as regras, se desviam das normas e originam assim outra lógica que é capaz de restabelecer uma integração histórica entre os diferentes grupos sociais. Neste contexto, promovem “deslizamentos” de sentidos no conteúdo e na forma da cidade ao criar caminhos desviantes, ao construir objetos com significados diferenciados da lógica capitalista, ao se aglutinar em movimentos que promovem economia solidária e a defesa da reforma agrária, ao disputar com os carros da urbe espaços para os passos e cantos do *rap* e da *congada*.

⁶ Centro urbano ou cidade. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/urbe/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

Estes preceitos, além de evidenciar, que existe uma relação intrínseca e dialética entre a cidade, a escola e os sujeitos, também possibilitam sintetizar que o processo de escolarização abarca a compreensão científica sobre as práticas sociais e como estas práticas se espacializam e materializam no cotidiano da vida social dos sujeitos na cidade.

Esta materialidade, que está estampada nas cidades e faz parte do cotidiano das vidas dos sujeitos sociais, é dinâmica e se altera conforme o movimento dos agentes, atores e instituições que as compõem. A cidade, como os sujeitos que a compõem, é alicerçada a partir das ações e relações humanas. Por isso não são estaques, mas um movimento constante que altera a sua morfologia e, por conseguinte, as dinâmicas socioespaciais.

Este movimento é notório na cidade Aparecida de Goiânia, o *locus* da pesquisa realizada, haja vista que apresenta um processo de transformação do espaço urbano de forma mais acelerada a partir da resignificação de seu território. O município se desenvolveu inicialmente a partir de sua religiosidade, com a construção da primeira Igreja Católica, que recebe o nome da padroeira da cidade. Um espaço que antes era um lugarejo como bem descreve Melo (2002), e que em 1963 se torna municipalizada.

Por muitas décadas Aparecida de Goiânia se manteve como cidade receptora, tendo em vista que a população migrava para o Centro-Oeste em busca de melhores oportunidades de vida na mais nova capital do Estado de Goiás, Goiânia (GO). Neste sentido, Aparecida de Goiânia passa a receber essa população, pois o custo de vida na capital era muito elevado. Os novos moradores, em busca de trabalho traziam suas famílias, no entanto, esses “chegantes” ainda mantinham uma relação de aproximação com Goiânia no que se refere a serviços e equipamentos públicos.

Com o crescimento da população, de forma vertiginosa, a dinâmica urbana da cidade também se transformou de forma acelerada. Uma característica dessa mudança, ou mesmo transformação do território, é a resignificação do Setor Central, em Aparecida de Goiânia. Sobre a transformação do espaço, destaca Santos (1978, p. 138): “O espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente às mudanças de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas”.

O Setor Central, por muito tempo, foi o principal local de acesso a serviços e equipamentos públicos oferecidos à população aparecidense, contudo, ao longo do desenvolvimento urbano da cidade ocorreu o surgimento de novos espaços que, conforme descreve Santos (1994), são denominados de subcentros urbanos. O subcentro é o espaço que se desenvolve ao longo do território da cidade destinado ao atendimento da população local, e

pode ser um bairro, uma rua ou avenida. Isso acontece para atender uma população crescente espalhada por todo o território da cidade.

Com a configuração de subcentros o Setor Central perdeu parte de sua funcionalidade, mantendo-se estagnado por algum tempo, e somente nos anos 2000 este espaço voltou a se apresentar com maior expressividade no cenário urbano da cidade.

Estas transformações alteraram tanto a paisagem como a dinâmica socioespacial da cidade de Aparecida de Goiânia. Alterações estas que ainda acontecem, e de uma forma ou de outra transformam a vida cotidiana dos sujeitos sociais que habitam a cidade.

Todos estes preceitos apresentados até o momento embasaram a pesquisa e foram o alicerce para a construção e desenvolvimento da oficina “Entre Centros e Tempos”.

ENTRE CENTROS E TEMPOS: uma conexão entre educação, cidade e sujeitos

Conforme apresentado em tópicos anteriores, nos últimos anos se debate muito sobre a ressignificação da educação no Brasil, principalmente a educação pública. Neste sentido, surge a ideia de dar significado ao processo de aprendizagem, criar novos métodos de interferência para assim unir o saber científico sem desprezar o saber popular.

Nessa perspectiva, surgiu o interesse de se montar uma oficina de cartografia em que a vivência do estudante pudesse ser levada em conta e suas memórias seriam a principal ferramenta para se elaborar mapas mentais. Conforme um estudo feito por Bovo e Hermann (2005, p. 15), a utilização dos mapas mentais auxiliam no desenvolvimento cognitivo:

Portanto, considerando o que expusemos até agora sobre as descobertas da ciência a respeito das especialidades do processamento cerebral, os mapas mentais apresentam-se como uma das melhores “ferramentas” para manipular informações (anotação e organização de pensamento) à medida que induzem o processamento coordenado de ambos hemisférios cerebrais, isto é, além de utilizarmos palavras, números, ordenações, cronologia (sequenciamento no tempo), sequências e linhas, tudo em preto e branco; incluímos e associamos cores, imagens, ilustrações, dimensões, símbolos, referências globais e simultâneas.

Como o autor nos explicitou no texto, os símbolos, cores, números, dimensões, tudo auxilia no processo de memorização e aprendizado, e daí surge a ideia de se utilizar a cartografia mental como método para atingir o resultado principal de despertar interesse no estudante em aprender cartografia, com o uso de suas memórias e os marcos espaciais do

espaço. A história entra com marcos espaciais e suas rugosidades históricas que contam como se deu as transformações ao longo dos tempos de acordo com os interesses de cada época.

O primeiro passo para se montar a trilha interpretativa foi mapear o percurso que vai da Praça da Matriz de Aparecida de Goiânia na Rua João Batista de Tolêdo, passando pelo *Shopping* Aparecida na Av. Independência, até o Colégio Jesus Conceição Leal na Rua Toulon no Residencial Village Garavelo. Foram fotografados os principais pontos de referência do percurso, inclusive o *Shopping* que ainda estava em construção. Com a construção do *Shopping* o espaço geográfico da região já estava em processo de mudanças. E sobre isso Santos (1988, p. 22) diz:

Desta maneira, com a produção humana há a produção do espaço. O trabalho manual foi sendo relegado a segundo plano, e a maquinaria foi sendo cada vez mais usada até se chegar à automação. A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas.

Santos (1988) demonstra que sempre que a sociedade evolui e as técnicas ficam mais apuradas, o espaço geográfico também muda de acordo com suas necessidades, cria novos espaços e reorganiza os velhos e dá novos significados. Essas transformações atingem todos os moradores dos arredores, que é o que vai ocorrer com o Colégio Jesus Conceição Leal. Conforme pode-se observar no Mapa 1 de marcos espaciais do entorno do Setor Central.

Mapa 1- Marcos espaciais no entorno do Setor Central de Aparecida de Goiânia



Fonte: Mapa elaborado pelos autores com base nos dados da Prefeitura de Aparecida de Goiânia (2017).

SUJEITOS EM CONFLITO E ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO: reflexões interdisciplinaridades sobre ciência, educação e sociedade

No processo de pesquisa também foram entrevistados moradores e funcionários do colégio para entender como tais mudanças afetam a dinâmica do bairro e dos moradores, para assim obter maior compreensão sobre os fenômenos.

Segundo esses moradores, ao longo dos anos, a região se desenvolveu principalmente por causa de novos empreendimentos como o Sesi – Serviço Social da Indústria localizado na Rua dos Pirineus no Residencial Village Garavelo em Aparecida de Goiânia. Com o simples anúncio da construção do *Shopping* Aparecida, houve um acelerado desenvolvimento da região e um crescente aumento da especulação imobiliária.

Com a transformação do espaço, a lógica urbana dessa região é alterada. Tal fato mudará as características do local, bem como os moradores dos bairros vizinhos e frequentadores do colégio. Isso ocorre devido a influência do capital especulativo na cidade, ou seja, assim como a população de baixa renda o capital especulativo também é um agente da transformação do espaço urbano (CORRÊA, 1995).

Pode-se observar no Mapa 2 algumas das mudanças ocorridas nas proximidades do Colégio Estadual Jesus Conceição Leal.

Mapa 2 - Marcos espaciais no entorno do Colégio Estadual Jesus Conceição Leal



Fonte: Mapa elaborado pelos autores (2017).

Compreender o processo transformador do espaço urbano é de fundamental importância para aquele que habita a cidade. O papel da escola é promover ao estudante esse conhecimento e desenvolver o pensamento crítico dos mesmos para que percebam que são também agentes transformados do espaço urbano.

Assim, a oficina “Entre Centros e Tempos” propôs o diálogo da cidade com os estudantes e comunidade escolar, que vivencia essa transformação da paisagem em seu dia-a-dia, uma vez que esses estudantes são parte de um grupo classificado por Correa (1995) como grupo social excluído⁷. As paisagens das cidades presenciam uma constante transformação, ou seja, os processos espaciais destacados por Correa (1995) que estão totalmente conectados com a ação humana, e seus processos históricos, ou seja, os espaços transformados por essas ações.

Compreender o processo de transformação da paisagem não é algo simples, mas é necessário para que o indivíduo se perceba enquanto agente transformador desse espaço. Esse foi o grande desafio da Oficina “Entre Centros e Tempos”, buscar, por meio da cartografia e com a criação de mapas mentais ou físicos, o sentimento de pertencimento do meio em que vive.

Acrescenta-se a esta consideração a visão de Thompson (1998) sobre a experiência. Segundo ele, é por meio da experiência que os sujeitos desenvolvem e incorporam valores. E tais valores não podem ser compreendidos apenas como uma imposição, mas como criação, subjetivação, ressignificação. Nos costumes, no cotidiano, encontram-se férteis exemplos de resistência e luta, e não somente nos fóruns institucionais.

É a partir destes pressupostos que, em nossas reflexões sobre a conexão entre cidade, sujeitos e educação, as práticas sociais deverão ser contempladas e apresentadas como uma possibilidade de se lançar um olhar integrado que permita deparar com o local e o global, com a relação dialética entre norma e vida, com as interferências destas no conteúdo e na forma das cidades.

Esse objetivo foi alcançado ao longo do desenvolvimento da oficina, uma vez que ficou nítida a percepção dos estudantes do quanto eles estão conectados à cidade, seja em seus momentos de lazer, trabalho, estudo ou mesmo como um morador de uma área que presenciam as transformações das dinâmicas socioespaciais. Esta percepção despertou outros

⁷ Os grupos sociais excluídos são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas.

questionamentos acerca de como a mesma é construída e transformada, bem como, como estão mudanças influenciam e alteram as suas vidas.

Ou seja, a percepção trabalhada a partir do conhecimento científico possibilita uma tomada de consciência do pertencimento e do direito à cidade que todos os seres humanos têm e conseqüentemente se coloca como um instrumento de cidadania que lhes possibilita ter embasamento teórico para exercer os seus direitos e deveres enquanto cidadão.

Neste sentido, a escola se coloca como um campo de integração do conhecimento, seja ele vivido ou adquirido, e se torna e um espaço de discussão e de construção dos seus. Mas não é só isso, tendo em vista que a escola, como a instituição responsável pela formação epistemológica, científica e social dos sujeitos sociais deve promover uma educação conectada com a cidade, com os sujeitos e com as suas práticas sociais. Assim desenvolverá um processo de ensino-aprendizagem que possibilite e capacite aos educandos identificar e analisar qual o lugar que ocupam na cidade. Permite também fazer com que entendam, como e porque ocupam aquele lugar e não o outro. Compreender o lugar que ocupa enquanto sujeito social é fundamental para a compreensão do eu no mundo e do mundo no eu.

Esse é o grande objetivo do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades – Centro Universitário Alfredo Nasser, construir pontes que consigam quebrar o abismo entre a ciência produzida e a ciência ensinada. A ciência nasce das demandas cotidianas e, por isso, é fundamental que seja acessível a todos os seres humanos. Integrá-la com os sujeitos, com a cidade e com a escola é uma das formas de promover a sua descentralização, fator primordial à formação de seres humanos críticos e autônomos capazes de contribuir na construção de uma sociedade mais equânime.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Rua de Mão Única**. Tradução de Rubens R.T. Filho e José C.M. Barbosa. 3. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Obras Escolhidas, v. 2).

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. Tradução de José Martins Barbosa e Hemerson Baptista. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (v. 3).

BOVO, V.; HERMANN, W. **Mapas Mentais: Enriquecendo Inteligências**. Campinas: SP, 2005.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, uma Metrópole em Travessia**. Tese de doutorado. São Paulo-SP: Departamento de Geografia/USP, 2001.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática. 1995.
- FERNANDEZ, Pablo Sebartian Moreira; PELÁ, Márcia Cristina Hizim. Caminhar, trilhar e conhecer uma cidade. **Revista Guanacuns**, v. 7, p. 161-174, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. São Paulo. Paz e terra. 1999.
- FREITAG, B. **Cidade em Cidade: Cidade dos Homens**. Rio de Janeiro: Edição Tempo brasileiro LTDA, 2002.
- GLÓRIA, M. A. A escola Igualitária: Sonho ou Falácia? **Revista de Educação PUC**, Campinas, SP, n. 10, p. 63-68, jun. 2001.
- GUATTARI, F; ROLNIK, Suely. **Cartografias Do Desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Faria. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.
- MELO, F. **Aparecida de Goiânia: do zero ao infinito**. Editora Kelps, 2002
- MOREIRA, R. Sociabilidade e Espaço: tendência das formas de organização geográfica das sociedades na era da terceira revolução industrial. *In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. Edição eletrônica*, São Paulo: Egal/USP, 2005.
- PELBART, P. P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. Coleção Docência em Formação. Série Saberes Pedagógicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- PINTO, J. V. C. **Desconstruindo a “cidade dormitório”**: Centralidades e espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. *Revista Mercator*, Vol 8, n 16, 2009.
- RODRIGUES, Brandão Carlos. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, 1994.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec,1978.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

A ETNIA NA ESCOLA: o reconhecimento do sujeito e da sua identidade

*Lidianne Rodrigues*¹

*Marijara de Lima*²

*Márcia Cristina Hizim Pelá*³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relato de pesquisa foi escrito a partir dos resultados de uma pesquisa e da realização de oficinas com alunos de escolas da Rede Estadual da cidade de Aparecida de Goiânia-Go, desenvolvidas sob a supervisão da professora Doutora Márcia Cristina Hizim Pelá e do Grupo Poli(S)ínteses, do Centro Universitário Alfredo Nasser, com o objetivo de compreender a ligação da educação com a cidade e como os estudantes se veem neste contexto.

A metodologia da pesquisa foi a aplicação de um questionário socioeconômico e cultural que buscou perceber a realidade de vida dos alunos destas escolas. Após a sondagem, o Grupo Poli(S)ínteses contou com a parceria da SBPC/GO - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Regional Goiás, que possibilitou, por meio do “Projeto SBPC vai à Escola”, a realização de oficinas para as crianças das escolas participantes. Os resultados da pesquisa geraram oficinas desenvolvidas pelos membros do grupo, a partir da sua área de conhecimento, que abordaram as seguintes temáticas: etnia, gênero e cartografia. O Grupo Poli(S)ínteses é um grupo transdisciplinar de estudos e pesquisas em educação e cidades e tem por objetivo realizar, por meio de projetos e ações, a conexão entre a produção dos conhecimentos científicos e o saber escolar, por meio de cursos e ações de extensão, tendo a relação entre teoria e prática como o seu principal aporte didático-metodológico.

¹ Possui graduação em História. É professora da rede de ensino do estado de Goiás e pesquisadora do PoliSíntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: lutecomomamulhernegra@gmail.com.

² Possui graduação em Pedagogia e Mestranda em Administração Educacional e Regulação da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa. É professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Pesquisadora do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: marijaradelima2015@gmail.com.

³ Possui graduação em Pedagogia e Geografia, mestrado e doutorado em Geografia. É professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Coordena o Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail:marciapela@unifan.edu.br.

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO IDENTIDADE: da sociedade à escola

De acordo com Melucci (2004, p. 50 *apud* VINHOLES, 2012, p. 3), “a identidade define a nossa capacidade de se reconhecer e de ser reconhecido”. Assim, é de grande relevância ressaltar que o conceito de identidade não se limita a uma definição única e estanque, tendo em vista que está atrelada à uma interpretação e vivência da realidade, por meio de um processo de representação simbólica, com o objetivo de compreender as diversas posições de pertencimento no mundo.

Concomitante a isso, a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva, evidencia-se como um fator essencial no processo de sociabilização. Tal fato habilita cada pessoa a relacionar-se, a interagir de forma socialmente aceitável com os outros, no grupo humano “a que pertence”.

Frente a esta realidade, encontra-se a discussão acerca do racismo e a busca pelo seu combate, que confronta-se com uma questão que, mesmo sendo algo que está no alvo de ações humanistas, raramente chega a ser equacionada: o processo de apropriação e administração da diferença na construção da própria identidade, individual e de grupo. Essa questão deverá assumir, para tanto, um papel essencial na definição de estratégias, tanto nas instituições escolares quanto na sociedade como um todo.

Em consonância com esta reflexão está a atitude discriminatória em relação a pessoas diferentes, em se tratando especificamente de sua cor, e o que se percebe atualmente, é que vivemos em uma sociedade que está em uma constante tentativa de apenas indenizar aqueles que foram os maiores atingidos, e que se recusa a assumir que ainda exista racismo. Pouco se vê, no entanto, medidas realmente efetivas em relação aos descendentes daqueles que estavam aqui após o “fim da escravidão”. O que ocorreu depois foi o processo de recusa da culpa por milhões de vidas que foram ceifadas durante mais de 350 anos de escravidão no Brasil. O povo negro brasileiro ainda possui profundas sequelas desse tempo, e mesmo afirmando que não, a memória de anos passados perpassa geração após geração, e deixa marcas profundas, principalmente nas crianças que sofrem racismo.

No que tange às instituições escolares, por exemplo, quando se vê algo sobre a África ou o Afro-Brasileiro é justamente na linha folclórica, a qual tira todo o sentido daqueles que sempre se viram dentro da perspectiva africana, como os mestres de capoeira, capitães de congada, zeladoras de santo, dentre outros. É válido ressaltar que, apesar de estar em solo brasileiro, a perspectiva e a conexão com a África não é inexistente, o que pressupõe que tratar como iguais os desiguais é maldade. Brasileiro (2001) destaca que tratar cultura africana

como folclore é marginalizar e deslegitimar a identidade do povo negro colocando-a numa posição de fantasia e misticismo.

Quando uma criança negra se enxerga diante de tantas estruturas racistas e compreende que a escola é só mais uma peça que contribui para o racismo, se vê de “pés e mãos atadas” e respondendo, quase que automaticamente, “preto não, moreninho”. Essa postura não pode ser encarada apenas como uma recusa, mas também como um mecanismo de fuga. Por essas e outras que não se pode acusar o negro de ser racista, pois na realidade ele apenas tenta entrar no mundo branco pra não se sentir oprimido, como se esta fosse mais uma tentativa de fechar os olhos para as questões raciais e se sentir um pouco mais seguro.

Deste modo, percebe-se que,

A teoria pedagógica moderna continua apegada a essa visão inferiorizante dos educandos, povos a colonizar/educar. Visão que lhe é configurado. Logo sua resistência a reconhecer e incorporar a diversidade de experiências e suas práticas educativas vindas de seres/coletivos decretados inferiores. Até as infâncias e adolescências populares (ARROYO, 2014).

Segundo o Artigo 1º, Parágrafo 2º da Lei n. 11.645, que está em vigor desde 10 de Março de 2008, “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (NR)”, e determina ainda, segundo orientações do Art. 26-A. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Porém, muitas vezes isso não é colocado em prática da forma correta, e quando há tentativa de que a mesma seja cumprida é feita de maneira esdrúxula e preconceituosa, tratando as danças e ritos africanos erroneamente, como algo maligno e sem fundamentos, ou mostrando as culturas como folclore.

No âmbito escolar, infelizmente, ainda é fácil perceber ao folhear os livros didáticos, que estes não trazem muita visibilidade à população negra, e quando uma criança visivelmente negra se denomina morena ou parda, carrega consigo o desejo de não pertencer a um grupo marginalizado, mas sim ao grupo contrário. Como muitas vezes se percebe, o branco é associado ao belo, ao bom e o negro é justamente o contrário, e isso se evidencia nas expressões impregnadas no vocabulário popular, como “viúva negra”, “magia negra” e até expressões cotidianas como “nego mata” ou “nego rouba”, e, portanto são exemplos do quanto o racismo ainda é presente no dia a dia.

Esse mesmo sistema que, por vezes, não permite que a população negra deixe de se sentir inferior, estabelece uma relação de poder entre dominador e dominado, e ainda é a causa do dilaceramento das mentes do povo negro. É aí que o racismo age de maneira mais forte, e é na escola que isso se reforça mais ainda, fazendo com que a criança pense que o problema é com ela, se martirizando, mutilando, recusando a sua ancestralidade negra.

A escola, para tanto, precisa entrar em um processo de valorização do negro, de contar não só as mazelas da história dos negros, mas mostrar a cultura, e sua estética mostrando que o cabelo e os demais traços são fatores importantes e que também são bonitos. No ambiente escolar ainda existe uma pedagogia que busca a manutenção da hegemonia branca, desenvolvida para que o dominado permaneça nessa condição, e de acordo com Arroyo (2014), “O sistema não está preocupado em fazer com que se criem novas pedagogias justamente para que não se formem novos sujeitos”.

Trazer iniciativas do seguimento negro pra que eles se sintam pertencentes a algo seria a “salvação” para os excluídos. Passar pela fase da escola, para uma grande maioria das crianças negras, não tem sido uma experiência boa. Essa pedagogia, por vezes, tem sido muito prejudicial a essas crianças, que acabam sempre tentando se camuflar quando não se pode usar chapinha, se utilizando da água para abaixar o cabelo a fim de que não pareça tão estranha diante dos colegas. Em conformidade com esta reflexão, pode-se afirmar que

Para o aluno, importa ter segurança da aceitação de suas características, ter disponível a abertura para que possa dar-se a conhecer naquelas que sejam experiências particulares suas ou do grupo humano a que se vincule e receber incentivo para partilhar com seus colegas a vivência que tenha fora do mundo da escola, mas que possa ali ser referida, como contribuição sua ao processo de aprendizagem. Resumindo, trata-se de oferecer à criança, e construir junto com ela, um ambiente de respeito, pela aceitação; de interesse, pelo apoio à sua expressão; de valorização, pela incorporação das contribuições que venha a trazer (BRASIL, 2000, p. 54).

Os reflexos, portanto, são percebidos na sociedade, no chão da escola, na cadeia, no mercado de trabalho e no próprio cemitério, e neste contexto, urge a necessidade das Políticas Públicas para a reparação da dignidade ir além do oferecimento de cotas. Deve-se ter sempre a percepção de que pra saber onde se quer chegar, o sujeito precisa primeiramente se reconhecer enquanto pessoa e pertencente à sociedade em que se está inserido, ou seja, se reconhecer. Essa dificuldade das crianças em saber quem elas são, bem como assumir a sua condição, se dá pelos pré-julgamentos e os pré-conceitos já preestabelecidos pela sociedade. É preciso retirar esses julgamentos, esses pré-conceitos para que não se condene as futuras gerações aos mesmos fins que as atuais, e para que futuramente negros não se sintam tão

oprimidos a ponto de quererem lavar as suas peles até ficarem brancas, e que a escola traga uma nova pedagogia para esses novos sujeitos, e que no fim de cada dia eles possam se olhar no espelho e se sentirem realmente pertencentes a algo.

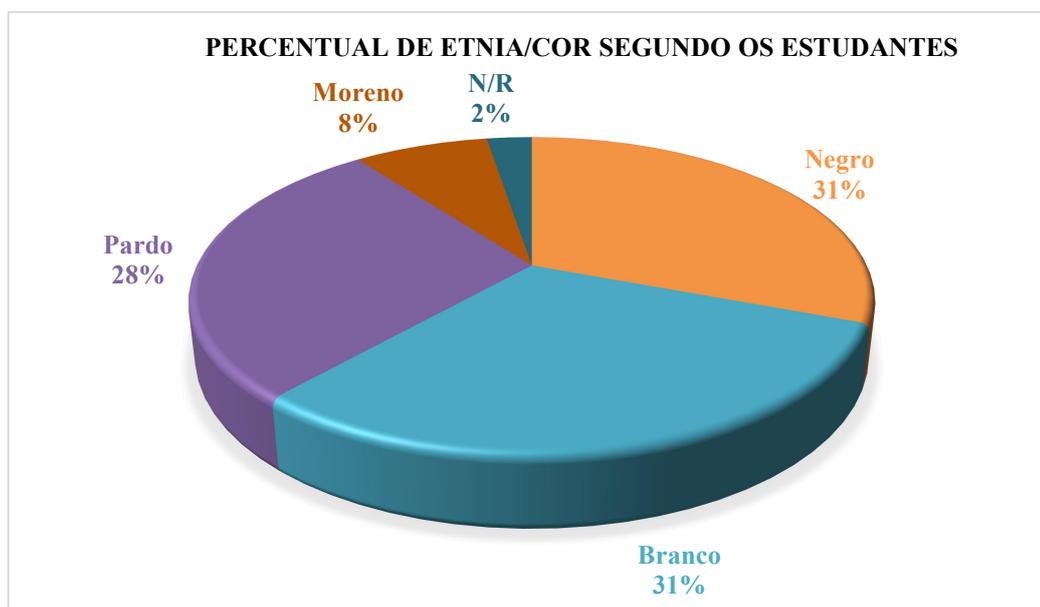
A ETNIA NA ESCOLA: o reconhecimento do sujeito e da sua identidade

Com o objetivo de possibilitar a discussão sobre quais são os motivos para que os estudantes recusem a sua identidade enquanto negros, e qual é o papel da escola no que tange à mediação de conhecimentos e de culturas neste âmbito, este tópico trás à tona uma reflexão, pautada em dados empíricos, sobre os resultados obtidos após realização da pesquisa, e posteriormente, da oficina “Etnia através da arte”, realizada no Colégio Estadual Professora Alzira Alves de Queirós, localizado no Jardim Tropical na periferia de Aparecida de Goiânia.

Com o questionamento sobre a etnia foi possível perceber que muitos dos estudantes hesitavam em responder, e quando o mesmo era negro além de demonstrar certa insegurança, procurava uma forma mais “aceitável” para escrever no papel, fazendo então com que surgissem muitas variações nos quantitativos da pesquisa.

Abaixo, segue o gráfico referente ao percentual de etnia/cor dos estudantes do Colégio Estadual Professora Alzira Alves de Queirós, onde se explicita qual é a possível porcentagem em relação à etnia nesta instituição de ensino.

Gráfico 1 - Percentual de etnia/cor para os estudantes do Col. Est. Profª Alzira A. de Queirós



Fonte: Arquivo de pesquisa Poli(s)íntese, 2017.

Os resultados da pesquisa no Colégio Estadual Professora Alzira de Queirós mostraram que 8% dos estudantes se consideram morenos, 31% negros, 28% pardos, 31% brancos e 2% não responderam. Ao analisar os dados e fazer um cruzamento com a pesquisa empírica, que se deu no processo de aplicação do questionário, pôde-se perceber que todos os que responderam ser morenos, são na verdade negros, e de acordo com o quantitativo da raça, o IBGE considera que os pardos também são negros, totalizando, portanto 59% dos nossos entrevistados.

A oficina denominada “Etnia através da arte”, que nesta circunstância, tinha o intuito de promover a valorização do ser negro e a partir dali, o estudante que outrora respondeu o questionário como moreno ou pardo se identificasse negro a partir dali. A primeira etapa da oficina era a demonstração das principais características de cada etnia e suas respectivas histórias. Com o auxílio de fotos e vídeos o objetivo era de que eles reconhecessem não só os seus traços, mas os de outras etnias para assim contribuir no processo de identificação.

Foto 1 - Estudantes assistindo vídeos sobre a história das etnias



Fonte: Arquivo Pessoal - Lidianne Rodrigues, 2017.

Inicialmente, foram utilizados vídeos e imagens de indígenas, negros e brancos, e a partir disso, listou-se juntamente com os alunos, as principais características de cada etnia. Na segunda etapa, cada criança se identificou a partir de suas características, com a ajuda de um espelho, e este era justamente o principal objetivo.

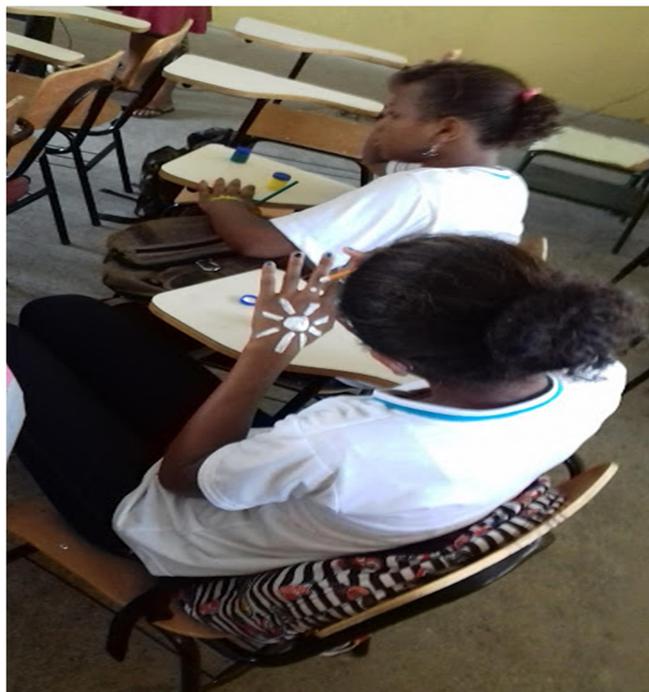
Foto 2 - Estudantes identificando a sua etnia com o auxílio de um espelho



Fonte: Arquivo Pessoal - Marijara de Lima, 2017.

Depois de se identificarem, o próximo objetivo era que os mesmos pegassem elementos da cultura a qual pertencessem e os usassem como adereços para que pudessem criar a relação simbólica entre cultura e identidade. Tal proposta culminou em uma pintura corporal, que cada participante desenvolveu, representando as culturas negras e indígenas. E foi o que ocorreu na terceira e última etapa da oficina, de modo que, ao som de um cantor negro falando sobre questões de pele, se pintaram com pinturas tribais de várias tribos africanas, conforme explicitado na foto 3.

Foto 3 - Pinturas corporais feitas pelos estudantes



Fonte: Arquivo Pessoal Marijara de Lima, 2017.

Foto 4 - O olhar dos estudantes sobre as suas identidades



Fonte: Arquivo Pessoal - Lidianne Rodrigues, 2017.

A foto 4 retrata o resultado da oficina, onde os estudantes escolheram se pintar e relataram ter gostado muito do que aprenderam. Todos os objetivos propostos foram alcançados. Deste modo, percebe-se cada vez mais que, iniciativas para a valorização dessas etnias fundamentais para a construção da identidade das crianças, e a escola é um espaço privilegiado para este fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou responder a algumas indagações como, por exemplo: Qual a visão que o estudante tem dele mesmo? Em que a escola contribui para essa visão que ele tem, e o que ele entende em de todo esse processo? A oportunidade de realizar essa pesquisa por meio do Poli(S)ínteses, e assim, fazer uma devolução pra comunidade envolta no processo, foi muito gratificante, tanto para quem realizou a pesquisa, como para os estudantes sujeitos da pesquisa. Tal movimento motiva-nos a buscar uma nova metodologia de ensino que permita ensinar de maneira consistente, contextualizada e significativa.

Realizar pesquisas no campo da educação é um trabalho sempre importante, pois as iniciativas nesse sentido promovem um maior conhecimento por parte dos profissionais e dos futuros profissionais da educação, e em contrapartida uma maior interação dos estudantes que passam a desenvolver atividades atípicas no seu cotidiano. Nesse processo, ao levar o aprendizado que a pesquisa empírica proporciona, surgem respostas e com elas novas perguntas, o que possibilita seguir contribuindo de alguma forma com o processo educativo e com os sujeitos que fazem parte dela.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 04 set. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 05 set. 2017.
- VINHOLES, Aline. **Gênero e identidade: reflexões sobre o contexto escolar**. 2012. Disponível em: https://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_e_Infancia/Trabalho/07_42_15_2216-6670-PB.pdf. Acesso em: 05 set. 2017.

**CONJUNTO CRUZEIRO DO SUL: uma proposta habitacional no
contexto de formação e desenvolvimento do território aparecidense**

Francispaula Luciano¹

Jéssica Martins Piani Ribeiro²

INTRODUÇÃO

Compreender a dinâmica demográfica e o crescimento das cidades é um marco importante para que perceba a origem de sua população. Este trabalho tem como foco principal o Conjunto Cruzeiro do Sul, situado no Município de Aparecida de Goiânia-GO, o primeiro conjunto habitacional deste município. Esta pesquisa investiga o porquê de seu surgimento, suas relações com o desenvolvimento de Goiânia e o seu crescimento de acordo com a urbanização, a expansão industrial e do comércio, que se tornam máquinas propulsoras da população das cidades.

A partir das décadas de 1970/1980, Aparecida de Goiânia teve uma explosão demográfica urbana, que até então estava concentrada no meio rural. A atividade econômica da cidade se baseava na pecuária e agricultura, que sustentava a população local. Impossível não citar Goiânia como uma das principais responsáveis por este processo de urbanização e crescimento acelerado, conforme aponta Santos (2008) ao dizer que a metropolização de Goiânia estrutura e organiza o espaço aparecidense.

Do mesmo modo conforme explica Pelá (2013), no processo de expansão do capital via modernização territorial irradiação do urbano no rural e a substituição do campo pela cidade como o *locus* das ações, relações e produções humanas, são alguns dos elementos que o caracteriza. Esse fenômeno ocorreu em diversas partes do país e ainda está muito acentuado na expansão urbana atual.

Dessa forma, analisamos como esses fatores alteram a dinâmica socioespacial do Conjunto Cruzeiro do Sul da década de 1980 até os dias atuais e quais foram os impactos desse processo na paisagem e na população residente no bairro. Alguns desses fatores e impactos já são, de forma generalizada, conhecidos pela historiografia como a especulação imobiliária, o crescimento desordenado e a desigualdade da relação entre os agentes do capital e os grupos

¹ Possui graduação em Geografia e mestrado em Ciências Sociais e Humanidades: Território e Expressões Culturais no Cerrado. É pesquisadora do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. *E-mail:* paula.cart@hotmail.com.

² Possui graduação em Geografia. É Professora da rede ensino do estado de Goiás e membro do Poli(S)íntese: grupo transdisciplinar de estudos e pesquisa em educação e cidades – jessicarpiani@gmail.com.

excluídos, contudo ainda não há uma pesquisa que os demonstre especificamente em relação ao Conjunto Cruzeiro do Sul.

Sabe-se que a desigualdade, conforme aponta Roberto Lobato Corrêa (2012), é provocada porque há uma relação desigual entre os principais agentes transformadores do espaço, uma vez que é estabelecida pela seguinte composição: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Ou seja, a produção do espaço urbano está diretamente conectada com as questões relacionadas à renda fundiária da terra, e ao modo de produção capitalistas que tende a transformar a terra e, conseqüentemente, o espaço urbano em mercadoria.

É exatamente esta lógica que percebemos na produção e na transformação do Conjunto Cruzeiro do Sul, por isso sentimos a necessidade de aprofundar essa percepção no intuito de entender a relação e as particularidades que há entre o global, o regional, o municipal e o local na produção desse bairro. Mais ainda, analisaremos como essas forças universais, compreendem que o espaço é fruto do movimento ininterrupto da vida e como se estabelecem no cotidiano de vida dos moradores do Conjunto Cruzeiro do Sul.

Enfim, aprofundaremos nessa dialética que há entre tempo, sujeito e espaço. Dialética que se torna visível em qualquer paisagem que compõem uma cidade e nos seus modos de vidas, já que ela, a cidade, como representação prática-sensível das ações e relações humanas tem a capacidade de materializar as práticas socioculturais e, por conseguinte, evidenciar o tempo histórico vivido e a relação que há entre esse tempo e a economia, a política e a cultura.

O processo de produção e transformação do Conjunto Cruzeiro corrobora com essa premissa ao evidenciar, a partir da sua dinâmica socioespacial, a relação que há entre o crescimento do bairro e as atividades econômicas ao redor, bem como, a conexão que há dessa relação com o desenvolvimento de Aparecida de Goiânia e de Goiânia. Conforme trataremos a seguir.

ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOESPACIAIS DA CRIAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA

As missões religiosas fizeram parte do processo histórico de construção de muitas cidades brasileiras e o povoado de Aparecida surge a partir dessa ideia de despertar a religiosidade na população rural que habitava nos arredores desse lugarejo. Em 1922 é

construída a primeira Igreja Católica Apostólica Romana, denominada de Igreja Nossa Senhora Aparecida é o que descreve Melo (2002, p. 10):

Provisoriamente serviu de capela um rancho de folhas de bacuri, sendo a primeira festa realizada no dia 11 de maio de 1922 e, no mesmo ano foi iniciada a construção da igreja definitivamente como auxílio do povo. Tanto a cruz como a igreja edificada ainda permanecem no mesmo local como testemunhas históricas do nascimento do povoado.

Os principais responsáveis pela doação de terras que se tornaria mais tarde o município de Aparecida de Goiânia foram José Cândido de Queiros, Abrahão Lourenço de Carvalho, João Batista de Toledo e Antônio Barbosa Sandoval. Todos foram doadores de terras e formadores, juntamente com suas famílias, da história de Aparecida de Goiânia, dando início ao primeiro aglomerado populacional no entorno da igreja (MELO, 2002).

A igreja foi construída no período de dois anos, por meio de um mutirão dos moradores da região. Ainda hoje, a Capela de Nossa Senhora Aparecida permanece na praça matriz. A capela mostra a quem passa naquele local os aspectos históricos e de transformação da cidade, conforme apresentamos nas imagens abaixo que retratam dois momentos históricos: um em 1988 (figura 1) e o outro em 2016 (figura 2).

Figuras 1 e 2 - Igreja Nossa Senhora Aparecida, em 1988; e, 2016



Fonte: IBGE (2016); Pelá (2016).

Notamos nas imagens acima que a praça da matriz, local onde está instalada a igreja desde a década de 1920, mantém a arquitetura da época, contudo, percebemos também as transformações socioespaciais que ocorreram ao longo desse tempo. Esse fator demonstra como a paisagem de Aparecida de Goiânia é testemunho e materialização dos diferentes tempos. A modernidade se alia aos tempos alhures e se materializa na cidade por meio das suas formas. Milton Santos (1978, p. 138) contribui nesta análise ao dizer que:

O espaço, portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente às mudanças de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas.

Estas transformações e rugosidades não ocorrem apenas na praça da matriz, elas fazem parte da história socioespacial de Aparecida de Goiânia. É o movimento, a transformação do modo de vida e de produção se materializando pelas ruas, praças, prédios e demais objetos que constituem a cidade que os fazem testemunhos das ações humanas no espaço.

Essa memória nos reporta a história material e imaterial da cidade como a de que em 1932 é aberto o primeiro comércio na cidade, com seu crescimento advindo da religiosidade, a mesma passa a ser conhecida como Arraial de Aparecida. Vinte e seis anos depois, em 1958, é criado o Distrito de Goialândia e com ele veio as melhorias: energia elétrica, posto de saúde, etc. Em 14 de Novembro de 1963, pela Lei Estadual nº 4.927 Aparecida de Goiânia é emancipada (MELO, 2002).

A partir do momento em que a mesma foi elevada a Distrito, e logo após com a emancipação houve uma explosão demográfica que veio aumentando com o passar dos anos. O que culminou esse elevado aumento populacional foi a construção da nova capital do estado, Goiânia em 1932, a construção da capital federal, Brasília em 1956 e a política de desenvolvimento do Centro-Oeste, denominada de Marcha para o Oeste que se iniciou em 1930. Esses foram fatores importantes para o desenvolvimento urbano, político e econômico desta região. Os principais objetivos da construção de uma capital são apresentados por Pelá (2013, p. 1):

Goiânia é uma cidade planejada. Inaugurada em 1933, nasce inserida num projeto que, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do estado de Goiás, principalmente as regiões sul e sudoeste, e, no âmbito nacional, buscava adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista. Sendo assim, a cidade já surge com interesses e funções políticas e econômicas bastante definidas. A construção de Goiânia representava um elo tanto nacional como estadual. Era o Brasil interagindo o sertão ao litoral, por meio da Marcha para o Oeste. Era a possibilidade de modernização de Goiás, que poderia sair do 'adormecimento' e tornar-se o coração do Brasil.

Os acontecimentos mencionados causaram um denso movimento populacional para a região Centro-Oeste para Goiânia e dá início a expansão urbana em Aparecida de Goiânia, pois a proximidade com a nova capital e a segregação espacial, desencadeou para o crescimento populacional da mesma. Boa parte desses novos moradores veio do nordeste brasileiro correndo da miséria e da seca. Desde então, com a nova capital em ascensão,

Aparecida de Goiânia é alvo da migração. Famílias interessadas em busca de um novo modo de vida são atraídas pela quantidade de empregos gerados na construção civil.

As autoras Martins e Dora (2004, p. 35) falam sobre os principais motivos das vastas migrações ocorridas no território brasileiro:

[...] migrações de populações empobrecidas, que apostam na sobrevivência em outras regiões, iludidas com o sonho do emprego, de bom salário, da dignidade de viver! Percebe-se, então, que as migrações seguem a mesma trilha do capital, ou seja, orientam-se para aquelas regiões onde o capital está mais concentrado.

Goiânia sofreu um crescimento acelerado se for levado em consideração o tempo de existência da nova capital. Aparecida de Goiânia acompanhou esse crescimento o que provocou uma conurbação com a mesma. Essa relação de proximidade e centralidade que Goiânia exerce sobre os municípios vizinhos deu origem ao primeiro aglomerado urbano na década de 1980 e a formação da primeira Região Metropolitana de Goiânia em 1999, inicialmente composta por 11 municípios dentre ele Aparecida de Goiânia, e nos anos 2010 passando para 20 municípios, conforme a Lei Complementar Estadual nº 78, de março de 2010.

O crescimento demográfico de Aparecida é comprovado por Pinto (2009, p. 3), ao referenciar o aumento urbano da cidade ao processo de periferação da capital:

[...] Aparecida de Goiânia obteve crescimento urbano acelerado, ligado à periferação de Goiânia. Ganhou status de “cidade dormitório”, conurbando-se com Goiânia, desempenhando arranjos funcionais intimamente ligados à capital. Atualmente, tem uma articulação econômica dinâmica, com estrutura intra-urbana fragmentada, múltipla e desigual, caracterizada pelas novas centralidades, territorialidades especializadas e precariedade social.

Aparecida de Goiânia foi considerada “cidade dormitório” por muito tempo, conforme aponta Freitas (2002) a cidade dormitório é o lugar onde o morador não se reconhece como cidadão, pois ali não está seu local de trabalho e não tem vínculos afetivos, e a cidade não tem uma economia própria sendo dependente da sede regional.

Como Aparecida tinha um custo de vida mais barato relacionado à capital, as pessoas que buscavam trabalho se instalavam em Aparecida, por haver loteamentos baratos e que possibilitavam o acesso ao solo urbano, essa lógica provocou um crescimento desordenado. Isso causou diversos problemas e ainda hoje se busca soluções, um exemplo é a questão da moradia, como herança desse processo de ocupação.

Hoje, Aparecida de Goiânia é a segunda cidade mais populosa de Goiás, ficando atrás da capital, com aproximadamente 532.135 habitantes segundo Estimativa do IBGE em 2016. O município vem se consolidando como um dos maiores parques industriais de Goiás, conforme aponta a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás: “A vocação industrial de Aparecida surgiu na década de 80, graças à disposição de espaço para instalações destas empresas e 2012 o município conta com mais de 350 empresas em funcionamento ou em fase de implantação dentro de áreas públicas” (SEPLAN, 2012).

A criação de Polos Industriais foi o que impulsionou o desenvolvimento da cidade, a necessidade de mão de obra qualificada trouxe cursos técnicos e universidades, e assim Aparecida de Goiânia foi deixando de ser considerada cidade dormitório, e passando a ser um local de oportunidades.

No contexto de desenvolvimento urbano é crescente a necessidade habitacional existente, a seguir apresentaremos o primeiro conjunto habitacional construído na década de 1970 em Aparecida de Goiânia com o objetivo de atender essa população que residia na cidade, mas que não possuía a casa própria.

CONJUNTO CRUZEIRO DO SUL: uma proposta habitacional no contexto de formação e desenvolvimento do território aparecidense

A população que se deslocava de Goiânia para o seu entorno, o município não contava com serviços e equipamentos públicos capazes de suprir as necessidades da população que deslocava para esses novos espaços o que estabeleceu uma relação de aproximação com a cidade de Goiânia.

Com o aumento de pessoas em solos aparecidense houve a necessidade de se instalar novos bairros, e assim, lotes foram vendidos com valores bem inferiores aos da capital, o que possibilitava ao trabalhador de baixa renda ter acesso à moradia, ou seja, em Aparecida o sonho da casa própria se tornava realidade, conforme destaca Melo (2002, p. 81):

Se Aparecida proporcionou a goianos e brasileiros vindos de todos os rincões da pátria a oportunidade de construir a tão necessária moradia acho que os goianienses, em especial, foram os mais beneficiados com a explosão imobiliária verificada a partir da década de 1970, quando era impossível a classe menos favorecida da Capital, com menor poder aquisitivo, comprar um lote e construí-lo, com a baixa renda e minguados salários ganhos pela contrapartida dos seus serviços, pois via de regra, nada sobrava do próprio sustento familiar de cada um.

Sem sombra de dúvida, os agentes imobiliários e a classe trabalhadora tiveram sua contribuição para a dinâmica espacial da cidade. Com a explosão imobiliária que aconteceu muitos foram os loteamentos aprovados para compor a território aparecidense. Alguns desses loteamentos foram aprovados nas circunscrições de Goiânia e outros em Aparecida de Goiânia.

É neste contexto de uso e ocupação do solo que o Conjunto Cruzeiro do Sul é pensado. Surge em um momento em que os conjuntos habitacionais aconteciam em todo o cenário nacional com o objetivo de minimizar o déficit habitacional³ existente.

O combate ao déficit habitacional ganha maior expressividade a partir da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, com o financiamento de unidades habitacionais para a população de baixa renda, em parceria com as Companhias Estaduais de Habitação (COHAB).

Segundo Rodrigues (2001), o BNH foi um grande marco para a habitação popular brasileira, principal objetivo do banco era financiar moradias para a faixa da população que ainda não possuía a casa própria. Dentre as funções do Banco estavam coordenar e orientar todas as etapas dos conjuntos habitacionais e com isso diminuir o déficit habitacional. Segundo a autora, este foi o maior financiador de moradias populares, na história do país.

No período de atuação do BNH foram construídos diversos conjuntos habitacionais por todo o território nacional, englobando todos os estados brasileiros, inclusive Goiás, tendo em vista o déficit habitacional que se configura ao longo do processo ocupação/urbanização neste território.

No quadro 1, percebemos a evolução da população do Estado de Goiás, a partir da década de 1960 até os anos 2000. Esse crescimento populacional está diretamente ligado ao processo de transformação ocorrida a partir da construção de Goiânia, da política de desenvolvimento do Centro-oeste, mais conhecido como a marcha para o oeste e da transferência da capital federal, questões já apontadas aqui.

³ Déficit habitacional é responsável por informar a sociedade e gestores a necessidade por moradia existente, onde o principal objetivo é atender essa necessidade da população. Para maiores esclarecimentos ler Lima Neto. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil**.2013.

Quadro 1 – População de Goiás 1960/1980

Evolução da população urbana e rural de Goiás por décadas(mil habitantes)					
	1960	1970	1980	1991	2000
URBANA	575	1.237	2.401	3.248	4.397
RURAL	1.338	1.702	1.459	771	607
TOTAL	1.913	2.939	3.860	4.019	5.004

Fonte: Instituto Mauro Borges (2016).

Conforme os dados do Instituto Mauro Borges, percebemos que entre a década de 1970 e 1980 houve uma inversão da população rural para população urbana, que se confirma nos anos seguintes. Com o aumento da população em área urbana, a partir dos anos de 1960 tem-se uma necessidade maior por moradia, que se espalha por todo o estado e principalmente nas áreas do entorno.

Devido à demanda por moradia que se criou uma política de implantação dos conjuntos habitacionais pelo interior do estado. Com o objetivo de diminuir o êxodo rural para a capital, a Companhia de Habitação do Estado de Goiás nos trás em relatório apresentado em 1980 o seguinte:

Os programas habitacionais nos municípios oferecem muito além da simples moradia, mas uma agregação social, é um meio também de evitar o excesso do êxodo rural para a capital do Estado. O individuo que durante a sua vida esteve vinculado a atividade agrícola, ainda que em nível de subsistência, encontre serias dificuldades em si adaptar em um regime diferente, isso faz com que o imigrante rural se sinta alienado em um processo onde passa a ser apenas um elemento ocioso no vasto campo da sociedade urbana (COHAB, 1980, p. 8).

Segundo dados do Programa Habitacional de Goiás, apresentado pela COHAB(1980) entre os anos de 1967/1977, o Banco Nacional de Habitação juntamente com a Companhia de Habitação do Estado de Goiás construíram um total de 31 conjuntos habitacionais distribuídos em 34 municípios, perfazendo um total de 16.427 unidades habitacionais. Deste total os municípios que tiveram maior relevância foram apresentados no gráfico 1:

Gráfico 1 – Produção habitacional de Goiás COHAB/BNH



Fonte: COHAB-GO (1980).

Um dos municípios beneficiados pelo programa habitacional do BNH/COHAB neste período foi Aparecida de Goiânia com o Conjunto Cruzeiro do Sul. Construído em 1973, com projeto de construir 1.279 unidades habitacionais, conforme informação da Secretária Municipal de Habitação.

Segundo entrevista realizada com moradores do conjunto, em 1974 os primeiros moradores já ocupavam as primeiras casas, somente no final do ano de 1978 que o restante das moradias foram entregues a população. As casas eram unidades habitacionais do tipo germinada, composta por dois ou três quartos, cozinha e sala, um projeto tal como os desenvolvidos pelo BNH e pelas COHAB's desde o início de suas atividades. Uma das características dos projetos dessa parceria era a padronização dos projetos arquitetônicos, conforme destaca Rodrigues (2001).

Outro problema dos conjuntos habitacionais era a sua localização, sempre distante de tudo, uma realidade vivenciada pelos moradores do Cruzeiro do Sul, que por muitos anos à distância, o abandono, o descaso por parte do poder público foi motivo de reivindicações dos mesmos, organizados em associação na busca por melhoria do espaço que não tinha nenhuma relação de pertencimento com o município, uma vez que o esquecimento se fazia presente.

Por muitas décadas, o Conjunto Cruzeiro do Sul foi somente um espaço destinado à moradia, onde se implantou um conjunto habitacional em caráter emergencial, independente da distância do centro da cidade, uma vez que “o acesso à moradia está ligado ao seu preço, que por sua vez depende da sua localização na cidade” (MARICATO, 1997, p. 43).

Com o passar dos anos novos bairros foram surgindo próximo ao conjunto com o aumento da população e nesta região teve-se a necessidade de dotar esses espaços de infraestrutura, foi o que se iniciou na década de 1990, com a implantação do terminal de

ônibus Cruzeiro do Sul, unidade de saúde, escolas, e a implantação do Buriti shopping na Avenida Rio Verde, uma das principais avenidas do município, e que estabelece uma relação de proximidade ao Conjunto Cruzeiro do Sul.

Esta década marca o início de grandes transformações no cenário econômico e demográfico do município. No Quadro 2 percebemos esse aumento populacional ao longo dos anos 1990.

Quadro 2 – Evolução da população de Aparecida de Goiânia na década de 1990

Evolução da população total de Aparecida de Goiânia na década de 1990					
1990	1992	1993	1994	1995	2000
178.483	191.407	201.568	221.056	222.283	336.392

Fonte: Fundação João Pinheiro (2016).

Mesmo com políticas de combate ao déficit habitacional desenvolvido pelo BNH/COHAB e posteriormente por outros programas governamentais Federais e Estaduais, nos anos 2000 o Censo Demográfico apresentou um grande déficit habitacional, tanto em áreas rurais como em áreas urbanas, conforme observamos no quadro 3:

Quadro 3 – Estimativa do déficit habitacional em Goiás

Estimativa do déficit habitacional em Goiás em 2000			
	Total	Urbana	Rural
Goiás	198.275	176.373	21.902

Fonte: Fundação João Pinheiros, cartilha déficit habitacional no Brasil, municípios selecionados e microrregiões geográficas.

Os dados demonstram que a questão habitacional ainda é um grande desafio para as esferas públicas no Brasil. No caso de Goiás, Goiânia e sua Região Metropolitana, esta é uma questão histórica do processo de transição do rural para o urbano. A moradia, ou a falta dela continua a ser um problema da sociedade contemporânea, que se espalha por todo o território da cidade indicando espaço de maior densidade populacional.

O desenvolvimento da cidade a partir da moradia provoca diversos processos de transformação do espaço urbano. Salientamos a formação de subcentros que se dá através do desenvolvimento de algumas regiões em detrimento de outras, conforme apresentaremos no próximo tópico.

A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO: de conjunto habitacional a subcentro

O Conjunto Cruzeiro do Sul foi uma alternativa habitacional para aqueles que ocupavam o solo aparecidense. Sua função inicial é alterada a partir da transformação do espaço urbano e adquire novas funcionalidades. Com essas transformações o conjunto é elevado a categoria de subcentro municipal.

Com o desenvolvimento do município a partir dos anos 2000 a cidade passa a apresentar uma nova dinâmica, criando-se subcentros ou subespaços. Segundo Santos (1994), as áreas com maior densidade devem ser conhecidas como zonas luminosas. As zonas luminosas são aquelas áreas que tem fluidez, dinamismo e recebem atenção dos vários setores da sociedade.

Nelas percebemos maior infraestrutura, uma grande oferta de serviços e equipamentos públicos, ou seja, “esses novos subespaços são, pois, mais ou menos, capazes de rentabilizar uma produção” (SANTOS, 1994, p. 25).

O Conjunto Cruzeiro do Sul é eleito um subcentro tendo em vista que apresenta uma estrutura que oferece aos seus moradores, bem como os moradores dos bairros vizinhos, serviços e equipamentos públicos.

Destacamos ainda a construção do “Cais Nova Era”, construído na década de 1980(ver figura 3) e que ainda atende a demanda local, bem como os moradores de todo o município, as duas escolas publicas Colégios Estadual Cruzeiro do Sul, Colégio Estadual Petrônio Portela e o Centro de Educação Infantil.

Existe também no Conjunto Cruzeiro do Sul um posto da polícia militar que hoje se encontra em um novo espaço físico, entre os dois colégios, garantido assim maior segurança para os alunos e moradores do bairro. Possui também um ginásio de esporte, próximo ao posto da polícia e das escolas. As imagens desses locais serão apresentadas a seguir em mosaico(ver figura 4) das fotografias retiradas em dezembro de 2016, para compor este trabalho através de pesquisa de campo.

Figura 3 - Placa de Implantação e reforma do Cais Nova Era



Fonte: Francispaula Luciano (2016).

Figura 4 - Mosaico de equipamentos públicos



Fonte: Francispaula Luciano (2016).

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do bairro assim como também do município, foram as vias de acesso, um dos aspectos mais importante no aspecto econômico e social de uma cidade. Em uma área próxima ao Conjunto Cruzeiro do Sul na década de 1990 tem-se a implantação do terminal de transporte coletivo Cruzeiro do Sul integrado à Rede

Metropolitana de Transporte Coletivo. O que possibilitou ainda mais o desenvolvimento do comércio, uma vez que as vias serviram de alimentadoras para esse bairro.

Nas principais avenidas do bairro notamos uma forte área de comércio varejista. É o caso da Avenida da Alvorada e Avenida Newton Marques Ferreira, nelas percebemos supermercados, farmácia, lojas de vestuários dentre outros, facilitando assim o acesso dos moradores a esse tipo de utensílios. Destacamos também feiras livres que acontecem as quartas e sábado no conjunto, conforme apresentamos no mosaico (ver figura 5) que segue:

Figura 5- Mosaico que apresenta terminal de ônibus e o comércio local



Fonte: Francispaula Luciano (2016).

O Conjunto habitacional Cruzeiro do Sul exerce influência no município. Como já foi dito anteriormente, este bairro, que no ato de sua construção estava totalmente fora do eixo de desenvolvimento da cidade, hoje exerce uma função de centralidade, tendo em vista o levantamento histórico e geográfico desenvolvido nesta pesquisa.

CONCLUSÃO

A desigualdade social ainda é muito visível, o processo de urbanização foi precário, não só em Aparecida de Goiânia, como também em todo o Estado, que viu sua população urbana dar um salto em apenas uma década, conforme demonstra nos dados apresentados pelos órgãos oficiais.

Vale ressaltar que o desenvolvimento da economia municipal a partir dos 2000 influenciou ainda mais no aumento populacional da cidade assim como no desenvolvimento de áreas passando a categoria de subcentros uma vez que a implantação de polos de industrialização movimentou a população por todo o espaço urbano da cidade.

Outro fator destacado aqui foi a demanda habitacional que se iniciou no município a partir da sua ocupação, vinculados a questões históricas do desenvolvimento urbano do Estado de Goiás bem como do Centro-Oeste. A necessidade por moradia se arrasta por décadas, contudo, algumas ações são estabelecidas com o objetivo de minimizar essa necessidade básica do ser humano que é a moradia.

O Conjunto Cruzeiro do Sul, que é hoje um dos espaços mais bem desenvolvidos da cidade, foi no passado uma proposta de moradia para muitas famílias. Os conjuntos habitacionais construídos em regime de mutirão foi por muitos anos o meio de diminuir essa demanda que se espalhou não só em Aparecida de Goiânia, mas em todo o Estado.

O que diferencia o Conjunto Cruzeiro do Sul das demais regiões do município é a sua funcionalidade, um espaço considerado subcentro que é capaz de atender as demandas da população local e do entorno do bairro, essa é uma característica de cidades populosas, uma vez que o centro estabelecido não é capaz de atender as necessidades de sua população.

Outro fator que merece destaque é o fato de que o centro municipal perdeu a sua centralidade é o que Milton Santos (1986) denomina de zonas opacas. Essa inversão de funcionalidade só se tornou possível devido a existência dessas novas áreas de centralidade, o que evita o deslocamento da população da sua área de influência ou de convivência.

Concluimos que, mesmo com tantos problemas de cunho social e urbano, o município é hoje uma grande cidade, tanto em população como em questões de desenvolvimento urbano/industrial, pois nota-se ao circular pelas vias da cidade um grande desenvolvimento. Um lugar que se iniciou como vilarejo, hoje se torna a segunda cidade mais importante para o Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

- APARECIDA DE GOIÂNIA. Prefeitura municipal. Disponível em: <http://www.aparecida.go.gov.br/cidade>. Acesso em: 23 out. 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- FREITAG, B. **Cidade em Cidade: Cidade dos Homens**. Rio de Janeiro: Edição Tempo brasileiro LTDA, 2002.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil**. Divulgado pela Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2993-fundacao-joao-pinheiro-divulga-primeiros-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil-dos-anos-2011-e-2012>. Acesso em: 21 out. 2016.
- GOIÁS. Companhia de Habitação do Estado de Goiás. **Programa Habitacional de Goiás**, 1980. Disponível na biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação de Goiânia.
- GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/seplanuario2012/historico>. Acesso em: 23 out. 2016.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, imagens históricas**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=520140&search=goias|aparecida-de-goiania|infograficos:-fotos>.
- MARTINS, D.; VANALLI, S. **Migrantes**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MELO, Freud. **Aparecida de Goiânia do Zero ao Infinito**. Kelps, 2002.
- PELÁ, M. C. H. Vozes que anunciam a contradição no/do processo de construção e ocupação de Goiânia-GO-Brasil. *In: 14º EGAL*, 2013, Lima. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. Lima: Egal, 2013. v. 1.
- PELÁ, M. C. H. **Goiânia: o mito da cidade planejada**. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- PINTO, J. V. C. Desconstruindo a “cidade dormitório: centralidades e espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. **Revista Mercator**, v. 8, n. 16, 2009.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, L. M. **A produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia e a dinâmica metropolitana de Goiânia: de 1960 aos anos 2000**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

UM OLHAR MULTITERRITORIAL DO JARDIM BOTÂNICO

AMÁLIA HERMANO TEIXEIRA

Dalmo Gomes Silva¹

Márcia Cristina Hizim Pelá²

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos surgiram diferentes formas de uso e apropriação do espaço urbano, e as pesquisas acerca da interação e ocupação dessas áreas mostram que o movimento de apropriação é um dos grandes agentes transformadores. Nessa perspectiva, surge a necessidade de se relacionar o urbano e o espaço geográfico do Cerrado, para obter uma maior compreensão desses novos arranjos espaciais. Os vínculos afetivos com o espaço também contribuem para o processo de se entender essa relação, pois o meio e o homem são indissociáveis.

A paisagem também auxilia nessa compreensão afetiva e de apropriação, pois aguça os sentidos, pois a paisagem para Milton Santos (1988) é “tudo que nós vemos, o que nossa visão alcança” além de tudo o que se sente, ouve, em suma, tudo que se percebe.

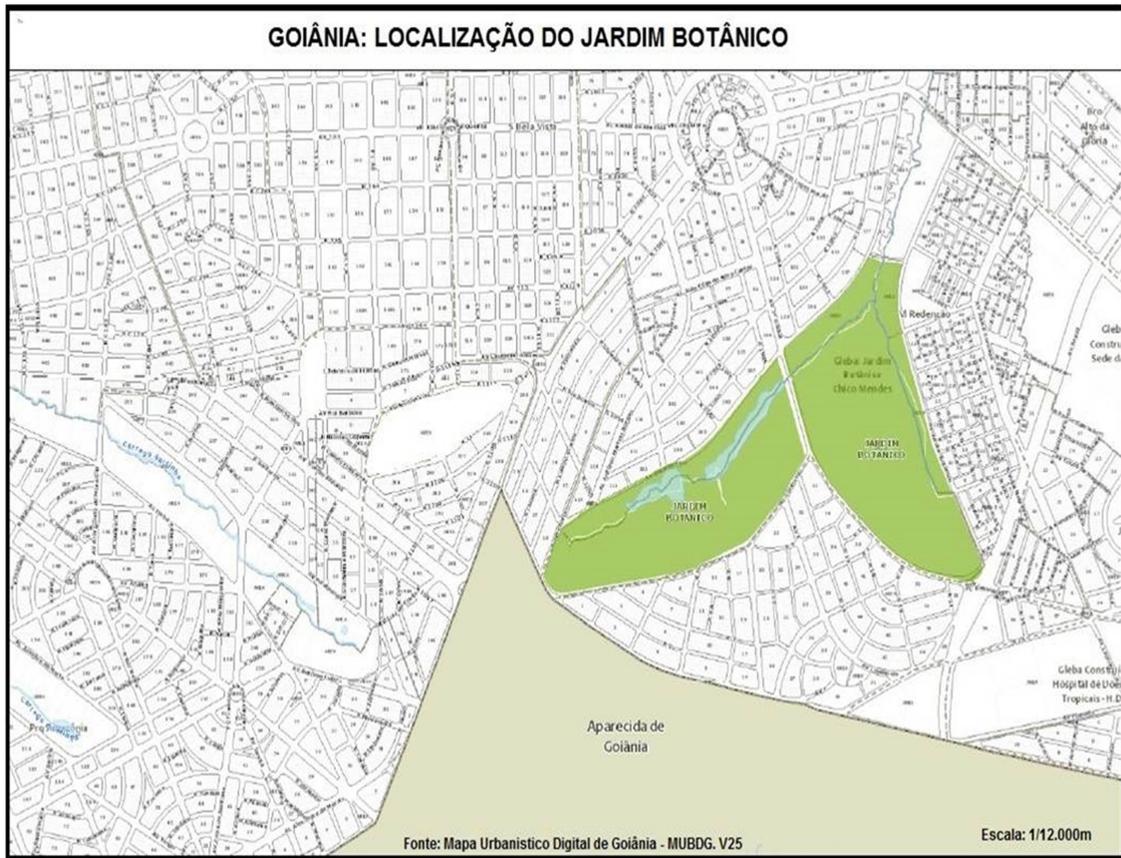
A percepção de cada um interfere diretamente na dimensão dessa paisagem, em como ela é compreendida. Estar no alto de um edifício ou caminhar pela rua altera completamente a percepção do indivíduo, além do fato da mesma ser “um processo seletivo de apreensão”, conforme explica Santos (1988). Segundo o mesmo autor, a forma como fomos educados nos leva a diferentes formas de percepção e apropriação do mesmo espaço, o que influencia diretamente nas multiterritorialidades.

A partir desta perspectiva é que se analisará o objeto de estudo desta pesquisa, ou seja, o Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira (figura1), que se localiza em Goiânia, mais precisamente no limítrofe entre as cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia.

¹ Possui graduação em Geografia. É professor da rede estadual de educação de Goiás. Membro do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. *E-mail*: dalmo_007@outlook.com.

² Possui graduação em Pedagogia e Geografia, mestrado e doutorado em Geografia. É professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Coordena o Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. *E-mail*: marciapela@unifan.edu.br.

Figura 1 - Mapa de Localização do Botânico Amália Hermano Teixeira



Fonte: Dados cartográficos do Google Earth (2017).

Como se pode perceber na imagem acima o Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira, além de se localizar em uma extensa área, 1.000.000 m², e estar em uma região completamente urbanizada, também é a maior área verde da cidade de Goiânia. Nele se encontra remanescente de área fechada de mata, com espécies nativas do Cerrado e animais silvestres. Outra questão importante a ser destacada é que, segundo o termo de referência da “Estação Alfredo Nasser”³, a sua área abrange a cabeceira do córrego Botafogo e suas diversas nascentes, entre Av. Botânico, Av. Segunda Radial, Al. Jardim Botânico, Av. Antônio de Queiroz Barreto, Al. do Contorno, Av. Bela Vista e R. 1042 no Setor Pedro Ludovico, Vila Redenção, Jardim Santo Antônio e Jardim das Esmeraldas, em Goiânia, divisa com o Município de Aparecida de Goiânia.

Todos esses fatores auxiliam para compreendermos a importância da preservação desta área para a sociedade goiana, bem como, o colocam na condição de museu vivo do remanescente do Cerrado para fins de ensino e pesquisas científicas sobre os recursos

³ Termo de cooperação técnica (2015) firmado entre, o município de Goiânia, com a interveniência a Agência Municipal do Meio Ambiente-AMMA, e o Centro Universitário Alfredo Nasser Alfredo Nasser, sobre a implantação no jardim Botânico Amália Hermano Teixeira, da Estação Alfredo Nasser.

florísticos local, regional, nacional e estrangeiro, visando o seu conhecimento e a sua conservação.

Ao longo do trabalho estas questões serão abordadas, agora é importante esclarecer qual o contexto e as funções que essas áreas verdes foram sendo inseridas nas cidades urbanas. Conforme as pesquisas realizadas, a princípio a função dessas áreas (parques) era a de suprir as necessidades das cidades industriais modernas, que surgem com diversos problemas urbanísticos, e alguns urbanistas entendem que esses ambientes vão criar áreas de recreação e também de recuperação de ambientes degradados pela ação humana.

A esse respeito, Silva (1974 p. 127) diz:

A cidade industrial moderna, com seu cotejo de problemas, colocou a exigência de áreas verdes, parques e jardins, como elemento urbanístico, não destinado apenas à ornamentação urbana, mas como uma necessidade higiênica, de recreação e mesmo de defesa e recuperação do meio ambiente em face da degradação de agentes poluidores, e elementos de equilíbrio do meio ambiente urbano, de elementos psicológicos de reconstrução da tranquilidade de recomposição dos temperamentos desgastados na faina estressante diária.

Mas afinal qual seria essa necessidade higiênica? E qual a diferença entre parque e Jardim Botânico? Pois bem, essa higienização seria mais o lazer, descanso da mente, fugir do barulho, da poluição sonora, e visual, que o processo de industrialização impunha ao trabalhador fabril.

Os parques tinham a função de áreas de lazer, e também de preservar parte do bioma, áreas impróprias para a habitação, e também proteger córregos e nascentes. Nesse primeiro momento além de suprir a necessidade de o homem interagir com a natureza, também tinha caráter ambiental. Já a proposta dos Jardins Botânicos, é a da coleção de exemplares da flora, para fins de pesquisas científicas sobre os recursos da flora local, regional, nacional e global com vistas ao conhecimento, e a preservação da biodiversidade, e conseqüentemente a recuperação de áreas degradadas.

Esta função dos parques, como áreas de recreação, preservação de áreas verdes e remanescentes do Cerrado e embelezamento do espaço urbano, pode ser evidenciada na cidade de Goiânia que conta com uma diversidade de parques. Alguns com fragmentos de Cerrado, outros com uma forte presença de plantas da Mata Atlântica, contudo todos fazem parte de uma estratégia de “humanização” da cidade. Como exemplo pode-se citar o Parque Botafogo, na Vila Nova, o Bosque dos Buritis e o Lago das Rosas no Setor Oeste, o Parque Areião, Setor Pedro Ludovico, dentre outros o que dão a Goiânia o título de cidade verde.

Contudo, o Jardim Botânico é único. Único pela sua sociobiodiversidade e pela sua extensa área de remanescente do Cerrado. Neste sentido, é que essa pesquisa tem por objetivo analisar e compreender as relações humanas com o Jardim Botânico, mais especificamente em sua área 1, que é justamente onde ocorre essa organização com caráter paisagístico e onde possui toda a infraestrutura como uso turístico e contemplativo.

HISTÓRIA E OCUPAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO AMÁLIA HERMANO TEIXEIRA

Para se entender o processo de ocupação, transformação, e territorialização do Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira, é necessário fazer uma leitura histórico-geográfica de toda sua transformação e uso nos últimos tempos.

Durante o XXIX o Congresso Nacional de Botânica e o II Congresso Latino-Americano de Botânica, realizados em Brasília e Goiânia, discutiu-se assuntos a respeito do Cerrado como importante fonte botânica para pesquisa e para “coroar” fizeram a inauguração do Jardim Botânico de Goiânia, porém, os primeiros estudos foram realizados em 1976 pela arquiteta Neusa Baiocchi.

Em 1978, o Jardim Botânico foi inaugurado no Setor Pedro Ludovico, em uma área localizada na cabeceira do Córrego Botafogo. Nessa época foram realizadas diversas intervenções no parque, como a criação de lanchonetes, sanitários, portões, delimitação do espaço. Em seguida, o Núcleo de recursos Naturais, organizou um grupo de botânicos, geógrafos, paisagistas para organizar a ocupação e apropriação deste espaço.

O Jardim Botânico, neste momento, surgiu também da necessidade do ambiente urbano interagir e se reconectar-se com a natureza, porém moradores do bairro, e principalmente outros vindos de outras regiões que já utilizavam aquele espaço para outros fins, começaram a ocupar este espaço de forma desordenada, e os transformou em algumas pequenas chácaras.

Essa ocupação desordenada provocou mudanças que até hoje podem ser observadas, e uma das principais foi a introdução de plantas exóticas, tanto frutíferas quanto ornamentais. Atualmente, é possível fazer uma análise da ocupação, mesmo que de forma grosseira, pois, na Área 1, onde é realizada a pesquisa, as plantas exóticas se destacam do Cerrado e mostram um marco espacial bem definido, o que valoriza o espaço no caráter de coleção e variação botânica.

A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem; grosseiramente, podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente já não existe. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele é, todavia, objeto de preocupações e de intenções econômicas e políticas. (SANTOS, 1988, p. 71).

O autor é claro ao afirmar que o espaço que possui uma interação humana e que de certa forma possui elementos humanizados, mesmo que tenha elementos da natureza, não é um espaço natural, o que é o caso do Jardim Botânico de Goiânia.

Nos discursos acerca de quando chegaram ao bairro há certa identidade com o modo de vida no campo, e ao perguntar como se relaciona com o parque foi possível ouvir que “o vizinho me chama e fala, vem cá, a senhora conhece tudo, me diga que fruta e essa... porque eu conheço tudo, que eu já morei na roça”. Ou seja, há uma relação de pertencimento, e a moradora se sente valorizada por seus conhecimentos populares a respeito da diversidade botânica, mesmo que na forma do senso comum.

Os moradores em sua maioria são migrantes oriundos do êxodo rural e que vem à cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida. Fato que contribui para explicar essa necessidade de interagir com a natureza e produzir algum tipo de alimento.

Esse fator auxilia no entendimento de como surgiram as primeiras formas de territorialização com esses moradores limítrofes ao parque e os que moravam em sua borda, e criou-se um cinturão que circundava boa parte do parque. Tem-se ainda os pesquisadores como botânicos, geógrafos, biólogos, dentre outros que começam a pesquisar e tentar entender a dinâmica da área.

É possível notar no paisagismo do Jardim Botânico a influência colonial europeia em sua paisagem, com um gramado extenso e suas palmeiras imperiais, o que mascara a tortuosidade do Cerrado, e suas árvores caduciformes que perdem suas folhas no período seco, conforme se pode perceber nas imagens da figura 2, que demonstra a influência colonial europeia na paisagem do Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira.

Figura 2 - Paisagem do Jardim Botânico: Rosas e Palmeiras Imperiais



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

As imagens revelam como a influência colonial europeia ainda é presente na paisagem das nossas cidades. Não só isso, como faz parte de inconsciente coletivo de grandeza e esplendor.

A figura 3 vem para corroborar com esta argumentação ao retratar a paisagem da porta de entrada do Jardim de Botânico, onde está localizada a sua sede administrativa e os instrumentos urbanos de lazer. Para quem chega ao local a partir do Terminal Isidória é o que primeiro se avista. Ou seja, as palmeiras imperiais, além de criar uma visão eurocêntrica ao parque, também mascara o remanescente do Cerrado ao fundo. Demonstrando assim como a visão eurocêntrica faz parte da nossa cultura, bem como o Cerrado com as suas paisagens e sociobiodiversidade foram desprezados ao longo de décadas.

Figura 3 - Entrada Oficial do Jardim Botânico: Palmeiras Imperiais e Teatro de Arena



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Contudo, atualmente, além do Cerrado passar por um processo de valorização imaterial e material, é explorado por várias marcas comerciais, o modo de vida rural, também, passou a ser nos últimos anos um estilo de qualidade de vida. Esses fatores fizeram com que a função do Parque passasse por outra reorganização.

Do mesmo modo, não se pode esquecer, nos últimos anos, de conceitos ecológicos como a sociobiodiversidade o que leva a novas formas de uso e ocupação desse espaço, como por exemplo, os moradores que utilizam o espaço do parque para a coleta de plantas e sementes para uso farmacológico e assim aliam os saberes populares a pesquisas, e também com o consumo de frutos nativos, e exóticos, como jaca, manga, cajazinho do Cerrado, jatobá, jabuticaba dentre outras.

Portanto, tem-se por objetivo, com essa pesquisa entender as relações humanas com o parque na área 1, que é justamente onde ocorre essa organização com caráter paisagístico e que possui toda a infraestrutura como uso turístico e contemplativo.

AS DIFERENTES FORMAS DE OCUPAR O MESMO ESPAÇO

Para compreender as diferentes formas de ocupação, é necessário entender o conceito de território e territorialidade, pois só assim será possível apreender de forma totalitária como as relações interferem nos espaços urbanos.

Haesbaert (2004) auxilia nesta compreensão ao dizer que desde a origem o território nasce com uma dupla conotação, material, e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra, *territorium* quanto de *terreo-territor* (terror aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) e com a inspiração do terror. Ao mesmo tempo por extensão, pode-se dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a afetiva “apropriação”. Segundo o mesmo autor ele tem a ver, tanto com o poder como forma mais concreta de apropriação, quanto com o poder no sentido simbólico de apropriação. Fato este que reafirma que o Jardim Botânico possui essa multiterritorialidade, pois nele essas manifestações de ocupação humana, tanto afetiva quanto de apropriação do espaço, permeia o tempo todo as relações de seus frequentadores.

A figura 4, Mapa das Multiterritorialidades do Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira, ilustra como um mesmo lugar é apropriado por diferentes grupos sociais. Esse fator nos remete ao entendimento como é imprescindível que a leitura socioespacial dos lugares, territórios, paisagens e demais objetos que compõem o espaço geográfico seja feita a partir do processo de uso e ocupação dos sujeitos sociais. Afinal são eles que o produzem.

A respeito da multiterritorialidade Haesbaert (2004) indica que essa “multiescalaridade” das práticas socioespaciais implica a vivência de múltiplos “papéis” que “se escreve cada um em migalhas de espaço” descontínuo e multiescalar.

Dessa forma o espaço não precisa de uma escala colossal para abrigar essas múltiplas formas de ocupação, pois depende do papel que ele assume e dos interesses de quem se apropria, independente das práticas socioespaciais.

Uma das principais características do Jardim Botânico de Goiânia é a de ocupação de diferentes grupos urbanos com interesses distintos e práticas de uso do espaço das mais distintas. A relação que o Jardim Botânico tem com os moradores da cidade também pode ser de acolhimento, pois indivíduos expulsos do convívio social e que de certa forma são expulsos do convívio social se apropriam deste espaço, e criam seus territórios, com regras e limites pré-estabelecidos como forma de apropriação, e de estabelecer relações com outros com os mesmos interesses.

Figura 4 - Mapa das Multiterritorialidades do Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Pelá e Chaveiro (2010 p. 7) auxiliam nessa asseveração ao dizerem que,

É necessário compreender que existem múltiplas forças que levam a criação dos espaços urbanos e que as formas de apropriações, seu uso e desuso, constituem diferentes territórios. Nesse sentido, o espaço urbano se revela mais que um palco onde se revelam as relações humanas.

Desse modo, se destaca que o Jardim Botânico também tem seu espaço apropriado para outras práticas de uso como o de pesquisas e também educação ambiental ou simplesmente para uma experiência contemplativa. Tendo em vista que seu nome é em homenagem a orquidófila, professora, geógrafa, botânica, pesquisadora dentre outras coisas, Amália Hermano Teixeira

O espaço público se transforma em território constantemente disputado por diversos grupos sociais que misturam suas territorialidades na estrutura desse espaço, e constitui elementos sociais que se cristalizam no tempo e no espaço (PELÁ; CHAVEIRO, 2010). A relação dos seres humanos com o espaço público se modifica na medida em que novos interesses surgem, criam disputas e novas territorialidades.

Contudo, não é somente o resquício de Cerrado, lazer, e convivência, que chamam a atenção, mas também pessoas que passeiam com seus cães e crianças da redondeza, porém a maioria destas formas de uso do espaço são formas diurnas, pois como outros espaços que viraram nichos sociais de segregação esse espaço também utilizado como pontos de droga e de encontros homoafetivos.

Porém, o espaço público não tem a função de espaço de segregação nem marginalização e deveria sim ter a função de acolher e trazer a interação dos mais variados grupos. As pessoas que moram nos limites do parque, e também as que moram próximas, caracterizam o parque como ponto de encontro e de conversa como em pequenas cidades do interior, e há também as que não o utilizam, em decorrência do medo.

Outra forma de ocupação é a ocupação religiosa, que é composta pelas mais variadas vertentes como espírita, católica, evangélicas e religiões de matriz africana, porém não são permitidos rituais que poluam e degradam o meio ambiente.

A dinâmica do Jardim Botânico em relação aos outros muda devido sua própria estrutura e também suas formas de ocupação, pois muitos na redondeza não olham de forma amistosa para muitos dos seus frequentadores, o que acirra essa disputa por território.

Ao visitar o parque também pode-se observar o descaso do poder público em relação à áreas verdes de outras regiões mais valorizadas, pois tanto em relação à organização quanto a

manutenção, as vezes não se faz tão intensiva quanto nas regiões elitizadas. Em visita o Bosque dos Buritis pode-se observar que este por ter maior visibilidade, até mesmo por sua localização, e ficar em área com maior valor imobiliário, recebe maiores cuidados. Esse abandono é percebido por muitos que ali frequentam, embora, sejam nítidas as mudanças com relação ao último ano, pois os frequentadores são unânimes em afirmar que “no último ano melhorou muito, por causa da construção da pista de caminhada, e instalação dos equipamentos, as pessoas passaram até a frequentar mais, e antes quase não vinham”. Porém pode-se observar locais abandonados como uma guarita, que é utilizada para consumo de drogas, conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5 - Guarita abandonada



Fonte: Autor (2017).

Outro ponto abordado é o fato de que projetos de revitalização de parques em outras regiões intensificou o processo de expulsão de alguns grupos, de áreas mais nobres, como o Bosque dos Buritis no Setor Oeste, e também do Bosque Botafogo na Vila Nova, devido ao processo de reestruturação do parque Mutirama. Esses redutos eram conhecidos como pontos de “pegação” no meio gay, porém com o processo de reestruturação esses grupos passaram a migrar para o Jardim Botânico a partir de 2008, forçados pelos constantes embates com os vigilantes dos outros parques.

Há uma unanimidade em relação aos frequentadores da área de trilhas da mata, ao dizerem que “há uma frequência muito grande de usuários de drogas, prostituição, e atos libidinosos”, com referência também ao público gay, que frequenta o espaço.

Esses frequentadores eram vistos de forma negativa nas duas áreas anteriores, tanto por moradores quanto por quem trabalhava, ou frequentava os parques, o que intensificou os embates e perseguições a esses frequentadores. Justamente por esse motivo eles passaram a ocupar as áreas menos frequentadas do Jardim Botânico, e mesmo dessa forma os embates persistem o que leva o público gay masculino do local a intensificar a frequência no período da tarde e início da noite.

Há, portanto, uma homogeneidade nesses frequentadores, pois em um dos trabalhos de campo realizado durante a graduação, pôde-se observar que se distribuíam em grupos distintos de acordo com seus interesses de uso do espaço. Eles próprios dizem “não vou na área da mata, pois só tem marginal [...]”, o que demonstra claramente que não querem e nem pretendem interagir com os demais grupos, e com aquele espaço e suas mais diferentes necessidades e apropriações.

Mesmo com o discurso de que o parque é um espaço para todos, percebe-se um mal estar em relação a esses grupos que já são oriundos de processo de segregação, e demonstra a contradição entre o espaço público e seus sujeitos.

Os moradores que moram em frente ao parque se reúnem em frente às casas para conversar, o que traz à lembrança as cidades do interior, principalmente nos fins de semana e fins de tarde, que assim conversam sobre os mais variados assuntos e contemplam a variedade botânica e a fauna local que, aliás, é muito rica, de modo que podem ser observados até mesmo jacarés na região. Esse grupo utiliza o parque mais de forma contemplativa, pois se sentem como parte desse espaço, e tem por esse lugar um vínculo afetivo que se incorpora à paisagem.

Existe ainda a tentativa de aumentar a ocupação desse espaço, que para alguns ainda é pouco visitado, e com esse objetivo, em 2015, o Parque Jardim Botânico de Goiânia recebeu a comemoração do selo Letra Livre, evento que tinha uma programação gratuita de poesia, música, dança, sarau, performance, e shows, além de promover uma feirinha de livros, e relembrar brincadeiras antigas como peteca, golzinho e bets, tudo isso com a intenção de promover visibilidade ao espaço.

Em 2016 o parque também recebeu outros eventos, dentre eles o Picnik Goiânia, evento que levava feira de produtos autorais, música, *workshops*, e meditação e ainda a promessa de diversão ao ar livre, com suas cestas de piquenique e toalhas quadriculadas.

Porém a ocupação cotidiana é a que de certa forma mais causa impactos e movimento ao parque, pois devido a sua localização, esses visitantes sazonais oriundos desses eventos não se tornam frequentadores relevantes para o dia a dia do parque. Os que têm maior relevância são os que têm uma necessidade tanto cotidiana quanto de pertencimento.

No decorrer da pesquisa fica claro que a relação de seus frequentadores e de intimidade principalmente com os moradores que fazem limite com a parte em frente ao lagos, é como se fosse uma extensão de seus quintais.

O Jardim Botânico atrai seus frequentadores gradativamente e no último ano em decorrência da implantação de equipamentos para a prática de exercícios físicos em frente ao Centro Universitário Alfredo Nasser, os relatos acerca desses novos frequentadores são unânimes, “no último ano as pessoas estão utilizando mais o parque para a prática de caminhada”.

Em um dos campos realizados por acadêmicos do curso de Geografia ficaram claras questões como a especulação imobiliária, e talvez por isso os trabalhos com a manutenção e a necessidade de dar visibilidade ao Jardim Botânico tem se intensificado ao longo dos últimos anos. Em uma das entrevistas, a moradora relata que várias pessoas têm a procurado para comprar sua residência, que se localiza em frente ao primeiro lago, conforme figura 6.

Figura 6 - Lago do Jardim Botânico



Fonte: Autor (2017).

Para entender o Jardim Botânico, fica mais fácil analisar, a partir do centro de gerenciamento e manutenção do parque, pois é onde fica o Teatro de Arena, onde se concentram as famílias nos fins de semana e feriados para piqueniques ou simplesmente para contemplar a beleza do local. Há também pessoas isoladas, que frequentam o parque sem a necessidade de se inserir a um grupo específico. No Teatro de Arena é onde são realizados os eventos, tanto religiosos, quanto culturais. A discussão acerca do motivo pelo qual as famílias se concentram neste local demonstra a nítida ideia de valores patriarcais.

A partir da Avenida Alameda Botafogo, até em frente ao Centro Universitário Alfredo Nasser, é o local que os frequentadores utilizam para a prática de exercícios físicos e caminhadas, embora outros transeuntes se utilizem deste espaço, “no vai e vem do dia a dia”.

Na Alameda do Contorno é onde ficam as duas únicas residências da área I, que são resquícios do período em que a área I era povoada, e essa forma de território moradia está em processo de declínio, e prova disso é que essas últimas duas casas estão em processo de reintegração de posse.

A antropização é outro fator que carece de estudos acerca dessa interação tanto cultural, de lazer ou socioeconômica no Jardim Botânico, pois deixa marcas profundas e nítidas na paisagem desse espaço como ilustrado nas imagens a seguir.

Figura 7 - Compactação do solo



Fonte: Autor (2017).

Figura 8 - Poluição dos Lagos



Fonte: Autor (2017).

Figura 9 - Descarte de animais mortos



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Nessas imagens é possível observar como essas atitudes humanas degradam o meio ambiente, com poluição, degradação do solo, poluição visual, dentre outras formas.

Todo esse processo de uso do espaço deixa marcas da ação antrópica do homem, pois essas diferentes formas de ocupação geram muitos impactos e transformações à sua estrutura.

Dentre esses impactos, podem-se observar tanto os visitantes esporádicos, e pessoas que fazem exercícios físicos que deixam resíduos como garrafas pets, sacos plásticos, restos de comida dentre outros, já os moradores limítrofes ao Jardim Botânico utilizam a área, para descarte de lixo, e de animais mortos, moveis e outros objetos. Na área de trilha os principais impactos são a abertura de trilha na mata, descarte de preservativos e de restos de materiais decorrentes do uso de drogas, e conseqüentemente a compactação do solo, e processos erosivos oriundos do pisoteio da camada vegetal que protege o solo.

SOCIOBIODIVERSIDADE: pesquisa, educação e lazer

Um dos pontos que é observado e o fato dos moradores acostumados com os sabores do Cerrado, coletar e consumir os frutos das diversas árvores do Jardim Botânico. Mostram assim, que é possível o uso sociocultural do parque, devido ao conhecimento de alguns moradores que utilizam também plantas, raízes, e sementes na forma de medicina popular para os mais variados males. É necessário ressaltar que esses produtos da biodiversidade não são usados de forma comercial e sim como elemento de relação de alguns moradores com sua rica flora. Nos últimos tempos o discurso acerca da sustentabilidade aumentou e com isso surgem vários paradigmas, como por exemplo, como utilizar uma área como a do Jardim Botânico. Para Oliveira (2005),

Conforme a lógica capitalista, a apropriação da natureza volta-se para o lucro e não para as reais necessidades de interesse geral, tornando-se constante a necessidade de apropriação e exploração da natureza, pois desta forma aumenta-se o lucro. Assim, a sustentabilidade enquanto paradigma de desenvolvimento torna-se uma ideologia, que mascara a intenção de dominação dos países desenvolvidos sobre os demais numa manobra de gestão dos recursos naturais, e, do mesmo modo, reproduzem o capitalismo com intuito de consolidá-lo globalmente para o controle da natureza-recurso.

O autor chama a atenção ao fato da lógica capitalista dar prioridade ao lucro, enquanto os interesses gerais e os recursos naturais ficarem em segundo plano.

O que outrora representava apenas memória viva e de vida, hoje, são utilizados como produtos mercadológicos, dentro da lógica do mercado que minimiza os sentidos dos lugares, resumindo-os a simples produto ou imagem para o consumo (PELÁ; CHAVEIRO, 2010).

Os moradores já utilizavam a área e suas plantas, como local de coleta tanto para uso alimentar quanto para o uso da medicina popular, e hoje sentem que não é mais possível

devido à fiscalização que proíbe tais práticas, alegando os impactos ambientais, o que leva a perda dos saberes populares.

Com o intuito de minimizar esses problemas foi implantado o Horto Medicinal do Jardim Botânico, que busca a interação entre a comunidade e o Jardim Botânico, e contribui para a valorização e desenvolvimentos dos saberes populares.

E necessário considerar também a relação da cidade com o parque, a pesquisa e seu uso como instrumento de educação, tendo em vista que ao Centro Universitário Alfredo Nasser é limítrofe ao parque, o que facilita esse uso pela instituição e a escola que funciona durante o dia, e as outras faculdades que também a utilizam para os mesmos fins, conforme se verifica na figura 10.

Figura 10 - Faculdade Alfredo Nasser



Fonte: Elaboradas pelo autor (2017).

Recentemente, em comemoração ao Dia Mundial da Água, o prefeito Iris Rezende visitou Jardim Botânico e foi recebido professor Alcides Ribeiro Filho para verificar as ações e projetos desenvolvidos no local por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de Goiânia e o Centro Universitário Alfredo Nasser.

O Termo de Cooperação Técnico prevê o desenvolvimento e a implantação de equipamentos voltados à visitação pública, o que propicia lazer e práticas esportivas, áreas para piquenique, parque infantil e biblioteca especializada.

Figura 11 - Aparelhos para prática de exercícios



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Com isso percebe-se uma intenção do poder público em dar visibilidade a este espaço, o que de certa forma, aumenta a complexidade da territorialidade deste espaço.

O Centro Universitário Alfredo Nasser, de certa forma, é o maior causador de mudança geográfica na área do Jardim Botânico nos últimos anos, pois com ele a região ganhou visibilidade, despertou o interesse imobiliário da região, e ressignificou o modelo de vida do entorno.

Todavia o objeto existe geograficamente em um lugar e, no momento em que nele se instala ganha outra certidão de idade. O fato da inserção em um determinado meio é diferente do fato de existir de forma absoluta como possibilidade de geografização (SANTOS, 2004).

É importante salientar que dentro do Termo de Cooperação, existe o projeto “Estação Alfredo Nasser: Arboretos do Jardim Botânico” que é a coleção de plantas vivas e espécies principalmente do Cerrado e de outros biomas brasileiros, o que valoriza a flora local e regional do Cerrado brasileiro, e também outros biomas estrangeiros como Tundra, Campos, Desertos, dentre outros, e que vai ocupar a área entre a Av. Bela Vista, Al. Do Contorno, Av. do Botafogo e R. 1042. A ideia é ser inserida nos locais já antropizados pelas famílias relocadas que antes ocupavam a área, tanto na área I quanto na área II.

Essa implantação visa elevar a categoria do Jardim Botânico de “B”, para “A”, que é quando são atingidos vários critérios, como apoio administrativo, quadro técnico-científico, serviço de vigilância e jardinagem, área de produção de mudas dentre outros critérios.

Deste modo, no Centro Universitário Alfredo Nasser, se estruturarão os espaços que visam atividades de educação ambiental e de pesquisas que serão desenvolvidas conveniadas com o Jardim Botânico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, a visão com relação ao Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira, que antes era de um olhar simplesmente contemplativo, assim como o das outras pessoas, que de alguma forma se relacionam com o parque, tinham sempre os mesmos objetivos e intenções, mudou, pois foi possível perceber o quão complexo é a relação humana com os espaços públicos, que cria novos arranjos e as reinventa constantemente essas. Outro fator são os conflitos que de alguma forma são amenizados.

A fragmentação destes múltiplos territórios é algo que mostra a importância de se entender as relações humanas quando se existe respeito, pois embora esses grupos tenham as mais variadas necessidades de interagir com esse espaço, os territórios são respeitados.

Com essa análise interpretativa, as tensões existem, porém não é o eixo principal que movimenta o modelo de ocupação espacial, e sim as relações humanas, e seus mais distintos anseios. Os elementos que compõem essas relações multiplicam a complexidade de se entender a totalidade.

Seus frequentadores também buscam, de alguma forma, se reconectar com sua natureza, pois com a globalização as relações tecnológicas se afastam do meio natural e rompem com o modelo de vida que existia outrora, e nessa busca mesmo que de forma coletiva ocorre essa invasão humana aos parques e espaços públicos, pois muitas vezes é o mais próximo que se pode chegar do meio natural nos dias de atuais.

O fato de ficar em uma zona de conurbação entre Goiânia e Aparecida de Goiânia faz com que sofra também a influência dos dois municípios o que enriquece essa complexidade, pois devido a essas influências o espaço se torna ponto de interações de pessoas oriundas dos dois municípios. Prova disso é o Centro Universitário Alfredo Nasser, que devido a sua situação limítrofe ao Jardim Botânico, atende alunos tanto de Goiânia, quanto de Aparecida de Goiânia, e desta forma faz com que o espaço ganhe visibilidade, pois devido ao fato de não se localizar em regiões centrais às vezes passa despercebido. Hoje, portanto, a instituição se torna o principal agente de transformação daquela região.

Porém, nesse pequeno fragmento de Cerrado que agoniza na metrópole, pequenos grupos com os mais diferentes interesses reorganizam os múltiplos territórios existentes em seu âmago, dando novas contradições, quebrando velhos paradigmas, que permeiam os grandes centros urbanos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thiago. **Iris Rezende vistoria projetos de preservação ambiental no Jardim Botânico**. Disponível em:

<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/pagina/?pagina=noticias&s=1&tt=not&cd=12079&fn=true>. Acesso em: 08 abr. 2017.

CURTA MAIS. **Música, poesia e brincadeiras no Jardim Botânico em Goiânia**.

Disponível em: <http://www.curtamais.com.br/goiania/musica-poesia-e-brincadeiras-no-jardim-botanico-em-goiania>. Acesso em: 07 abr. 2017.

HAESBAERT Rogério. **Dos Múltiplos Territórios a Multiterritorialidade**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.

OLIVEIRA Leandro Dias de. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: notas para reflexão. **Revista Tamoios**, Ano II, n. 2, jul. / dez. 2005.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Uma interpretação socioespacial**: Praça Universitária Goiânia - GO – Brasil. Disponível em:

http://egal2009.easyplanners.info/area05/5426_pela_marcia.pdf. Acesso em: 07 abr. 2016.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Um olhar geográfico sobre a Praça Universitária em Goiânia - GO: história, processo e múltiplas territorialidades. *In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos - Crise, práxis e autonomia: Espaços de resistência e de esperança*. Porto Alegre, 2010.

RIZZO, José Ângelo. **Jardim Botânico de Goiânia**: histórico e importância. Disponível em: <https://www.uc.ufg.br/n/29364-jardim-botanico-de-goiania-historico-e-importancia>. Acesso em: 09 abr. 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 26.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 1974.

**PROSPECÇÃO DO PANORAMA DA SAÚDE E SANEAMENTO
OFERTADOS EM APARECIDA DE GOIÂNIA, BRASIL**

*Daniel Rodrigues Silva Filho*¹

*Márcia Cristina Hizim Pelá*²

*Francispaula Luciana*³

Resumo: Atualmente, no Brasil, ainda prevalecem grandes deficiências no atendimento aos serviços de saneamento básico, principalmente no que diz respeito à coleta e tratamento de esgotos e à disposição de água tratada. Ademais, o conhecimento histórico das inúmeras doenças que a falta de serviços básicos de saneamento pode provocar na vida da população em geral não é recente. Nesse sentido, o saneamento básico é essencial para a prevenção de doenças e, conseqüentemente, elevação da expectativa de vida do ser humano. Sendo assim, é a partir da necessidade de entender e analisar o complexo panorama entre a saúde pública e o saneamento básico, em especial no município de Aparecida de Goiânia, que esta pesquisa qualitativa-quantitativa busca explicitar a distribuição do saneamento e as regiões mais afetadas pela falta de medidas com o intuito de estabelecer condições sanitárias básicas, bem como as doenças relacionadas à ausência dessas medidas. No entanto, sem perder de vista a intrínseca relação entre a temática abordada e o desenvolvimento social. Como resultado, espera-se contribuir para o debate social sobre a relação entre a ausência dos serviços de saneamento básico na cidade e as conseqüências para a saúde humana e para os cofres públicos.

Palavras-chave: Saneamento Básico. Saúde Pública. Prevenção de Doenças.

INTRODUÇÃO

O artigo é resultante do Projeto de Pesquisa - PIVIC (2020/2021), intitulado Saneamento Básico e sua relação com a Saúde Pública em Aparecida de Goiânia. Este foi realizado no âmbito do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). O estudo tem como objetivo analisar a relação entre o percentual de pessoas atendidas com os serviços básicos de

¹ Acadêmico do 7º período do curso de medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). E-mail: daniel.rodriguesf@gmail.com.

² Possui graduação em Pedagogia e Geografia, mestrado e doutorado em Geografia. É professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan). Coordena o Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: marciapela@unifan.edu.br.

³ Possui graduação em Geografia e mestrado em Ciências Sociais e Humanidades: Território e Expressões Culturais no Cerrado. É pesquisadora do Poli(S)íntese: Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidades. E-mail: paula.cart@hotmail.com.

saneamento em Aparecida de Goiânia e os impactos sobre a saúde pública municipal, a partir de dados primários e secundários coletados.

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), saneamento é o manejo de todos os fatores do meio físico que exercem ou podem exercer efeitos danosos ao ser humano, prejudicando seu bem-estar físico, mental e social (HELLER, 1998). Em outras palavras, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental, ou seja, “alcançar a capacidade de prevenir a ocorrência de doenças ocasionadas pelo meio ambiente e promover o desenvolvimento da saúde pública e do ecossistema” (PINTO *et al.*, 2014, p. 55).

Compreende-se, ainda, como salubridade ambiental o estado de higidez, estado de saúde regular em que vive os indivíduos, tanto no que se refere à sua capacidade de inibir, impedir ou evitar a ocorrência de endemias, surtos ou epidemias veiculadas pelo meio ambiente, como no tocante à sua capacidade de promover o desenvolvimento de condições do meio ambiente favoráveis ao pleno gozo de saúde, bem-estar e desenvolvimento social (GUIMARÃES; CARVALHO; SILVA, 2007). Assim, parte-se do pressuposto de que um dos mais importantes fatores determinantes de saúde são as condições ambientais onde os indivíduos se inserem. Nesse sentido, o saneamento básico é importante para a prevenção de doenças e, conseqüentemente, elevação da expectativa de vida dos indivíduos.

Ao longo da história humana, a preocupação com o saneamento básico esteve quase sempre relacionada às doenças transmissíveis. Desse modo, compreender a relação entre o saneamento básico e a saúde pública é necessário a fim de combater às doenças relacionadas ao saneamento básico inadequado. Ainda, é fundamental pontuar que as melhorias sanitárias introduzidas no Brasil, durante a República Velha, contribuíram para a redução e eliminação de várias doenças endêmicas e epidêmicas. Entretanto, as doenças infecto-parasitárias relacionadas às condições precárias de vida continuam sendo relevantes no quadro de morbimortalidade da população brasileira, apesar de serem, em sua maioria, evitáveis ou mesmo erradicáveis (BRASIL, 2010).

Atualmente, no Brasil, ainda prevalecem grandes deficiências no atendimento aos serviços de saneamento, principalmente no que diz respeito à coleta e tratamento de esgotos e à disposição de água tratada. Os índices de atendimento são mais precários em áreas periféricas e na zona rural, onde residem as populações mais carentes e em vulnerabilidade social. Uma das conseqüências mais visíveis do inadequado atendimento por coleta e tratamento de esgotos é a poluição dos mananciais urbanos, que resulta em prejuízos a outros

usos, como o abastecimento de água, além dos evidentes impactos prejudiciais sobre a saúde da população (MURTHA; CASTRO; HELLER, 2015).

Um exemplo evidente das grandes deficiências em relação aos serviços de saneamento básico no Brasil ocorre em Aparecida de Goiânia, onde mesmo com investimentos em saneamento nos últimos anos, o percentual de pessoas atendidas com coleta de esgoto é de apenas 47,10%. Segundo os dados, a população do município é estimada em aproximadamente 578.179 habitantes. Desse total de pessoas, 306.112 cidadãos não possuem coleta de esgoto, enquanto 136.121 habitantes não possuem acesso à água tratada (BRASIL, 2019).

Logo, é a partir da necessidade de entender e analisar o complexo panorama entre a saúde pública e o saneamento básico em Aparecida de Goiânia, que esta pesquisa busca explicitar a distribuição do saneamento e as regiões mais afetadas pela falta de medidas com o intuito de estabelecer condições sanitárias básicas para a população do município, bem como as doenças relacionadas à ausência dessas medidas. No entanto, sem perder de vista a intrínseca relação entre a temática abordada e o desenvolvimento social. Assim, para alcançar esses resultados a pesquisa utiliza da metodologia qualitativa-quantitativa, a fim de obter uma compreensão mais profunda da temática analisada.

Procurando identificar a relação entre saneamento básico e saúde pública, foi organizado um levantamento bibliográfico com foco nas ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município. O levantamento foi realizado através de pesquisas nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico, além de informações, mapas e gráficos publicados por organizações relevantes. Entre elas, Organização Mundial da Saúde (OMS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Saúde do Brasil, Instituto Trata Brasil, Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG) e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Além disso, durante o decorrer desta pesquisa, foi organizado um questionário *on-line*, na plataforma Google Formulários, em conformidade com a Resolução CNS 510/2016, que contou com a participação de 112 voluntários anônimos. Esse questionário teve como foco analisar os serviços de saneamento básico e os seus impactos sobre a saúde pública. Participaram do questionário os indivíduos maiores de 18 anos, todos moradores do município de Aparecida de Goiânia. Em suma, o questionário foi aplicado entre os dias 14 a 20 de abril de 2021 de forma virtual.

BREVE PANORAMA DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL E EM GOIÁS: desigualdades e desafios

Segundo Silva (2012), no Brasil, a preocupação com o saneamento básico surge ao compreender-se que esse promovia as condições necessárias para garantir a saúde da população e a melhoria na qualidade de vida, fato que reflete na economia do país e diretamente na saúde pública. Esse discernimento da necessidade de implementar certas medidas visando a preservação da saúde das pessoas, pode ser percebido desde os primeiros anos de colonização brasileira. De maneira bastante simples, mas que já começavam a surtir algum efeito na vida da população. Rezende e Heller (2002 *apud* BRASIL, 2004, p. 15) contribuem com essa assertiva ao dizerem:

No período colonial, a maior parte das ações de saneamento era realizada em nível individual, situação possível pela ausência de grandes aglomerações humanas, abundância de recursos hídricos, baixo potencial poluidor da produção de esgotos e boas condições de autodepuração dos cursos d'água.

Contudo, nesse período, as obras realizadas atendiam apenas a uma pequena parcela da população, caracterizando um quadro precário das condições sanitárias da época e favorecendo a proliferação de vários surtos e epidemias regionais. A necessidade de melhorar as condições sanitárias levou o Estado Brasileiro a intervir no setor de saneamento. Então, deu-se início às grandes campanhas sanitárias de controle e erradicação de doenças infecciosas e parasitárias cujo ciclo epidemiológico é relacionado com o ambiente (BRASIL, 2004).

Com o avanço do processo de urbanização no Brasil, especialmente a partir de 1950, a preocupação com o saneamento básico passou a ser ainda mais uma temática de extrema relevância. Todavia, na década de 1970, embora a responsabilidade fosse dos municípios, os serviços de saneamento eram executados por outros órgãos (FIOROTTI, 2008). O auge do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), modelo centralizado de financiamento de investimentos em saneamento básico, foi na mesma década, momento em que foram realizados grandes investimentos e que, conseqüentemente, ocorreu a maior expansão dos índices de acesso aos serviços básicos (SAIANI; TONETO JÚNIOR, 2010).

Segundo Brasil (2009, p. 36),

O censo de 1970 informava que apenas 26,7 milhões de brasileiros, ou 50,4% da população urbana, eram abastecidos com água potável e 10,1 milhões ou 20%

servidos pela rede de esgotos. Quinze anos depois, em 1985, a Pesquisa Nacional de Domicílios do IBGE, assinalava que 82,8 milhões de brasileiros ou 87% da população urbana eram abastecidos com água potável. O PLANASA, nesse período, havia conseguido acrescentar à população abastecida, 56 milhões de pessoas, contingente maior que a população da França.

No entanto, na década de 1980, várias dificuldades fizeram com que o PLANASA entrasse em um momento de instabilidade. Na tentativa de superá-las foram tomadas algumas medidas, entre as quais se destaca a inclusão dos municípios no esquema de financiamento, ou seja, passaram a poder realizar empréstimos junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH). Medida que incentivou a regionalização da prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário. Entretanto, essas medidas não surtiram o efeito almejado, haja vista que, em 1992, o PLANASA foi extinto abrindo uma lacuna de desassistência em relação aos estímulos financeiros para investimentos em saneamento básico no país (SAIANI; TONETO JÚNIOR, 2010).

Vale ressaltar que, em Goiás, o saneamento básico foi impulsionado pela construção de Brasília na década de 1950, em pleno governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek, quando o governo do estado de Goiás, por meio do Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP), assumiu a responsabilidade pela operação dos serviços de água e esgoto a partir da aprovação do Regulamento Geral dos Serviços de Água e Esgotos Sanitários de Goiânia em 1949. Posteriormente, o governo estadual modificou e transformou o DVOP em uma secretaria, cuja estrutura organizacional integrava a Divisão de Água e Esgotos de Goiânia (DAE), que funcionou até o ano de 1960, quando foi criado o Departamento Estadual de Saneamento (DES) (SACHO; HORA, 2017).

As atividades do DES iniciaram-se em 1961 e foram finalizadas em 1967, quando o órgão foi modificado em uma empresa de economia mista, denominada Saneamento de Goiás (SANEAGO), instituída pela Lei nº 6.680 de 13 de setembro de 1967 (SACHO; HORA, 2017). Esse acontecimento foi um marco na história recente do estado de Goiás, visto que a empresa fundada foi e ainda é a principal investidora em saneamento básico nos municípios do estado.

A criação da SANEAGO, em 1967, está diretamente relacionada à instituição do PLANASA, que marcou os investimentos em saneamento no país nas décadas de 70 e 80. Esse referido plano de saneamento foi criado de forma experimental pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1968, e somente começou a funcionar anos mais tarde, quando passou a destinar recursos para os estados criarem suas próprias companhias de saneamento. Para isso, criou o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), gerido pelo BNH. Assim, para obter o

financiamento, cada estado da federação deveria criar, com base em seus recursos, um Fundo de Financiamento para Águas e Esgotos (FAE) e uma Companhia Estadual de Saneamento (SALLES, 2009).

Todavia, apesar da crise no PLANASA no final do século XX e a tendência de privatização que se seguiu das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB) criadas na época, a SANEAGO se consolidou como a maior prestadora de serviços de saneamento no estado de Goiás. Dentre os 246 municípios do estado, a SANEAGO está presente em 226, atendendo a 97,5% da população com o abastecimento de água, e em alguns municípios com os serviços de esgotamento sanitário, beneficiando mais de 60% da população do estado (SOUSA, 2014; SANEAGO, 2021).

É fundamental destacar que, historicamente no Brasil, o investimento em saneamento ocorreu de forma pontual, desigual e concentrado, sendo realizado em sua maioria pelo setor público. A falta de uma definição clara das responsabilidades peculiares aos entes governamentais tornou difusa a aplicação dos recursos em saneamento, não respeitando uma visão de planejamento global dos investimentos. Além do mais, o setor de saneamento também foi marcado pela baixa participação do setor privado nos investimentos na área (LEONETI; PRADO; OLIVEIRA, 2011). Porém, com o novo marco legal do saneamento básico essa realidade pode ou não ser revertida, somente com o tempo será possível realizar uma análise ampla em relação à temática.

O novo marco legal, instituído pela Lei nº 14.026/2020, prevê que a destinação de recursos federais será condicionada à estruturação da prestação regionalizada de serviços de saneamento. Claro incentivo à regionalização, assim como no PLANASA. Contudo, a diferença é que atualmente a prestação regionalizada não é exclusivamente realizada pelas CESB. Na realidade, devido à alteração legal que prevê a necessidade de licitação prévia à assinatura de contratos, qualquer empresa, CESB e empresas privadas, poderão concorrer e serem declaradas vencedoras dos contratos de prestação de serviços de saneamento (SMIDERLE, 2020).

Percebe-se, assim, que a conjuntura histórica do saneamento básico no Brasil e em Goiás está marcada por diversos acontecimentos, dificuldades e desafios, visto que a implementação do saneamento em todo o país seguiu o princípio da desigualdade ao acesso e concentração em áreas urbanas, excluindo em muitas ocasiões as populações mais necessitadas dos benefícios proporcionados pelo saneamento básico. Logo, essa realidade carece de atenção e mudança para que haja o pleno desenvolvimento social em todo o país.

SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE PÚBLICA PREVENTIVA

Desde a idade antiga o ser humano aprendeu de maneira intuitiva que a água contaminada por matérias fecais e resíduos podia transmitir certas doenças. Há exemplo de sociedades, como a grega e a romana, que desenvolveram técnicas avançadas para a época de tratamento e distribuição de água. Contudo, a descoberta de que seres microscópicos eram responsáveis pelas doenças só ocorreu posteriormente, por volta de 1850, com as pesquisas realizadas por Louis Pasteur e por outros pesquisadores (CAVINATTO, 1992).

A partir de então, descobriu-se que mesmo solos e águas aparentemente limpos podiam conter organismos patogênicos introduzidos por material contaminado ou fezes de pessoas doentes. Deste modo, pode-se concluir que o ato de sanear está diretamente relacionado à promoção de saúde. Fato que permite conjecturar que saneamento é equivalente a saúde.

No entanto, é necessário compreender que a saúde que o saneamento proporciona difere daquela que se procura nas unidades hospitalares, visto que para esses estabelecimentos são encaminhadas as pessoas que procuram assistência em saúde, geralmente com uma patologia instaurada. Desta forma, o saneamento se coloca como um instrumento de promoção da saúde pública preventiva, uma vez que elimina a chance de contágio por diversas doenças e, por conseguinte, a necessidade de procura aos hospitais e postos de saúde. Por isso, compreende-se o saneamento como uma das principais formas de desenvolvimento social e de promoção em saúde (GUIMARÃES; CARVALHO; SILVA, 2007).

Estudos realizados nos anos de 2011⁴ e 2013⁵, em países em desenvolvimento, apontam que o saneamento básico é considerado como a intervenção pública na saúde de menor custo efetividade para combater casos de diarreia e outras doenças de via fecal-oral relacionadas à água e a falta de serviços básicos de saneamento adequado, principalmente em países como o Brasil, Turquia e Índia. Por outro lado, não há consenso sobre quais são as melhores políticas de saneamento.

Esrey *et al.* (1991) revisaram diversos estudos para averiguar o impacto do aperfeiçoamento da oferta de água e coleta de esgoto em diversas doenças de transmissão hídrica, comuns em países emergentes. Os autores encontraram que o aumento na oferta de água para higiene pessoal e doméstica é um importante determinante para a redução da

⁴ BEGUM, S.; AHMED, M.; SEN, B. Do Water and Sanitation Interventions Reduce Childhood Diarrhoea? New Evidence from Bangladesh. **Bangladesh Development Studies**. v. XXXIV, n. 3, 2011.

⁵ KUMAR, S.; VOLLMER, S. Does access to improved sanitation reduce childhood diarrhea in rural India? **Health Economics**, v. 22, n. 4, p. 410-427, 2013.

incidência de ascaridíase, diarreia, esquistossomose e tracoma. As instalações sanitárias adequadas se mostraram importantes para a atenuação das taxas de morbidade e mortalidade da ancilostomose diarreica. Ainda, a melhor qualidade da água contribuiu para a menor incidência de dracunculíase.

Em outro importante estudo, Jalan e Ravallion (2003) avaliaram o impacto do saneamento básico na morbidade por diarreia em regiões rurais da Índia. Utilizando dados da população referentes aos anos de 1993 e 1994, os autores descobriram que a prevalência e a duração da diarreia entre as crianças menores de cinco anos são significativamente mais baixas, em média, para as famílias com água encanada do que para famílias similares, mas sem água encanada na residência. Dados importantes que confirmam a relevância do saneamento básico como política pública preventiva.

Ademais, o saneamento básico se estabelece em meta comunitária diante da essencialidade à vida e à proteção ambiental (BORJA, 2004). Assim, segundo Leoneti, Prado e Oliveira (2011), pelo impacto na qualidade de vida, na saúde, na educação, no trabalho e no meio ambiente, o saneamento envolve a atuação de múltiplos agentes em uma ampla rede institucional. Porém, no Brasil, o saneamento está marcado por uma grande desigualdade e por um considerável déficit ao acesso, principalmente em relação à coleta e tratamento de esgotos e ao fornecimento de água potável encanada.

Esse fato pode ser percebido quando se analisa determinadas cidades do país. Um exemplo evidente dessa desigualdade é a comparação que se pode fazer entre o município de Londrina (PR) e a cidade de Aparecida de Goiânia (GO), ambas com uma quantidade populacional quase semelhante. Todavia, Aparecida de Goiânia apresenta cobertura de 47,10%, enquanto Londrina apresenta cobertura de 99,98% referente ao atendimento com coleta de esgoto, segundo o ranking do saneamento básico realizado pelo Instituto Trata Brasil (2021). Desse modo, confirma-se o princípio da desigualdade em relação ao saneamento básico no país.

De acordo com Razzolini e Günther (2008), benefícios como o aumento da expectativa de vida, crescimento econômico, hábitos higiênicos, controle e prevenção de doenças, são resultados do acesso a condições adequadas de saneamento básico. Mas, para que seja esse o cenário pressuposto é de extrema importância a consciência de que o consumo de água contaminada pode trazer consequências graves à saúde, podendo em algumas situações levar o indivíduo a óbito. Ao ter acesso ao tratamento de água e esgoto, a população tem a oportunidade de extinguir ou pelo menos mitigar os efeitos de uma possível

contaminação por agentes patogênicos, em que o veículo transmissor seja a água contaminada.

Vale ressaltar que, conforme já abordado, não é recente o conhecimento humano sobre as doenças relacionadas à falta ou ausência de serviços básicos de saneamento. Além das diarreias, inúmeras doenças são causadas pela precariedade nesses serviços. Entre elas, febre tifoide, febre paratifoide, shigeloses, cólera, hepatite A, amebíase, giardíase, leptospirose, ancilostomíase (amarelão), ascaridíase (lombriga), teníase, cisticercose, filariose (elefantíase), esquistossomose, dentre outras.

Dessa forma, conclui-se que apesar de a água ser essencial à vida, ela pode transportar substâncias e microrganismos prejudiciais para a saúde humana. Nessa lógica, a incidência de doenças de veiculação hídrica tem relação direta com a falta de serviços básicos de saneamento. Isso acontece porque, quando não há saneamento básico, a mesma água contaminada com microrganismos patogênicos acaba sendo ingerida ou entrando em contato com a pele e com as mucosas do ser humano. Logo, o saneamento básico carece de maior apreço das autoridades e deve ser tratado como uma das principais formas de promoção de saúde em todo o país, visto o seu alto custo-benefício.

SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE: análise e percepções em relação ao município de Aparecida de Goiânia

A compreensão da relação entre saneamento e saúde pública revela-se um pressuposto fundamental para o planejamento de sistemas de saneamento e para a disseminação da saúde pública preventiva. Contudo, conforme exposto anteriormente, o saneamento no Brasil é marcado pela desigualdade, principalmente em relação à coleta de esgoto e ao fornecimento de água potável. Nessa perspectiva, o questionário realizado durante o desenvolvimento deste estudo teve como foco analisar os serviços de saneamento básico e a saúde pública municipal, posteriormente correlacionar com outros dados. Além disso, participaram do questionário 112 pessoas de forma anônima.

Em relação ao quantitativo de pessoas com ou sem acesso à coleta de esgoto em suas moradias, 60 pessoas (53,5%) declararam não possuir coleta de esgoto no seu domicílio, já 52 participantes (46,5%) afirmaram ter coleta de esgoto em casa. Além disso, é importante evidenciar que Aparecida de Goiânia possui 235 bairros, porém responderam ao questionário apenas moradores de 51 bairros do município. No entanto, não foi alvo da investigação

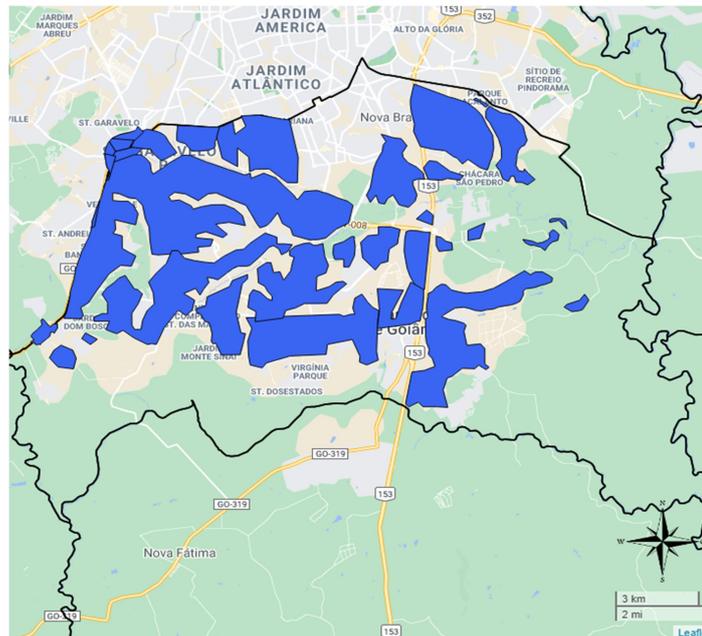
realizada averiguar a falta dos serviços de coleta de esgoto e de água encanada por meio do endereço residencial dos participantes. Todavia, essa análise ocorreu apenas observando os bairros onde residem. Logo, não é possível afirmar que os bairros estudados não possuem coleta de esgoto em toda a sua área de extensão, visto que pode existir particularidades em cada região.

Nesse sentido, em relação aos dados coletados de 51 bairros de Aparecida de Goiânia, observou-se que em 33 bairros não existe coleta de esgoto, segundo os dados obtidos pelo questionário. Em alguns bairros, entre eles, Setor Garavelo Park, Cardoso Continuação, Jardim Ipiranga, Jardim Maria Inês, Setor dos Afonsos e Pontal Sul II, foram identificadas características específicas, ou seja, determinados moradores dessas regiões relataram no questionário ter esgoto em seus domicílios, enquanto a maioria dos moradores dos bairros citados afirmaram não possuir acesso a esse serviço. Sendo assim, subentende-se que esses bairros não possuem em partes coleta de esgoto.

Ainda, é importante pontuar que todos os participantes do questionário que relataram não ter acesso à coleta de esgoto em suas moradias, afirmaram utilizar da fossa como recurso para a falta desse serviço. Vale ressaltar que, apesar de ser uma solução paliativa para o problema de saneamento, a fossa rudimentar pode gerar a contaminação do lençol freático, o assoreamento de áreas de nascentes, a impermeabilização do solo urbano e, por isso, coloca em risco a saúde da população. O motivo é que o esgoto pode entrar em contato direto com as fontes de água utilizadas para o consumo ou até mesmo entrar em contato com a água armazenada em cisternas ou poços.

Ademais, é possível observar e identificar no Mapa 1, bairros sem esgoto ao longo de sua extensão. Sendo assim, o mapa ilustra uma realidade que necessita de atenção, visto que ainda as regiões sem coleta de esgoto no município são muito significativas, conforme observou-se também nos resultados obtidos pelo questionário. Portanto, faz-se necessária a rápida universalização desse serviço no município.

Mapa 1 - Bairros sem coleta de esgoto em Aparecida de Goiânia



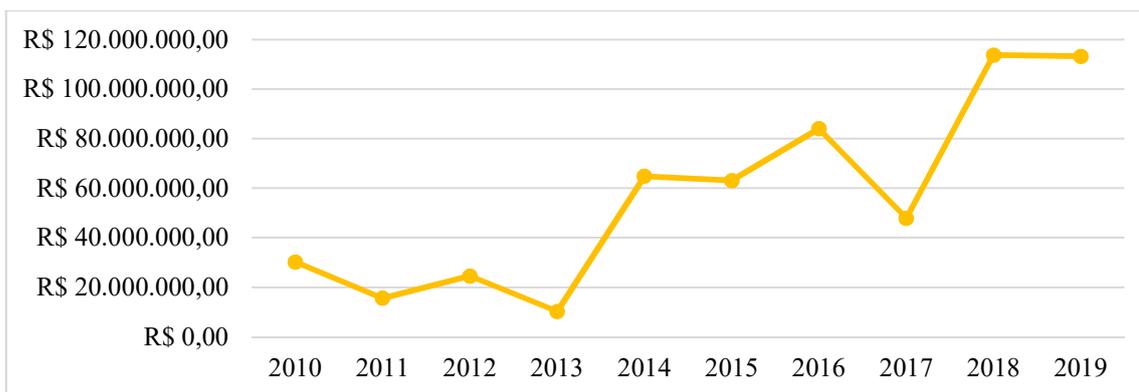
Fonte: SIEG⁶ (2017).

O mapa exposto exemplifica e reafirma as informações obtidas pelo questionário, uma vez que se torna perceptível o grande percentual de bairros não atendidos com coleta de esgoto em Aparecida de Goiânia. Ademais, fazendo uma breve comparação entre dados do município com os dados do estado de Goiás e do Brasil, percebe-se que o município está próximo da média brasileira em relação ao percentual de pessoas sem acesso à coleta de esgoto, enquanto em Aparecida o percentual é de 52,9%, no Brasil é de 45,9%. No estado de Goiás esse percentual é ligeiramente menor, representando 43,2% da população (BRASIL, 2019). Desta maneira, infere-se que mudanças são necessárias na gestão em relação ao saneamento básico no município, uma vez que só será possível o pleno desenvolvimento social e ambiental se os esgotos forem devidamente coletados e encaminhados para tratamento.

Nota-se, ainda, que os dados primários e secundários evidenciam que o quantitativo populacional atendido com coleta de esgoto em Aparecida de Goiânia é preocupante. Entretanto, é importante ressaltar que o município de Aparecida de Goiânia entre os anos de 2010 a 2019 aumentou consideravelmente o investimento em saneamento básico, conforme apresenta-se no Gráfico 1.

⁶ Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/siegmapas/mapa.php>. Acesso em: 15 maio 2021.

Gráfico 1 - Investimentos totais em saneamento no município de Aparecida de Goiânia



Fonte: SNIS (2019).

Nessa perspectiva, os dados evidenciam um crescimento com alguns intervalos de queda em relação aos investimentos em saneamento básico no município. Logo, essa medida pode estar sendo o principal fator para o aumento da porcentagem de pessoas atendidas com coleta de esgoto nos últimos anos, conforme exibe-se no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Parcela da população que mora em domicílios com acesso ao serviço de coleta de esgoto em Aparecida de Goiânia



Fonte: SNIS (2019).

Assim, é importante salientar que os benefícios proporcionados pelos investimentos em saneamento básico já podem ser notados. Observa-se que a parcela da população que mora em domicílios com acesso ao serviço de coleta de esgoto dobrou em apenas um ano, em 2018, 23,80% das pessoas tinham acesso ao serviço de esgotamento sanitário, já em 2019 o número foi de 47,10%.

Embora esteja explícito o crescimento relacionado aos investimentos em saneamento básico e o consequente aumento do acesso ao serviço de coleta de esgoto, nos últimos anos, o

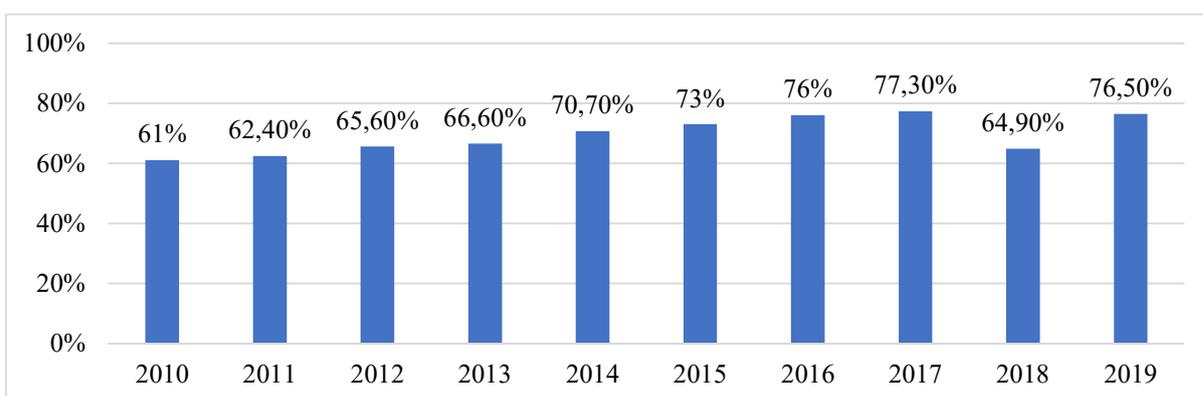
número de pessoas atendidas com esse serviço ainda é baixo no município. Haja vista que não é recente o conhecimento sobre os benefícios gerados pelo saneamento básico adequado.

Nessa lógica, esse fato carece de atenção, uma vez que no município de Londrina (PR), por exemplo, os investimentos em saneamento ficaram abaixo dos realizados em Aparecida de Goiânia em alguns anos, segundo o SNIS (2019). Apesar disso, de acordo com o Instituto Trata Brasil (2021), Londrina atende 99,99% da população com água tratada e 99,98% com coleta de esgoto, ainda, apresenta população quase semelhante ao município de Aparecida, conforme já mencionado anteriormente. Assim, surge uma indagação, será que a gestão pública orçamentária relacionada aos investimentos em saneamento básico em Aparecida de Goiânia tem sido efetiva?

Esse questionamento é fundamental para a realização de uma investigação profunda do saneamento básico no município. Todavia, a falta de alguns dados que deveriam ser disponibilizados pela SANEAGO, manifestou-se como um fator para que a investigação não seja completamente respondida. Exemplificando a questão, a falta de dados relacionados a porcentagem de pessoas atendidas pelos serviços de saneamento básico por bairro em Aparecida de Goiânia foi um dos grandes fatores para que o questionamento não fosse completamente analisado e respondido de forma ampla, visto que os dados disponibilizados em relação ao município são insuficientes para responder de forma coerente e assertiva o questionamento.

Em relação ao acesso à água tratada, os dados possibilitam conjecturar que em Aparecida de Goiânia o crescimento do índice populacional atendido com esse serviço, conforme verifica-se no Gráfico 3, pode estar relacionado também com os crescentes investimentos em saneamento básico na região.

Gráfico 3 - Parcela da população que mora em domicílios com acesso à água tratada em Aparecida de Goiânia

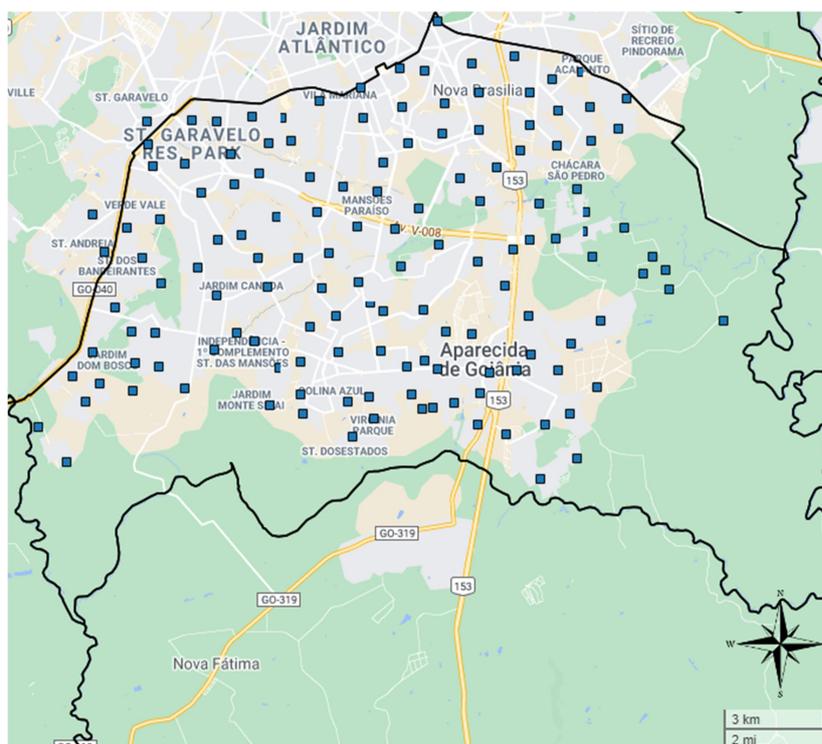


Fonte: SNIS (2019).

Observa-se que existe uma tendência de crescimento em relação aos domicílios com acesso à água encanada. Contudo, percebe-se que houve um decréscimo no ano de 2018. Assim, esse fato carece de uma vasta investigação para que as circunstâncias que levaram a essa diminuição possam ser evidenciadas. Ainda, conforme foi possível constatar no gráfico, o serviço de água potável encanada necessita de atenção dos gestores e da sociedade, mediante ao fato que apenas 76,50% da população possui acesso a esse serviço, segundo o SNIS (2019). Não obstante, segundo a Constituição Federal de 1988 o saneamento básico é um direito do cidadão. Dessa maneira, esses índices explicitam a falta de empatia e respeito dos gestores e governantes com a população civil do município.

Além do mais, diante dos dados obtidos pelo questionário, foi possível identificar que no município de Aparecida de Goiânia o uso de cisternas é bastante popular, situação que pode ser observada e confirmada no Mapa 2.

Mapa 2 - Bairros de Aparecida de Goiânia que utilizam cisterna



Fonte: SIEG⁷ (2017).

Percebe-se que o uso de cisternas ainda é bastante frequente no município. Além disso, é importante destacar que segundo os dados primários obtidos através do questionário, 34 pessoas (30,3%) afirmaram não possuir o serviço de água tratada em sua residência, confirmando os dados do SNIS e reafirmando que o percentual da população sem acesso a

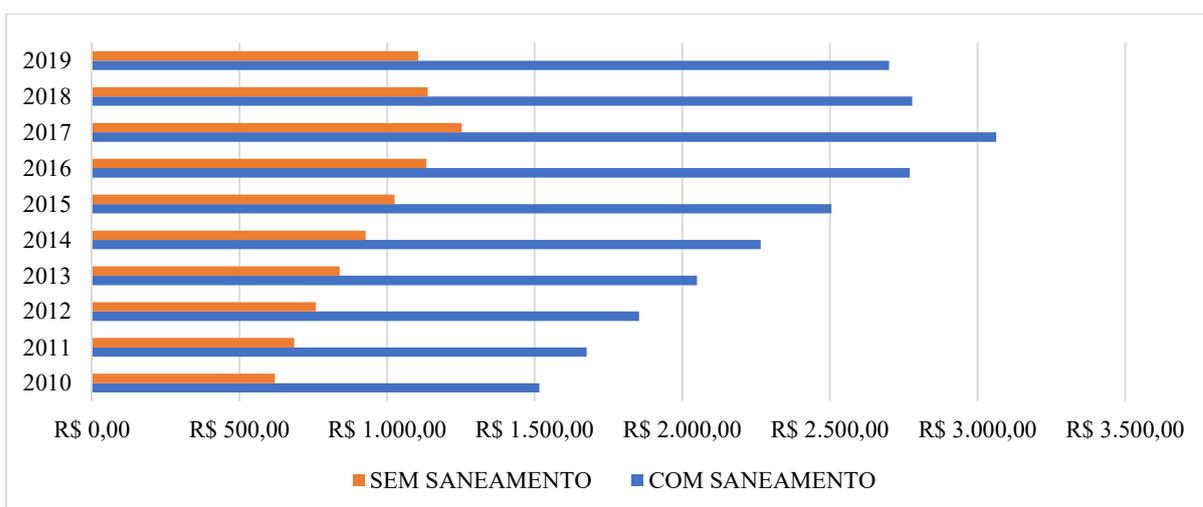
⁷ Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/siegmapas/mapa.php>. Acesso em: 15 maio 2021.

esse serviço é de 20% a 30%. Ainda, dos 34 participantes que não possuem acesso à água encanada em suas casas, 28 afirmaram utilizar a cisterna em seus domicílios como recurso para a falta desse serviço. Todavia, esse serviço deveria ser fornecido pela empresa SANEAGO. Logo, essa situação identificada pode estar correlacionada ao atraso no desenvolvimento do saneamento básico no município de Aparecida de Goiânia, conforme foi exposto nos gráficos anteriores.

Vale destacar, ainda, que entre uma das principais consequências da precariedade dos serviços de saneamento nesse município, está o impacto na renda do trabalhador, promovendo a desigualdade salarial e social. Essa diferença diz respeito aos salários dos trabalhadores que residem em locais com saneamento básico e dos que residem em locais sem acesso aos serviços. Estima-se, por exemplo, que no Brasil, a diferença salarial de um trabalhador com saneamento básico em sua residência para um sem esses recursos é cerca de R\$ 2.450,00 (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2020).

Essa realidade do município estudado requer atenção, visto que mesmo apresentando aumento na renda do trabalhador sem saneamento, no decorrer dos anos analisados, o salário ainda continua baixo e muito menor quando comparado aos trabalhadores com saneamento em suas residências, conforme pode ser constatado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Rendimento médio dos trabalhadores que moram em residências com e sem saneamento básico em Aparecida de Goiânia



Fonte: IBGE (2019).

Ao compararmos as rendas dos anos de 2010 até 2019, vemos que a renda do trabalhador em Aparecida de Goiânia sem saneamento continua sendo sempre em torno de 40% a 50% do que ganha o trabalhador com esses recursos básicos em casa. Essa diferença

salarial, além de interferir no processo de qualidade de vida que o saneamento básico proporciona aos trabalhadores, também está relacionada à questão da produtividade, haja vista que conforme demonstra o Instituto Trata Brasil (2020), se for dado acesso à coleta de esgoto a um trabalhador que mora em uma área sem esse serviço, espera-se uma melhora geral na qualidade de vida, gerando menos índices de internação por diarreia e redução do número de dias afastado do trabalho, entre outros aspectos, possibilitando uma produtividade maior, com efeito sobre sua remuneração.

Portanto, é fundamental destacar que os trabalhadores mais afetados pela falta de saneamento em Aparecida de Goiânia são os que moram geralmente no subúrbio do município ou em bairros que surgiram sem planejamento, visto que nessas localidades estão as pessoas mais carentes e mais vulneráveis à contaminação por doenças relacionadas ao saneamento inadequado. Ainda, foi possível constatar que as doenças mais comuns entre os participantes que não contêm coleta de esgoto em casa, segundo as respostas do questionário aplicado, são: ascaridíase e infecções intestinais. Além disso, as diarreias foram expressamente citadas pelos participantes que não tem esse serviço básico em seus domicílios como a principal causadora de inúmeras intercorrências. Sendo assim, essa população urge de políticas públicas abrangentes.

Diante disso, é inegável a importância dos serviços de saneamento básico, tanto na prevenção de doenças, quanto na preservação do meio ambiente. É necessário que se estabeleça um equilíbrio entre os aspectos ecológicos, econômicos e sociais, de tal forma que as necessidades básicas de cada indivíduo possam ser satisfeitas, sem consumismo ou desperdícios, e que todos tenham oportunidades iguais de desenvolvimento de seus próprios potenciais e tenham consciência de sua corresponsabilidade na preservação dos recursos naturais e na prevenção de doenças.

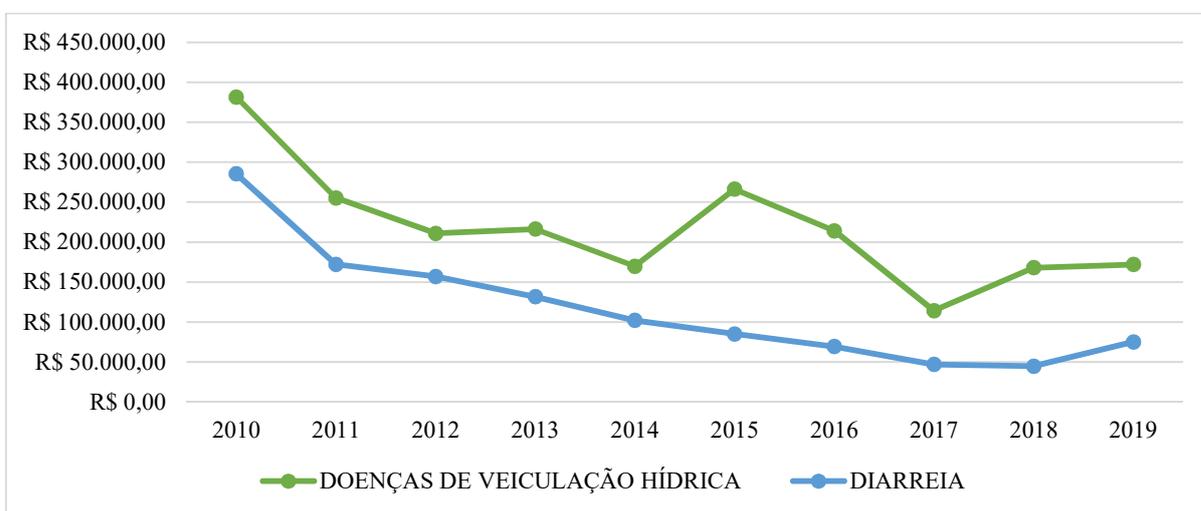
CONCLUSÕES EM MOVIMENTO: saneamento básico não é gasto, mas investimento em saúde e qualidade de vida

Depreende-se que a garantia do acesso universal e de qualidade ao saneamento básico em Aparecida de Goiânia ainda é um grande desafio. Os déficits denunciam o atraso não só do município, mas do país na garantia de direitos básicos como o acesso à água e ao destino seguro dos esgotos. A exclusão, a desigualdade e a baixa qualidade dos serviços são o produto de um modelo de desenvolvimento vinculado ao modo de produção capitalista, promotor de

iniquidades. Logo, mudanças de mentalidade devem ocorrer para que o saneamento básico seja visto como investimento e não apenas como promessa para fins eleitorais.

Subsequentemente, analisando os dados coletados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS (2019), foi possível identificar que o crescente investimento em saneamento básico pode estar sendo um fator preponderante para a diminuição de despesas com internações por doenças associadas à falta de saneamento e por doenças gastrointestinais infecciosas em Aparecida de Goiânia, conforme apresenta-se no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Despesas com internações por doenças associadas à falta de saneamento e por doenças gastrointestinais infecciosas em Aparecida de Goiânia



Fonte: DATASUS (2019).

Corroborando a ideia apresentada, Valeretto *et al.* (2020) observaram que o combate aos problemas deve ser realizado na origem, com investimentos maiores em saneamento básico, proporcionando água tratada e esgotamento sanitário à população. Sendo assim, na visão dos autores pode-se conquistar menores problemas com a saúde da população e, conseqüentemente, menores despesas com saúde, ou seja, mais prevenção contra os males que provocam prejuízos para a saúde humana e para os cofres públicos.

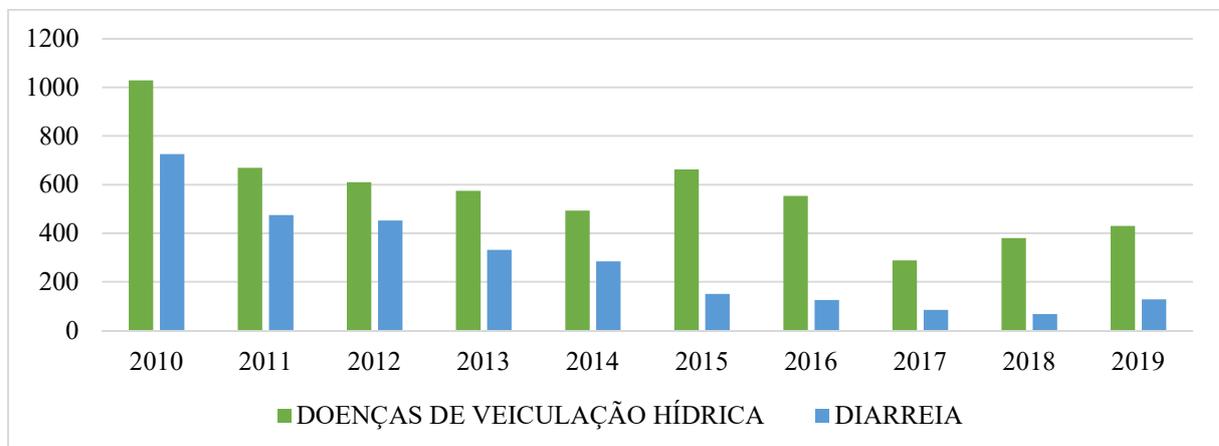
Ademais, o gráfico acima mostra que em 2010 foram gastos no município mais de R\$ 380 mil só com internações por doenças associadas à falta de saneamento, principalmente com as doenças de veiculação hídrica. Nos dados mais recentes, podemos ver uma melhora significativa, apresentando cerca de R\$ 172 mil em despesas em 2019 e em 2017 cerca de R\$ 114 mil. Mesmo diminuindo mais de R\$ 200 mil durante os 10 anos investigados, os gastos ainda são altos, mediante ao fato de que o número de pessoas atendidas com coleta de esgoto

e água encanada tratada ainda é baixo no município. Logo, os impactos que a falta de saneamento produz à saúde e a outras áreas sociais resultam em altas despesas e diversas deficiências.

Pode-se ainda observar que as despesas com internações relacionadas às doenças gastrointestinais infecciosas também decaíram no período analisado. Elas provocam como o principal sintoma a diarreia e pode levar o indivíduo a uma desidratação grave, necessitando de cuidados médicos. Desta forma, as despesas com internações por diarreia e doenças de veiculação hídrica são coeficientes fundamentais para análise do saneamento em um município, uma vez que tais doenças e sintoma são extremamente comuns em regiões sem os serviços mínimos de saneamento.

Por fim, a partir da análise dos dados coletados no DATASUS (2019), pode-se notar que as internações por doenças associadas à falta de saneamento e por doenças gastrointestinais infecciosas no período de 2010 a 2019 declinaram, conforme exemplificado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Internações por doenças associadas à falta de saneamento e por doenças gastrointestinais infecciosas em Aparecida de Goiânia



Fonte: DATASUS (2019).

Verifica-se que em 2015 e a partir de 2017 houve um pequeno crescimento em internações por doenças de veiculação hídrica. Além disso, pode-se observar uma leve tendência de internações por diarreia no município de Aparecida de Goiânia nos últimos 3 anos analisados. Logo, esses acontecimentos podem estar relacionados com os baixos índices de coleta de esgoto e acesso à água tratada no município. Sugere-se, portanto, que essa situação carece de uma investigação mais profunda para mitigar as incertezas.

Dessa forma, conclui-se, no que se refere ao saneamento, que a prevenção de tais doenças analisadas está associada à quantidade de domicílios atendidos pela rede coletora de esgotos e ao número de domicílios atendidos com água tratada encanada. Assim, quanto mais abrangentes e eficientes forem esses serviços, menor será a ocorrência de internações por doenças de veiculação hídrica e por ocorrência de diarreia no município estudado. Conseqüentemente, o gasto público será menor com essas doenças apenas ampliando a cobertura dos serviços básicos de saneamento na região. Faz-se necessária, portanto, a democratização do acesso a tais serviços de saneamento básico para assim, a população do município de Aparecida de Goiânia, trilhar o caminho democrático do bem-estar e do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- BEGUM, S.; AHMED, M.; SEN, B. Do Water and Sanitation Interventions Reduce Childhood Diarrhoea? New Evidence from Bangladesh. **Bangladesh Development Studies**, v. XXXIV, n. 3, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23343058>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BORJA, P. C. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 432-447, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/gn7vpPFZYBHQ6s6JVtHCHbw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- BRASIL. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento – SNIS. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Painel de Informações Sobre Saneamento**. Brasília: SNIS, 2019. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- BRASIL. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento - SNIS. Painel de Informações Sobre Saneamento. **Painel de Indicadores - 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-esgoto. Acesso em: 15 jun. 2021.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Impactos na saúde e no sistema único de saúde decorrentes de agravos relacionados a um saneamento ambiental inadequado**. Brasília: FUNASA, 2010. 248 p. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/estudosPesquisas_ImpactosSaude.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei Nacional de Saneamento Básico**: perspectivas para as políticas e a gestão dos serviços públicos. Brasília: Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, v. 1, 2009.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. Brasília: FUNASA, 3. ed. 2004. 165 p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_saneamento_3ed_rev_p1.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. **Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento**: marco conceitual e estratégia metodológica. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/documents/20-182/38937/AvaliaC3A7ao+de+impacto+na+saude+das+aC3A7oes+de+saneamento.pdf/9d28b0ee-2beb-4976-ab03-4f03b0512a69>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CAVINATTO, V. M. **Saneamento básico**: fonte de saúde e bem-estar. São Paulo: Moderna, 1992.

ESREY, S. A. *et al.* Effects of improved water supply and sanitation on ascariasis, diarrhoea, dracunculiasis, hookworm infection, schistosomiasis, and trachoma. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 69, n. 5, p. 609–621, 1991.

Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PM-C2393264/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FIOROTTI, Luis. **Compreenda o Saneamento Ambiental**. Espírito Santo: CREA. 2008. p. 6-7. Disponível em: http://www.creaes.org.br/creaes/Portals/0/Documentos/-cartilhas/Cartilha_Saneamento_Ambiental.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. **Saneamento básico**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231998000200007>. Acesso em: 20 jan. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/apa-recidade-goiania/pesquisa/19/29765?tipocartograma&indicador=29762>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento 2021**. São Paulo, 2021. Disponível em: http://www.tratabrasil.com.br/images/estudos/Ranking_saneamento_-_2021/Ranking_do_Saneamento_2021_-_tabela_das_100_maiores_cidades_do_Brasil_.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Saiba como a falta de saneamento básico afeta a renda do trabalhador brasileiro. **Blog sobre saneamento básico**, 2020. Disponível em:

<http://www.tratabrasil.org.br/blog/2020/09/24/saiba-como-a-falta-de-saneamento-ba-sico-afeta-a-renda-do-trabalhador-brasileiro/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

JALAN, J.; RAVALLION, M. Does piped water reduce diarrhea in rural India? **Journal of Econometrics**, v. 112, n. 1, p. 153-173, 2003. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/econom/v112y2003i1p153-173.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

KUMAR, S.; VOLLMER, S. Does access to improved sanitation reduce childhood diarrhea in rural India? **Health Economics**, v. 22, n. 4, p. 410-427, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/hec.2809>. Acesso em: 15 maio 2021.

LEONETI, Alexandre Bevilacqua; PRADO, Eliana Leão do; OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 331-348, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000-200003>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MURTHA, Ney Albert; CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 193-210, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC1047V1832015>. Acesso em: 10 maio 2021.

PINTO, Luana Patrícia *et al.* Salubridade Ambiental do Município de São Pedro do Iguaçu - PR. **Revista Brasileira de Energias Renováveis**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rber.v3i1.36916>. Acesso em: 21 jan. 2021.

RAZZOLINI, Maria Tereza Pepe; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 21-32, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000100003>. Acesso em: 21 maio 2021.

REZENDE, S. C.; HELLER, L. **Saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-406924>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SACHO, Sara Duarte; HORA, Karla Emmanuela. Panorama do Saneamento Básico na Região Metropolitana de Goiânia. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 498-522, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.498-522>. Acesso em: 03 jun. 2021.

SAIANI, Carlos César Santejo; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Evolução do acesso a serviços de saneamento básico no Brasil (1970 a 2004). **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 79-106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010406182010000-100004>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SALLES, M. J. **Política nacional de saneamento: percorrendo caminhos em busca da universalização**. Orientador: Prof. Dr. Jorge Mesquita Huet Machado. 2009. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2605/1/ENSP_Tese_-_Salles_Maria_Jos%C3%A9.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

SANEAGO. **Relatório de Administração – 1T2021**. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/19af8c99-e3b9-42ac-8d8b-215e647f1655/-93e4407a-b6b1-3078-05cb-d6265ce07fd8?origin=2>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SIEG - SISTEMA ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE GOIÁS. **SIEG MAPAS**. Goiânia, 2017. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/siegmmapas/help/help.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

SILVA, Flávia Maria da; BASTOS, Priscila Felix. **A atuação das políticas públicas na gestão e implementação do saneamento básico**. Universidade Federal da Paraíba, Grupo de Estudos e Pesquisa em Água e Território, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/files/gepat021.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SMIDERLE, Juliana Jerônimo. PLANASA e o novo marco legal do saneamento: semelhanças, diferenças e aprendizado. **Blog do IBRE**, 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/planasa-e-o-novo-marco-legal-do-saneamento-eme-lhancas-diferencas-e-aprendizado>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SOUSA, Adriana Pereira. **Influência da mudança institucional na formação e organização da estrutura de governança e accountability do saneamento básico: um olhar para Goiás**. Orientador(a): Valéria Gonçalves da Vinha. 2014. 202 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPE-D/Teses/2014/ADRIANA%20PEREIRA%20DE%20SOUSA.Pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

VALERETTO, Gerson João *et al.* Relação das despesas do governo federal com saneamento básico, gestão ambiental, ciência e tecnologia sobre a saúde da população brasileira. **Revista gestão e sustentabilidade ambiental**, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 716-738, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v9e42020716-738>. Acesso em: 09 jul. 2021.

CARACTERIZAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA, GOIÁS

*Savianny Gonçalves Rodrigues*¹

INTRODUÇÃO

Estudos ambientais publicados recentemente mostraram que os vírus são os seres biológicos mais abundantes no planeta (BREITBART; ROHWER, 2005). Nesse sentido, eles se mostram ainda mais ameaçadores no contexto de um mundo altamente globalizado, pois se movem ativamente entre biomas e são considerados os principais agentes da evolução em virtude de sua capacidade de operar como veículos de transferência horizontal de genes (SEARCY, 2003).

Dessa maneira, a globalização, as consequentes alterações climáticas no mundo, bem como o crescente número de voos internacionais, favoráveis à movimentação de doentes ou pessoas infectadas em período de incubação, propiciam à dispersão de vetores e suas doenças (VASCONCELOS, 2015). E foi nesse panorama que o novo Coronavírus deixou de ser uma doença restrita a província de Hubei, na China, onde ocorreram os primeiros casos da doença, para rapidamente se expandir para outros países, ocasionando uma pandemia de proporções catastróficas.

A expansão acelerada do número de casos e óbitos por COVID-19 no mundo acendeu mais um sinal de alerta sobre os efeitos potencialmente devastadores da pandemia nos países e regiões mais pobres do mundo. Estudos anteriores² sugeriram a relação entre epidemias e vulnerabilidade social, como nos casos da gripe espanhola, H₁N₁(Gripe Suína) e SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave), constatando que as desigualdades sociais são determinantes para a acentuada taxa de transmissão e gravidade dessas doenças (PIRES *et al.*, 2020).

A história sempre foi marcada por surtos e epidemias causadas por agentes microscópicos como vírus e bactérias, vide gripe espanhola, peste bubônica. Porém, parece que ultimamente a emergência de agentes potencialmente pandêmicos tem sido mais frequente como demonstram as pandemias de influenza, de 1918, 1957-58, 1968-69 e 2009-10. Com o surgimento da COVID-19, que rapidamente se alastrou pelos continentes, tomando

¹ Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: savigrs@gmail.com.

² Ver por exemplo Cordoba *et al.* (2016), Mamelund *et al.* (2017).

proporções de pandemia, especialistas afirmam³ que essa não é a primeira e nem será a última pandemia na história, sendo apenas uma questão de tempo.

Se há possibilidade de continuar surgindo novas epidemias e pandemias no planeta, a avaliação da distribuição territorial da COVID-19 relacionado ao contexto socioeconômico das populações é significativa para a gestão de atenção aos indivíduos mais afetados e se torna uma ferramenta importante na elaboração de planos de ação e prevenção à saúde das populações mais vulneráveis.

Nesse contexto, pesquisadores apontam⁴ que estudos epidemiológicos são determinantes no acompanhamento de situações como esta com o Covid-19, pois fornecem dados para os órgãos de saúde, permitindo caracterizar as doenças e ainda realizar associações com o perfil de transmissão.

E é a partir dessa necessidade de entender e analisar o complexo panorama geopolítico em que se insere esta pandemia que essa pesquisa busca explicitar a distribuição do Covid-19 no território brasileiro e em particular no Estado de Goiás, com ênfase nas regiões administrativas de Aparecida de Goiânia, sem perder de vista a intrínseca relação com o desenvolvimento do capitalismo e as desigualdades e contradições inerentes a este.

Ademais, o estudo também visa uma análise epidemiológica de Aparecida de Goiânia, destacando os bairros mais afetados, além de gráficos e tabelas que permitam contribuir com o debate sobre quais são as populações em vulnerabilidade social no contexto da pandemia da COVID-19.

Como problematização de pesquisa, o presente estudo pretende questionar se há relação entre os óbitos em decorrência da infecção pelo novo Coronavírus e a vulnerabilidade socioeconômica das regiões pesquisadas, de forma a possibilitar dados para futuras discussões sobre saúde coletiva e vulnerabilidade socioeconômica. Além de predispor dados de forma a direcionar as formas de atuação e medidas a serem tomadas pelos órgãos competentes.

Nesse sentido, Segundo Gil (2008), esta pesquisa, no que tange aos objetivos, se classifica como uma pesquisa exploratória, a qual proporciona maior compreensão do fenômeno que está se investigando, buscando explicitá-lo. Geralmente, a pesquisa exploratória é a primeira etapa de uma investigação maior que também abrangerá outros níveis de pesquisa. Ainda segundo o autor, esse tipo de pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico e consulta a banco de dados.

³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53758807>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁴ Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/124410-estudos-epidemiologicos-sao-essenciais-para-enfrentar-o-covid-19>. Acesso em: 10 maio 2021.

Como percurso metodológico inicial adotar-se-á pesquisa bibliográfica, nos moldes da revisão sistemática, caracterizada por ser desenvolvida com base em material já elaborado sobre o tema, constituído principalmente de livros e artigos científicos (KITCHENHAM, 2004). Isto é, para o desenvolvimento deste trabalho, determinou-se o objetivo principal de pesquisa, que guiou todo o processo de busca futuro.

A partir do objetivo, derivaram-se questões principais de pesquisa, que devem ser respondidas pelo trabalho. Com os objetivos definidos, pode-se identificar palavras-chave que formaram as *strings* de pesquisa, que foram aplicadas nas bibliotecas digitais a fim de selecionar os trabalhos relacionados ao objetivo da pesquisa, como artigos científicos, monografias, livros ou capítulos de livros, ensaios etc.

Estes estudos passaram por seleção, excluindo-se aqueles que não estavam no escopo do problema de pesquisa. Os artigos selecionados foram lidos em sua íntegra, tendo seu conteúdo organizado para compor este trabalho e responder as questões de pesquisa previamente desenvolvidas.

O levantamento de dados epidemiológicos, isto é, casos de pessoas infectadas pela COVID-19, será realizado a partir dos dados disponíveis no site da prefeitura de Aparecida de Goiânia/ Secretaria Municipal de Saúde, GO. O tratamento dos dados e elaboração de tabela será feita com a utilização do software Excel.

PANORAMA DA PANDEMIA DE COVID-19 EM APARECIDA DE GOIÂNIA

Aparecida de Goiânia foi criada a partir da Lei Estadual n. 4.927, de 14 de novembro de 1963, e já existia como vilarejo desde 1922. Atualmente é um dos 20 municípios que constituem a Região Metropolitana de Goiânia (RGM). O município possui, segundo dados de estimativa do IBGE (2020), 590.146 habitantes distribuídos em 278,54 km², representando uma densidade demográfica de 2.045,8 hab./km².

Em relação às variáveis, trabalhos e rendimento as pesquisas do IBGE mostram que, em 2018, o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 20.5%. Em comparação com os demais municípios de Goiás, Aparecida de Goiânia ocupava a posição 50 entre as 246, em sentido crescente de renda. Também foram estimados os domicílios que contavam com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa e estes representaram 29,6% da população. Dados que quando cruzados sugerem uma significativa desigualdade de renda no município.

Em conformidade com alguns trabalhos⁵, Aparecida de Goiânia apresenta como cenário recorrente os “bolsões de pobreza”, fruto da marginalização do município, derivada do seu modo de ocupação, assim como da conurbação e processo de metropolização do entorno de Goiânia. De modo que, atualmente, o município reproduza a lógica comum dos apêndices periféricos brasileiros. Em seu perímetro intraurbano encontram-se espaços segregados, altamente diferenciados e desprovidos de recursos básicos necessários a qualidade de vida digna da população.

Nesse cenário, demonstram que os bairros de Aparecida de Goiânia somam 162,1 km², representando 56,2% da área loteada no município. E que enquanto a área norte encontrava-se toda urbanizada, com ênfase às partes limítrofes com Goiânia, a porção sudeste e sudoeste encontrava-se em maior parte ruralizada (SANTOS *et al.*, 2018).

As análises sobre vulnerabilidade social vêm sendo utilizadas especialmente por organismos multilaterais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), entre outros. Dessa forma, essa definição atual vem sendo bastante utilizada para a elaboração de políticas públicas (MONTEIRO, 2011).

Conceituar vulnerabilidade é uma tarefa difícil, visto que vários estudos diferenciam vulnerabilidade em dois aspectos: fragilidade e risco (MORENO CROSSLEY, 2008; JANCZURA, 2012). A maioria dos estudos sobre vulnerabilidade tende a individualizar e focalizar a questão, de modo a omitir o contexto social e coletivo que provocam a vulnerabilidade e geram desigualdade social (MACEDO; LIMA, 2018).

Em relação à pandemia de Covid-19, o município de Aparecida de Goiânia registrou seu primeiro caso de infecção no dia 18 de março de 2020, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)⁶, e refere-se a uma pessoa que havia chegado de viagem dos Estados Unidos recentemente, corroborando a pesquisas de Oliveira *et al.* (2020) que descreve como ocorreu de maneira geral no Brasil, os primeiros casos no estado de Goiás se deram em pessoas de classe média/média alta que voltaram de viagens ao exterior ou de outros estados, notadamente no Centro-Sul do país. Inferindo-se dois eixos vetoriais de contaminação: vertical, pela via aérea através dos primeiros infectados ao retornarem das viagens supramencionadas; e, horizontal, pelas seguintes dinâmicas: contágio familiar, laboral, comunitário e/ou rodoviário.

⁵ Ver como exemplo Pinto (2009) e Nunes (2016).

⁶ Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/aparecida-de-goiania-registra-primeiro-caso-de-coronav%C3%ADrus-e-estado-soma-12-confirma%C3%A7%C3%B5es-1.2017110>. Acesso em: 20 dez. 2020.

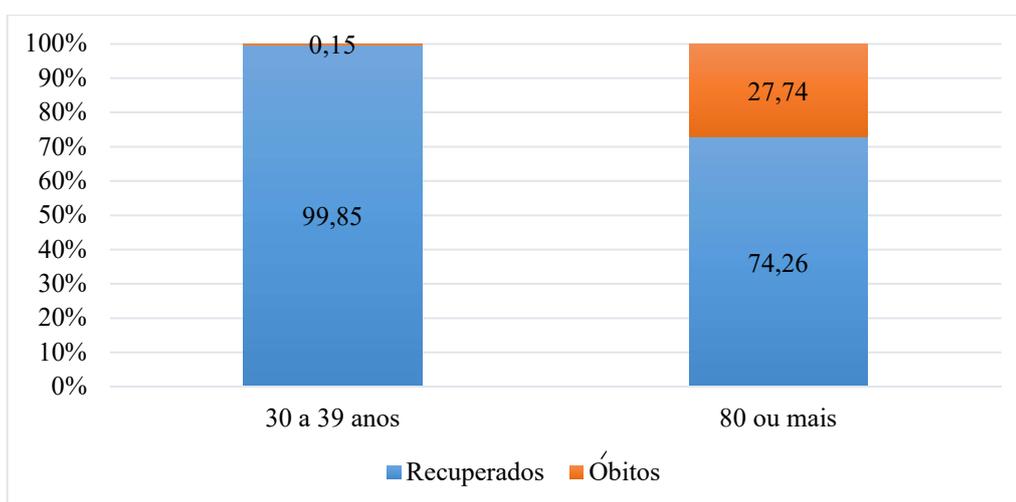
O presente estudo tem como delimitação de tempo a data do primeiro caso em Aparecida de Goiânia, 18 de março de 2020, até o dia 31 de março de 2021. Até a data limite da coleta de dados, Aparecida de Goiânia contava com o total de 57.022 casos desde o início da pandemia. Destes, 932 pessoas foram a óbito, resultando em uma taxa de letalidade média de 1,63% no município, menor, portanto, que a taxa de letalidade média do estado de Goiás, que segundo dados da Secretária Estadual de Saúde (SES) era de 2,42% no mesmo período.

Quanto a faixa etária, o maior número de casos da doença ocorreu em indivíduos de 30 a 39 anos, totalizando 14.124 dos casos, cerca de 25%. Já os idosos de idade igual ou superior a 80 anos de idade foram os menos infectados pela doença no período estudado, contabilizando 717 casos.

A maior prevalência na faixa etária de 30 a 39 anos sugere maior contágio em indivíduos economicamente ativos, achado que corrobora com o estudo⁷ realizado em três hospitais de Pequim, no qual a média de idade dos pacientes foi de 34 anos.

O panorama, porém, se inverte ao se comparar os óbitos por faixa etária, onde segundo dados da SMS⁸, no segundo semestre de 2020, indivíduos com 80 anos ou mais possuíam a maior taxa de letalidade. Assim 27,74% dos que contraem a doença evoluem para o óbito, sendo que na faixa etária de 30 a 39 anos essa taxa é de 0,15%.

Gráfico 1 - Recuperados e óbitos por faixa etária em porcentagem



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia, 2020.

Nessa perspectiva, o Gráfico 1 mostra a relação de óbitos e recuperados. Optou-se por contrastar as faixas etárias de maior e menor taxa de contaminação, respectivamente. Em

⁷ Ver exemplo de Chang *et al.* (2020).

⁸ Disponível em: <https://www.aparecida.go.gov.br/idosos-sao-os-mais-afetados-pela-covid-19-em-aparecida-de-goiania/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

conformidade com outros estudos que indicam que altas letalidades por SARS-CoV-2 têm sido, em sua maior parte, associadas a pacientes idosos ou à presença de comorbidades mais comuns nestes pacientes, sendo semelhantes com estudos de Lai *et al.* (2020) que mostra taxas de letalidade superiores a um quinto dos acometidos com mais de 80 anos, tanto na China (21,9%) como na Itália (20,2%).

A maior prevalência de óbitos em idosos pode ser fundamentada pelas alterações metabólicas associadas ao processo de envelhecimento que impedem o funcionamento adequado das células T e B, além de aumentarem a produção de citocinas tipo 2. Nesse cenário, quando há infecção viral, não ocorrerá controle efetivo durante a replicação do vírus, assim como o prolongamento da resposta pró-inflamatória que torna este grupo com maior risco de morte (OPAL *et al.* 2021).

Em relação ao sexo, indivíduos do sexo feminino foram os mais afetados, contabilizando 30.694 casos (54%), em oposição aos 26.328 casos (46%) na população de sexo masculino. Quanto ao número de registros por cor/raça, a população parda obteve a maior prevalência com 29.784 casos, cerca de 52%.

Tabela 1 - Casos confirmados de COVID-19 por raça/cor e sexo - Aparecida de Goiânia-GO, Brasil, 2021. (N=57.022)

Variável	n	%
Raça/Cor		
Parda	29.784	52,23
Branca	12.942	22,70
Ignorado	6.305	11,06
Preta	4.219	7,40
Amarelo	3.659	6,42
Indígena	113	0,20
Sexo		
Feminino	30.694	53,83
Masculino	26.328	46,17
TOTAL	57.022	100,00

Fonte: Painel Aparecida COVID-19, Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, 2021.

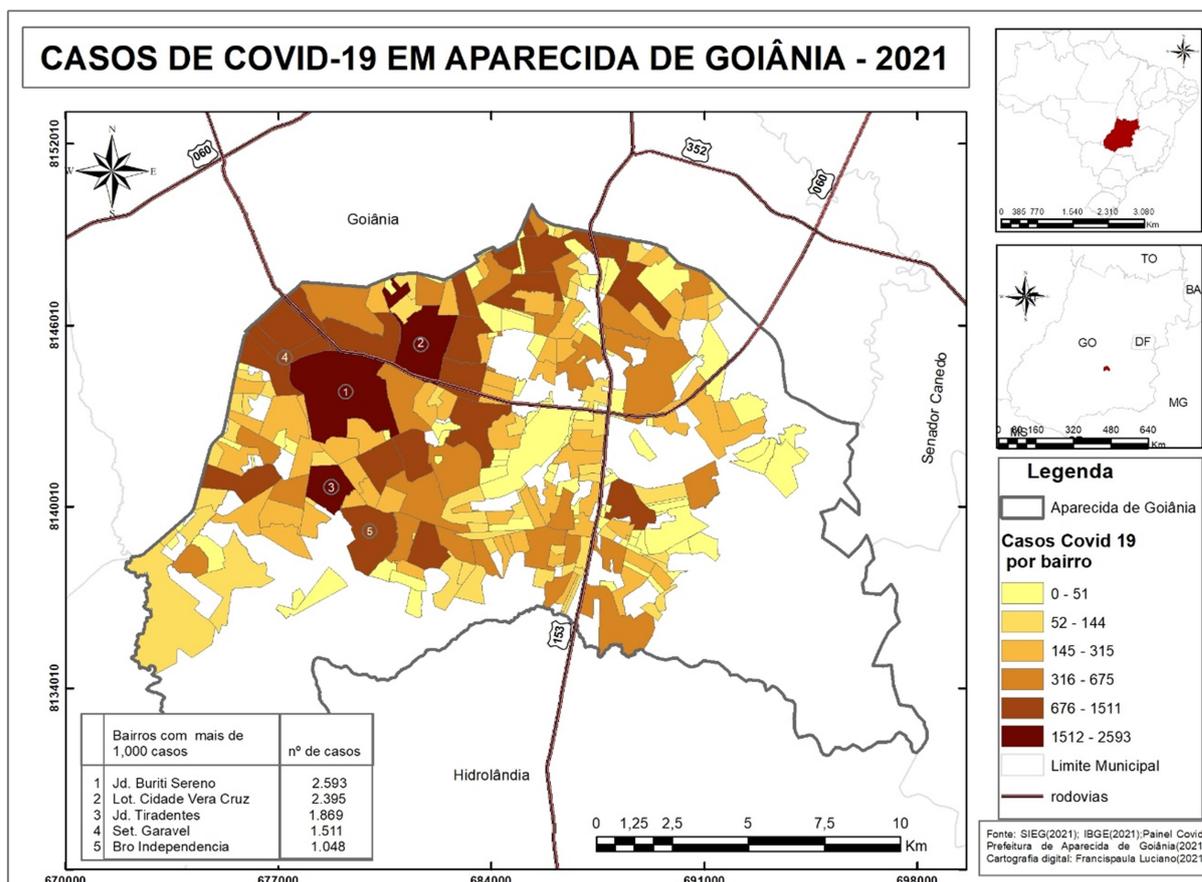
A Tabela 1 mostra os dados agrupados de infecções por COVID-19 em relação à raça/cor e sexo. O sexo feminino apresentou uma maior frequência. Esses achados

corroboram os resultados de Almeida *et al.* (2020), estudo realizado no Maranhão. Além disso, estudos como o de Schurz (2019) sugerem que essa relação ocorre em decorrência das mulheres acessarem mais os cuidados de saúde do que os homens.

No tocante à contaminação por raça/cor, indivíduos pardos foram os mais infectados e pode ter como uma das causas a predominância de residentes de cor parda no município de Aparecida de Goiânia, que segundo dados de pesquisas do IBGE (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010) estes representavam 53,05% da população.

Após agrupamento dos dados, foi possível determinar quais bairros tiveram mais casos confirmados de COVID-19 em Aparecida de Goiânia no período estudado.

Mapa 1 - Casos de COVID-19 distribuídos por bairros em Aparecida de Goiânia



Fonte: Painel Aparecida COVID-19, Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, 2021.

A representação dos casos por bairros em Aparecida de Goiânia está caracterizada no Mapa 1. Os bairros mais afetados, em ordem decrescente, são o Jardim Buriti Sereno, Loteamento Cidade Vera Cruz, Jardim Tiradentes, Setor Garavelo e Garavelo Residencial Park.

Nesse sentido, verificou-se que os bairros com os maiores números de infectados são também de grande extensão e também possuem expressivo contingente populacional. Santos *et al.* (2018), em um estudo sobre densidade demográfica em Aparecida de Goiânia, apontam que as maiores densidades populacionais do município localizam na região norte e estão localizados no limite com a cidade de Goiânia, ou seja, estão conectados aos bairros ao sul da cidade de Goiânia.

As variáveis populacionais são determinantes na disseminação de doenças infectocontagiosas, no contexto pandêmico mundial de COVID-19. Esta relação não é diferente, nessa lógica alguns estudos⁹ sugerem que o surgimento de zoonoses patogênicas, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) e a pandemia de influenza H₁N₁ de 2009, em regiões de rápido desenvolvimento e urbanização parecem ter se tornado um componente paradigmático dos processos de urbanização e globalização no século 21. Diante do panorama de grande contingente populacional em áreas urbanas observam-se que mudanças dramáticas nas condições demográficas e sociais, incluindo um aumento exponencial no transporte global, são responsáveis por grande parte do problema global emergente de doenças infecciosas (WILCOX; COLWELL, 2005).

Nessa perspectiva, Aparecida de Goiânia, que está integrada à Região Metropolitana de Goiânia, pela sua proximidade com a capital do estado, Aparecida de Goiânia, apresenta-se ainda como uma cidade dormitório e conturbada. Dados do IBGE mostram que dos 455.657 habitantes estimados no último censo demográfico, 121.408 destes se deslocam para outros municípios para fins de estudos e/ou trabalho, totalizando 26,6% de sua população, sendo que grande parte destes fazem uso do transporte coletivo, em especial, os bairros supracitados onde se encontram uma das maiores concentrações de linhas do transporte coletivo na porção Norte e Noroeste do município¹⁰, como ocorre no Setor Garavelo, onde se localiza o Terminal Garavelo importante mantenedor das linhas de transporte público da região.

No entanto, apesar de apresentar os maiores números de contaminados pela COVID-19 no período estudado, os setores analisados não apresentam a maior taxa de letalidade, ou seja, a taxa que avalia o número de mortes em relação às pessoas que apresentam a doença ativa. O cálculo da média do coeficiente de letalidade dos cinco setores mais afetados foi de 1,5%, valor que comparado à média geral do município de 1,63%, é relativamente menor, representando uma boa taxa de recuperação dos indivíduos que tiveram a doença, o que pode

⁹ Ver exemplos de Decaro e Lorusso (2020); Voelkner (2019).

¹⁰ Disponível em: <https://www.rmtcgoiania.com.br/linhas-e-trajetos/toda-a-rede>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ser um reflexo da facilidade de acesso aos principais centros de testagens, bem como dos hospitais especializados no tratamento da COVID-19.

Além disso, os bairros da região dos setores Garavelo, Santa Luzia e Vila Brasília são oriundos da conurbação com Goiânia, e seus residentes são, em grande parte, de maior poder aquisitivo. Além de apresentarem, destaque nos setores de comércio e serviço. De acordo ainda com informações do Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), para dados de abastecimento de água no município, observou-se que esse serviço está mais presente nessas áreas (SANTOS *et al.* 2018), dessa forma, contribuindo para o acesso a medidas de profilaxia contra o Coronavírus, como a higiene adequada das mãos.

Tabela 2 - Hospitais alocados ao tratamento de COVID-19 em Aparecida de Goiânia

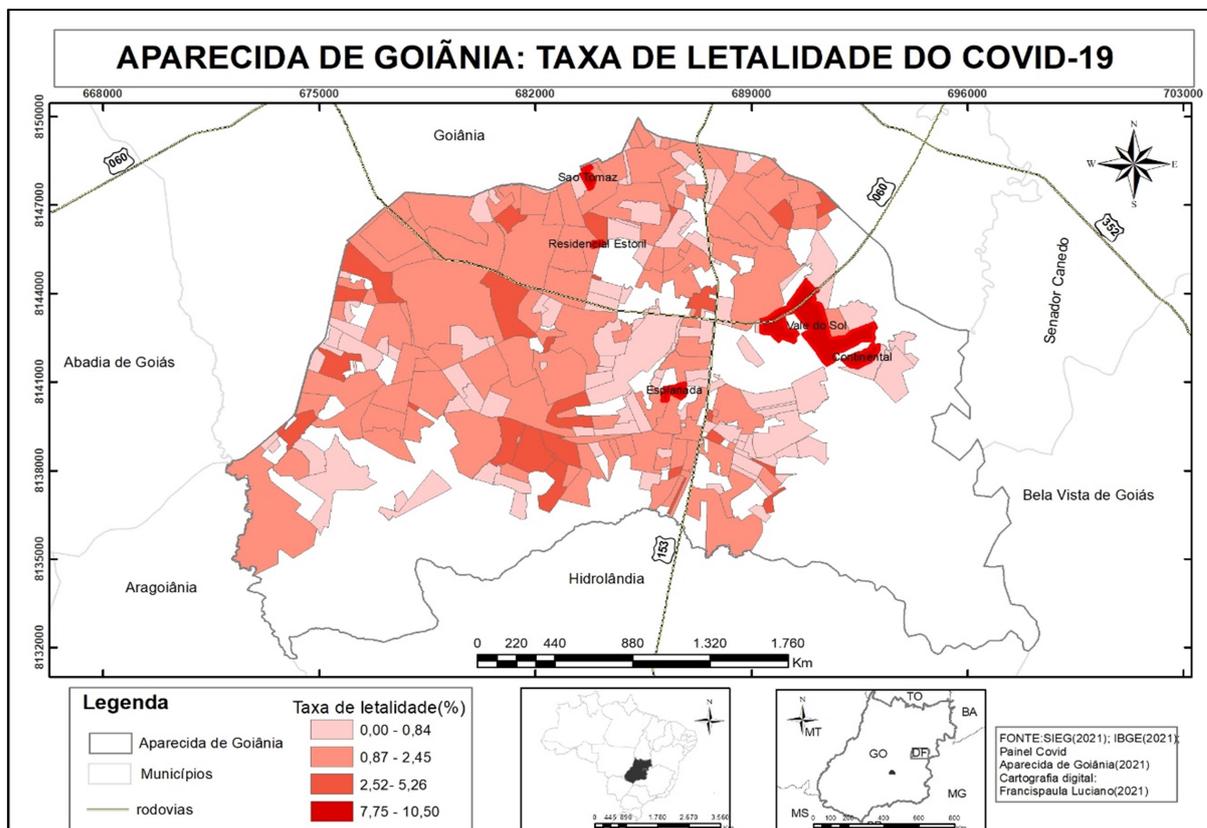
HOSPITAIS	ATENDIMENTO	LOCALIZAÇÃO
HOSPITAL E MATERNIDADE MARLENE TEIXEIRA	Público	Vila Brasília
CLÍNICA SANTA MÔNICA	Privado Conveniado	Vila Sul
HOSPITAL SÃO SILVESTRE	Privado Conveniado	Vera Cruz
CAIS NOVA ERA	Público	Vila São Tomaz
MINI CAIS COLINA AZUL	Público	Colina Azul
UPA BRASICON	Público	Residencial Brasicon
PAX CLÍNICA PSQUIATRICA	Privado Conveniado	Villasul V
HOSPITAL GARAVELO	Privado Conveniado	Garavelo Residencial Park
HOSPITAL ENCORE	Privado Conveniado	Vila Brasília
HUAPA HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE APARECIDA DE GOIÂNIA	Público	St. Conde dos Arcos
UPA AMBROSINA COIMBRA BUENO	Público	Jardim Buriti Sereno
UPA FLAMBOYANT	Público	Parque Flamboyant
HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA HMAP	Público	Cidade Vera Cruz

Fonte: Painel Covid, Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, 2021.

Na Tabela 2, temos a distribuição dos Hospitais Públicos e Privados Conveniados designados ao tratamento da COVID-19, em Aparecida de Goiânia. Observa-se uma concentração destes em setores mais desenvolvidos, principalmente nas regiões que fazem divisa com Goiânia, onde o coeficiente de letalidade apresenta-se menor que nas demais regiões que estão mais à periferia, sugerindo uma relação entre acesso ao tratamento e uma melhor taxa de recuperação dos infectados.

Em oposição, foram incluídos no estudo também os setores que apresentaram a maior taxa de letalidade por COVID-19, independentemente do número total de casos, no período estudado.

Mapa 2 - Taxa de letalidade da COVID-19 distribuídos por bairros em Aparecida de Goiânia



Fonte: Painel Aparecida COVID-19, Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, 2021.

O Mapa 2 apresenta as taxas de letalidade da COVID-19 por setores, apesar destes apresentarem poucos casos em números absolutos a porcentagem dos infectados que evoluíram a óbito é exacerbadamente maior que nos setores com as maiores taxas de infecção, citados anteriormente. O setor Solar das Candeias foi onde ocorreu o maior coeficiente com 25,00% de letalidade, dessa maneira, das oito pessoas que contraíram o vírus SARS-CoV-2 duas faleceram em decorrência da doença. Em sequência, os demais setores de maiores letalidades foram o Setor Continental (10,53%); Jardim Esplanada (9,52%); Conjunto Residencial Storil (8,70%) e Jardim Cecília (8,33%).

Após análise dos setores supracitados, observou-se um padrão de bairros isolados com atividades primordialmente industriais ou comerciais e com poucas residências. Nesse sentido, Boaventura e Assunção (2013), conceituam Aparecida de Goiânia como uma cidade “periferia” sendo sua ocupação controlada pelo poder especulativo imobiliário, propiciando

loteamentos espalhados, em meio a um espaço territorial sem infraestrutura básica para o alojamento da população mais pobre, oriunda tanto de Goiânia como do próprio município.

Nesse viés, um estudo¹¹ realizado no Rio de Janeiro corrobora os resultados, visto que os bairros urbanos mais pobres da cidade estão sendo mais afetados, não necessariamente pelo número absoluto de casos, mas por um maior índice de letalidade. No contexto do de Aparecida de Goiânia, a alta taxa de letalidade dos setores representados no Mapa 2, quando comparada às outras regiões do município, pode ter múltiplas influências como o perfil isolado dos bairros que dificultaria fatores como o acesso aos serviços de saúde e também a menor testagem dessa população, gerando então subnotificação de casos.

No entanto, vale ressaltar que a taxa de letalidade deve ser analisada cuidadosamente, visto as inúmeras variáveis que são capazes de influenciar os resultados. Nesse sentido, a Prefeitura de Aparecida de Goiânia tem disponibilizado diariamente as informações relativas ao município, que permitem fazer uma análise preliminar por bairros de residência das pessoas infectadas e também dos óbitos correlacionados à doença. Esses dados, contudo, ainda têm limitações.

O local de residência continua sendo a única variável disponível nesses registros para se avaliar o perfil socioeconômico. Registros quanto a renda e a escolaridade dos indivíduos infectados não estão sendo disponibilizados. Observou-se, ainda, uma escassez de dados epidemiológicos individualizados por óbitos, ou seja, não há informações do perfil – sexo, cor/raça e idade – e comorbidade dos indivíduos que evoluíram ao óbito.

CONCLUSÕES EM MOVIMENTO: dados epidemiológicos na construção da promoção e prevenção da saúde

O entendimento sobre como a pandemia tem influenciado as diferentes camadas da população e quais os grupos socioeconômicos seriam mais vulneráveis em Aparecida de Goiânia, ainda necessitam de dados mais precisos e transparentes por parte do poder público. Dessa forma, o perfil dos indivíduos mais afetados pela COVID-19 foi inferido por meio dos dados disponibilizados pelo site da prefeitura de Aparecida de Goiânia, onde se observou um perfil maior de infectados em pessoas na faixa etária de 30 a 39 anos, ao passo que a porcentagem de casos que evoluíram ao óbito foi maior em idosos de mais de 80 anos. Foi aferido que a prevalência da doença foi maior em indivíduos do sexo feminino e quanto ao

¹¹ Ver exemplo de Diset - NOTA TÉCNICA Julho nº 072/2020.

questo raça/cor, os pardos foram os mais afetados. Porém, a escassez de dados limitou o cruzamento de informações para obtenção de uma análise mais aprofundada.

Aparecida de Goiânia registrou seu primeiro caso de infecção no dia 18 de março de 2020, e seguiu o mesmo padrão de outras regiões do país onde os primeiros se deram em pessoas de classe média/média alta que voltaram de viagens ao exterior ou de outros estados, em especial do Centro-Sul do país. Sendo o espalhamento da doença de regiões mais para as menos desenvolvidas.

As análises socioespaciais foram feitas conforme os casos e óbitos por bairros, já que indicadores de renda ou emprego não são disponibilizados nos sistemas de notificação utilizados para o monitoramento da doença no país. Nesse contexto, percebe-se claramente que os indicadores de letalidade são muito maiores nos bairros com características de menor desenvolvimento social e mais isolados dentro do município. Ao mesmo tempo, se observam os maiores números de casos em setores mais desenvolvidos e com maior proximidade com a capital, com ênfase dos bairros localizados na porção norte. No entanto, foi notado que, apesar do grande número de casos, o coeficiente de letalidade continuou baixo e equiparado à média de Aparecida de Goiânia, sugerindo uma excelente taxa de recuperação dos contaminados com a doença, o que pode ser devido, entre outros fatores, à maior concentração dos serviços de saúde que foram mobilizados para tratamento de COVID-19.

Os resultados expostos reforçam a necessidade de informações mais precisas e detalhadas sobre a pandemia nessa cidade, assim como no restante do país. O número de testes realizados é um indicador relevante que, atualmente, não está disponível para os diferentes municípios. Da mesma forma, seria necessário ter acesso aos dados individualizados e identificados que permitiriam o cruzamento com bases de dados com informações sobre a renda ou a ocupação dos indivíduos. Esse tipo de informação permitiria uma abordagem mais precisa e bem-informada do poder público no que diz respeito à definição de estratégias para lidar e controlar a pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. *et al.* Caracterização epidemiológica dos casos de covid-19 no Maranhão: Uma breve análise. **Rev Pre Infec e Saúde**, v. 6, n. 10477, p. 1-11, 2020.

- BOAVENTURA, D. M. R.; ASSUNÇÃO, L. S. A (re)construção do espaço urbano de Aparecida de Goiânia. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 213-235, set. 2013.
- BRASIL. Ministério da Economia. Aspectos socioeconômicos da covid-19: o que dizem os dados do município do rio de janeiro? **NOTA TÉCNICA Julho nº 072/2020 - Diset**.
- BREITBART, M.; ROHWER, F. Here a virus, there a virus, everywhere the same virus? **Trends Microbiol.**, v. 13, n. 6, p. 278-284, 2005.
- CHANG, D. *et al.* Epidemiologic and Clinical Characteristics of Novel Coronavirus Infections Involving 13 Patients Outside Wuhan, **JAMA**, China. v. 323, n. 11, p. 1092-1093, 2020.
- CORDOBA, E.; AIELLO, A. E. Social Determinants of Influenza Illness and Outbreaks in the United States. **N C Med J.** v. 77, n. 5, p. 341-345, 2016.
- CRUZ, V. Por que uma nova pandemia nos próximos anos é praticamente inevitável. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53758807>. Acesso em: 20 maio 2021.
- DECARO, N.; LORUSSO, A. Novel human coronavirus (SARS-CoV-2): a lesson from animal coronaviruses. **Veterinary Microbiology**, v. 244, n. 108693, 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, C.; MARTINS, P. Idosos são os mais afetados pela Covid-19 em Aparecida de Goiânia. **Prefeitura de Aparecida**, 2020. Disponível em: <https://www.aparecida.go.gov.br/idosos-sao-os-mais-afetados-pela-covid-19-em-aparecida-de-goiania/>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.
- KITCHENHAM, Barbara. Procedures for performing systematic reviews. **Keele, UK, KeeleUniversity**, v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004.
- LAI, C. C. *et al.* Society of Taiwan Long-term Care Infection Prevention and Control. COVID-19 in long-term care facilities: An upcoming threat that cannot be ignored. **J Microbiol Immunol Infect.**, v. 53, n. 3, p. 444-446, 2020.
- LINHAS E TRAJETOS. **RMTC Goiânia**. Disponível em: <https://www.rmtcgoiania.com.br/linhas-e-trajetos/toda-a-rede>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- MACEDO, M. R.; LIMA, A. F. R. A Vulnerabilidade social nos municípios goianos. **Estudos do IMB**, 2018.
- MAMELUND, S. E. Social inequality a forgotten factor in pandemic influenza preparedness. **Tidsskrift Den legeförening.**, v. 26, n. 137, p. 911-913, 2017.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011.

MORAES, C. Aparecida de Goiânia registra primeiro caso de coronavírus e Estado soma 12 confirmações. **O Popular**, 2020. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/aparecida-de-goi%C3%A2nia-registra-primeiro-caso-de-coronav%C3%ADrus-e-estado-soma-12-confirma%C3%A7%C3%B5es-1.2017110>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MORENO CROSSLEY, J. C. El concepto de vulnerabilidad social en el debate en torno a la desigualdad: problemas, alcances y perspectivas. **Center for Latin American Studies**, Miami, v. 9, 2008.

NUNES, F. G. Território digital: detecção dos padrões espaciais da desigualdade socioterritorial do município de Aparecida de Goiânia – GO. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 112-129, 2016.

OLIVEIRA, A. F. *et al.* Panorama e contexto da Região Metropolitana de Goiânia. **INCT Observatório das Metrôpoles**. Goiânia, julho/2020.

OPAL, S. M.; GIRARD, T. D.; ELY, E. W. The immunopathogenesis of sepsis in elderly patients. **Clin infect dis.**, v. 7, p. 504-512, 2005.

PINTO, J. V. C. Desconstruindo a “cidade dormitório”: centralidades e espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. **Revista Mercator**, v. 8, n. 16, 2009.

PIRES, L. L.; CARVALHO, L.; XAVIER, L. L. COVID-19 e Desigualdade no Brasil. **Rev. bras. epidemiol.**, v. 23, 2020.

PIRES, C. Estudos epidemiológicos são essenciais para enfrentar o Covid-19. **Jornal UFG**, 2020. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/124410-estudos-epidemiologicos-sao-essenciais-para-enfrentar-o-covid-19>. Acesso em: 10 maio 2021.

SANTOS, A. M. D.; RAMOS, H. F. ; HOLMES, D. C. S. C. Densidade demográfica: um estudo comparativo de duas metodologias a partir de imagens orbital e suborbital na cidade de Aparecida de Goiânia/Goiás. **Ateliê geográfico (UFG)**, v. 12, p. 175-200, 2018.

SCHURZ, H. *et al.* The X chromosome and sex-specific effects in infectious disease susceptibility. **Hum Genomics**, v. 13, n. 1, 2019.

SEARCY, D. G. Metabolic integration during the evolutionary origin of mitochondria. **Cell Res.**, v. 13, n. 4, p. 229-238, 2003.

VASCONCELOS, P. F. C. Doença pelo vírus Zika: um novo problema emergente nas Américas? **Rev. Pan. Amaz. Saúde**, v. 6, n. 2, p. 9-10, 2015.

VOLKNER, N. M. F.; VOELNER, A.; DERENDORF, H. Determination of Dermal Pharmacokinetics by Microdialysis Sampling in Rats. **Current Protocols in Pharmacology**, v. 85, n. 1, 2019.

WILCOX, B. A.; COLWELL, R. R. Emerging and reemerging infectious diseases: biocomplexity as an interdisciplinary Paradigm. **EcoHealth**, v. 2, n. 4, p. 244-257, 2005.